

Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Manoel Bomfim Pereira

**Predicados bitransitivos no português dialetal do Brasil central (PBC):
construções de objeto duplo e de redobro de clítico**

BRASÍLIA

2019

Manoel Bomfim Pereira

**Predicados bitransitivos no português dialetal do Brasil central (PBC):
construções de objeto duplo e de redobro de clítico**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutorado em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística

Orientadora: Prof.^a. Dra. Heloisa M^a. Moreira Lima de Almeida Salles

BRASÍLIA

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

PM285p PEREIRA, MANOEL BOMFIM
Predicados bitransitivos no português dialetal do Brasil central (PBC): construções de objeto duplo e de redobro de clítico / MANOEL BOMFIM PEREIRA; orientador HELOISA SALLES. -- Brasília, 2019.
260 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Linguística) -- Universidade de Brasília, 2019.

1. Argumento meta. 2. Predicado bitransitivo. 3. Caso oblíquo. 4. Construções de Objeto Duplo. 5. Construções de redobro de clítico. I. SALLES, HELOISA, orient. II. Título.

Manoel Bomfim Pereira

**Predicados bitransitivos no português dialetal do Brasil central (PBC):
construções de objeto duplo e de redobro de clítico**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística.

Brasília, 21 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles (LIP-UnB)
Presidente

Prof.^a Dra. Maria Aparecida Torres-Morais (FFLCH-USP)
Membro externo

Prof.^a Dra. Tania Ferreira Rezende (DLLP-UFG)
Membro externo

Prof.^a Dra. Eloisa Nascimento Silva Pilati (LIP-UnB)
Membro interno.

Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho (LIP-UnB)
Membro interno (suplente)

Dedico esta tese a minha família: em especial, minha mãe, Tereza, pelo apoio em todas as decisões de minha vida, pelo respeito silencioso e pelo amor incondicional; aos meus filhos Kauany e Cauan e ao Paulo André, querido companheiro.

AGRADECIMENTOS

À inspiração Divina, quase palpável nos piores momentos de incertezas.

Ao meu companheiro pelo suporte e parceria ao longo desses anos. Sabíamos que a conclusão desse projeto mudaria nossas vidas. Sempre recebi o seu incentivo por meio de palavras e gestos carinhosos.

A toda minha família, pelo amor e pela confiança em mim sempre depositado. Em especial a minha mãe, que, por conta da sua compreensão sobre a vida, sempre me questiona por que ainda continuo estudando. E respondo, porque preciso aprender. Amo-te!

Aos meus amigos mais próximos, João Batista e Maria Carneiro, pelas palavras de apoio e pelo incentivo dado.

À minha orientadora, Professora Dra. Heloisa M^a. Moreira Lima de Almeida Salles, pela competência e respeito com que conduziu este processo, do alvorecer da ideia até a sua síntese. Agradeço ainda pelos conselhos e conversas que sempre me possibilitaram um aprendizado, tanto profissional quanto pessoal.

À secretária do Departamento, Ângela, sempre preocupada com a minha caminhada.

Aos professores Dr^a Eloisa Pilati (UnB), Dr. Marcus Lunguinho (UnB), Dra. Maria Aparecida Torres-Morais (USP) e Dr^a. Tania Ferreira Rezende (UFG), por aceitarem participar da minha banca e pelas contribuições que deram ao longo do meu doutorado, em diversas oportunidades.

Aos professores (com destaque para Heloisa Salles, Eloisa Pilati, Marcus Lunguinho e Rozana Naves) e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, que, de uma maneira ou de outra, colaboraram com a efetivação dessa pesquisa.

Aos colegas da UnB, pela companhia, pelo compartilhamento de bibliografia, pelo apoio e companhia em congressos: Stefânia, Camila, Juliana, Lizandra, Laiane, Aline, Cristiane, Bruna Elisa, Giovana, Alzira, Letícia, Daniel, Bruno, Humberto e Moacir.

À FAP-DF pelo apoio financeiro concedido para participação em eventos, para divulgação do meu trabalho.

À Universidade de Brasília – UnB e ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP pelo apoio institucional desde o mestrado.

Ressalto que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Finalmente, agradeço aos meus filhos, que, há certo tempo, representam um impulso diário para lutar e para quem sempre serei, junto com meu companheiro, o orientador e a referência. Vocês são as maiores riquezas que posso ter. Amo vocês.

“What is your aspiration in life?
Oh My aspiration in life
Would be to be happy”
(BEYONCE, 2013).

RESUMO

PEREIRA, M. B. **Predicados bitransitivos no português dialetal do Brasil central (PBC): construções de objeto duplo e de redobro do clítico.** Tese de Doutorado. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

O estudo investiga as propriedades morfossintáticas do argumento meta/ objeto indireto (OI) em predicados bitransitivos, considerando particularmente o português brasileiro dialetal falado na região central do Brasil (Goiás e Minas Gerais) (PBC). Na análise, demonstra-se que esse argumento pode ser realizado em uma estrutura preposicionada ou na chamada construção de objeto duplo (*Double Object Constuction/DOC*), além das estruturas com o pronome clítico e com redobro do clítico. A tese problematiza o surgimento do PB e do PBC e, tomando por referência as condições sócio-históricas que propiciaram o contato de línguas nesse processo, busca identificar os fatores que determinam o surgimento das construções inovadoras do PBC em relação ao PB, a saber, a DOC e a construção de redobro do clítico, por um lado, e a reconfiguração nos traços formais do sistema pronominal, por outro, em virtude da perda do clítico dativo de 3ª pessoa (*lhe*). Para tanto, são examinados dados reais de fala, colhidos em dois *corpora* principais: um *corpus* do dialeto goiano, disponível em Rezende (2008) e um *corpus* do dialeto mineiro, obtido no acervo do Projeto Mineirês (FALE/UFMG), além de dados colhidos nos estudos prévios examinados. Nesse sentido, as seguintes questões emergem da observação dessas construções: quais são os traços formais dos pronomes complementos que determinam a ocorrência de DOC e das construções preposicionadas em oposição às construções com pronomes clíticos? Como ocorre o licenciamento gramatical do argumento meta realizado como clítico e como tais propriedades interagem com o DP/PP complemento na construção de redobro de clítico? Uma hipótese de trabalho é que o sistema pronominal do PBC manifesta um tipo de cisão que afeta as propriedades morfossintáticas do argumento meta (uma ideia proposta por Rabelo (2010), Naves; Pilati (2013), para a posição de sujeito e estendida à posição de objeto por Salles; Pereira (2018)). Em particular, verifica-se que pronomes clíticos ocorrem na 1ª/2ª pessoas – *me/te*; enquanto pronomes plenos (e reduzidos) ocorrem na 1ª/2ª/3ª pessoas do singular e do plural: *eu; você(s)/ocê(s)/cê(s); ele/a(s); ê(s); ea(s); nós/a gente*). Diante disso, argumento que a cisão no sistema de complementação pronominal do PBC contribui para o surgimento das estruturas inovadoras do PBC: a DOC e a de redobro de clítico. Tomando por referência o quadro teórico da gramática gerativa, no âmbito do Programa Minimalista (cf. CHOMSKY, 1995, e obras subsequentes), assumimos a hipótese de unificação da morfologia e da sintaxe, conforme Manzini; Savoia (2007; 2014), e a análise de Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017), segundo a qual verbos bitransitivos selecionam a propriedade [\subseteq], que denota uma relação de posse/ inclusividade, que pode ser lexicalizada por uma preposição $P(\subseteq)$ ou por categoria pronominal do tipo ou $Q/D(\subseteq)$, o que determina o caso oblíquo. Adaptando a proposta dos autores, proponho que, no PBC, o argumento meta pode se projetado nas seguintes estruturas: (i) [PP [$P(\subseteq)$] DP]], quando realizado por preposição ($P(\subseteq)$), sendo os pronomes plenos realizados como DP; (ii) [DP [D [$Q(\subseteq)$]]], quando realizado por pronome pleno (sem preposição), sendo o núcleo de inclusividade realizado na estrutura sintática do DP. Em relação ao sistema pronominal, adotamos a geometria dos traços postulada em Carvalho (2008, 2010), que retoma a análise de Halle; Ritter (2002), e Béjar (2003), no que se refere postular a presença do traço [*Participant*] aos pronomes de 1ª/ 2ª pessoas, em oposição à 3ª

pessoa. Consideramos ainda a proposta de Cerqueira (2017, 2018), que postula a presença dos traços [*Definite*] e [*Specific*] nos pronomes de 3ª pessoa em posição de complemento, o que implica dizer que esse pronome não é capaz de assumir a leitura arbitrária na posição sintática associada ao caso acusativo. Considerando as implicações da proposta de Cerqueira (2017, 2018), a conclusão deste trabalho é a de que a composição de traços formais dos pronomes de 3ª pessoa afeta a sua ocorrência como acusativo/dativo, em oposição à sua ocorrência como sujeito, o que deve interagir com a presença do traço de inclusividade [\subseteq].

Palavras-chave: Argumento meta. Predicado bitransitivo. Caso oblíquo. Construções de Objeto Duplo. Construções de redobro de clítico

ABSTRACT

PEREIRA, M. B. **Bitransitives predicates in the dialectal Portuguese of central Brazil (DPB): double object construction and clitic doubling**. PhD. Thesis. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

The study investigates the morphosyntactic properties of the goal/ indirect object argument in ditransitive predicates, considering dialectal Brazilian Portuguese spoken in the central region of Brazil (in Goiás and Minas Gerais states). In the analysis it is shown that this argument may be syntactically expressed either within a prepositional phrase or in the so called double object construction (DOC), being also realized as a clitic and in a clitic doubling construction. The thesis problematizes the rise of Brazilian Portuguese and Dialectal Brazilian Portuguese, taking into consideration the sociohistorical conditions that gave rise to language contact, further linking it to the rise of innovative constructions in PBC as opposed to PB, namely the DOC and the clitic doubling constructions, on the one hand, and the reconfiguration of the formal features in the pronominal system, on the other hand, due to the loss of third person dative clitic (*lhe*). In the analysis we examine real data of speech, collected in two main *corpora*: one *corpus* from the Goiás dialect, taken from Rezende (2008) and one *corpus* from ‘Minas’ dialect, taken from Mineirês Project (FALE/UFMG), further including data collected in previous studies. In this sense, the following questions arise: what are the formal features of object pronouns determining the occurrence of the DOC as opposed to the construction with clitic pronouns? How is the goal argument licensed as a clitic and which properties interact with the DP/PP complement in the clitic doubling construction? One hypothesis is that the pronominal system manifests a type of split affecting its morphosyntactic properties (an idea found in Rabelo (2010), Naves; Pilati (2013), with respect to the subject position and extended to the object position in Salles; Pereira (2018)). In particular, clitic pronouns occur in first/ second person – *me/te*; while full pronouns (and reduced forms) occur in first/second/third person (singular and plural): *eu; você(s)/ocê(s)/cê(s); ele/a(s); ê(s); ea(s); nós/a gente*). Thus, the argument is that the split in the complementation pronominal system of BPC determines the rise of its innovative constructions: namely DOC e a clitic doubling constructions. Assuming the framework of generative grammar, and the Minimalist Program of research (cf. Chomsky 1995, and subsequent work), as well as the hypothesis of the unification of morphology and syntax, as proposed in Manzini; Savoia (2007; 2014), we adopt Manzini; Franco (2016) and Manzini, Savoia; Franco’s (2017) analyses of ditransitive and Differential Object Marking (DOM) constructions, according to which these predicates select a possession/ inclusive relation [\subseteq], which may lexicalized either as a proposition $P(\subseteq)$ or as a pronoun marked as $Q/D(\subseteq)$, thus implying oblique case. We then propose that the goal argument in PBC may be projected in the following structures: (i) [PP [P(\subseteq) DP]], whenever the inclusion property is realized by a preposition (P(\subseteq)) followed by a full pronoun (DP); (ii) [DP [D [Q(\subseteq)]]], whenever the inclusion property is realized in the syntactic structure of the full pronoun (DP) (without a preposition). Regarding the pronominal system, we adopt the feature geometry as postulated in Carvalho (2008, 2010), which in turn adopts Halle; Ritter (2002), and Béjar’s (2003) analyses, regarding the presence of the feature [*Participant*] in first/second person, as opposed to third person. We further take into consideration Cerqueira’s (2017, 2018) analysis, according to which the features [*Definite*] and [*Specific*] are found in the composition of third person pronouns in complement position

as opposed to subject/nominative position, implying that it is incompatible with an arbitrary reading. The conclusion is that the above-mentioned feature composition of third person pronouns affects its occurrence in complement position, as opposed to subject position, further interacting with the presence of the inclusive feature [Ξ].

Key-words: Goal argument. Ditransitives. Oblique case. Double Object Constructions (DOC). Clitic Doubling Constructions.

LISTA DE ABREVIATURAS

DP	<i>Determiner Phrase</i>	Sintagma Determinante
VP	<i>Verbal Phrase</i>	Singatma Verbal
NP	<i>Nominal Phrase</i>	Sintagma Nominal
PP	<i>Prepositional Phrase</i>	Sintagma Preposicionado
LOC	<i>Locative</i>	Locativo
V	<i>Verb</i>	Verbo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demografia histórica do Brasil, extraído de Mussa (1991 <i>apud</i> MATTOS e SILVA, 2004)	71
Tabela 2 - Dados demográfico-populacionais (totais de indivíduos e percentuais) (adaptado de MATTOS E SILVA, 2004, p. 36).....	80
Tabela 3 - Números de escravos vs. total de proprietários (adaptada de LUNA, 1980) .	95
Tabela 4 - Escravos: repartição segundo a origem (adaptado de LUNA, 1980, p. 86)...	97
Tabela 5 - Escravos: estrutura etária (adaptado de LUNA, 1980, p. 90)	98
Tabela 6 - Distribuição percentual das variantes para/a/Ø/clítico na comunidade de fala dos Almeidas, adaptado de Nascimento (2007)	122
Tabela 7 - Distribuição percentual das variantes para/a/Ø/clítico em função da comunidade de fala, adaptado de Nascimento (2007).....	124
Tabela 8 - Realização do argumento meta, em função da preposição, nos <i>corpora</i> do PBC	188
Tabela 9 - Realização do argumento meta, em função do pronome, nos <i>corpora</i> do PBC	188
Tabela 10 - Ocorrência de clíticos nos <i>corpora</i> do PBC	189

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição percentual das variantes por faixa etária, adaptado de Nascimento (2007)	123
--	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição dos falares no território brasileiro, extraído de Nascentes (1953, p. 18)	68
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados da Língua Geral de Mina, extraídos de Rodrigues (2003, p. 94-95) .99	
Quadro 2 -	141
Quadro 3 - Perfil dos informantes selecionados por Rezende (2008). Sequência das informações: código de identificação do informante, idade, sexo, escolaridade e ocupação.	157
Quadro 4 - Perfil dos informantes selecionados por Rezende (2008). Sequência das informações: código de identificação do informante, idade, sexo, escolaridade, ocupação.	166
Quadro 5 - Perfil dos informantes que constam no <i>corpus</i> de Piranga - MG. Sequência das informações: código de identificação do informante, idade, sexo, escolaridade, ocupação e número da fita de gravação.	167
Quadro 6 - Sistema de complementação pronominal do PBC	187

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
-----------------	----

CAPÍTULO 1 - ORIGEM DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: CONTATO DE LÍNGUAS E MUDANÇA LINGUÍSTICA

1.1 Introdução.....	30
1.2 A formação do PB na perspectiva do contato de línguas	30
1.2.1 Lucchesi (2009) e Lucchesi; Baxter (2009): o processo de transmissão linguística irregular.....	30
1.2.2 Naro; Scherre (2007): o processo de deriva linguística	35
1.2.3 Lucchesi (2012): o processo de transmissão linguística irregular e a erosão linguística.....	38
1.2.4 Síntese sobre o papel do contato de línguas na formação do PB	39
1.3 A Mudança Linguística na perspectiva da teoria gerativa.....	40
1.3.1 Mudança Sintática: reanálise e gramaticalização.....	40
1.3.1.1 Lightfoot (1999, 2010): abordagem baseada em pistas.....	40
1.3.1.2 Krock (2001): a abordagem da transmissão linguística irregular	46
1.3.1.3 Roberts; Roussou (2003): a abordagem da gramaticalização	51
1.3.1.3.1 Roberts (2007): a abordagem da mudança linguística por abdução e a noção de <i>markedness</i>	55
1.4 Síntese do capítulo.....	61

CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL CENTRAL: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E LINGUÍSTICA

2.1 Introdução.....	64
2.2 Marcos históricos da formação do português do Brasil central (PBC)	64
2.2.1 O contato linguístico	70
2.2.1.1 Língua Geral Paulista (LGP) ou dialeto caipira?	70
2.2.1.1.1 A chegada do colonizador a Goiás.....	76
2.2.1.1.2 A chegada do colonizador a Minas Gerais.....	81
2.2.1.2 O contato com povos indígenas	84
2.2.1.2.1 Aldeamento do Carretão: os remanescentes Xavantes, Xerente, Kayapó e Karajá.....	88

2.2.1.3 O contato com povos africanos	92
2.2.1.3.1 A inserção da mão-de-obra escrava na capitania de Goiás	93
2.2.1.3.2 A inserção da mão-de-obra escrava na capitania de Minas Gerais	95
2.2.1.3.3 Goiás e Minas Gerais e as populações de remanescentes de quilombos ...	100
2.3 Isolamento linguístico na capitania do Goiás	105
2.4 Síntese do capítulo.....	108

CAPÍTULO 3 - PREDICADOS BITRANSITIVOS: ANÁLISES PRÉVIAS

3.1 Introdução.....	110
3.2 O argumento meta licenciado com preposição: análises prévias	111
3.2.1 o caso do PE	111
3.2.2 o caso do PB/PBC	116
3.2.2.1 O PB dialetal: RJ, Fortaleza, Belém.....	116
3.2.2.2 O PBC: Goiás	120
3.2.2.3 Síntese sobre a realização do argumento meta introduzido por preposição no PE e no PB/PBC.....	125
3.2.3 o caso do inglês	127
3.3 O argumento meta licenciado sem preposição: análises prévias	130
3.3.1 A DOC no inglês	131
3.3.2 DOC no PB?.....	140
3.3.3 DOC no PE?	144
3.4 Síntese do capítulo.....	148

CAPÍTULO 4 - AMPLIANDO A BASE DE DADOS

4.1 Introdução.....	153
4.2 As estruturas das amostras do PBC	154
4.2.1 O dialeto goiano: descrição dos informantes	154
4.2.1.1 O <i>corpus</i> do dialeto goiano: descrição e distribuição dos dados	158
4.2.1.1.1 A realização do argumento meta.....	158
4.2.1.1.2 Considerações parciais sobre os dados do <i>corpus</i> do dialeto goiano.....	164
4.2.2 O dialeto mineiro: descrição dos informantes	165
4.2.2.1 Os <i>corpus</i> do dialeto mineiro: descrição e distribuição dos dados	167
4.2.2.1.1. A realização do argumento meta.....	167

4.2.2.1.2 Considerações parciais sobre os dados do <i>corpus</i> do dialeto mineiro	175
4.3 A ocorrência dos pronomes clíticos <i>me/te</i> no PBC: casos a serem considerados ...	176
4.3.1 As estruturas das amostras do PBC	176
4.3.1.1 A realização do argumento tema	176
4.3.1.1.1 Os dados do <i>corpus</i> do dialeto goiano.....	176
4.3.1.1.2 Os dados do <i>corpus</i> do dialeto mineiro	179
4.3.1.1.3 Considerações parciais sobre a realização do argumento tema nos dialetos goiano e mineiro.....	185
4.4 Construções de redobro de clíticos no dialeto mineiro	185
4.5 Síntese do capítulo.....	187

CAPÍTULO 5 – CONSTRUÇÕES DE OBJETO DUPLO E DE REDOBRO DO CLÍTICO NO PBC: PROPOSTA DE ANÁLISE

5.1 Introdução.....	190
5.2 O sistema de complementação pronominal do PBC	191
5.2.1 Cisão no sistema pronominal no PB/PBC.....	196
5.3 Caso oblíquo e a noção de posse codificada como um núcleo de inclusividade \subseteq .	201
5.3.1 O pronome italiano <i>loro</i> oposto ao oblíquo <i>a loro</i> e a propriedade de inclusividade \subseteq	201
5.3.2 A unificação dos argumentos dativo e DOM no italiano: a relação entre posse e os traços de animacidade e definitude.....	204
5.4 A composicionalidade do traço de pessoa e a diferença entre a 1 ^a /2 ^a <i>versus</i> 3 ^a pessoa no PB/ PBC.....	214
5.5 Construções DOC e de redobro no PBC	222
5.5.1 Análises prévias para as construções de redobro de clítico no PB dialetal	222
5.5.2 DOC e estruturas de redobro de clítico no PBC: proposta alternativa	228
5.5.2.1 Os dados do PBC e a análise das estruturas relevantes	229
5.5.2.1.1 Proposta para a DOC	232
5.5.2.1.2 Proposta para as construções de redobro de clítico	236
5.6 Síntese do capítulo.....	238
CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
REREFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	248

INTRODUÇÃO

i) Apresentação do problema

Esta tese propõe uma análise dos predicados bitransitivos do português brasileiro dialetal falado na região central do Brasil ou Português do Brasil Central (doravante, PBC), considerando, em particular, a ocorrência pronominal do argumento meta, seja na estrutura preposicionada, seja na chamada construção de objeto duplo (*Double Object Construction/DOC*), além das estruturas com o pronome clítico e com redobro do clítico.

Adotando o quadro teórico da Gramática Gerativa e com base nos desenvolvimentos do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995, 1999, 2000, 2001), o presente estudo concebe a linguagem como parte da dotação biológica dos seres humanos (CHOMSKY, 2008), propondo-se, então, a tarefa de descrever e de analisar as propriedades do argumento meta pronominal em estruturas bitransitivas. Problematicando a questão do surgimento do português brasileiro (PB), e tomando por referência as condições sócio-históricas em que se formou o português falado na região central do Brasil (doravante, Português do Brasil Central/ PBC), busco delinear uma pesquisa pelo ponto de vista da “adequação descritiva” – explicação extensiva das propriedades gramaticais de uma língua particular – e da “adequação explicativa” – explicação dos fenômenos em termos das propriedades gerais da Gramática Universal (GU).

Apesar de bastante discutidos no quadro da Gramática Gerativa, os predicados bitransitivos apresentam aspectos muito interessantes a serem abordados. Nesta tese, considero, em especial, duas estruturas inovadoras do PBC, em relação ao português europeu (PE) e a outros dialetos do PB, a saber: construções em que o argumento meta ocorre sem preposição, as quais serão analisadas como um tipo de DOC (como ocorre em inglês) e construções de redobro de clíticos, ilustradas em (1) e (2), respectivamente, com dados reais de falantes oriundos do estado de Goiás e de Minas Gerais.

(1) a. V DP DP

Pesq.: o:lha

604. Inf.: eu que dei ele a batina...ele celebrô a primera missa na Barra a sigunda aí... {na Cuvanca

(BL, MFC, 85 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 535)

b. V DP DP

durmiu no:: na fazenda mai no/na casa do impregado lá nfia casinha ruim
... deus ajudô quele deu nós um feijão cum:: fias oito hora da nôte lá::

(PI, EFSM, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 28)

(2) a. CL V DP DP

deixa eu te perguntar ocê um negócio

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

b. CL V PP

eu tô te falando pra você

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

c. CL V DP

aí começô a me xingá eu

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

Cabe observar que os dados em (2) evidenciam que as construções de redobro de clíticos ocorrem apenas com pronomes clíticos “me” / “te”, com leitura não marcada do argumento meta. Esse fato é relevante porque parece ratificar, também para o PBC, que o clítico dativo de 3ª pessoa, “lhe/s”, não está disponível no inventário pronominal.

Na análise, considero também casos em que o argumento meta é introduzido por preposição, conforme podemos observar em (3), para estabelecer um contraste com dados como (1), em que esse argumento aparece sem preposição.

(3) V DP PP

aí quando D. soube que ... que eu num ia sê que ele ia ... Doraci falô assim
“eu dô a vaga pro cê ... agora prá ele eu sô candidato ... sô candidato PA
PERDÊ ... mais eu vô cê candidato ... ês era inimigo”

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineires, Fita 25)

Os dados em (1) e (3) revelam que, em ambas as ocorrências, o argumento meta ocorre como pronome não clítico, diferenciando-se quanto ao modo como são licenciados (se pela preposição ou na DOC). Chama a atenção ainda o fato de que, no PBC, o argumento meta é realizado por formas pronominais plenas e reduzidas, conforme podemos observar em (2a) e (3), com o pronome “ocê/cê (você)” e em (4),

abaixo, com o pronome “ea(ela)” (ver também SCHER, 1996; SALLES, 1997; NASCIMENTO, 2007, 2009).

(4) V DP DP

58. hoje num tá boa não...” foi/quan[do] foi de noite ea falô “ô Sinhá tô cu'a dor aqui...” 59. ((tosse)) eu fui e falei assim com ela... “te dá Novagina...” dei ea Novagina (ea) 60. “miorô: Zina?”... “miorei...” (falei [a]ssim) “cê qué doce?”... () pur conta de doce...

(BL, MFC, 85 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 517)

Tendo em mente esses fatos, o problema teórico abordado nesta tese envolve, portanto, o aspecto inovador do PBC frente a outros dialetos do PB, na medida em que exhibe (i) DOC e (ii) construções de redobro de clítico, conforme ilustrado em (1), (2) e (4), em estruturas que se distinguem em relação ao fenômeno nas línguas românicas. Nesse sentido, as questões que emergem da observação dessas construções são as seguintes: quais são os traços formais dos pronomes complementos que determinam a ocorrência de construções como (i) e (ii) e como atuam? Quais são os traços manipulados pela computação sintática quando um pronome pleno (não clítico) ocorre, por exemplo, como na DOC? Outro tipo de questão que surge é como ocorre o licenciamento gramatical do argumento meta realizado como clítico e como tais propriedades interagem com o DP/PP complemento na construção de redobro de clítico? Posto isso, é preciso, então, percorrer um caminho que nos esclareça o seguinte ponto: quais propriedades sintáticas fazem com que o PBC, diferentemente de outros dialetos do PB, disponibilize estruturas como (i) e (ii)?

Considerando, então, esse problema teórico e a produtividade atestada de DOC e de construções de redobro de clítico, busco, nesta tese, explicar formalmente, no âmbito da Teoria Gerativa, como o sistema computacional atua para licenciar o argumento meta pronominal em ambas estruturas.

A hipótese de trabalho é que a gramática do PB e do PBC manifesta uma cisão no sistema pronominal em PB, um fenômeno originalmente observado em relação à posição de sujeito (seguindo o resultado dos estudos desenvolvidos em RABELO, 2010; NAVES; PILATI, 2013), e que tem uma contraparte na posição de complemento, através da manifestação de pronomes clítico e não clítico, com implicações para a

sintaxe do argumento meta (SALLES, 1997; TORRES-MORAIS; SALLES, 2010) e para o surgimento da DOC e de construção de redobro de clítico.

Considerando essas observações sobre os dados do PBC, busco demonstrar, com base em Manzini; Savoia (2014), Manzini (2014), Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017), que a interação das propriedades de caso (oblíquo) com traços referenciais do argumento meta (seguindo as propostas de CARVALHO, 2008, 2010, e de CERQUEIRA, 2017, 2018), contribui para a ocorrência de estruturas como as exemplificadas em (1), (2) e (4), determinando sua manifestação no PBC, na comparação com outros dialetos do PB, por um lado, e com PE, por outro – o que permite discutir tais fenômenos em termos de uma mudança linguística.

Em particular, argumento que o fenômeno exemplificado em (1), (2) e (4) manifesta-se de uma forma peculiar nos dados do PBC, o que é confirmado pelo consistente uso dessas estruturas entre os falantes desse dialeto (conforme se depreende de estudos prévios e dos dados apresentados nesta tese). Considerando essa hipótese, proponho que um alinhamento da codificação de caso (oblíquo) com traços referenciais, [+/- participante; +/- animado; +/- definido] determina a ocorrência dessas construções inovadoras em PBC. Em particular, avanço essa hipótese, para mostrar que, em PBC, as formas “me/te” são clíticos, os quais realizam o núcleo P(essoa), como ocorre em outros dialetos do PB; nas construções de redobro, esses pronomes agem como formas suplementares do DP redobrado e, como esperado, entram na numeração com o traço de caso (oblíquo) inerente.

Por meio desta tese procuro, então, aprofundar e ampliar a reflexão acerca do tema, discutindo as relações entre sistema de complementação pronominal e a sintaxe do argumento meta pronominal, identificando as propriedades essenciais que determinam o padrão apresentado nos dados de (1) a (4), buscando identificar também quais propriedades dos pronomes (clíticos e não clíticos) são relevantes para a sintaxe do argumento meta.

ii) Objetivos

Ao longo desta tese, investigarei predicados bitransitivos do PBC, dando ênfase à sintaxe do argumento meta pronominal, com o objetivo geral de especificar quais são as propriedades sintáticas desse argumento, vinculando esta análise às questões mais gerais a respeito do tipo de licenciamento do argumento meta em construções

bitransitivas – na realização do Caso oblíquo, considerando, em particular, DOC e construções de redobro de clítico.

Os objetivos específicos desta tese são:

- (i) Investigar os fenômenos apontados na introdução desta tese, utilizando uma metodologia translinguística, contrastando, quando for necessário, o PBC com o PB padrão, com o PE e com o inglês;
- (ii) Descrever e sistematizar as propriedades sintáticas e semânticas do argumento meta dos predicados bitransitivos do PBC, considerando, particularmente, dados do português falado, coletado na região Central do Brasil, mais especificamente nos estados de Goiás e de Minas gerais, registrados em arquivos de áudio e transcritos;
- (iii) Estabelecer quais traços formais estão envolvidos no licenciamento do argumento meta pronominal nas construções bitransitivas, considerando as condições que determinam a variação entre a realização do argumento meta com ou sem preposição;
- (iv) Especificar as propriedades formais da DOC e das construções de redobro de clítico;
- (v) Contribuir para a elaboração de uma teoria geral da Gramática.

iii) Organização da Tese

Esta tese está organizada em cinco capítulos.

O capítulo 1 é dividido em duas partes: na primeira, considero o tema do contato de línguas, conforme tem sido relacionado à origem do PB. Nessa parte, apresento uma revisão da literatura sobre a hipótese do contato de línguas como fator determinante na origem do PB. Em particular, nas seções 1.2.1 e 1.2.3, sumário as propostas desenvolvidas por Lucchesi (2009), Baxter; Lucchesi (2009) e Lucchesi (2012), para quem, o contato linguístico teve um papel central na formação do PB. Na seção 1.2.2, apresento uma síntese do trabalho de Naro; Scherre (2007), para quem o papel do contato linguístico na formação do PB é restrito aos primórdios da colonização, ao ponto de assumirem que não exerceu influência na formação dessa língua, sendo as características inovadoras do PB creditadas à deriva linguística.

Na segunda parte do capítulo, na seção 1.3, enfatizo a questão da mudança

linguística, direcionando o olhar para a mudança sintática, a partir de estudos baseados nos fundamentos da Teoria Gerativa, cujo campo teórico compreende a linguagem como uma capacidade inata e intrínseca ao ser humano. Na seção 1.3.1.1, sumário os trabalhos de Lightfoot (1999, 2010), em que é postulada a noção de “pista” no *input* da aquisição como fator determinante no surgimento da gramática inovadora; na seção 1.3.1.2, apresento uma síntese da proposta de Kroch (2001), que formula a hipótese de gramáticas em competição. Outra proposta teórica que considera a mudança sintática e que sumário é a desenvolvida por Roberts; Roussou (2003), que é apresentada na seção 1.3.1.3, em que o processo de gramaticalização é considerado um efeito da reanálise estrutural. Finalmente, na seção 1.3.1.3.1, apresento um desdobramento da teoria delineada por Roberts; Roussou (2003), que é o trabalho de Roberts (2007). Nas considerações parciais, mostro que a tese adotará a hipótese da reanálise estrutural, em um cenário de contato de linguístico.

No capítulo 2, apresento uma contextualização sócio-histórica e linguística da formação do PBC. A discussão parte de um contexto mais amplo, localizando, no tempo, o reconhecimento da terra *Brasilis*, como colônia de Portugal e contexto político e social, durante os primeiros anos que se seguiram ao início da colonização, para o convívio de três matrizes linguísticas, a saber, línguas indígenas, língua portuguesa e línguas africanas, nessa ordem.

Nesse capítulo, considero a questão do contato das línguas desses povos e sua contribuição para a formação do PB e de seus dialetos, a exemplo o PBC, objeto de estudo desta tese. No plano geral, caracterizo o ambiente social que serviu como campo fecundo para a origem desse dialeto, considerando, em particular, as características sócio-históricas dos estados de Goiás e Minas Gerais e daqueles que por ali passaram e/ou permaneceram entre o início do séc. XVII até o séc. XIX. Apresento dados demográficos, que nos permitem fazer um esboço do perfil da sociedade que falava as línguas acima citadas pelo curso desses três séculos. A discussão levou à consideração da tese do isolamento sócio-político e linguístico pelo qual, por hipótese, passou a região central do país, particularmente o estado de Goiás.

Considerando que as sociedades e seus povos são passíveis de sofrer mudanças sociais e políticas, com o passar do tempo, apresentarei algumas considerações sobre três comunidades tradicionais que, por condições sócio-históricas, mantêm sua identidade étnico-cultural e, certamente, linguística, em um cenário circundante que propicia discrepâncias e confrontos significativos, em grande parte, em desfavor desses

grupos. Essas comunidades dizem respeito aos povos indígenas e aos remanescentes de quilombos. São elas, o aldeamento indígena do Carretão e a comunidade quilombola rural dos Kalunga, ambas localizadas no estado de Goiás, e a comunidade quilombola Carrapatos da Tabatinga, localizada na área urbana da cidade de Bom Despacho, em Minas Gerais.

No capítulo 3, considerando uma perspectiva translinguística, apresento um panorama descritivo das estratégias adotadas pelo PE, PB/PBC e pelo inglês, para expressar sintaticamente o argumento meta de predicados bitransitivos, citando incidentalmente outras línguas. Mostro também teorias desenvolvidas para explicar a ocorrência do argumento meta nas línguas analisadas, em que se destaca o debate entre a abordagem por núcleos aplicativos e por núcleos projetados do léxico, propostos originalmente em Pylkänen (2003) e Manzini; Savoia (2012), respectivamente, e desenvolvidos por diferentes teóricos. Na seção 3.2, trato acerca do argumento meta licenciado com preposição. Na seção 3.3, abordo a questão do argumento meta licenciado sem preposição, cujas estruturas são analisadas como DOC, proposta variante da estrutura em que o argumento meta é licenciado por preposição.

No capítulo 4, apresento os dados do PBC colocados sob investigação nesta tese, tendo como foco os predicados bitransitivos. Trata-se de um capítulo de base teórico-metodológica. No que se refere à complementação pronominal, mostro, com base nos *corpora*, que o PBC apresenta pronomes clíticos e não clíticos na realização do argumento meta. Chamo atenção para o fato de não ter encontrado ocorrências do clítico “lhe”. Mostro também que o PBC conta com 3 (cinco) estratégias de realização do argumento meta/OI, a saber: (1) OI introduzido por preposição – “a” e “para”, (2) OI realizado sem preposição e (3) OI realizado por pronome (clítico ou tônico – preposicionado). Considerando os casos do OI sem preposição, observo que o OI tem núcleo nominal ou pronominal, nas três pessoas do discurso. Ressalto que esse tipo de OI pode aparecer adjacente ao verbo ou após o OD, [V OI OD] ou [V OD OI], respectivamente.

Outro tipo de construção encontrada nos *corpora* é a ocorrência, no dialeto mineiro, das construções de redobro de clítico (cf. seção 4.4). No *corpus*, encontrei clíticos redobrando OD e OI pronominal de 1ª e 2ª pessoas, [CL V OD], [CL V OI OD] ou [CL V OI OD_(NULO)]. Conforme mencionado nos estudos quantitativos consultados, o número de ocorrências não é robusto, mas o fato de encontrá-las tem um peso analítico

muito importante, particularmente como evidência para a vitalidade da gramática de pronomes clíticos.

No capítulo 5, apresento a minha proposta para os predicados bitransitivos do PBC. Nesse capítulo, analiso a ocorrência dos dois tipos de estruturas sintáticas inovadoras no PBC e as classifico como DOC e construções de redobro de clítico. Para essa classificação, considero a distinção entre clíticos e pronomes plenos – não clíticos, na codificação do argumento meta de predicados bitransitivos. Na seção 5.2, apresento e discuto o sistema de complementação pronominal do PBC. Mostro que o PBC conta com pronomes clíticos e não clíticos e que seu paradigma de complementação pronominal clítica é, relativamente, reduzido, pois conta apenas com os clíticos de 1ª e 2ª pessoas do singular, “me” / “te”, e 1ª pessoa do plural, “nos”, em seu inventário. Na seção 5.3, introduzo o referencial teórico que adoto na análise. Para explicar a distribuição dos pronomes clíticos e não clíticos na estrutura bitransitiva, em PBC, baseio-me, fortemente, no quadro teórico desenvolvido em Manzini; Savoia (2014), Manzini (2014), Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017). Conforme a hipótese desenvolvida pelos autores, e que assumo com modificações, o caso oblíquo denota uma relação oblíqua (de inclusividade) relacionada à posse, que é codificada por um núcleo referido como núcleo de inclusividade, (\subseteq). Desse aparato teórico, considero a ideia de que, no caso do argumento meta, o núcleo de inclusividade é do tipo P(\subseteq), quando inserido por preposição, e do tipo Q(\subseteq), quando realizado por pronome não clítico e D(\subseteq), quando realizado por pronome clítico. É importante ressaltar que, desse quadro teórico, retive também a ideia de que o referente do clítico dativo é marcado pelo traço de [animacidade], o que, por hipótese, corrobora a tese de que a posse, associada a esse traço, é específica do dativo. Na seção 5.4, apresento uma caracterização do sistema pronominal do PB em termos de uma geometria de traços caracteristicamente morfológicos, que codifica informações semânticas como dêixis, referencialidade e quantificação, de modo a diferenciar os pronomes de 1ª, 2ª e 3ª pessoas na língua. Para isso, recorro à proposta da hierarquia de traços desenvolvida por Harley; Ritter (2002) e Béjar (2003), bem como a implementação dessa proposta por Carvalho (2008, 2010), demonstrando que existe uma cisão entre 1ª e 2ª versus 3ª pessoa, em que esta última manifesta subespecificação quanto ao traço referencial, o que afeta o mapeamento do argumento meta dos predicados bitransitivos. Na seção 5.5, examino as estruturas de redobro do clítico encontradas no PB dialetal falado em Minas Gerais. Para tanto, recupero duas análises prévias desenvolvidas sobre tais construções,

a saber, os estudos realizados por Diniz (2007) e por Machado-Rocha (2016). Embora não tenha adotado os detalhes dessas propostas para a análise das estruturas de redobro, retive a ideia de que, nessas estruturas, os pronomes clíticos “me” / “te” são formas de redobro dos pronomes plenos de 1ª e 2ª pessoas, destacando a relevância da discussão em termos das propriedades de Caso do sistema pronominal. Em seguida, na seção 5.5.2, apresento uma proposta alternativa para explicar a ocorrência da DOC e de estruturas de redobro de clítico no PBC, argumentando que, nessas construções, o argumento meta é um sintagma oblíquo, marcado pela propriedade de inclusividade, (\subseteq), que é lexicalizada no PBC pela preposição “para” ou como uma propriedade do DP pronominal, que afeta crucialmente a 3ª pessoa.

Nas considerações finais, retomo, de maneira breve, a discussão e a análise final sobre as propriedades dos predicados bitransitivos do PBC, procurando, principalmente, estabelecer quais traços formais atuam no licenciamento do argumento meta, considerando as condições que determinam a ocorrência da DOC e das construções de redobro.

CAPÍTULO 1

ORIGEM DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: CONTATO DE LÍNGUAS E MUDANÇA LINGUÍSTICA

1.1 Introdução

Neste capítulo, tenho um duplo objetivo: (i) apresentar uma revisão da literatura sobre a origem do PB na perspectiva do contato de línguas e, em seguida, (ii) discutir a questão da mudança linguística na perspectiva da Teoria Gerativa, com foco na mudança sintática.

Para a discussão acerca da origem do PB em termos do contato de línguas, basear-me-ei em Lucchesi (2009), Baxter; Lucchesi (2009), Naro; Scherre (2003) e Lucchesi (2012), os quais abordam a formação dessa língua como resultado do contato linguístico, em que se sobressaem as condições sócio-históricas vinculadas a esse processo. Para tratar da mudança sintática, considerarei os processos de reanálise e de gramaticalização conforme formulados no âmbito da Teoria Gerativa. Essa segunda parte do capítulo conta com as sínteses dos trabalhos de Lightfoot (1999, 2010), Kroch (2001), Roberts; Roussou (2003) e Roberts (2007).

Considerando a sua estrutura, o capítulo está organizado da seguinte forma: a seção 1.2 apresenta estudos sobre o contato de línguas e a origem do PB, considerando, em particular, Lucchesi (2009), Baxter; Lucchesi (2009), Naro; Scherre (2003) e Lucchesi (2012). A seção 1.3 aborda a questão da mudança linguística na perspectiva da Teoria Gerativa, considerando os processos de reanálise e de gramaticalização, a partir dos estudos de Lightfoot (1999, 2010), Kroch (2001), Roberts; Roussou (2003) e Roberts (2007). Por fim, a seção 1.4 apresenta a síntese do capítulo.

1.2 A formação do PB na perspectiva do contato de línguas

1.2.1 Lucchesi (2009), Lucchesi; Baxter (2009): o processo de transmissão linguística irregular

Lucchesi (2009), tratando da história do contato entre línguas no Brasil, observa que a contextualização das mudanças linguísticas que afetaram o PB deve partir, sem dúvida, da análise do cenário linguístico no qual ocorreu esse processo, que propiciou:

“(...) o contato dos colonizadores portugueses com milhões de aloglotas, falantes de mais de mil línguas indígenas autóctones e de cerca de duzentas línguas que vieram na boca de cerca de quatro milhões de africanos trazidos para o país como escravos (...)” (p. 41).

Essa contextualização precisa, é claro, de uma apurada compreensão do processo histórico da formação do PB. Ressalto que, no cap. 2 desta tese, apresento uma contextualização sócio-histórica da formação do PBC, a qual acredito dar conta de aspectos da formação do PB como um todo, relevantes para a discussão que encaminho nesta tese. Por conta disso, e prezando pela concisão, nesta seção, opto por enfatizar a discussão em torno do conceito de *transmissão linguística irregular*, conforme formulado por Lucchesi (2009) e Lucchesi; Baxter (2009).

De acordo com Lucchesi (2009), ao pensarmos a realidade linguística do Brasil em sentido *lato*, não podemos deixar de considerar o grande abismo social que “(...) separa uma minoria, que desfruta de bens e serviços do universo da cidadania, da grande maioria, que pouco ou nenhum acesso tem aos bens de consumo, aos serviços sociais e aos direitos sociais básicos (...)” (p. 42). Esse abismo coloca o Brasil em um sistema polarizado, constituído, segundo o linguista, por dois grandes subsistemas, a saber, uma norma dita culta e uma norma popular, cada um deles com sua lógica própria.

Nesse sentido, o que diferencia esses subsistemas são os padrões de comportamento linguístico daqueles que dele fazem uso. De um lado, temos uma minoria de brasileiros que têm formação escolar e podem usufruir dos direitos e bens que podem ser acessados por meio da educação formal. Do outro, vemos a grande maioria da população, com pouco ou nenhum acesso à formação escolar, alijada de seus direitos elementares.

Lucchesi (2009) pontua que os falares dessa maioria “(...) se formaram no grande cadinho que fundiu, na fornalha da escravidão em massa, as etnias autóctones e as etnias africanas na forma do colonizador europeu”. Por conta disso, segundo a linha de raciocínio do autor, é plausível pensarmos que, “(...) se é uma variedade da língua do colonizador a que se impõe na fala dos segmentos sociais aí formados, não se pode deixar de perceber as marcas de sua aquisição precária e de sua nativização mestiça.” (p. 42).

O linguista observa ainda que, desde o início da colonização, em meados do século XVI, até o final do século XIX, a organização socioeconômica do Brasil pouco se alterou. Ou seja, o Brasil continuou a ter uma sociedade predominantemente rural,

com a grande maioria da sua população constituída por índios, africanos e mestiços mantida sob a mais violenta exploração e totalmente segregada da vida institucional ou de qualquer cidadania. Essa organização, de acordo com o pesquisador, é responsável por criar as condições objetivas para a polarização sociolinguística do Brasil. Segundo sua argumentação, “de um lado, nos restritos círculos da elite dos pequenos centros urbanos, vamos ter aqueles que ‘cultivam’ a língua e as boas maneiras, sob a inspiração dos modelos importados d’além mar. Enquanto, do outro lado, nas vastas regiões do interior do país, a língua portuguesa passava por drásticas alterações, sobretudo em função do processo de transmissão linguística irregular”. (cf. p. 52)

A transmissão linguística irregular é um processo que, de acordo Lucchesi (2009), designa, amplamente, os processos históricos de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciadas, entre os séculos XVI e XIX, em decorrência da ação do colonialismo europeu na África, Ásia, América e Oceania. O linguista explica que ele é desencadeado nas situações de um abrupto, massivo e radical contato entre línguas. No caso da realidade brasileira, compreendeu, nas palavras do pesquisador,

“(…) a aquisição precária do português por parte dos índios e africanos, a sua socialização entre esses segmentos e a sua nativização, a partir desses modelos defectivos, entre os descendentes endógamos e mestiços desses índios aculturados e africanos escravizados.” (p. 53).

Podemos concluir, segundo o que está citado, que o processo de transmissão linguística irregular do português pode ter propiciado, em determinadas condições mais propícias, o surgimento da língua falada pelas camadas mais pobres da sociedade a partir de um nível de pidginização e crioulização.

Lucchesi (2009) acrescenta que os vestígios do processo de transmissão linguística irregular podem ser observados apenas naquelas comunidades rurais mais isoladas e, entre essas, naquelas em que o contato entre línguas foi mais radical, e a reestruturação gramatical, mais profunda. Essa conclusão se baseia no argumento de que, nas comunidades menos isoladas, mudanças ocorridas no seu panorama cultural e linguístico, em função do vasto processo de urbanização da sociedade brasileira, definem uma tendência da mudança do português popular em direção aos modelos da norma urbana culta. Os padrões culturais do meio urbano atingem e influenciam essas camadas menos isoladas através do acesso a tecnologias como, por exemplo, a televisão

e a internet, “(...) ou ainda pelo contato direto, proporcionado pelas modernas condições de transporte, ou mesmo através do precário sistema de ensino público.” (p. 54).

Lucchesi (2009) cita um cenário possível para ilustrar essa discussão. Para tanto, apresenta o exemplo das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, que provêm de antigos quilombos. Um caso concreto de comunidade isolada citado é Helvécia, no extremo Sul do Estado da Bahia, estudada, inicialmente, por Ferreira (1984, citado pelo autor). O linguista considera que, em comunidades como esta, ainda é possível observar, na fala dos seus membros mais velhos, alguns traços linguísticos que apontam para mudanças drásticas resultantes de um processo pretérito de transmissão linguística irregular.

Tomando como referência o estudo dos usos linguísticos dessa comunidade, Lucchesi; Baxter (2009) avançam a hipótese segundo a qual, no contexto do processo de transmissão linguística irregular, a língua do grupo dominante se impõe, de modo que os falantes das outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições adversas, em função de sua sujeição e marginalização. Esta segunda língua, adquirida, sob condições mais ou menos defectivas, que apresentam lacunas e reanálises em relação aos seus mecanismos gramaticais, constituirá os dados primários para as novas gerações de falantes. Baseando-se nessa linha de argumentação, os autores concluem que

“(...) o processo de transmissão linguística irregular pode conduzir à formação de uma língua historicamente nova, denominada língua crioula, ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua de superstrato, que não deixa de apresentar processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas.” (p. 101)

Os linguistas explicam que a variedade linguística que se desenvolve em situação de contato é fruto de um processo que conjuga dois movimentos, a saber:

(i) a erosão gramatical da LA [língua alvo], que, nos processos mais radicais de contato, pode levar à eliminação de todo o seu aparato gramatical no momento inicial de sua aquisição como segunda língua por falantes adultos; e (ii) a recomposição gramatical dessa(s) variedade(s) defectiva(s) de segunda língua, que ocorre em função do estabelecimento da rede de relações sociais que vai dar ensejo à formação de uma nova comunidade de fala. (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 103)

Considerando a existência desses movimentos, Lucchesi; Baxter (2009) sugerem que o contato de línguas ocorrido durante o Brasil colonial apresenta as condições propícias para a emergência de línguas pidgins e crioulas. Para isso,

consideram o plano sócio-histórico como evidência para concluir que a situação que configurou na colônia portuguesa entre os séculos XVI e XIX, com o deslocamento forçado de populações para um contexto geográfico e cultural distinto do seu contexto original, é considerada a mais típica para a ocorrência desses processos.

Lucchesi; Baxter (2009) desenvolvem argumentação acerca de dois processos que avaliam como cruciais na reestruturação estrutural ocorrida em situações de transmissão linguística irregular, a saber, a gramaticalização e a transferência funcional.

A transferência funcional é um mecanismo que, segundo Lucchesi; Baxter (2009), se refere, nos casos de pidginização e criouliização, ao prolongado uso da variedade emergente, à incorporação de material morfológico da primeira língua ou indica o uso de material lexical da segunda língua em funções morfológicas presentes (parcial ou plenamente) na primeira língua. Para ilustrar, os autores citam o caso no qual uma preposição provinda da língua alvo passa a desempenhar, na segunda língua, funções que, na língua anterior, são desempenhadas por duas ou mais preposições, ou seja, o item passa a ter múltiplas funções. Esse mecanismo concorre com outro, isto é, compete com o processo de gramaticalização interna.

Os linguistas observam que o processo de gramaticalização é favorecido pela perda de matéria gramatical que se dá no momento do estabelecimento da situação de comunicação emergencial. Na avaliação dos pesquisadores, nessas condições, esse processo pode ocorrer em um nível muito superior ao que se observa na história de variedades linguísticas que não passaram por situações de contato massivo, abrupto e radical. O caso dos verbos da língua alvo que, após perda morfofonológica, passa a funcionar como preposição ou complementizador na segunda língua, ilustra esse processo (cf. LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 115).

No entanto, conforme ponderam Lucchesi; Baxter (2009, p. 117), a gramaticalização e a transferência funcional geram estruturas que não são privativas das línguas pidgins e crioulas. Para sustentar sua argumentação, citam o caso do processo de gramaticalização em que um demonstrativo passa a desempenhar as funções de um artigo, conforme ocorrido em vários processos de criouliização do português na África.

Considerando essa argumentação, Baxter; Lucchesi (2009) avaliam que, para diferenciar as estruturas resultantes desses mecanismos daquelas que ocorrem por outros fatores, deve-se considerar a quantidade e a intensidade dessas mudanças em função do curto espaço de tempo em que ocorrem, se comparadas a seu ritmo no desenvolvimento 'normal' da língua. Por fim, concluem que, para que se possa entender o caráter e a

natureza das línguas crioulas frente às chamadas línguas naturais, é crucial considerar o processo histórico de contato linguístico que levou à formação das línguas crioulas, quando comparado ao desenvolvimento histórico interno da língua que forneceu a sua base lexical (cf. p 118).

Na próxima seção, apresento a hipótese da deriva secular, defendida por Naro; Scherre (2007), tendo por base o conceito de deriva, cunhado por Sapir (1921). Pressupondo certo imanentismo, a hipótese defendida pelos autores é que a história de uma língua é regida pela lógica de sua estrutura interna. Essa hipótese é contrária à ideia de transmissão linguística irregular, acima apresentada. O objetivo é, portanto, apresentar as diferentes hipóteses que são formuladas com o objetivo de explicar o processo de formação do PB, sem, neste momento, assumir nenhuma delas.

1.2.2 Naro; Scherre (2007): a hipótese da deriva linguística

Naro; Scherre (2007) assumem um posicionamento contrário à ideia de que as mudanças que se observam no PB sejam resultado de um processo de crioulização, pelo contato linguístico que teria ocorrido entre o português europeu, línguas indígenas e línguas africanas, do século XVI ao século XIX. Construindo outra linha de raciocínio, defendem que as características morfossintáticas e fonológicas observadas no PB são heranças de um processo de transformação que remonta ao latim e ao português arcaico e clássico.

Os linguistas enfatizam que as mudanças observadas no PB também não são resultantes do processo de transmissão linguística irregular. Além disso, reforçam que a hipótese que defendem difere daquilo que outros pesquisadores pressupõem ser crioulização ou semicrioulização.

Naro; Scherre (2007) observam que várias ‘forças’ contribuíram para a formação do PB. Entre elas, citam forças oriundas da Europa, outras da América e, outras, ainda, da África. Todavia, não atribuem “papel algum a um suposto crioulo de base lexical portuguesa, entendido como a língua falada pela comunidade negra e estruturalmente diferente da de outras etnias”. (p. 25-26)

Considerando o ponto de vista histórico, Naro; Scherre (2007) pontuam que, muito antes de virem para a América (do séc. VIII ao séc. XV), os portugueses já mantinham contato com povos falantes de outras línguas, como, por exemplo, árabes e africanos. De acordo com os autores,

“pouco se sabe de como os portugueses se comunicavam com os árabes ou com outros povos que não chegaram a dominar o português durante todos esses séculos, (...) [contudo, mencionam que] existem referências na literatura da época ao *sabir*, que seria um sistema verbal predominante de base lexical românica, usado para propósitos de contato, tanto no Oriente Médio como no norte da África.” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 27).

Portanto, conforme Naro; Scherre (2007), desde o início do século XVI, época dos primeiros contatos de portugueses com o Brasil, já havia, em Portugal, um tipo de estratégia para comunicação com estrangeiros. Os linguistas fazem referência a um sistema verbal com um amplo leque de traços variantes que caracterizam como pidginizantes, incluindo uso variável de flexões verbais e nominais. Esse sistema, chamado de “língua de preto”, foi utilizado durante as primeiras explorações navais na África Ocidental.

Naro; Scherre (2007) avaliam a questão do contato de línguas que correu no Brasil do século XVI ao século XIX e observam que o quadro linguístico inicial é o de uma comunidade em que as línguas dos diversos grupos se influenciavam principalmente através do aprendizado de segundas línguas por aloglotas. Para os linguistas, esse quadro se completa da seguinte forma: “o predomínio do pidgin tupi (SILVA NETO, 1986), ou da língua geral paulista (RODRIGUES, 1996); influência mútua das diversas línguas no contexto de aprendizado do português, da língua geral e de outras línguas como segundas línguas e de elementos pidginizantes vindos da Europa”. (cf. p. 30).

Os linguistas usam o fenômeno da variabilidade dos sistemas de concordância nominal e verbal para ilustrar a argumentação que desenvolvem. De acordo com sua explicação, a motivação para essa escolha se deve ao fato de que esse fenômeno é frequentemente classificado como sendo de origem crioula. Alegam que a perda da variação na concordância verbal, por meio do processo de desnasalização, como, por exemplo, ‘comem/come’, é um fenômeno que existe na fala popular de Portugal, principalmente na região de Entre-Douro-Minho. Baseando-se nessa evidência, defendem que o fenômeno da desnasalização não é específico do português do Brasil. (cf. p. 32-33), como se pressuponha.

No que se refere à concordância nominal, Naro; Scherre (2007) levantam a hipótese de que o processo da queda do -s final no PB talvez tenha tido seu início no

português dialetal da Europa, como podemos observar no seguinte contraste: “or dedo” por “os dedos”; “mermo” por “mesmo”, entre muitos exemplos citados, do português e de outras línguas românicas. Para os linguistas, o PB está, desta forma, apenas dando continuidade a uma deriva pré-românica. (cf. p. 36). É como se a língua seguisse o seu curso natural, sem sofrer interferência dos que dela fazem uso. A língua, concebida dessa forma, parece desenvolver-se de modo autônomo em uma direção prefigurada, e os contextos históricos e sociais que determinam o seu uso apenas podem acelerar ou retardar esta tendência interna.

Os linguistas elegem o grau de escolarização e/ou o contraste rural-urbano como as variáveis sociais mais importantes para o entendimento das diferenças do comportamento da concordância nominal. Baseando-se nisso, argumentam que

“[s]e a origem do português do Brasil se devesse à existência de um pidgin ou de um crioulo de base lexical portuguesa e gramática africana, seria de se esperar que as áreas geográficas que apresentavam maior concentração de escravos em meados do século XIX evidenciassem diferença de comportamento no que toca à concordância nominal e verbal, fato não constatado pelos diversos trabalhos existentes” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 46).

Naro; Scherre (2007) defendem que o português falado em Portugal antes da colonização do Brasil já possuía uma deriva secular que o impulsionava ao longo de um vetor de desenvolvimento. De acordo com os linguistas, no Brasil, a deriva secular é exagerada “(...) pela exuberância do contato de adultos, falantes de línguas das mais diversas origens, e pela nativização desta língua pelas comunidades formadas por estes falantes” (p. 69). No Brasil, esse vetor encontrou outras forças que reforçavam e expandiam a direção regional. A hipótese explorada é a de que, no início do processo, uma dessas forças era a pidginização, que exercia uma influência sobre o português através da língua geral tupi, da “língua de preto” europeia, revivificada no Brasil originalmente para uso com os indígenas. Toda a argumentação feita pelos linguistas é, assim, motivada pelo objetivo de mostrar que, no Brasil, não se desenvolveu uma verdadeira língua crioula, caracterizada como sendo, de acordo com a sua argumentação, de ‘léxico português e gramática africana’. Tão pouco o contato linguístico foi o fator relevante.

Na próxima seção, retomo a discussão acerca do processo de transmissão linguística irregular e inicio uma discussão sobre o processo de erosão linguística, a

partir do trabalho de Lucchesi (2012), que refuta a hipótese da deriva secular, defendida por Naro; Scherre (2007) e reforça a relevância do contato linguístico para a compreensão do processo de formação do PB. A hipótese do autor é que, na origem do PB, ocorreu um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, tendo como implicação uma erosão linguística.

1.2.3 Lucchesi (2012): o processo de transmissão linguística irregular e a erosão linguística

Lucchesi (2012), em artigo que apresenta uma visão crítica sobre o papel da deriva secular na formação do PB, ou melhor, sobre a hipótese de Naro; Scherre (2007), defende que a formação do PB deve ser compreendida como um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, diferentemente daquele que está na origem das línguas pidgins e crioulas típicas. O conceito de transmissão linguística irregular utilizado pelo autor tem formalização teórica em trabalhos anteriores (BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 2003, 2008; e LUCCHESI; BAXTER, 2009). Para sustentar seu ponto de vista, pondera que o processo ocorrido com o PB se caracteriza apenas por uma erosão dos mecanismos gramaticais que não têm valor informacional. Na avaliação do autor, os efeitos mais notáveis desse processo, no PB contemporâneo, podem ser observados na variação do emprego das regras de concordância nominal e verbal e na flexão de caso dos pronomes pessoais (cf. p. 252).

Para tanto, retoma o texto de Naro; Scherre (2007) com o objetivo de mostrar que esses autores carecem de fundamentação teórica e sustentação empírica para defender a hipótese de que a deriva secular exerceu algum papel na formação do PB. A fim de confrontar a argumentação de Naro; Scherre (2007), o autor questiona o conceito de pidgin adotado pelos linguistas, pois, em sua avaliação, o termo foi utilizado de forma imprecisa, lançando mão de alguns teóricos, tais como Mühlhäusler (1986), para os quais o pidgin deve ser visto sempre como um processo, não como uma entidade linguística estática, com um perfil nítido.

Dando prosseguimento à discussão, Lucchesi (2012) observa que, na história sociolinguística do Brasil, se aconteceu um pidgin estável, ou expandido, foi um processo muito raro e localizado. Contudo, pondera que a formação de pidgins restritos deve ter sido geral e muito recorrente, comparando o processo de pidginização restrita com o processo de aquisição de segunda língua. Em sua argumentação, defende que a

diferença entre um e outro processo é que, enquanto, no segundo caso, o aprendiz avança cada vez mais em direção à língua-alvo; no caso dos pidgins restritos, os falantes/ aprendizes estacionam nos estágios iniciais.

Nesse sentido, a origem da variação na concordância nominal e verbal que se observa hoje nas variedades populares do PB pode ser obtida quando se considera as circunstâncias envolvidas no processo de aquisição não sistemática de segunda língua por parte de falantes adultos e na formação de pré-pidgins e pidgins-restritos, não sendo necessário, dessa forma, recorrer ao que Lucchesi (2012) define como “(..) categoria pré-teórica, abstrata e quase metafísica, intuída no início do século passado, a deriva linguística.” (p. 262).

Entre outras críticas contra a teoria da deriva secular, consta a que se refere ao processo de desnasalização. O linguista pontua que esta teoria não dá conta de explicar este processo, que afeta o PB, mas que não tem paralelo na variedade europeia do português (*contra* NARO; SCHERRE 2007). Um exemplo do processo de desnasalização é obtido contrastando as formas verbais “comeu/comeram”. Na hipótese de Naro; Scherre (2007, p. 33), a redução da concordância no PB, ou seja, o uso generalizado da primeira forma para todos os contextos sintáticos seria motivado pela regra fonológica da desnasalização – um processo que segundo os autores é atestado na região de Entre-Doutor-e-Minho, atingindo também nomes (“virgem” como “birge”). Lucchesi (2012) defende que as implicações que são atribuídas a este processo são compatíveis com aquelas derivadas de um fenômeno de natureza puramente morfossintática, condicionado fortemente por fatores sintáticos, não representando mais que isso.

1.2.4 Síntese sobre o papel do contato de línguas na formação do PB

Como foi possível observar, nas subseções anteriores, tratei de duas hipóteses sobre o processo de formação do PB, em que, apesar da divergência, existem pontos de contato. Para as duas propostas, a língua é compreendida como um fenômeno social. Igualmente, ambas reconhecem o impacto do contato de línguas na gênese do PB. No entanto, para Lucchesi (2009) e Baxter; Lucchesi (2009), o contato de línguas durante a colonização do Brasil pelos portugueses poderia ser comparado ao que gerou línguas crioulas em outras partes do mundo, ainda que no Brasil, tenha havido, por circunstâncias históricas diferentes, o fenômeno de descrioulização. Esse fenômeno

seria responsável pela manifestação de propriedades que remetem às situações crioulização. Para Naro; Scherre (2007), fenômenos arrolados como evidência para justificar a hipótese da crioulização, como a concordância variável (verbal e nominal), são detectados em períodos prévios da língua portuguesa. Diante disso, alegam que a hipótese da crioulização carece de evidência empírica, defendendo que as características do português brasileiro podem ser explicadas como mudanças determinadas pela deriva da língua, a qual se intensificou pela pressão do contato.

Na próxima seção, sumário trabalhos que consideram a língua como um mecanismo biológico, sendo o tema da mudança linguística abordado na perspectiva da Teoria Gerativa, com foco nos processos de reanálise e gramaticalização. Como será demonstrado, nessa abordagem, a mudança linguística deve ser explicada no âmbito de uma teoria sintática (referida como Gramática Universal). Essa abordagem será adotada na presente análise, considerando-se o contato de língua e suas implicações no processo de aquisição de língua.

1.3 A mudança linguística na perspectiva da Teoria gerativa

Nesta seção, sumário teorias formuladas com o objetivo de compreender o processo da mudança linguística na perspectiva da Gramática Gerativa. Nosso objetivo é, portanto, tratar da mudança a partir de uma perspectiva formalista, mais precisamente, dentro de abordagens que concebem a língua como um organismo presente na mente/ no cérebro humano. Para tanto, retomarei propostas que discutem a mudança interna e a mudança endógena. Tendo em vista esse objetivo, considerarei a abordagem por pistas, proposta por Lightfoot (1999, 2010); a abordagem da transmissão linguística irregular, desenvolvida por Kroch (2001); a abordagem da gramaticalização, delineada por Roberts; Roussou (2003) e, por fim, a abordagem da mudança abdução, proposta por Roberts (2007).

1.3.1 Mudança Sintática: reanálise e gramaticalização

1.3.1.1 Lightfoot (1999, 2010): a abordagem baseada em pistas

Lightfoot (1999) compreende a língua a partir de uma perspectiva biológica, tratando-a como uma entidade representada na mente/ cérebro de cada ser humano. O

recorte que fazemos do trabalho do linguista incide sobre a questão da aquisição e da mudança linguística.

A mudança é a lei a que todos os organismos vivos estão sujeitos. No que se refere à mudança linguística, Lightfoot (1999) observa que as diferentes experiências linguísticas pelas quais cada indivíduo passa podem dar origem a diferentes gramáticas, acrescentando que, embora as experiências mudem minimamente de uma geração para outra, os seus efeitos podem ser notados nas gramáticas que emergem. Conforme essa linha de raciocínio, os falantes de uma determinada comunidade compartilham a mesma língua, mas duas crianças não terão acesso exatamente aos mesmos dados primários. Mesmo nessas circunstâncias, Lightfoot (1999) defende ser plausível a pressuposição de que as gramáticas são sujeitas aos mesmos princípios e parâmetros e restrições de aprendizagem, comuns à espécie humana (cf. p. 77). Nesse sentido, as gramáticas existem para as pessoas não para as línguas, o que faz com que sejam internas aos indivíduos, como parte integrante de seu aparato mental. Assim, não existe o objeto externo chamado “a gramática do inglês”, mas um conjunto de indivíduos que possuem gramáticas internas, que diferem (minimamente) entre si, e esse conjunto gera o que pode ser estocado como o que se entende por ‘inglês’.

Diante disso, Lightfoot (1999) levanta um questionamento sobre quem promove a mudança linguística, e que nos parece muito relevante, a saber: ‘Os adultos mudam a gramática?’ (*Do adults change the grammar?*) (p. 80). O autor pondera que, assumindo-se uma visão biológica da gramática, a resposta positiva para esta pergunta é uma possibilidade lógica, mas não é evidente. Embora o falante adulto não contribua diretamente para a mudança linguística, ele inova, promovendo mudanças nos dados linguísticos primários (DLP) aos quais terá acesso a geração mais nova. E a diferença entre os dados aos quais este falante teve acesso e aqueles que passarão para a nova geração pode, sim, representar um peso relativo para a mudança a ser implementada pela criança. Além das inovações do adulto, Lightfoot (1999) cita como fatores que contribuem para a mudança linguística o movimento de população, o contato linguístico e, em certa medida, os DLP truncados, que, segundo o linguista, podem não incluir certas expressões ou não as incluir com a mesma frequência em que ocorreu para a geração anterior (cf. p. 101).

A forma como a mudança linguística ocorre é outro tema discutido por Lightfoot (1999). O linguista afirma que a mudança linguística é de fato gradual em certos aspectos, mas as gramáticas sofrem mudanças abruptas e repentinas de tempos em

tempos. Pontua que determinar se a mudança é um fenômeno que ocorre de forma gradual ou abrupta depende basicamente da perspectiva que se adota para analisá-lo: ou seja, se o olhar recai sobre o falante individual, a conclusão é que se trata de um fenômeno que ocorre de forma abrupta; mas se as lentes são trocadas e o olhar passa a incidir sobre o sistema, será possível perceber que se trata de um fenômeno que ocorre de forma gradual.

Para entender os mecanismos da mudança linguística, Lightfoot (1999) sugere que ela seja discutida no âmbito da teoria da catástrofe. Em linhas gerais, esta teoria, desenvolvida pelo matemático francês René Thom (1960), estuda, entre outras coisas, uma série de estados diversos dentro de um fenômeno, sendo cada um deles a causa de outros – o que gera um efeito em cadeia. Lightfoot (1999) reinterpreta a teoria da catástrofe e afirma que, no âmbito da mudança linguística, “as catástrofes são as discrepâncias irregulares que encontramos de tempos em tempos entre o *input* a que uma criança está exposta, e o *output* que a sua gramática madura gera” (LIGHTFOOT, 1999, p. 89 – tradução minha).¹

Ainda sobre a teoria da catástrofe, Lightfoot (1999, p. 91) explica que esta teoria trata de “valores de *input* tais que o ponto fixo que reflete o comportamento do sistema, passa de atrator estável para atrator instável. Essa mudança na estabilidade força o sistema a se mover abruptamente para um novo ponto fixo estável. O intervalo entre os dois pontos estáveis de divergência constitui a variação linguística (o que exclui a noção de variação livre). Dessa forma, uma pequena alteração no valor do *input* leva a uma mudança descontínua no ponto fixo atrator” – tradução minha.² Aplicado ao problema da mudança linguística, supõe-se que o inventário de propriedades variáveis corresponde ao conjunto de atratores, o que torna viável a hipótese de um número pequeno de valores paramétricos como definidores dos sistemas gramaticais.

Cabe, então, considerar a difusão da mudança linguística. Conforme Lightfoot (1999), uma hipótese a considerar é a de que os falantes operam com mais de uma gramática (como propõe KROCH, 1989), o que permite reter a concepção de que a gramática não permite opcionalidade. Nota-se que, na mudança linguística, a frequência dos fenômenos vinculados a um dado valor paramétrico muda na mesma taxa, mas não

¹ No original: “For us, “catástrofes” are the bumpy discrepancies that we find from time to time between the input that a child is exposed to and the output that the child’s mature grammar generates.”

² No original: “Catastrophe theory deals with input values where the fixed point reflecting the system’s behaviour shifts from being a stable attractor to being an unstable one. This change in stability forces the system to move abruptly to new stable fixed point. A small change in an input value leads to a discontinuous shift in the fixed-point attractor.”

necessariamente no mesmo tempo. Essa relação pode ser entendida se uma gramática é substituída pela outra ao longo do tempo. A pergunta natural é por que uma gramática substituiria a outra por um processo de competição. A resposta pressupõe um requisito baseado em economia, que excluiria a existência de *doublets* como uma propriedade da GU, embora as formas duplicadas possam ocorrer em diferentes registros ou estilos, o que implicaria uma distribuição por um critério funcional.

Lightfoot (1999) cita o modelo de aprendizagem proposto por Niyogi; Berwick (1995), em que são postulados três subcomponentes – uma teoria da gramática, um algoritmo de aprendizagem, e os DLP –, destacando sua capacidade de simular sistemas gramaticais dinâmicos, pela alteração de elementos específicos da teoria da gramática ou do algoritmo de aprendizagem. Nesse sentido, o modelo deriva diferentes trajetórias para diferentes mudanças, cabendo identificar quais estão de acordo com os dados históricos, o que torna a curva em S uma das opções lógicas, não um primitivo. Lightfoot (1999, p. 104) conclui que, se por um lado, as mudanças gramaticais devem ser instantâneas no nível individual, por outro lado, elas podem também se difundir rapidamente na população, sendo essa velocidade dependente de fatores como coesão social, facilidade de comunicação, entre outros.

Conforme observa Lightfoot (1999, p. 147), a discussão gira em torno da hipótese de que os aprendizes finalmente selecionam uma gramática que combina com o *input*. Nesse sentido, supõe-se que a criança seja dotada de uma métrica de avaliação, ou de um sistema que corrige erros diante de um *input* discrepante. Uma questão que desafia esse modelo é a situação em que a criança é exposta a um tipo de *pidgin*, caracterizado como um sistema de comunicação primitivo, resultando, desse acesso, um sistema linguístico completo, a língua crioula, por um processo abrupto (conforme postulado por BICKERTON, 1988). A visão de criouliização como um processo abrupto entra em conflito com uma tradição que valida o gradualismo como inerente à mudança linguística. Inversamente, ao assumir a concepção gradualista, a criouliização passa a ser vista como um processo idêntico à aquisição de L2 por adultos, deixando, portanto, de ser objeto de interesse como tal para a teoria da GU.

Buscando reter a hipótese de que “modelos existentes de aprendizagem e modelos existentes de mudança linguística nos comprometem com a ideia de que as línguas são basicamente estáveis”, Lightfoot (1999, p. 148-149) discute a natureza da experiência que funciona como *trigger* para o desenvolvimento de gramáticas. Na discussão, argumenta que a criança examina o seu ambiente para localizar ‘pistas’,

sendo uma pista algum tipo de estrutura, ou um elemento da gramática, que é derivada do *input*. As pistas devem ser encontradas na representação mental que resulta da audição, compreensão e análise de enunciados.

Segundo Lightfoot (1999, p. 149-150), na tarefa de procurar por pistas, a criança não é influenciada pelo grupo de sentenças geradas pela sua gramática. A criança explora o ambiente linguístico para encontrar pistas apenas em domínios sintáticos simples. Esse domínio representa, segundo sua argumentação, o ‘grau – 0 de aprendizagem’. O linguista pontua que a criança faz essa operação sem considerar o resultado final. Ou seja, a criança procura por pistas e pode ou não as encontrar, independentemente de qual gramática poderá gerar. Nesse sentido, o *output* da gramática é inteiramente um subproduto das pistas encontradas pela criança. O *trigger*, por sua vez, é um grupo de estruturas abstratas que se relacionam às opções paramétricas e, como tais, se manifestam nas representações mentais, como produtos da análise parcial de enunciados.

A abordagem de pistas proposta por Lightfoot (1999) é baseada no trabalho de Drescher; Kaye (1990), desenvolvido para dar conta de questões dentro do campo da fonologia. Lightfoot (1999) pontua que, nessa abordagem, a gramática Universal (GU) especifica não apenas um grupo de parâmetros, mas uma pista para cada um deles. Nesse sentido, não há parâmetros independentes; ao invés disso, propõe que há algumas pistas encontradas em todas as gramáticas e outras encontradas em algumas gramáticas. De acordo com o linguista, esse segundo tipo de pista representará o ponto de variação entre as gramáticas.

No artigo *Language acquisition and language change*, Lightfoot (2010) discute a questão da mudança linguística motivada por fatores internos (fatores endógenos). Mais especificamente, retoma a ideia da aquisição de línguas baseada na abordagem de pistas (LIGHTFOOT, 1999) e defende que conhecer o funcionamento da aquisição, a partir dessa abordagem, habilita-nos a entender como ocorre a mudança diacrônica. A proposta do autor representa, portanto, uma linha de convergência para fenômenos de variação, de aquisição e de mudança linguística.

A hipótese de trabalho de Lightfoot (2010, p. 677) é a de que “uma gramática se desenvolve em uma criança em resposta a estruturas que são expressas no ambiente em que ela vive, ou melhor, em resposta às sentenças presentes na língua à qual ela é

exposta.”³ Para o autor, essas estruturas são pistas designadas anteriormente à experiência, que se expressam em sentenças ouvidas pela criança, sendo analisadas, dado o conhecimento da criança, somente se uma pista em particular é usada.

Lightfoot (2010) reforça que a proposta de aquisição baseada em pistas é uma variante do modelo de princípios e parâmetros (P&P) para variação e aquisição, esclarecendo que as estruturas ou pistas que podem ou não ocorrer em uma língua particular constituem a variação de parâmetro. A noção de princípios seria captada pelas estruturas que são invariantes e que devem, portanto, ocorrer em todas as gramáticas internas. O linguista argumenta, contudo, que a proposta baseada em pistas difere dos trabalhos com base no modelo padrão de P&P, na medida em que, na abordagem por pistas, as crianças não avaliam gramáticas candidatas em confronto com conjuntos de sentenças. Segundo o autor, no seu modelo, “as crianças estão em uma marcha forçada, interpretando a língua que ouvem através do inventário disponível de estruturas fornecidas pela GU” (LIGHTFOOT, 2010, p. 677 – tradução minha) ⁴.

Para corroborar sua hipótese, Lightfoot (2010) lança mão do argumento da pobreza de estímulo e explica que, por exemplo, para saber quando usar a forma completa *is* ou reduzida *'s* do verbo *to be*, a criança aprendiz do inglês conta com seu conhecimento linguístico inato. O autor afirma que a criança ouve ambas as formas e aprende como usá-las, estando exposta a simples dados da língua alvo. De fato, o argumento da pobreza de estímulo passa a fazer mais sentido quando observarmos que os DLP aos quais a criança é exposta, não transmitem, por exemplo, o aviso de que não é possível usar a forma reduzida na última ocorrência do verbo, na estrutura (i) *Kim's taller than Jim is*. Dessa forma, para resolver o mistério, é necessário, de acordo com o autor, pensarmos na hipótese da GU (p. 678). Para o autor, as crianças encontram pistas, tais como [NP+'s], que são, por hipótese, peças abstratas da estrutura da sua gramática interna e são expressas por sentenças como a exemplificada em (i). Por hipótese, essa pista submete-se a um princípio da GU que rege os apagamentos: “a interação entre elementos intrínsecos e aprendidos capta a imensa complexidade da

³ No original: “[The core idea in the cue-based approach is that] an internal languages grows in a child in response to structures that are expressed in teh ambiente, external language that she hears”

⁴ No original: “(...) children are on a forced march, interpreting the external language they hear through the available inventory of structures they hear.”

capacidade humana de linguagem, revelando distinções às quais a maioria das pessoas não está atenta.” (p. 680)⁵

O questionamento legítimo que fazemos é, então: quando ocorre a mudança linguística, na teoria de Lightfoot (2010)? De acordo com o autor, as crianças adquirem um sistema linguístico maduro que, por vezes, difere do sistema de seus pais. Nesse modelo de aquisição de língua, a mudança se dá quando um conjunto de dados, o *input*, é apresentado à criança, e ela os analisa à procura de pistas e, quando as encontra, faz emergir uma gramática que, às vezes, difere, em algum aspecto, daquela que gerou os dados aos quais foi exposta. A ação da criança leva ao surgimento de uma nova língua por meio do processo de reanálise. Conforme o autor, “pequenas mudanças na língua-E desencadeiam às vezes novas línguas-I, com consequências mais impactantes” (LIGHTFOOT, 2010, p. 681).⁶

Na próxima seção, apresento uma síntese de Kroch (2001), que argumenta em favor da hipótese de que a transmissão linguística imperfeita (formulada originalmente em KROCH, 1989), é um fator a ser considerado como indutor da mudança linguística.

1.3.1.2 Kroch (2001): a abordagem da transmissão linguística irregular

Kroch (2001) parte da observação de que as línguas mudam em todos os níveis da estrutura. Dessa forma, é possível identificar casos de mudança no léxico, na fonologia, na morfologia e na sintaxe. Considerando a mudança sintática pelo ponto de vista da hipótese inatista, segundo a qual todas as línguas se enquadram no formato previsto pela faculdade de linguagem, o autor pontua que este tipo de mudança ocorre devido a uma falha na transmissão de traços formais ao longo do tempo. Essa falha poderia ocorrer em grupos de falantes adultos, quando, por alguma razão, um traço é substituído por outro, no uso, como no caso em que uma palavra é criada. Contudo, esse tipo de processo não é atestado em relação a traços sintáticos. Supõe-se então que a falha na transmissão é devida a alguma mudança na natureza da evidência disponibilizada ao aprendiz, ou a algum fator associado ao aprendiz, como sua idade

⁵ No original: “The interaction between intrinsic and learned elements captures the immense complexity of a person’s language capacity, revealing distinctions that most people are unaware of.”

⁶ No original: “Small changes in E-language sometimes trigger new I-languages, with more far reaching consequences.”

na aquisição como no caso da aquisição de segunda língua por adulto, em situação de contato linguístico.

O linguista pondera que a compreensão que se tem das falhas de transmissão é muito limitada, porque a compreensão da relação entre a evidência apresentada ao aprendiz e a gramática adquirida por ele ainda é muito imprecisa (cf. p. 700). Diante de tais questões, Kroch (2001) discute a ideia de a mudança linguística poder ou não ser motivada por causas endógenas.

Considerando que alguns sistemas linguísticos mostram-se estáveis ao longo de muitos séculos, observa que a hipótese de que a mudança linguística seria devida a uma instabilidade inerente no nível da sintaxe é questionável. No entanto, os defensores da mudança endógena, compreendem que a mudança linguística pode ser induzida por perdas fonológicas, supressões morfológicas, com efeitos sobre a sintaxe, sob a forma de reanálise gramatical (p. 701). Kroch alega as mudanças na pronúncia podem de fato surgir espontaneamente, mas mudanças endógenas em níveis mais altos da estrutura seriam mais raras ou até inexistentes e acrescenta

“Existe um sentido, porém, em que mudanças sintáticas induzidas por mudanças morfofonológicas prévias não são mudanças endógenas, essas mudanças não requerem que sejam postuladas qualquer instabilidade inerente ou quaisquer tendências em direção à mudança dentro do módulo sintática da GU ou the gramáticas de línguas particulares. Ao invés disso, as mudanças morfofonológicas induzem a mudança sintática simplesmente pela alteração da evidência disponível para o aprendiz.⁷

Dessa forma, resta-nos considerar hipóteses, mais ou menos prováveis, de como essas falhas ocorrem e quanto podem interferir no processo de aquisição de uma língua. Ainda de acordo com o linguista,

“(…) a possibilidade abstrata de transmissão imperfeita diz pouco sobre o que muda ou a quantidade de mudanças a esperar, porque não sabemos com que precisão as crianças aprendem as gramáticas dos falantes em torno delas ou que tipos de erros podem caracteristicamente fazer e não corrigir com a maturação⁸” (KROCH, 2001, p. 702, tradução minha).

⁷ No original: (...) There is a sense, however, in which syntactic changes induced by prior morphophonological ones are not endogenously changes, such changes do not require that we postulate any inherent instability or tendencies toward change within the syntactic module of UG or the grammars of particular languages. Instead, the morphophonological changes induce syntactic change simply by altering the evidence available to the learner.

⁸ No original: “(...) the abstract possibility of imperfect transmission tells little about what changes or how much change to expect, because we do not know how accurately children learn the grammars of the speakers around them or what sorts of errors they might characteristically make and not correct with maturation.”

Kroch (2001) retoma Lightfoot (1991, 1999), que refuta a hipótese da mudança linguística endógena (cf. seção 1.3.1.1). Na perspectiva de Lightfoot (1991, 1999), as gramáticas mudam quando há uma mudança substancial nos dados usados pelo aprendiz, para definir parâmetros gramaticais. A compreensão que fica é que, dessa forma, não há lugar para a mudança endógena na sintaxe, esta última entendida como “instabilidades inerentes ou tendências em direção à mudança dentro do módulo da GU, ou da gramática de línguas particulares” (KROCH, 2001, p. 701). Tratando de fenômenos conhecidos (e recorrentes) como a perda da morfologia de caso, em virtude do enfraquecimento fonológico das terminações no nome, na relação com a rigidificação da ordem como meio de compensar ambiguidades, Kroch observa que a recusa à existência de fatores endógenos leva necessariamente à conclusão de que as mudanças morfofonológicas induzem mudanças sintáticas pela alteração da evidência disponível ao aprendiz.

No entanto, se, por um lado, a hipótese da transmissão irregular é plausível, por outro lado, a estabilidade de certos sistemas linguísticos ao longo do tempo sugere que a aquisição não seja necessariamente inacurada. Nesse sentido, Kroch (2001) argumenta que o posicionamento de Lightfoot (1999) não leva em conta o caso da mudança causada por fatores não externos, como no caso do contato linguístico ou por mudanças fonológicas. Além disso, a proposta de Lightfoot (1999) deixa espaço para a possibilidade de que as línguas mudem por fatores independentes das mudanças gramaticais “através de tendências em relação às frequências com as quais vários tipos de sentenças são usados” (p. 702).⁹ De acordo com Kroch (2001, p. 702), a hipótese de Lightfoot é frágil, ao considerar a existência de derivas baseadas na frequência, consistentemente direcionadas, em uso durante longos períodos de tempo, que não estão relacionados com a mudança de gramática. Nesse sentido, propõe que os estudos que apontam instabilidade na frequência de fenômenos sintáticos correspondem a casos de gramáticas em competição (diglossia sintática), em que as formas em competição estão associadas a um tipo de registro, sendo substituídas gradativamente pela forma vernacular.¹⁰

⁹ No original: “Lightfoot leaves room for the possibility that languages may change in the absence of grammar change, through the drift in the frequencies with which various sentences types are used.”

¹⁰ A noção de gramáticas em competição é lançada por Kroch (1989) e é desenvolvida em vários de seus trabalhos (cf. KROCH, 1994, 2001, 2003). Depreende-se da discussão desenvolvida pelo teórico que, na perspectiva da competição de gramáticas, a mudança sintática reflete um período de coexistência de duas

Em relação ao caso da reanálise dos modais em inglês, citado por Lightfoot (1979, 1991, 1999), Kroch (2001) considera estudos prévios que demonstram a complexidade do processo e a dificuldade de analisá-lo em termos de uma tendência linear na frequência dos fenômenos envolvidos. Em relação a essa questão, conclui: “mesmo neste caso tão bem estudado, permanece o ceticismo quanto à existência de tendências de longa duração na mudança sintática” (p. 710).¹¹ O autor segue examinando outras análises, como as que se detêm na mudança da ordem OV-VO, em línguas como o inglês e o yidish, em que outros modelos causais para a mudança são aventados, com base em fatores como processamento linguístico e de aprendizagem, concluindo que sua validação requer avanços no entendimento desses fenômenos.

O linguista retoma a discussão sobre a mudança na ordem em inglês, tomando por base o estudo criterioso de Pintzuk (2001, citado pelo autor), em relação à perda da gramática V2 em orações raiz e principais e à perda do verbo no final em subordinadas. Em particular, a ocorrência de estruturas com o verbo na terceira posição, mediante a presença de certos advérbios, e em interação com a sintaxe do sujeito, demonstra que a evidência para V2 é frágil nesse período. Embora seja possível demonstrar o declínio de V2, é difícil confirmar que esse tipo de evidência, no inglês médio, tenha tido um papel na perda dessa propriedade, uma vez que no mesmo período, V2 é preservado em um dialeto do sul (Kent), embora tenha evidência de verbos em posição medial, enquanto declina nos dialetos das regiões centrais (*Midlands*). Além disso, no norte, a perda da ordem V2 é mais avançada do que nas regiões centrais, embora a ocorrência de V2 seja associada a sentenças com pronomes sujeito e com sujeitos plenos. Kroch (2001, p. 716) conclui: “a evidência para V2 foi mais forte no dialeto que primeiramente perdeu a propriedade do que nos

opções gramaticais concorrentes dentro de uma única língua-I. Nessa proposta, é relevante o Efeito da Taxa Constante (*Constant Rate Effect/CRE*), que se refere à gradação na frequência de uso dessas diferentes opções. A hipótese é que essa gradação nas formas variantes no curso de uma mudança não é a mudança em si, mas, antes, é o reflexo de uma mudança na fixação de um mesmo parâmetro na gramática da língua. Assim, conforme a CRE, o que aparece refletido nas amostras de língua-E é apenas o efeito da mudança sintática, ou seja, é o efeito da alteração na fixação de um parâmetro gramatical, refletida no uso das formas. No entanto, a diglossia sintática textual, no curso da mudança linguística, remete à importante questão do motivo da instabilidade. Os estudos sobre o bilinguismo trazem um caminho para o entendimento desse fato, pela observação de que existe uma língua dominante, que controla certos traços do processamento linguístico. Transpondo-se para a hipótese de competição de gramáticas, a conclusão é que uma variante seria a vernácula e a outra seria adquirida como variante por diferenciação no registro social. A previsão seria que a primeira teria vantagem em relação à segunda, tanto pelo aspecto psicolinguístico quanto pela frequência numérica.

¹¹ No original: “(...) even in this well-studied case, skepticism about long-term tendencies in syntactic change remains warranted.”

dialetos em que a perda ocorreu de alguma forma depois”.¹² Segundo o autor, esse paradoxo pode ser contornado por meio de uma explicação baseada no contato de línguas.

Kroch (2001) considera, então, o contato linguístico uma força indubitável capaz de promover a mudança sintática. Para corroborar sua tese, argumenta que a perda do V2 no inglês médio, citado anteriormente, é um caso que pode ser avaliado como resultado do contato entre o escandinavo e o anglo-saxão nativo, devido às invasões vikings dos séculos IX e X (cf. p.722), um fenômeno amplamente estudado (JESPERSEN, 1938; KROCH ET AL, 1997; THOMASON; KAUFMAN, 1988, citados pelo autor). Embora a evidência seja indireta, é mais provável que seja esse o motivo das diferenças entre os dialetos do norte sul e das regiões centrais e do sul. Na perspectiva do autor, o contato linguístico pode ser caracterizado pelo empréstimo ou pela perda de traços sintáticos, que afetam as gramáticas envolvidas.

Por um lado, é possível que os traços sejam tomados de empréstimo à língua não nativa, afetando, portanto, propriedades da língua nativa. Inversamente, Kroch (2001) afirma ser interessante o caso dos efeitos de substrato, quando, no contexto de aquisição de uma segunda língua por adultos, o aprendiz passa para seus filhos certos traços da língua que está aprendendo; essas crianças, por sua vez, serão falantes nativos da segunda língua do adulto. Nessas circunstâncias, a mudança é, naturalmente, induzida, uma vez que o processo de transmissão imperfeita se faz atuante.

O diferencial, nesse processo, é que ele envolve aprendizes adultos, não crianças. O linguista observa, ainda, que não se sabe por que esses aprendizes preferem os traços da língua de contato àqueles da sua língua nativa ou por que certos traços da língua nativa são transferidos para a segunda língua (cf. p. 716). Afirma, contudo, que traços gramaticais nem sempre são tomados de empréstimo pelos falantes nativos, mas, inversamente, podem aparecer como efeitos de interferência na aquisição da segunda língua pelo adulto. Conclui, afirmando, que “efeitos de interferência podem apontar para uma explicação causal de certos casos de mudança induzida por contato” (KROCH, 2001, p. 717).¹³

¹² No original: “[In other words], the evidence for V2 was actually stronger in the dialect which lost the property first than in the dialects where the loss occurred somewhat later.”

¹³ No original: “Interference effects, in fact, point toward a causal account of certain kinds of contact-induced change.”

Na próxima seção, trato da mudança sintática, considerando, em particular, a hipótese de gramaticalização, proposta por Roberts; Roussou (2003).

1.3.1.3 Roberts; Roussou (2003): a abordagem da gramaticalização

Roberts; Roussou (2003) tratam da questão da mudança sintática a partir do desenvolvimento de uma abordagem minimalista para explicar o fenômeno da gramaticalização. De acordo com os autores, o objetivo empírico do trabalho é apresentar uma caracterização geral do fenômeno diacrônico da gramaticalização, tendo por base a releitura dos trabalhos de Chomsky (1995, 2000), de Lightfoot (1979, 1991, 1998), de Clark; Roberts (1993) e de Roberts (2001). A hipótese é que o fenômeno da gramaticalização envolve a criação de novo material funcional, uma vez que, nessa abordagem, a mudança sintática está essencialmente associada a categorias funcionais. A linha de argumentação segue no sentido de considerar que (i) a gramaticalização é um caso regular de mudança de parâmetro e (ii) trata-se de um epifenômeno.

Roberts; Roussou (2003) defendem que a gramaticalização sempre envolve simplificação estrutural, que é considerada por eles um mecanismo natural da mudança. Considerando isso, postulam que a gramaticalização é um processo de reanálise categorial que cria novo material funcional. Os linguistas relacionam parâmetros, núcleos funcionais e mudança linguística. Na sua perspectiva de análise, a aquisição da sintaxe é compreendida como sendo um processo de marcação de parâmetro. Dessa forma, a mudança sintática é entendida como uma mudança nos valores da marcação paramétrica. Naturalmente, tratando-se de marcação binária, estes valores podem mudar em função do tempo. Considerando isso, é legítimo perguntar como e por que a mudança paramétrica pode ocorrer.

A resposta para essa pergunta nos é fornecida por Roberts; Roussou (2003), com base em Lightfoot (1979, 1991, 1998). Os linguistas assumem que a mudança paramétrica é um aspecto do processo de parametrização. Na linha de raciocínio traçada pelos teóricos, a mudança sintática inicia-se quando um aprendiz (ou uma população de aprendizes) converge em um sistema gramatical que difere em pelo menos um valor de parâmetro do sistema internalizado pelos falantes que lhes forneceram o *input*. Em síntese, de acordo com os linguistas, a mudança sintática ocorre quando o gatilho para a parametrização, fornecido pelo *input*, torna-se obscuro

ou ambíguo. Conforme os linguistas, a situação de contato linguístico ilustra muito bem este processo.

Roberts; Roussou (2003) argumentam que o problema lógico da mudança linguística interage com o problema lógico da aquisição. O objetivo da aquisição é fixar valores de parâmetros na base da experiência; contudo, segundo os linguistas, embora todo parâmetro possa ser fixado, não há uma exigência para convergência com a gramática do adulto. Assim, enquanto a aquisição é um processo de parametrização, a mudança sintática é o resultado da alteração dos valores paramétricos. Baseando-se em Clark; Roberts (1993) e em Gibson; Wexler (1994), pontuam que o gatilho para a aquisição é um grupo de sentenças da língua do adulto. Entretanto, seguindo Lightfoot (1998) e Dresher (1999), entendem que o aprendiz também pode fazer uso de pistas do *input*.

De acordo com a proposta de Roberts; Roussou (2003), sendo os parâmetros alocados no léxico e tendo este de ser aprendido, então segue-se que o mesmo dispositivo responsável pela aprendizagem do léxico é também responsável para definir os parâmetros. Tal dispositivo pode ser parte da GU ou estar em interface com ela. Ainda segundo os linguistas, qualquer parte do *input* que possa fornecer ao aprendiz informações sobre o léxico pode ser entendida como uma pista. Na avaliação dos teóricos, esta abordagem traz a vantagem de manter tanto a noção de pistas quanto de parâmetros. Em síntese, “pistas são fornecidas pelo *input*, os parâmetros são especificados pela GU e são definidos pelo dispositivo de aprendizagem com base na interação entre pistas e GU. A relação entre as pistas e os valores paramétricos é indireta e mediada pelo aprendiz”¹⁴ (ROBERTS; ROUSSOU, 2003, p. 14 – tradução minha).

Na abordagem proposta por Roberts; Roussou (2003), o léxico fornece a informação que determina o mapeamento do item lexical na estrutura sintática. Quando o item é interpretável na interface fonológica (PF, do inglês, Phonological Form), ele é marcado como +p; se interpretável na interface lógica (LF, do inglês, Logical form), será marcado como +l. Categorias lexicais sempre contém a especificação +p, +l. Além dessas, os autores assumem que a GU contém um vocabulário de substantivos universais, os quais são realizados como categorias

¹⁴ No original: “:cues are provided by the input, parameters are specified by UG and are set by the learning device on the basis of the interaction of cues and UG. The relation between the cues and the parameter values is indirect and is mediated by the learner”

funcionais, exemplificado pelos traços Q, WH, Neg, T e D. Como esses traços, de alguma forma, contribuem para a interpretação no contexto em que aparecem, são interpretáveis em LF e, portanto, são marcados como +I. Entretanto, para os autores, categorias funcionais não são necessariamente +p (como mostra o contraste entre AgrS em inglês, o qual requer realização aberta, e a mesma categoria em italiano, onde sua realização é nula). Seguindo Chomsky (1995, 2000, 2001), decidem considerar que não há categorias funcionais não interpretáveis em PF, uma vez que são interpretáveis em LF (cf. p. 28-29).

Nessa proposta, o léxico contém os seguintes elementos:

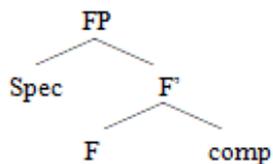
- a) Itens lexicais especificados como $\pm V$ e $\pm N$, com propriedades dadas por PF e LF;
- b) Universais substantivos codificados como traços interpretáveis de núcleos funcionais, e
- c) * atribuído de uma forma específica da língua para (b).

(ROBERTS; ROUSSOU, 2003, p. 29 – tradução minha).

Roberts; Roussou (2003) explicam que o diacrítico * é a expressão da relação entre traços funcionais e matrizes morfofonológicas, servindo para identificar apenas categorias funcionais. Ou seja, não se aplica às categorias lexicais, uma vez que essas parecem ser inerentemente associadas a traços fonológicos. Os linguistas reforçam que a gramaticalização envolve a reanálise de categorias funcionais e, na abordagem que propõem, o que muda não é a estrutura, mas sim o modo como são realizados os traços associados com os núcleos funcionais.

Ao considerar, portanto, que o léxico contém categorias lexicais e funcionais, Roberts; Roussou (2003) indagam se as categorias funcionais também possuem uma representação sintática. Como resposta, afirmam que sim, uma vez que, segundo os autores, precisamos da sintaxe para fazer referência a traços associados com categorias funcionais, pois é necessário garantir que eles estejam, de alguma forma, sintaticamente, presentes. Subjaz aqui o raciocínio de que traços gramaticais podem funcionar como um núcleo que projeta uma categoria sintagmática que contém especificador e complemento, conforme podemos observar em (5).

(5)



(ROBERTS; ROUSSOU, 2003, p. 19)

Como, então, o dispositivo sintático contribuirá para que as categorias funcionais sejam interpretadas em PF? De acordo com Roberts; Roussou (2003), o dispositivo pode contribuir de duas formas: pelas operações Move ou Merge, sendo escolhida a mais econômica para o sistema. Essa escolha dependerá basicamente do que o léxico tem disponível. Vamos analisar uma notação apresentada pelos linguistas: consideremos o traço funcional F que requer uma realização em PF como F*. Conforme a proposição, se o léxico fornece uma matriz morfológica para F*, então esta matriz será a própria realização de F*. Do contrário, se o léxico não dispuser dessa matriz, um material de outro lugar deverá ser movido para F. Entretanto, os autores não explicitam qual seria a origem desse material. Tem-se, então, de acordo com os autores, o seguinte sistema de variação paramétrica:

(6) a) F*? Sim/ Não

b) Se F*, ele é satisfeito por move ou Merge?

(adaptado de ROBERTS; ROUSSOU, 2003, p. 30)

Roberts; Roussou (2003) observam que, entre as opções, a operação Move é a menos econômica e representa a opção marcada, ou seja, os dados relacionados a esta opção precisam estar robustamente presentes no *input* do aprendiz de língua. Desta forma, Merge representa a opção menos marcada. Conforme os autores, como a estrutura resultante será a mais simples, será por ela que o aprendiz de língua optará, quando as pistas forem obscuras ou ambíguas. Para ilustrar como o sistema de variação paramétrica trabalha, apresentamos o exemplo em (7), dado pelos autores.

(7) a. Did John see Mary?

(English: Q* Move)

b. A welodd John Mary?

(Welsh: Q* Merge)

c. Jean a vu Marie?

(Colloquial French: Q is silent)

(ROBERTS; ROUSSOU, 2003, p. 30)

Os linguistas explicam que a realização do traço Q varia de acordo com o que o léxico tem disponível. Conforme podemos observar em (7a), o inglês tem Q*, mas não uma partícula Q dedicada, então, a operação Move realiza o movimento (de T). Do lado oposto ao inglês, temos o Galês, como podemos observar em (7b), que, além de possuir um Q*, possui uma partícula dedicada e, por isso, o movimento é bloqueado, tendo em vista que Merge é mais econômico. Diferentemente do que ocorre nessas duas línguas, no francês coloquial, conforme podemos observar em (7c), o traço Q não tem uma realização na interface fonológica. De acordo com os linguistas, nesse caso, por não ter uma realização sintática aberta, a força interrogativa é marcada puramente pela entonação (cf. p. 30).

Em síntese, para Roberts; Roussou (2003), a variação linguística é associada a categorias funcionais e é restrita ao léxico. A proposta sobre categorias funcionais parece explicar não apenas a natureza, mas a existência da variação paramétrica. A ideia de simplificação estrutural é a chave para compreendermos essa proposta. Para os linguistas, a marcação do valor de um parâmetro requer que o aprendiz seja exposto a pistas abertas e robustas. Na ausência de tais pistas, uma opção menos marcada é escolhida. Ou seja, o aprendiz optará por uma estrutura simplificada. Nesse cenário, ocorre a variação paramétrica. Os autores concluem, dessa forma, que a causa da mudança é o fator que possui uma configuração relativamente marcada.

Na próxima seção, considerarei a abordagem da mudança linguística como um processo abduativo, em interação com a noção de *markedness*, proposta por Roberts (2007).

1.3.1.4 Roberts (2007): a abordagem da mudança linguística por abdução e a noção de *markedness*

Roberts (2007) afirma que todo tipo de mudança sintática envolve mudança paramétrica, sugerindo que a reanálise é um sintoma da mudança do valor do parâmetro. Citando Haris; Campbell (1995), pontua que a reanálise afeta a representação estrutural, mas não muda a superfície estrutural. Em sua proposta, e seguindo Roberts; Roussou (2003), a representação estrutural é construída por meio das operações Merge, Move e Agree. Para o teórico, Merge é a mais fundamental

porque cria a estrutura e é assumida como invariante (cf. p. 123). Diferentemente, Move e Agree são associadas à variação paramétrica.

Roberts (2007) discute a relação entre a noção de reanálise como um erro de abdução e a noção de pobreza do estímulo. Cabe, então, indagar como a noção de reanálise deve ser considerada, retendo-se, mesmo assim, o papel do *input* como experiência desencadeadora.

Roberts (2007) defende que a mudança sintática é dirigida pela reanálise abdutiva, associada com a mudança paramétrica de parte dos DLP. Por mudança abdutiva, devemos compreender um processo que se inicia a partir de um resultado “X” e se chega a uma lei “Y”, para daí depreender o caso “Z”. Fazendo uso do exemplo dado por Roberts (2007), do resultado “x é mortal”, chega-se a lei ‘todo homem é mortal’, depreendendo daí o caso “z é humano”. Para o linguista, esse tipo de mudança é suscetível a erro, porque a conexão entre o caso e o resultado conhecido e, a partir disso, chegar-se a lei pode ser acidental. Dessa forma, considerando o exemplo apresentado, “z pode ser um mortal não humano”. Em (8), apresento o esquema de mudança abdutiva proposto por Roberts (2007).

(8) Esquema de mudança abdutiva

Geração 1: G1 → Corpus 1

↓
Geração 2: G2 → Corpus 2

(adaptado de ROBERTS, 2007, p. 124)

Para Roberts (2007), a noção de reanálise como um erro de abdução implica que a criança, Geração2, que tem G2, derivada do *Corpus1*, observou algo nesse *corpus* que não fora observado pela Geração1. Ou seja, por hipótese, havia algum fenômeno linguístico que era opaco para a Geração1, mas que se tornou transparente para a Geração2. Assim, a Geração2 abduz G2, quando deveria abduzir G1. Dessa forma, ocorre a mudança abdutiva no processo de aquisição. Conforme o autor, a G1 não identifica a ambiguidade/ opacidade porque, por hipótese, as expressões linguísticas eram robustas o suficiente para permitirem a marcação paramétrica.

Nesse ponto da discussão, devemos observar a importância da noção de simplificação estrutural para a proposta delineada por Roberts (2007). Em (9), apresento o que o autor entende por simplificação estrutural: o adquirente de língua optará pela

estrutura mais simples porque a mais complexa é opaca (em virtude de ser mais complexa do que a outra disponível) e ambígua, o que a torna inacessível e, de certa forma, ineficaz.

- (9) Dada duas representações R e R' para um subgrupo de textos do *input* S, R é mais simples que R' se R conter menos traços formais que R'.

(ROBERTS; ROUSSOU, 2003, p. 201, *apud* ROBERTS, 2007, p. 235)

Roberts (2007) argumenta que o aprendiz considera como hipóteses para a aquisição de G2 os valores paramétricos distintos. Os dados são apresentados na forma de comportamentos linguísticos espontâneos que compõem os DLP ou, de modo abstrato, os dados são apresentados na forma de expressões de parâmetros (*P-expression*). O autor argumenta ainda que não parece haver marcação equivocada de parâmetros nem parece haver atualização paramétrica. A conclusão é que a medida de sucesso não é a replicação da gramática G1, mas uma aproximação a ela. Além disso, essa argumentação explica porque a gramática G2 pode ser gerada a partir do *Corpus* 1, mesmo que este tenha sido gerado pela gramática G1.

Ainda sobre a questão da reanálise, Roberts (2007) observa que, se a mudança no *Corpus* 1 é responsável pela reanálise, mas não é, em si mesma, a própria reanálise. Deparo-me, dessa forma, com o problema da regressão, que o autor nomeia de “Problema galinha – ovo”, ou seja, com a questão de quem ocorre primeiro: se a mudança ou se a reanálise.

Diante disso, o autor levanta os seguintes questionamentos: se observarmos duas mudanças correlatas, como podemos saber qual delas causou a outra? Dito de outra forma, poderíamos pressupor que duas inovações no *Corpus* 2 são devidas a uma única incompatibilidade no G2, causadas talvez por um único traço do *Corpus* 1? Isso irá resolver o Problema da Regressão, para uma das inovações? Mas se *Corpus* 1 mostrar as duas inovações, como sabemos que ele está desempenhando o papel causal? Como sabemos qual inovação é a causa e qual é o efeito da reanálise? E, para qualquer um que determinarmos como causa, ainda existirá o Problema da Regressão?

Roberts (2007) retoma a hipótese do Princípio da Transparência proposto por Lightfoot (1979) e a analisa como uma possibilidade de resposta para todos esses questionamentos. Conforme esse princípio, as derivações sintáticas com menos passos e cujos *outputs* de superfície são mais próximos aos seus *inputs* subjacentes são preferidas

a derivações mais complexas onde a relação entre as formas subjacentes e superficiais é mais opaca.

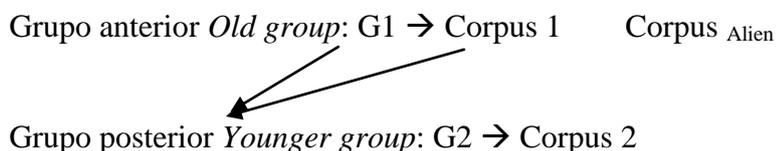
De acordo com Roberts (2007), a abordagem de Lightfoot (1979) tem duas vantagens notáveis. Primeiro, ela se reduz ao Problema da Regressão (que, em tese, pressupõe que, ou o *Corpus* 1 mudou de tal maneira que G2 é abduzida desse *corpus* mais diretamente do que G1, ou algum fato externo como contato de língua está presente). Enquanto sabemos o quanto a opacidade pode ser tolerada e qual é a natureza dessa opacidade, podemos saber em que ponto o Corpus 1 terá traços suficientes para forçar que a Geração2 possa abduzir G2, em vez de G1. O linguista nos convida para a seguinte reflexão: suponhamos que o Princípio de Transparência afirme que uma determinada estrutura só pode ser adquirida se requer a postulação de pelo menos um traço de exceção “n”. Vamos supor, novamente, que G1 é adquirido nessa base, mas algo no Corpus 1 deve ser abduzido como um traço adicional, tornando G1 não aprendível para Geração2, e, portanto, desencadeando a reanálise. Contudo, segundo o autor o Problema da Regressão ainda aparece, uma vez que há algum traço do Corpus1 que deve ser uma exceção para Geração2, mas não para Geração1. Da mesma forma, a caracterização de traços de exceção deveria também resolver o problema da galinha-ovo; caso contrário, esse surge em conexão com exatamente o mesmo traço do Corpus1, que é o que está, por hipótese, dirigindo a reanálise (cf. p. 126-129).

Roberts (2007) pontua que o mérito do Princípio de Transparência é que nos obriga a dizer que a reanálise é causada por um traço de exceção. Entretanto, isso faz emergir os problemas com esse princípio. O mais fundamental deles é que não há definição de transparência ou o seu inverso, opacidade. Sem essas noções, o autor afirma que é evidente que as vantagens potenciais em relação ao Problema da Regressão ou o Problema da galinha-ovo não são realizáveis. Ainda conforme Roberts, infelizmente, Lightfoot (1979) não oferece nenhuma dessas definições.

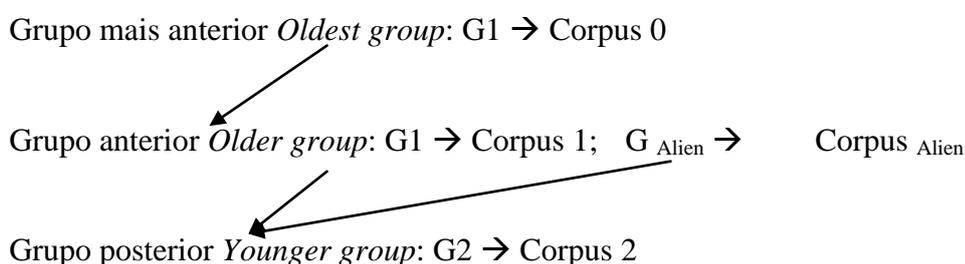
Roberts (2007) observa que há três maneiras pelas quais os DLP podem ser opacos/ ambíguos, a saber: (i) no contexto de ajuste de parâmetro orientado pelo contato linguístico (KING, 2000; KROCH; TAYLOR, 1997; KROCH; TAYLOR; RINGE, 2000); (ii) no contexto de ajuste baseado em pistas (DRESHER, 1999; LIGHTFOOT, 1999); e (iii) no contexto de ajuste de parâmetro orientado pela morfologia (ROBERTS, 1985, 1999; ROBERTS; ROUSSOU, 2003).

No caso do contato de línguas, de acordo com o linguista, os DLPs podem ser afetados por um sistema gramatical ‘estrangeiro’, pelo contato (i) direto ou (ii) indireto, conforme podemos observar no esquema em (10a) e (10b).

(10)a. contato direto



b. contato indireto



(adaptado de ROBERTS, 2007, p. 390-391)

Roberts (2007) explica que a diferença entre (10a) e (10b) diz respeito à natureza do *input* a que a geração mais nova é exposta. No primeiro caso, os DLP contêm uma quantidade significativa de *tokens* de um sistema distinto, enquanto, no segundo caso do contato indireto, o grupo de falantes adultos usa uma segunda língua na interação com o grupo mais jovem. Ainda conforme o autor, a distinção entre o contato direto e indireto corresponde aproximadamente àquela que, por vezes, é feita entre empréstimo e aprendizagem imperfeita (cf. seção 1.3.1.2), respectivamente. Dessa forma, a aprendizagem imperfeita é relacionada diretamente ao contato descrito em (10b). Outro caso de contato indireto reportado por Roberts (2007) são os efeitos de substrato, que têm como referência a situação na qual uma comunidade “abandona” sua primeira língua em favor de uma nova, mas alguns traços dessa língua sobrevivem e influenciam a estrutura da língua adotada.

Roberts (2007), retomando Thomason; Kaufman (1998), observa que os autores propõem o que chamam de ‘escala de empréstimo’. De acordo com a sumarização dessa escala feita por Roberts (2007), na situação de contato casual, que representa a posição (1), na referida escala, ocorre apenas empréstimo lexical do conteúdo das palavras. No contato caracterizado por intensa pressão cultural, que corresponde à posição (4), na

escala de empréstimo, ocorre o que classificam como empréstimo estrutural moderado. Nessa circunstância, são introduzidas extensas mudanças na ordem das palavras, e há o empréstimo de afixos flexionais que serão tomados de empréstimo e adicionados às palavras dos 'nativos'. Por fim, ocupando a posição (5), que representa o grau máximo na referida escala, e correlacionando com o empréstimo mais acentuado, temos, de acordo com Thomason and Kaufman (1998 *apud* ROBERTS, 2007), o contato caracterizado por uma pressão cultural extremamente forte. Observa-se, nessa circunstância, um empréstimo estrutural 'pesado', com a ocorrência de traços estruturais principais que causam desmembramento tipológico significativo (cf. p. 404).

Cabe destacar que a abordagem proposta por Roberts (2007) está calcada no conceito de *markedness*, entendida como a relação assimétrica que caracteriza um termo qualquer, que possua valores binários opostos. Posto isto, um dos termos da oposição é tido como marcado, ao passo que o outro é classificado como não marcado. Ser marcado, nessa proposição, implica que o termo requer algo especial, ou seja, algum tipo de 'marca'. Transferindo essa lógica para o cenário de aquisição e mudança linguística, o linguista observa que os termos não marcados aparecem mais cedo que os marcados no processo de aquisição e são perdidos mais tarde, diante de um problema que resulte em déficit de linguagem (cf. p. 253).

Por considerar que o parâmetro é constituído de dois valores binários opostos, Roberts (2007) argumenta que esta assimetria pode ser tratada da mesma forma descrita no parágrafo anterior, em termos de ser marcado e/ou não marcado. O autor pontua que a natureza dessa assimetria pode ser relacionada à ideia de complexidade estrutural, conforme apresentado em (2). Explicando melhor, de acordo com o autor,

“A natureza da assimetria entre os valores dos parâmetros reside na complexidade das estruturas geradas pelas gramáticas determinadas pelos valores diferentes. O valor não marcado de um parâmetro determina uma gramática que gera estruturas mais simples do que aquelas geradas pelo valor marcado.”¹⁵ (ROBERTS, 2007, p. 244 – tradução minha).

Roberts (2007) observa, dessa forma, que a mudança paramétrica será na direção de valores não marcados. Isso ocorre porque, segundo sua argumentação, os valores não marcados estão associados com estruturas menos complexas. Como a reanálise abduativa

¹⁵ No original: “The nature of the asymmetry between the parameter values lies in the complexity of the structures generated by the grammars determined by the different values. The unmarked value of a parameter determines a grammar which generates simpler structures than those generated by the marked value”.

e a mudança paramétrica ocorrem devido à ambiguidade e opacidade da expressão do valor do parâmetro, os correlatos da marcação da assimetria entre os valores dos parâmetros resultam, portanto, na mudança sintática.

1.4 Síntese do capítulo

No presente capítulo, apresentei uma revisão da literatura sobre o contato de línguas que, por hipótese, está na origem do PB e no fenômeno da mudança linguística. Coloquei a questão do contato como uma hipótese, haja vista que há teóricos que a defendem, bem como há os que a refutam. Em particular, na seção 1.2.1 e 1.2.3, summarizei as propostas desenvolvidas por Lucchesi (2009), Baxter; Lucchesi (2009) e Lucchesi (2012), para quem, o contato linguístico teve um papel central na formação do PB. Em síntese, para esses teóricos, o PB apresenta as características que são conhecidas por conta do contato de línguas que ocorre na colônia, entre os séculos XVI e XIX.

Com o objetivo de conhecer outros pontos de vista sobre essa questão, apresentei também uma síntese do trabalho de Naro; Scherre (2007) (cf. seção 1.2.2), cujo objetivo principal é reduzir o papel do contato linguístico ao ponto de assumir que ele não exerceu nenhuma influência na formação do PB, a não se nos primórdios da colonização. Para os autores, o que se observa no PB, quando se considera, por exemplo, o fenômeno da concordância verbal e nominal é, na verdade, o resultado de um fenômeno da deriva linguística secular do português, que tem como antecedente o latim. Em suma, segundo a hipótese que defendem, o gérmen da mudança já veio com o português trazido para o Brasil e o contexto brasileiro só reforçou uma mudança já em curso. Ou seja, o português apresentava uma deriva secular e, no Brasil, uma série de fatores interagiu para reforçar alguns aspectos dessa deriva original.

Na seção 1.3, focamos a questão da mudança linguística, dando ênfase para a mudança sintática, a partir de estudos baseados nos fundamentos da Teoria Gerativa, cujo campo teórico compreende a língua como uma capacidade inata e intrínseca ao ser humano. Na subseção 1.3.1.1, summarizei os trabalhos de Lightfoot (1999, 2010). De acordo com o autor, a mudança surge quando uma população de aprendizes converge em uma gramática que é distinta daquela que criou o *input* para estes aprendizes. Para o autor, a experiência ativadora são pistas, que marcam certos valores paramétrico, não

um conjunto de sentenças que orientam para a convergência em relação a uma dada gramática. Em sua argumentação, defende que são as alterações do *input* linguístico da aquisição que direcionam a mudança linguística.

Dando seguimento à discussão sobre a mudança, na seção 1.3.1.2, analisei a proposta de Kroch (2001). O linguista argumenta em defesa da hipótese de que a mudança linguística ocorre devido a uma falha na transmissão de traços formais ao longo do tempo. Na perspectiva do autor, o contato linguístico é um fator determinante para a mudança linguística, pois, neste contexto, as condições de transmissão linguísticas são alteradas, uma vez que o processo é centrado em aprendizes adultos. No entanto, demonstra reserva em relação aos efeitos desse processo para além das situações de comprovado contato linguístico, destacando a necessidade de aprofundar o entendimento sobre processamento linguístico e sistemas de aprendizagem.

Outra proposta teórica que considera a mudança sintática e que sumariizei é a desenvolvida por Roberts; Roussou (2003), apresentada na seção 1.3.1.3. É importante lembrarmos que os autores abordam a questão da mudança a partir da caracterização do fenômeno de gramaticalização. Para os autores, a mudança sintática é associada a categorias funcionais, é restrita ao léxico e ocorre quando o gatilho para a parametrização, fornecido pelo *input*, torna-se obscuro ou ambíguo. Embora seja pontuado que o gatilho da mudança é um grupo de sentenças da língua do adulto, os autores entendem que o aprendiz também pode fazer uso de pistas encontradas no *input*, conforme proposto por Lightfoot (1999). E, assim como Kroch (2001), defendem que o contato linguístico representa um cenário propício para a ocorrência desse tipo de mudança.

Finalmente, na seção 1.3.1.4, apresentei a abordagem de Roberts (2007) para a mudança linguística. Partindo da hipótese de que todo tipo de mudança sintática envolve mudança paramétrica, defende que a mudança sintática é determinada por um processo abduativo, pelo qual uma gramática inovadora, G2, é criada sem acesso à G1 que fornece os DLP. A simplificação estrutural exerce um grande papel na abordagem proposta pelo autor. Conforme postulado, o adquirente de língua optará por uma estrutura mais simples, haja vista que a mais complexa é opaca e ambígua. O linguista apresenta três contextos nos quais os DLP podem ser opacos/ ambíguos; entre eles, damos ênfase àquele em que o ajuste de parâmetros é orientado pelo contato linguístico.

Considerando, portanto, a questão do contato linguístico, conforme discutido na seção 1.2, e a discussão desenvolvida acerca da mudança linguística, conforme

apresentada na seção 1.3, adotarei, nesta tese, a hipótese do papel do *input* e da transmissão linguística irregular no contexto do contato de línguas, em que se configura a competição gramáticas.

Tendo, pois, dado início à discussão sobre a questão do contato para a formação do PB, bem como os pressupostos básicos para a compreensão da mudança linguística, com foco na mudança sintática, no próximo capítulo, passo a caracterizar a formação sócio-histórica e linguística do PB dialetal, PBC, considerando, em particular, as condições que determinam o contato linguístico e a tese do isolamento linguístico pelo qual passou o estado de Goiás.

CAPÍTULO 2

A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL CENTRAL: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E LINGUÍSTICA

2.1 Introdução

Neste capítulo, apresento uma contextualização sócio-histórica e linguística da comunidade de fala que é cenário para a formação do dialeto do português que analiso nesta tese. Dessa forma, este capítulo se volta para o lugar social e para a língua falada pelos primeiros portugueses, indígenas e africanos (e afrodescendentes) na região central do Brasil, no decurso dos séculos XVI ao XIX. Este estudo sobre a história externa da língua portuguesa nas Capitanias de Goiás e de Minas Gerais permitirá a identificação de aspectos do contato de línguas, que poderão ser considerados na discussão dos fatores que propiciaram as mudanças diacrônicas identificadas na análise dos fatos da história interna do dialeto analisado.

Para tanto, abordarei temas como os marcos históricos da ocupação da região central do País, a influência da Língua Geral Paulista (GLP), do dialeto caipira (conforme definido originalmente por Amaral, ([1920] 1982)), das línguas indígenas e das línguas africanas, na formação do português dialetal.

O presente capítulo está estruturado da seguinte forma: na seção 2.2, apresento os marcos históricos da formação do PBC, considerando o contato linguístico, (seção 2.2.1), e as línguas/dialetos que participam deste contato, a saber, o dialeto caipira (seção 2.2.1.1), as línguas indígenas (seção 2.2.1.2) e as línguas africanas (seção 2.2.1.3). Na seção 2.3, desenvolvo discussão acerca do isolamento social e o consequente isolamento linguístico, porque passou a capitania do Goiás, no final do século XIX. Por fim, na seção 2.4, apresentamos uma síntese do capítulo.

2.2 Marcos históricos da formação do Português do Brasil Central (PBC)

É fato que as línguas tendem a alterar-se mesmo dentro do próprio território, devido a diversas causas, entre as quais parecem predominar aquelas que se referem a questões de mudança natural da estrutura da língua. Essas alterações ainda podem ser

mais significativas quando as línguas são transplantadas de uma região para outra. Uma consequência imediata dessa transferência é o contato com as línguas autóctones, que, por sua vez, propicia que uma língua influencie outra, principalmente por conta das relações políticas estabelecidas. Várias hipóteses são formuladas para explicar de que maneira se dá essa influência.

O caso da língua portuguesa trazida para o Brasil ilustra perfeitamente essa situação. Por um lado, percebemos que sua transferência envolveu a invasão pelos portugueses de um território ocupado por povos falantes de inúmeras línguas autóctones; por outro lado, temos a afirmação da língua do colonizador, que, como sabemos, também sofreu grandes alterações. Várias hipóteses são formuladas para discutir a origem e a natureza dessas alterações. Com base na leitura de “O dialeto Caipira”, escrito por Amadeu Amaral ([1920] 1982), podemos levantar a hipótese da existência de um “falar caipira”, utilizado e difundido pela população paulista, habitante de “bairros rurais”, em um período que, por hipótese, se estende do início do século XVII e compreende parte do século XX. Ao coletar dados e informações junto à população interiorana de São Paulo, o dialetólogo demonstra que há uma variedade linguística local, que denomina “dialeto caipira”, falada por pessoas com pouca instrução. O pressuposto é que, por ser falada por pessoas que permaneceram em certo grau de isolamento, essa variedade contém traços de um português mais antigo. Nessa obra, o autor tem por objetivo caracterizar esse dialeto caipira.

Do estudo realizado por Amaral ([1920] 1982), destaco as considerações que faz sobre a sintaxe, na medida em que, para o autor, a complexidade dos fenômenos sintáticos, ainda pouco estudados no dialeto, não permite sequer tentativas de sistematização. São relevantes, entretanto, as notas mencionadas sobre o sistema de complementação pronominal do referido dialeto. No que se refere ao uso de pronomes oblíquos (clíticos acusativo, “o”/ ”a”, e dativo, “lhe”), por exemplo, o autor pontua que os acusativos de terceira pessoa perderam toda a vitalidade. Quanto ao “lhe”, observa que é utilizado com referência à pessoa com quem se fala, ou seja, faz referência à 2ª pessoa do discurso (“Eu já le falei”) (p. 75).

De acordo com Amaral ([1920] 1982), o “falar caipira - bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível - dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta” (p. 41). Na avaliação do autor, as características desse dialeto eram tão marcantes que mesmo as pessoas com certo grau de instrução, como os

bacharéis em direito, não poderiam se esquivar de sua influência. Amaral ([1920] 1982), entretanto, levanta a hipótese de que “o processo dialetal iria longe, se as condições do meio não houvessem sofrido uma série de abalos”, que romperam a continuidade da evolução desse processo.

Observo que o movimento geral promovido pelo processo de urbanização da cidade de São Paulo, que possibilitou, por exemplo, o aumento do número de pessoas com mais acesso à escola (compreendida como uma instância de “padronização dialetal”), mesmo na zona rural, pode ser tomado como uma das condições referidas pelo autor. Amaral ([1920] 1982: 41-42) acrescenta que, devido ao movimento geral do progresso,

[a]o tempo em que o célebre falar paulista reinava sem contraste sensível, o caipirismo não existia apenas na linguagem, mas em todas as manifestações da nossa vida provinciana. De algumas décadas para cá tudo entrou a transformar-se. A substituição do braço escravo pelo assalariado afastou da convivência cotidiana dos brancos grande parte da população negra, modificando assim um dos fatores da nossa diferenciação dialetal. Os genuínos caipiras, os roceiros ignorantes e atrasados, começaram também a ser postos de banda, a ser atirados à margem da vida coletiva, a ter uma interferência cada vez menor nos costumes e na organização da nova ordem de coisas. A população cresceu e mesclou-se de novos elementos. Construíram-se vias de comunicação por toda a parte, intensificou-se o comércio, os pequenos centros populosos que viviam isolados passaram a trocar entre si relações de toda a espécie, e a província entrou por sua vez em contato permanente com a civilização exterior. A instrução, limitadíssima, tomou extraordinário incremento. Era impossível que o dialeto caipira deixasse de sofrer com tão grandes alterações do meio social (p. XX, grifo meu).

De acordo com Amaral ([1920] 1982), vários fatores contribuíram, pois, para o dialeto caipira ser “posto de banda” pela população, entre esses, destaca: (i) o desaparecimento quase por completo da influência do negro, cujo contato com os brancos tornou-se cada vez menor e o (ii) acesso à educação, muito mais difundido e mais exigente. Ainda conforme o autor, a presença de população estrangeira (com suas respectivas línguas) também contribuiu para a não manutenção do dialeto caipira.

Em Nascentes ([1922] 1953, p. 9), é destacado que as alterações sofridas pelo português se devem ao fato de que a língua foi aprendida por falantes que usavam línguas de estruturas inteiramente diferentes. Essa hipótese será retomada, em termos das teorias de aquisição de segunda língua (L2).

No cenário redesenhando pela invasão do território dos povos autóctones, o índio foi o primeiro a ter contato com o português. Mais tarde, porém, por volta de

1532, surge outro componente etnolinguístico, o negro, que era utilizado como mão-de-obra escrava nas novas terras.

Considerando as devidas particularidades, podemos presumir que é praticamente concomitante o contato do índio e do negro com a língua portuguesa, no Brasil colônia, uma vez que, embora o índio tenha sido contatado primeiro, parece ser apenas a partir de 1531 que esse contato ocorre de forma mais intensa. Como se verá a seguir, nas próximas seções, desde a primeira metade do século XVI, colonos portugueses, índios, africanos e seus descendentes passaram a interagir socialmente, e, para tanto, foi necessário recorrer a uma língua de contato. E, assim, podemos dizer que começaram a modificar a língua portuguesa. Mais tarde, as modificações introduzidas por esses grupos vieram a constituir “o falar brasileiro” (NASCENTES, 1953 [1922], p. 10) ou, para estabelecermos um contraponto com a variedade europeia, o português brasileiro.

Uma das hipóteses de trabalho perseguidas nessa tese é que adultos aloglotas, expostos a um contato linguístico diversificado (português, línguas indígenas e línguas africanas), promovem a transmissão linguística irregular, nos termos de Kroch (2001), às gerações seguintes. Proponho que essa situação pode ser investigada no contexto da proposta de Nascentes (1953 [1922]), para a distribuição dos falares no território brasileiro. Segundo o dialetólogo, a enorme extensão do território brasileiro dificultou uma fácil comunicação entre os moradores dos diversos (e longínquos) lugares, o que quebrou a unidade do falar, fragmentando-a em subfalares. Para isso, é de se considerar que contribuíram muito as características de povoamento de cada região.

Nascentes (1953 [1922]) constata que parte da região central do país compreende um território, classificado como ‘incaerístico’¹⁶, que se estende além dos limites definidos para os falares ‘baiano’, ‘nordestino’, ‘amazônico’ e ‘sulista’ (ver figura 1)¹⁷. Para fundamentar essa divisão, o autor se baseia em aspectos fonológicos que, segundo ele, caracterizam e distinguem esses falares; mais especificamente, baseia-se na realização das vogais médias pretônicas e na entonação.

¹⁶ Em comunicação pessoal, a Profa. Tânia Rezende pontua que o termo “incaerístico”, tal como usado por Nascentes (1953 [1922]), faz referência ao território ocupado pelo povo Jê, em oposição ao território ocupado pelos povos Tupí, considerados ‘característicos’, por usarem a língua Tupí, conhecida dos colonizadores. Ainda segundo a Professora, supostamente, por não ter compreendido o dialeto que ouviu ou por não ter encontrado semelhanças com os demais dialetos catalogados, Nascentes (1953 [1922]) o classifica dessa forma. Agradecemos à Professora pelo esclarecimento desse ponto.

¹⁷ O mapa dos falares proposto por Nascentes (1953 [1922]) é extraído da obra do próprio autor.

Figura 1 – Distribuição dos falares no território brasileiro, extraído de Nascentes (1953, p. 18)¹⁸



Nascentes (1953 [1922]) observa que, quando chegam ao Brasil, os portugueses criam uma base no litoral, formando agrupamentos, e, a partir dessas bases, deslocam-se para o restante da colônia. Conforme a linha de raciocínio do autor, desde os primeiros anos, o interior era desejado pelos portugueses. Os grupos instalados em São Paulo e Pernambuco foram os dois focos de conquista mais importantes no desbravamento da colônia, seguidos imediatamente pelo da Bahia e, logo após, pelos de São Luiz, no Maranhão, do Amazonas e do Rio de Janeiro. O autor considera que os paulistas foram os grandes desbravadores do país, chegando aos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O dialetólogo afirma que, de forma geral, com o desbravamento da colônia a partir do litoral, é possível reconhecer uma grande divisão entre norte e sul, sendo o

¹⁸ O interessante é que a proposta de Nascentes foi feita em um período no qual inexistia o estado do Tocantins. Isso é relevante para a minha discussão, uma vez que o estado de Goiás, comunidade de fala que é o cenário para a formação do dialeto que analiso, foi dividido em duas partes, em 1988, sendo uma dessas o atual estado do Tocantins. A divisão partia do desmembramento da porção norte do Estado de Goiás, desde aproximadamente o paralelo 13°, até a região do Bico do Papagaio, na divisa do Estado com o Pará e o Maranhão. Mais interessante ainda é que essa divisão vinha sendo buscada desde o período colonial, motivada pelos contrários à ‘capitação’, isto é, contrários ao pagamento de imposto referente ao número de pessoas negras escravizadas que o escravizador possuía. Eram, portanto, contrários à capitação, os senhores “donos” de pessoas negras escravizadas. Diante disso, em relação aos aspectos linguísticos, indago se nessa parte norte do estado do Goiás se observam as mesmas características linguísticas identificadas na parte sul do estado (uma questão a ser aprofundada em estudos futuros).

estado da Bahia o ponto de referência para esta categorização: norte, até a Bahia, e sul, dos limites da Bahia, rumando para o sul do país. Em 1922, após percorrer todo o território brasileiro, Antenor Nascentes faz e publica uma divisão dialetológica que avalia como a mais confiável feita até aquele momento. Divide o ‘falar brasileiro’ em seis ‘subfalares’ e os reúne em dois grupos, o norte (com dois subfalares – amazônico e nordestino) e o sul (com quatro subfalares – o baiano, o fluminense, o mineiro e o sulista). Na proposta do pesquisador, o estado de Goiás fazia parte dos subfalares baiano e sulista, ao passo que o estado de Minas Gerais, além desses dois, incluía também o subfalar mineiro.

Respalhada nos dados oferecidos pelo Atlas Prévio dos Falares Baianos e pelo esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais, Cardoso (1986) examinou a realidade da área que compreende estes falares, no que se refere à realização das vogais médias pretônicas - um dos fatos tomados por Nascentes (1953 [1922]), como parâmetro para a sua divisão - e os limites a que chegou coincidem com os traçados no estudo de 1953 [1922]. Essa constatação evidencia a pertinência, ainda hoje, dos limites estabelecidos pelo dialetólogo, pelo menos no que se refere a área considerada e os critérios definidos nos estudos dialetológicos. Cardoso (1999, p. 249-250) observa que

[se] por um lado já se dispõe de estudos preliminares, passíveis de instrumentar um trabalho maior, por outro, ainda se padece da ausência de dados lingüísticos que permitam traçar uma divisão dialetal do Brasil apesar de contar-se com a já referida divisão proposta por Nascentes (1953), fundamentada na realização das médias pretônicas e na entoação.

Nessa tese, compartilho com Salles (2004) e Borges; Salles; Pilati (2013) a hipótese de que é possível identificar o falar “goiano” na região que faz fronteira com o território definido como falar “mineiro”¹⁹, conforme a demarcação proposta por Nascentes (1953 [1922]) como um único falar, consideradas algumas propriedades que esse estudo se propõe investigar. A associação dessas duas regiões propicia, portanto, a delimitação de uma região maior, que abarca esses dois falares, os quais, embora tenham características distintivas, manifestam semelhanças significativas. Chamarei o dialeto utilizado, nessa microrregião, de PBC.

¹⁹ O falar mineiro abarca a Zona da Mata Mineira, mesorregião do estado de Minas Gerais, que abriga a comunidade de fala analisada por Scher (1996). Analisando o dialeto falado nesta região, a autora identifica a ocorrência de estruturas sintáticas inovadoras no PB, que são as chamadas construções de objeto duplo [V NP NP], conforme podemos observar em (i):

(i) Eu dei o rapaz o livro.

A hipótese de trabalho é que essa situação se confirma pelas semelhanças na formação sócio-histórica desses estados, conforme desenvolverei nas próximas seções. A seguir, apresentarei, de forma sucinta, como se deu o contato entre as muitas línguas faladas durante o Brasil colônia.

2.2.1 O contato linguístico

Para compreender a formação do PBC, mais especificamente, para descrever os predicados bitransitivos, e tentar explicar as construções sintáticas que tornam esse dialeto particular em relação a outros dialetos do PB e ao PE, faz-se necessário escavarmos os séculos de história linguística que soterraram as suas fases anteriores. Baseando-me em Mattos e Silva (1995, 2004), argumento em defesa da ideia de que não se pode compreender a história do português no Brasil e, especificamente, o PBC, sem considerar, em condições de igualdade linguística e não apenas como contraponto, os “aloglotas”, o percurso histórico das populações e suas línguas que aqui conviveram e convivem com a língua portuguesa. Para tanto, inicialmente, tentarei reconstituir, de forma sintética, como foram os primeiros anos de contato do português europeu com as línguas indígenas que eram já faladas “nas novas terras”.

O ponto de partida para a discussão é a hipótese de que, no Brasil central, estiveram em contato a língua geral paulista, o dialeto caipira (ambos, segundo MELO, 1946, 1981, falados pelos integrantes das bandeiras), línguas indígenas (notadamente do grupo Jê) e línguas africanas (notadamente da família Banto).

2.2.1.1 Língua Geral Paulista ou dialeto caipira?

A expressão “dialeto caipira” designa o dialeto do mameluco paulista, habitante de “bairros rurais”, tal como descreve Amaral ([1920] 1982). Para Sousa (1998), o termo “caipira” faz referência, no contexto do ambiente rural do Brasil colônia, àquele que não é proprietário da terra onde trabalha e que divide com o proprietário dessa terra o resultado da colheita. De acordo com o autor, esse elemento emergente, seja sitiante ou parceiro, é o “caipira”.

Nesta seção, exploro duas hipóteses principais: (i) o dialeto caipira é formado a partir de uma língua geral; (ii) esse dialeto e/ou a língua geral foi(foram) levada(os) para

as Capitanias de Goiás e de Minas Gerais, pelos bandeirantes, um questionamento que está presente na literatura voltada para a questão.

A expressão língua geral aparece com um sentido mais amplo na documentação histórica do período colonial, referindo-se ou às línguas usadas em vastas extensões territoriais, ou, no caso do Brasil, às línguas aparentadas da família tupi-guarani. Noll (2010) observa que o aparecimento das línguas gerais pode ser atribuído, parcialmente, ao distanciamento gradual das uniões entre brancos e índias do ambiente indígena puro. Na visão do autor, nesse contexto, os mestiços desempenhavam a “função de transmissores desta forma linguística para com os índios aloglotas e brancos” (NOLL, 2010, p. 107).

Nesta tese, a expressão língua geral será utilizada como um termo técnico preciso para designar aquela categoria de línguas faladas na América do Sul, nos séculos XVI e XVII, em condições especiais de contato entre europeus e povos indígenas, entre as quais se incluem a LGP e a Língua Geral Amazônica (LGA), conforme propõe Rodrigues (1986, 1993, 1996). Ressalto que meu maior interesse é a discussão sobre a LGP, uma vez que parece ter sido esta a língua que foi levada até as terras *goyases* e mineiras.

Passo, agora, por meio da consulta a fontes históricas, tentar caracterizar a comunidade dos falantes da LGP, considerando a sua formação.

Com o propósito de realizar uma política de colonização efetiva, Dom João III organiza, em 1530, uma expedição ao Brasil (DE SOUZA; VARNHAGEN, 1839). A empreitada era comandada por Martim Afonso de Sousa que tinha uma tríplice missão: (i) combater os traficantes franceses, (ii) penetrar nas terras na direção do Rio da Prata para procurar metais preciosos e, ainda, (iii) estabelecer núcleos de povoamento no litoral. Durante dois anos, o capitão percorreu o litoral, armazenando importantes conhecimentos geográficos. Ao chegar ao litoral pernambucano, em 1531, conseguiu tomar três naus francesas carregadas de pau-brasil. Dali, dirigiu-se para o sul da região, indo até a foz do Rio da Prata. De acordo com Leme (2004 [1777]), nesse mesmo ano, Martim Afonso de Souza funda a primeira vila da América portuguesa, localizada no litoral paulista: São Vicente. Nesse período, inicia-se a colonização da região Sudeste do Brasil (cf. CASTRO, 1932; CORDEIRO, 1951; HOLANDA, 1960). Registra-se, contudo, que antes dessa data, desde os idos de 1500, já existiam portugueses estabelecidos entre os tupis.

Sobre os primeiros anos de contato entre portugueses e índios, Leite (2013) observa que um português, o João Ramalho, já se encontrava estabelecido entre os tupis desde 1508, ou seja, 23 anos antes da criação da Capitania de São Vicente²⁰. Esse português fazia parte de um grupo formado por degredados, náufragos e desertores portugueses e espanhóis e atuava como intermediário das negociações entre índios tupis e colonizadores portugueses. Conforme a autora, João Ramalho possuía uma relação estreita com os nativos da região, uma vez que era casado com uma indígena.

O grupo de colonos trazidos por Martin Afonso de Souza para a nova vila era composto exclusivamente por homens. Somente em 1537 chegou o primeiro casal português a São Vicente (cf. MADRE DE DEUS, [1797] 1975, p. 63-64 *apud* RODRIGUES 1996). Contudo, mesmo com a chegada de casais, o afluxo maior de colonos portugueses continuou sendo de homens sós, que passavam a viver com mulheres indígenas.

Com o contato étnico, surge uma população mestiça, que teve como língua materna o tupi das mães e de todos os parentes maternos, já que, normalmente, não havia parentes consanguíneos do lado paterno (RODRIGUES, 2006). O idioma das mães indígenas foi a língua dos paulistas por muito tempo. Rodrigues (1996) pontua que, por mais de cem anos, o idioma das mães continuou a ser a língua dos paulistas. Sobre o convívio entre portugueses e índios, Vieira (1951, p. 355 [1694]) registra que “é certo que as famílias dos Portugueses e índios de S. Paulo estão ligadas hoje umas com às outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola”. A partir da leitura do registro de Vieira, é possível perceber que a língua portuguesa é aprendida como segunda língua, mesmo pelas crianças que são fruto da união do branco com o índio, pois a língua das mães indígenas será a primeira língua adquirida, pelas características intrínsecas à socialização das crianças nessa situação.

Sobre o domínio da língua tupi em toda a colônia, no século XVII, vejamos o que nos diz o jesuíta Fernão Cardim, no seu *Tratados da terra e gente do Brasil*:

Em toda esta província [referindo-se ao Brasil] ha muitas e varias nações de diferentes linguas, porém uma é a principal, que comprehende algumas dez nações de Índios. Estes vivem na costa do mar, e em uma grande corda do sertão, porém são todos estes de uma só língua, ainda que em algumas palavras discrepam, e esta é a que entendem os Portuguezes; é fácil, elegante, e suave, e copioza; a dificuldade d'ella está em ter muitas composições;

²⁰ Consultar também Rodrigues (1996).

porém dos Portuguezes, quasi todos os que vêm do Reino e estão cá de assento e comunicam com os Indios a sabem em breve tempo, e os filhos dos Portuguezes cá nascidos a sabem melhor que o Portuguez, assim homens como mulheres, principalmente na Capitania de São Vicente (CARDIM, 1894, p. 205).

A leitura do relato do jesuíta Fernão Cardim nos leva a pensar esse momento como um dos muitos que exemplifica o encontro politicamente assimétrico entre a língua portuguesa, língua de dominação, com muitas línguas autóctones. Mattos e Silva (2004) sugere, por exemplo, que a língua portuguesa é, dessa forma, transplantada, difundida e implantada nas novas terras, contrapondo-se às línguas que já eram usadas, nesse caso, as línguas indígenas. Como veremos, o contato entre indígenas e colonizadores era, na maioria das vezes, mediado pelos jesuítas.

Os jesuítas eram padres da Igreja Católica que faziam parte da Companhia de Jesus. Essa ordem religiosa foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola. A Companhia de Jesus foi criada no contexto da Contra-Reforma Católica, que ocorria na Europa e consistia em uma forma de barrar o avanço do protestantismo no mundo. Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549, com a expedição de Tomé de Souza (cf. LEITE, 1938).

Para consecução dos objetivos do Projeto Português de colonização das terras brasileiras, a Coroa portuguesa contou com a colaboração da Companhia de Jesus. Segundo Leite (1965), Azevedo (1976) e Ribeiro (1998), a principal intenção do rei D. João III, ao enviar os jesuítas para a colônia brasileira, era converter o índio à fé católica por intermédio da catequese e do ensino de ler e de escrever português.

Raymundo (1998, p. 43) explica que “a Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé”.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Shigunov Neto; Maciel (2008) chegam à conclusão de que os jesuítas se tornaram uma poderosa e eficiente congregação religiosa, em parte em função de seus princípios fundamentais, que eram a busca da perfeição humana por intermédio da palavra de Deus e a vontade dos homens; a obediência absoluta e sem limites aos superiores; a disciplina severa e rígida; a hierarquia baseada na estrutura militar e a valorização da aptidão pessoal de seus membros.

Vale mencionar que, ainda segundo Raymundo (1998), a Ordem dos Jesuítas não foi criada só com fins educacionais. Seu recurso principal eram os chamados exercícios espirituais, que exerceram enorme influência anímica e religiosa entre os adultos indígenas. Todavia, pouco a pouco, a educação ocupou um dos lugares mais importantes, senão o mais importante, entre as atividades da Companhia. Leite (2013) acrescenta que os “nativos” eram classificados em dois grandes grupos: os tupis, povos de “língua geral”, e os tapuias, povos de “língua travada”. Conforme a autora, para melhor lidar com os povos indígenas, os jesuítas aprenderam a língua referida como tupi. A língua usada pelos jesuítas como instrumento de dominação é denominada por Mattos e Silva (2004) de “tupi-jesuítico”. Sua justificativa é que ela era homogeneizadora da atividade jesuítica.

Com o avanço da colonização, os índios tupis de São Paulo vão sendo extintos e sua língua passou a reproduzir-se essencialmente como idioma dos mestiços, isto é, dos mamelucos, mesmo quando não havia mais indígenas (não-mestiços) nas famílias. Diante desse contexto, uma conclusão possível é pensarmos que a situação linguística das famílias de portugueses casados com mamelucas devia ser basicamente a mesma das famílias constituídas sem portugueses: falava-se correntemente a língua originalmente indígena e apenas o marido (e, a partir de certa idade, os filhos homens) eram bilíngues em português. Nessa situação, a língua que era falada já não mais servia a uma restrita sociedade indígena, mas à sociedade dos mamelucos (cf. RODRIGUES, 1996).

Mussa (1991 *apud* MATTOS e SILVA, 2004) esquematiza um quadro síntese que nos permite ter uma visão aproximada da configuração demográfica existente nos primeiros anos da colônia, transcrito a seguir, na tabela 1²¹.

Tabela 1: DEMOGRAFIA HISTÓRICA DO BRASIL

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
negros brasileiros	--	20%	21%	19%	13%
Mulatos	--	10%	19%	34%	42%
brancos brasileiros	--	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
índios integrados ²²	50%	10%	8%	4%	2%
		60%	60%	65%	57%
	70%	70%	68%	69%	59%
		30%	32%	31%	41%

²¹ Tabela 1, construída por Mussa (1991), extraída de Mattos e Silva (2004, p. 35).

Essa tabela nos mostra que a taxa de europeus e brancos brasileiros vai de 30% (do séc. XVI à 1ª metade do séc. XIX) a 41% (até a 2ª metade do XIX), enquanto os chamados “aloglotas”, isto é, os adultos dos demais grupos e seus descendentes, se distribuem em 70% e 69% (entre 1701-1800 e 1801 e 1850, respectivamente) e só na 2ª metade do século XIX diminuem para 59%. Isso evidencia que a maioria da população em toda a história brasileira foi não-branca, ou seja, de língua não-portuguesa, na sua origem, (70% vs. 30%, do séc. XVI até meados do séc. XIX e daí, numa relação de 59% vs. 41%).

Mattos e Silva (2004) explica que o quadro esquematizado por Mussa (1991) nos fornece um perfil demográfico geral do Brasil, que aponta para a constante não-branca em menor proporção na história brasileira. A autora pontua que isso acarreta consequências significativas para melhor compreendermos a heterogeneidade discutida do PB, que, segundo ela, só se tornou língua geral do Brasil a partir da 2ª metade do século XVIII, superando, por fim, a disputa com a ‘língua geral da costa do Brasil’, de base tupinambá.

A LGP²³ se expandiu durante o século XVII com o movimento das bandeiras que, de São Paulo, seguiu com destino a Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Goiás. Mais tarde, 1757, a criação da Lei do Diretório dos Índios estabeleceu o uso obrigatório da língua portuguesa e proibiu o uso da língua geral. Rodrigues (1983, p. 34) pontua que, em 1768, a língua geral “já se restringia [em São Paulo] às comunidades rurais do interior profundo”. Por hipótese, é essa língua geral, falada pelas comunidades rurais, em um contexto de isolamento, que dá origem ao chamado dialeto caipira, em São Paulo (ELIA, 1979).

Embora o contexto histórico possibilite a formulação dessa hipótese, não existem evidências para confirmá-la (nem para refutá-la) conclusivamente. O problema com essa hipótese é que se for assumido que o dialeto caipira é derivado da língua geral, então, que língua é levada pelos bandeirantes a Goiás e a Minas Gerais, no início do século XVIII? A LGP ou o dialeto caipira? Esse questionamento é relevante na medida

²² Mattos e Silva (2004) argumenta que o número de índios integrados decresce tristemente devido a doenças transmitidas pelos europeus ou por chacinas intencionais durante o processo inicial da colonização.

²³ A Língua Geral Paulista recebe diferentes denominações conforme o autor. Alguns autores utilizam os termos “Língua Geral do Sul” ou “Tupi do Sul”. O naturalista alemão Martius (1969 [1863]) empregou a denominação “Tupi Austral”. Nessa tese, opto pela denominação “Língua Geral Paulista”, utilizada por Rodrigues (1996), para efeito de precisão técnica, como já informei.

em que a LGP torna-se proibida só em 1757, o que não implica que se tenha deixado de falá-la imediatamente e em todos os lugares.

Melo (1946) faz crer que o dialeto caipira se espalhou de São Paulo pelos sertões do Brasil, em consequência do movimento das bandeiras. Contudo, ainda que o autor defenda que os bandeirantes falassem o dialeto caipira, isso não constitui um ponto pacífico entre os estudiosos do assunto, uma vez que vários outros autores (RODRIGUES, 1983, 1986; MONTEIRO, 1995; MATTOS e SILVA, 2004) defendem que os sertanistas falavam a língua geral.

Rezende (2008), baseando-se em Amaral ([1920] 1982) e Melo (1946), considera que, se por um lado, a conservação dos hábitos linguísticos do século XVI é uma particularidade dos dialetos que estão à margem da língua portuguesa considerada culta, próprios de pessoas sem escolarização formal, localizadas em áreas mais isoladas, distantes dos centros urbanos e do contato com as ondas linguísticas sucessivas, por outro lado, é preciso considerar que esses mesmos dialetos apresentam inovações linguísticas, advindas da ação dos aloglotas, que aceleram o processo de mudança previsto na deriva da língua (nos termos NARO; SCHERRE (2007)). Nesse sentido, é legítimo pensar, por exemplo, segundo autora, que as mudanças que distanciam o PB do PE são decorrentes de um intenso contato linguístico.

Considerando, portanto, os problemas de ordem cronológica e a dificuldade de comprovar a hipótese de que é o dialeto caipira, e não a LGP, que é levado para as Capitânicas de Goiás e de Minas Gerais, considero mais provável pressupor que tanto LGP quanto o dialeto caipira podem, em momentos diferentes, ter chegado a essas Capitânicas. Com essa linha de raciocínio, passamos considerar a chegada do colonizador ao interior do território, nas próximas seções.

2.2.1.1.1 A chegada do colonizador a Goiás

Natal e Silva (2002 [1932]) adota a data de 26 de julho de 1725 como marco histórico do descobrimento de Goiás. Em 1726, as minas começam a ser exploradas. Contudo, pondera que vários documentos históricos comprovam que bem antes disso, provavelmente em 1697, houve a entrada, nessas terras, do jesuíta Manoel Correia, em missão apostólica.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Chaim (1974) assegura que nos fins do século XVII, o território goiano era suficientemente conhecido, tanto por gente de

São Paulo como de Belém, e os caminhos de penetração se achavam descritos nos roteiros que corriam de mão em mão. A autora cita a cidade de Belém porque, conforme ela, o devassamento da região goiana efetuou-se através de dupla linha: a paulista, pioneira, e a amazônica.

Essa possibilidade apontada por esses historiadores está em conformidade com o que defende Gilka Salles (1992). A autora observa em atos da câmara da vila de São Paulo, do final do século XVI a meados do século XVII, que o mais caro empenho das expedições exploratórias sertanistas estava na escravização de índios. Decorre disso que, além de pequenos grupos de sertanistas, conforme relata a autora, 14 expedições penetraram o sertão goiano, desde o fim do século XVI até a segunda metade do século XVII.

Gilka Salles (1992) relata que a primeira bandeira a chegar às terras goianas foi a de Sebastião Marinho, em 1592 (consultar também GOMES, 1971; BRASIL, 1961; CHAL, 1997). Não há, contudo, registro de aprisionamento de índios nessa expedição. A autora relata ainda que outras expedições para apresamento de índios em meados do século XVII são mencionadas, como a de Francisco Lopes Beinavides (1665-1666) e de Antônio Pais (1671), cujos registros revelam, de acordo com a historiadora, a intenção de atingirem os *Gaiá* ou *Goyá*.

Considerando outra demarcação cronológica, Palacin *et al.* (1995) propõem que as expedições paulistas chegam ao território que viria a ser a Capitania de Goiás no início do século XVIII. Os autores asseveram que, até esse período, as terras eram ocupadas apenas por índios, cuja população, apesar de numerosa, não se tem registro exato da quantidade. Segundo os autores, consta nos registros sobre a colonização do Brasil que, desde o começo do governo geral, em meados do século XVI, organizaram-se, na então colônia, expedições exploratórias ao interior, partindo das capitanias da costa. Essas expedições/ bandeiras tinham por objetivo descobrir riquezas minerais, tais como minas de ouro, prata e pedras preciosas. Para os autores, o bandeirante, “destemido desbravador dos sertões e cruel escravizador dos índios” (PALACIN *et al.*, 1995, p. 17), passou a simbolizar importante vertente da história paulista colonial e, posteriormente, da história do Goiás.

Silva e Souza (1978) nota que o principal objetivo da ida das bandeiras paulistas para Goiás era escravizar índios. A agressão às nações indígenas tinha como principais justificativas o dever de “rebatê-la sua natural ferocidade” – reforçando a imagem do índio como ser selvagem - e o de conter as hostilidades – ou seja, dar respostas às

agressões recebidas ou iminentes, no processo de colonização. Segundo o autor, como argumento jurídico, permanecia o resquício deixado pela ideia da “guerra justa”.

Para termos uma ideia do número de pessoas que vieram para Goiás no início do devassamento, Silva e Souza (1978), assim como Gilka Salles (1992), relata que se contam um total de 14 expedições vindas a Goiás, do final do século XVI ao final do século XVII, quase todas organizadas por jesuítas. Cada expedição era formada por uma média de 200 homens – portugueses, negros e índios já “catequizados”.

Palacin *et al* (1995) registram que os “primeiros” colonizadores chegam a Goiás na última década do século XVII. Nesse período, são encontradas as principais minas de ouro nas regiões de Sabará e Rio das Velhas. Essa exploração dá início ao que os historiadores denominam de “grande corrida do ouro da Idade Moderna” e, junto com a colonização sistemática de territórios do interior, com o objetivo específico de encontrar e explorar riquezas, resulta na constituição da capitania de Minas Gerais (cf. seção 3.2.1.1.2). Observo, dessa forma, que o reconhecimento oficial das Capitanias de Minas Gerais (1720, como apresentarei) e de Goiás (1725) é quase simultâneo (cf. BOSCHI, 1993).

É ponto pacífico entre os historiadores que a bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva²⁴, conhecido como Anhanguera, em 1722, foi a pioneira na exploração das matas de Goiás. Palacin *et al* (1995), por exemplo, afirmam que essa bandeira é bastante conhecida porque existe uma dúzia de documentos de época relativos a ela, como cartas régias, informes de governadores e relatos de participantes. Os autores analisam um relato de Alferes Braga, considerado um dos ‘sócios’ da bandeira do Anhanguera. Conforme os autores, esse relato, rico em detalhes, é a principal fonte existente sobre a história dessa bandeira. Desse relato, interessa-me o fato de que a bandeira possuía pessoa escravizados entre seus integrantes, o que reforça a hipótese do contato de línguas, no Goiás. Esse documento é, assim, uma evidência de que, provavelmente, desde o ano de 1725, já se tinha registro do contato entre línguas indígenas, línguas africanas e LGP na capitania do Goiás.

Chaul (1997) relata que a região das minas dos ‘Goyazes’ era considerada parte da Capitania de São Paulo. Segundo o historiador, a região é governada por Bartolomeu Bueno até o ano de 1734, quando é criada a Capitania de Goiás. O primeiro governador

²⁴ Bertran (2000 [1994]) destaca que “quando em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva Filho adentrou a região já encontrou sinais de gado, sentindo-se de todo perdido (...) Nas bordas de Goiás e Tocantins a pecuária antecedia a mineração”. Essa informação é relevante porque, como veremos na seção (3.3), será a pecuária uma das atividades desenvolvidas após a decadência da mineração.

da nova capitania foi dom Marcos de Noronha, o Conde de Arcos, que viria a estabelecer-se no local em 1730.

Novas bandeiras continuam a exploração do território da capitania na segunda metade do século XVIII. Esses novos grupos exploratórios se formaram mantendo o objetivo de procurar novas jazidas de ouro e diamantes e atrair populações indígenas. As novas bandeiras acabaram por conhecer o vasto sertão goiano e fixar nele as primeiras populações brancas.

Palacin *et al.* (1995) ressaltam que a corrida do ouro na capitania de Goiás provocou imenso e súbito afluxo de pessoas para a região, desenhando um tipo de povoamento que adquiria feições urbanas. Segundo os autores, o maior fluxo se deu entre os anos de 1726 e 1740, quando ‘descobertas’ de novas jazidas sedimentares, ricas e de fácil exploração, se sucediam com rapidez, atraindo imensos contingentes populacionais das minas vizinhas e das demais regiões do reino. Os autores observam que o povoamento da busca do ouro caracterizava-se por ser descontínuo, instável, de vida fervilhante, tumultuada e precária. Decorre desse período a fundação dos primeiros núcleos urbanos em Goiás – Barra, atual Buenolândia, e Arraial de Sant’ Anna, em 1727, futura Vila Boa e atual Cidade de Goiás. Os autores destacam que Vila Boa permaneceu como único município da capitania durante todo o século XVIII, firmando-se como a capital da província e do estado até a fundação da nova capital, no século XX.

É consenso também entre os pesquisadores da história de Goiás que as estatísticas disponíveis sobre a população da capitania no período colonial são raras e, em geral, possibilita apenas uma visão aproximada do conjunto. Palacin *et al.* (1995) calculam, com base em dados imprecisos, que em 1736 a capitania contava com 15.000 habitantes. Em 1783, esse total atingiu, provavelmente, 59.287 habitantes, conforme os autores, o máximo registrado no período colonial. Em 1804, esse número caiu para 50.155 habitantes.

Mattos e Silva (2004), conjugando os dados que permitiam uma avaliação demográfica que considerava os agrupamentos étnicos conviventes no Brasil do século XVI ao XIX e que apresentavam informações impressionistas, sem o rigor das análises científicas dos historiadores contemporâneos, chega à conclusão de que Goiás (cidade) contava com 72.657 habitantes, entre 1798 e 1799, um número que superava o contingente populacional de São Paulo (cidade), que somava 52.206 hab., no mesmo período, conforme podemos observar na tabela 2.

Tabela 2: DADOS DEMOGRÁFICO-POPULACIONAIS (TOTAIS DE INDIVÍDUOS E PERCENTUAIS)²⁵ (adaptado de MATTOS e SILVA, 2004, p. 36)

LOCAL	GRUPAMENTOS ÉTICOS	FIM DO SEC. XVI	1798-1799	1835 (J. REIS 1986: 16)
BAHIA (cidade) (GSS 1989:19)	Branco	2000	17%	18500 28%
	Índios	6000	} 83%	
	Negros	4000		
				47000 72%
BAHIA (cidade) (LSV 1969:55)	Branco		} 40000 33%	80000 67%
	Índios			
	Negros			
OLINDA (cidade) (GSS 1989:86)	Branco	3000	37%	
	Índios	} 5000	63%	
	Negros			
RIO (cidade) (JVS 1969:180)	Branco	750	19%	
	Índios	3000	} 81%	
	Negros	100		
SÃO PAULO (cidade) (GSS 1989:776)	Branco		11093	21%
	Índios		32126	} 79%
	Negros		8987	
GOIÁS (cidade) (LSV 1969:867)	Branco		8931	12%
	Índios		29622	} 88%
	Negros		34104	

Uma conclusão que podemos tirar a partir da análise desses dados é que, de fato, a Capitania de Goiás contava com um contingente populacional considerável no século XVIII. A maioria desse contingente era de pessoas negras escravizadas (34.104 hab.), seguido de índios (29.622 hab.) e brancos (8.931 hab.) (cf. MATTOS e SILVA, 2004). Informações históricas desse tipo são preciosas para a reconstituição histórica do passado linguístico do Brasil Central (e do Brasil como um todo), já que não podemos negar que a história das línguas passa necessariamente pela história demográfica de seus falantes. Essa informação é relevante porque, posteriormente, no final do século XVIII, ocorre o esvaziamento da Capitania de Goiás e, em decorrência disso, ocorre a situação de isolamento social e, conseqüentemente, isolamento linguístico, como apresentarei na seção 3.3.

Outra informação muito relevante que pode ser extraída da tabela 3, apresentada por Mattos e Silva (2004), é que, se olharmos os dados de fins do século XVI, de fins do

²⁵ Conforme Mattos e Silva (2004), as siglas se referem às fontes consultadas: GSS se refere ao 'primeiro historiador do Brasil', Gabriel Soares e Sousa; LSV, por sua vez, refere-se ao português Luís dos Santos Vilhena, professor de grego na cidade da Bahia no último quarto do século XVIII; JVS diz respeito a Joaquim Veríssimo Serrão, historiador, e JJR faz referência a João José Reis, também historiador.

século XVIII e do início do século XIX, veremos que os chamados ‘aloglotas’ representam uma taxa que varia entre 63% e 88% da população, enquanto os falantes de língua materna portuguesa variam entre 12% e 37%.

Na próxima seção, tentarei reconstruir os passos feitos pelos falantes da LGP até a capitania de Minas Gerais.

2.2.1.1.2 A chegada do colonizador a Minas Gerais

A história de Minas Gerais, assim como a história das demais capitanias do Brasil colonial, é de suma importância para o conhecimento da história geral do Brasil e, mais especificamente, para desenharmos o cenário de formação do dialeto do português analisado nessa tese. Contudo, Torres (1980) defende que uma série de obstáculos de natureza espiritual inviabiliza o estudo dessa história, entre os quais, destaco: (i) a hostilidade a Portugal por parte dos historiadores; (ii) o anacronismo na história mineira, o qual pincela graves enganos na ‘pintura histórica’; (iii) o liberalismo na história mineira, devido a sua posição polêmica em face do passado e o seu racionalismo individualista, cuja influência na historiografia de Minas Gerais foi sempre dominante e (iv) a falta de compreensão do valor da história (um dos mais sérios obstáculos, segundo o autor). Além desses obstáculos, o autor cita outros de natureza material, a saber: (i) dispersão dos arquivos, falta de bibliografias e catálogos; (ii) ausência de organização de pesquisas e (iii) carências de obras gerais. Mesmo considerando que certamente alguns desses obstáculos já tenham sido superados, reconheço a dificuldade de resgate da história do período colonial, principalmente, quando preciso recorrer a dados demográficos. Para a escrita desta tese, por exemplo, os registros aos quais tive acesso, por meio da revisão bibliográfica, dificilmente apresentam os mesmos dados, ou seja, os números nunca “batem”.

Torres (1980) afirma que, no período colonial, o acesso a Minas Gerais era difícil e complicado, tanto por questões de natureza geográfica quanto por questões de natureza antropológica. Mas, como as terras mineiras precisavam ser descobertas e povoadas, o natural é que tal empreitada fosse realizada por súditos d’el-Rei já aclimatados no Brasil, no caso em questão, paulistas e baianos. De acordo com o autor, somente através da Bahia e São Paulo, terras já povoadas pelos portugueses, seria possível penetrar os vales sombrios rodeados por altas montanhas, por conta das implicações das razões já citadas.

Considerando isso, é natural pensar que houve duas séries de tentativas de descobertas das minas: as do norte, empreendidas pela Bahia; as do sul, partindo de São Paulo. Torres (1980) observa que, considerando a realização de uma exploração sistemática, as protagonizadas pelos paulistas foram as que obtiveram êxito.

Sem muita precisão sobre como os fatos ocorreram, o historiador pontua que, sobre o desbravamento do território mineiro, podemos assinalar as seguintes expedições vindas da Bahia: (i) a bandeira de Francisco Bruza de Espinosa, adentrando pelo Rio pardo e indo até o Rio São Francisco (1553); (ii) a bandeira de Vasco Fernandes Tourinho (1572-1573); (iii) a bandeira de Antônio Dias Adorno (1576) – primeira a chegar à região das minas. Entretanto, são os paulistas que, conhecedores da logística do devassamento e possuidores de alguma experiência mineira, adquirida nas ‘magras faisqueiras do litoral paulista (cf. TAUNAY, 1948), partiram de Taubaté, fundada em 1645, e colocaram em prática um sistema de expedições que fundavam arraiais pelos caminhos por onde passavam.

O nome de destaque da empreitada foi o de Fernão Dias Paes²⁶, considerado o descobridor²⁷ das Minas Gerais, que, em 1674, acompanhado por 40 homens brancos e muitos índios, penetra o território das minas²⁸. Paes fundou Ibituruna, a primeira povoação mineira. Embora não tenha encontrado nada de valor, o êxito dessa bandeira reside no fato de ela ter aberto o caminho geral para as montanhas dos Cataguás, além da Serra da Mantiqueira. Seguiu-se a essa expedição, o grupo do Borba Gato, Matias Cardoso e Garcia Rodrigues Paes, também organizada com o objetivo de explorar as minas. Em 1701, data do mais antigo documento sobre o assunto, o governador de São Paulo, Artur de Sá, batiza a região com o nome de Minas Gerais dos Cataguases. Achado o ouro, surgem os arraiais, sem nome nem forma, espalhados por toda a parte.

A partir da análise da obra de Torres (1980), dou-me conta do quão difícil é lidar com a história, quando não contamos com fontes que apresentam relatos detalhados e precisos. Considerando isso e reinterpretando os poucos dados aos quais tive acesso, posso concluir, preliminarmente, que as Minas Gerais são conhecidas no final do século

²⁶ Segundo Holanda (1959), embora a Coroa voltasse sua atenção para São Paulo, recomendou a Fernão Dias que, uma vez descobertas as minas, o sertanista e seu grupo se encaminhassem à Bahia de Todos os Santos, preferencialmente pelo Espírito Santo ou Porto Seguro, ao invés de retornarem a São Paulo. Com isso, posso observar que “as entradas poderiam ser organizadas em São Paulo, onde se recrutariam mais facilmente os práticos do sertão, mas o minério encontrado se escoaria pela Bahia, onde a fiscalização das autoridades centrais impediria melhor os descaminhos” (p-68-69).

²⁷ Na verdade, ainda hoje não se sabe com certeza a quem coube a descoberta das minas. O que se tem são especulações.

²⁸ Vasconcelos (1974 [1901]) relata que a bandeira de Fernão Dias formava uma comitiva que, além de índios mamelucos, contava com escravos.

XVII, com as primeiras descobertas de jazidas pelos bandeirantes paulistas. Provavelmente, é a partir desse período que a LGP é levada para essa região.

Por conta do potencial minerador da futura capitania, em pouco tempo, a região atrai colonos portugueses, que, com seus escravos africanos, buscam lavras de ouro e diamante. Como não poderia ser diferente, à medida que a produção cresce, aumenta a fiscalização por parte da Coroa. Em decorrência disto, despontam conflitos pelo direito de exploração das minas. Os casos de conflitos considerados mais importantes do período foram a Guerra dos Emboabas (1707-1710) – que opõe mineradores paulistas e comerciantes portugueses e brasileiros – e a Revolta de Vila Rica (1720), em reação à política fiscal de Portugal. Ressalto que não me deterei na descrição desses confrontos.

Em meados do século XVIII, a mineração está no auge da capacidade produtiva e a sociedade mineira vive o esplendor do barroco. Logo começa o declínio, provocado pelo esgotamento dos veios e pela pesada tributação.

Torres (1980) observa que, para a formação da base étnica do povo mineiro, tenham contribuído os seguintes grupos: (i) os índios (de grupos locais e os que entraram nas bandeiras, puros ou mestiços); (ii) os baianos, que subiram o rio São Francisco, descobriram e povoaram grande parte do território mineiro; (iii) os reinóis, que, depois de feita a descoberta, foram em multidões para Minas Gerais, e (iv) os negros geralmente trazidos pelos reinóis e pelos baianos.

Ainda sobre as características do povoamento da Capitania de Minas Gerais, Antonil (s.d.) apresenta uma perspectiva que, embora não seja muito confiável, assim como parecem ser os demais dados citados até agora, mostra alguns indícios sobre a conformação social da capitania. De acordo com o autor, o único estímulo para o deslocamento para as minas era o sonho de encontrar ouro. Nas palavras desse autor,

“[a] sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão (...). Cada ano, vêm nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos. (ANTONIL, s.d., p. 264)

Caio Prado Júnior (1944), a partir de uma narrativa de cunho mais geográfico, apresenta uma síntese na qual distribui, localiza e situa o povoamento desta capitania:

[em] Minas Gerais, o centro de condensação está localizado na faixa que se estende de sul a norte, da bacia do Rio Grande às proximidades das nascentes do Jequitinhonha; mais ou menos entre os pontos em que se formaram a vila de Lavras e o arraial do Tijuco (Diamantina). Ela corresponde à serra do Espinhaço, e geologicamente, a uma formação peculiar do terreno, a séries de Minas e de Itacolomi, ambas do algonquiano. Este fato explica suficientemente a concentração aí do povoamento, multiplicando-se as aglomerações, às vezes bem próximas umas das outras e cujas principais são: a Vila de São João e São José d'El Rey, Vila Rica, Cidade de Mariana, Caeté, Sabará, Vila do Príncipe, Arraial do Tijuco. (JUNIOR, 1944, p. 51)

O objetivo dessa seção foi apresentar uma descrição aproximada de como, provavelmente, se deu a inserção da LGP nas capitânicas de Goiás e de Minas Gerais. Pressuponho que, nessa breve exposição, ficou demonstrada a motivação e o contexto sócio-histórico da chegada dos falantes dessa língua à região central do País, no período colonial.

Na próxima seção, o foco da discussão incidirá sobre as línguas autóctones faladas nessas capitânicas.

2.2.1.2 O contato com os povos indígenas

Nas seções anteriores, tangenciei a questão da supremacia das línguas indígenas, considerado o número de falantes e a variedade de línguas até meados do século XVI. Rodrigues (1993) calcula que havia mais de mil línguas autóctones no Brasil, no início de sua colonização. O autor propõe que, nesse período, falavam-se 1.175 línguas, das quais 85% foram dizimadas durante o desbravamento das novas terras.

Com o avanço da colonização e com a dizimação, e conseqüente extinção de vários grupos indígenas, as línguas desses povos ou passaram a ser faladas por grupos restritos de falantes, ou foram extintas. Com o investimento maciço na sua catequização, esses povos perdiam, além dos seus costumes, as suas línguas. Sabemos que a história dos índios e de suas respectivas línguas no Brasil e, em especial, no Goiás, dá margem para uma volumosa obra. Contudo, nessa tese, caberá apenas uma pequena síntese.

Natal e Silva (2002 [1932]) nos lembra de que tão logo se deu o descobrimento de Goiás, começou a luta entre o aventureiro e o índio. Segundo o autor, “(...) a ambição e o interesse do primeiro tiveram de suceder a perseguição e a opressão do segundo” (p. 264). O autor propõe que a história de povoamento dos sertões do Goiás pode ser dividida em dois grandes períodos: o da conquista e o da catequese.

O historiador pondera que prevaleceu o primeiro período, uma vez que a ambição pelo ouro não deu tempo para que se pudesse pensar no segundo. Assevera que “acima da sorte do índio estava a sorte do ouro” (NATAL e SILVA, 2002, p. 264). É importante observarmos que, por causa do ouro, cuja exploração não podia ser feita debaixo dos perigos e riscos das incursões dos povos indígenas, buscou-se substituir a maldade das perseguições, pela “brandura” da catequese. Vieram, assim, os aldeamentos e começou a “labuta gloriosa” dos missionários.

Moura (1994) afirma que a prática de aldear, concentrar ou reunir diferentes grupos indígenas em um mesmo local (aldeamento) foi iniciada, no Brasil, em meados do século XVI e estendeu-se até o século XIX. O aldeamento tinha como objetivos a cristianização e a “civilização” dos indígenas. Os métodos utilizados adaptavam-se às condições locais e políticas adotadas em cada região e época, em conformidade com as leis e códigos de Portugal. Ravagnani (1986/87) nomeia os aldeamentos de quartéis-aldeamentos, pois, segundo descreve, esses espaços tinham por função alojar os índios capturados.

Moura (1994) atribui à Companhia de Jesus, que chegou ao Brasil em 1532, juntamente com o primeiro governador geral, Tomé de Souza, a criação dos primeiros aldeamentos indígenas, para viabilizar a “conversão” e a “civilização” dos indígenas. Para a antropóloga, com esses missionários nasceram os primeiros embriões do que seriam os chamados aldeamentos indígenas. Esses foram construídos, na segunda metade do século XVI, nas proximidades dos núcleos coloniais, junto às missões, estendendo-se ao longo do litoral até o sul de São Paulo, e também no interior. A antropóloga afirma que os índios aldeados ou domesticados foram obrigados a trabalhar para abastecer de comida e de roupa não só o aldeamento — ou seja, a eles próprios e aos missionários — como também para suprir os colonos e as expedições da Coroa.

Várias narrativas nos ajudam a compreender como se deu a implantação da política de aldeamentos. Almeida (1997) relata que, em 1750, o padre José de Castilho, contando com o apoio dos índios bororos e do sertanista Antônio Pires de Campos, é designado para fundar a aldeia de Santa Ana do Rio das Velhas, o primeiro aldeamento da Capitania de Goiás. As populações indígenas do norte da capitania ficaram aos “cuidados” do sertanista e coronel Wenceslau Gomes da Silva, que fez intensa campanha contra os acroás. O projeto dos aldeamentos não teve muito sucesso porque houve desentendimentos entre os padres e os administradores. Em 1755, o primeiro-ministro de Portugal, Marquês de Pombal, implanta uma nova política a partir da qual

os índios do Maranhão e do Grão-Pará fossem administrados pelos governadores e ministros. Com isso, o papel desempenhado pelos religiosos fica em suspenso. As medidas ordenadas por Pombal são estendidas para toda a colônia em 1757 (ALMEIDA, 1997). Uma consequência disso foi o acirramento dos desentendimentos.

Em 1758, apenas dois jesuítas permaneciam em Goiás, os padres José Vieira, na região norte, e José Batista, na região sul da capitania. Juntos, assistiam ao esvaziamento das suas respectivas aldeias (PALACÍN *et al*, 1995). Teyssier (2007) observa que, em 1759, ocorre a expulsão definitiva dos jesuítas, considerados principais protetores da língua geral. O autor relata que, na segunda metade do século XVIII, o uso da língua geral entra em decadência. Para o autor, as motivações para esse declínio são, principalmente, a chegada de numerosos imigrantes portugueses seduzidos pela descoberta das minas de ouro e diamantes e o Diretório criado pelo marquês de Pombal em 03 de maio de 1757, cujas decisões, aplicadas primeiro ao Pará e ao Maranhão, se estenderam, em 17 de agosto de 1758, a todo o Brasil. Por esse documento, proibia-se o uso da língua geral e obrigava-se oficialmente o uso da língua portuguesa. No final da primeira década do século XIX, o português se sobrepõe definitivamente a essa última língua comum, restando apenas certo número de palavras integradas no português local e muitos topônimos.

PALACÍN *et al* (1995) mostra que desde o século XVI, tiveram notícias do constante deslocamento de grupos indígenas da costa para o interior do país. Essas imigrações eram motivadas por dois fatores principais: (i) a guerra entre grupos indígenas inimigos, o que fazia os vencidos se refugiarem nos sertões e (ii) a necessidade de fugir da ação dos colonizadores. Assim, à medida que a colonização avançava, os agrupamentos indígenas adentravam o interior. A conclusão dos autores é que esses indicadores parecem apontar que a população indígena de Goiás, no século XVIII, era resultante de movimentos migratórios.

Em termos de Brasil, PALACÍN *et al* (1995), assim como Leite (2013), consideram que havia dois grandes grupos: tupi e tapuia, isto é, índios da costa e índios do interior. Tapuia era o nome genérico que os tupis davam para todos os grupos que não possuíam os seus costumes e não falavam a sua língua.

Na literatura linguística, os agrupamentos indígenas são classificados em três grandes troncos: tupi-guarani, jê ou macro-jê e aruak. Considerando essa classificação, Palacín *et al*. (1995) pontuam que a maioria dos indígenas de Goiás pertencia ao grande grupo jê, que, diferentemente do que ocorreu com os tupis-guaranis, não se estendeu a

outros países. Devido a isso, esse grupo é considerado, por vários historiadores, como genuinamente brasileiro.

Palacín *et al.* (1995) observam que há uma série de razões que tornam extremamente difícil o conhecimento acerca dos grupos indígenas de Goiás durante o período colonial. Entre elas, damos destaque ao que os autores classificam como “peso dos conceitos existentes sobre os índios”, divulgados através das obras científicas e literárias e dos documentos oficiais do período. Segundo os autores, os indígenas eram caracterizados como “bárbaros”, “selvagens”, “infieis”, “bestiais”, “ferozes” etc (Palacín *et al.*, 1995, p. 13). Como esse tipo de descrição não menciona características linguísticas nem faz referência a traços fenotípicos, é possível termos apenas uma ideia vaga de como eram os componentes dos grupos indígenas. Ravagnani (1986/1987, p. 130) observa que “a população indígena [nessa] época já estava bastante dispersa, com muitos grupos destribalizados – cujo remanescentes vagavam pelas fazendas e residências urbanas como escravos (...)”.

Baseando-se em diversos relatos deixados por cronistas do período colonial, documentos oficiais e descrições feitas por outros observadores e estudiosos, Silva e Souza (1978) calcula que o total das nações indígenas em Goiás somava mais de duas dezenas. As principais eram: caiapós, xavantes, goyazes (extinta), crixás (extintas ou não se tem registro atual), araés (situação semelhante à dos crixás), canoeiros, apinagés e capepuxis. Com exceção do canoeiro, as demais são línguas do tronco jê.

Considerando ainda a discussão acerca do número de línguas indígenas que sobrevivem no Brasil, ponto que deve haver em torno de 181 línguas indígenas que ainda são faladas (cf. FRANCHETTO, 2000; RODRIGUES, 2005). Rodrigues (2005) pontua que esse número admite pequena margem de erro para mais ou para menos, devido principalmente à imprecisão, em alguns casos, da distinção entre línguas e dialetos (estes são variedades de uma língua tão pouco diferenciadas, que não dificultam a comunicação entre seus respectivos falantes). Do total de línguas indígenas que existiam no início da colonização, quase 85% foram extintas, nestes mais de 500 anos de história. As línguas remanescentes são faladas por cerca de 817.963 índios (que somavam 5 milhões em 1500), segundo estimativa do censo de 2010. Estes números mostram o quão lastimável foi (e é) a situação dos povos indígenas (e de suas línguas) em seu próprio país.

Na próxima seção, retomo a discussão sobre os aldeamentos construídos no século XVIII. Tratarei de um aldeamento construído na então Província de Goiás, mais

especificamente, tecerei considerações sobre o aldeamento Carretão, antigo Aldeamento Pedro III, denominado de Tapuya (designação genérica para os índios que não são Tupi), formado por remanescentes de muitas diferentes etnias indígenas e por descendentes de africanos. Neste ponto, cabe ressaltar a contribuição qualificada da Profª Tânia Rezende (em comunicação pessoal), acerca de relevância desse aldeamento para o presente estudo. Segundo a pesquisadora, a justificativa para tratar desse aldeamento e não de outros (como, por exemplo, Iny, de Aruanã, e Avá-Canoeiros, de Minaçu, dos antigos aldeamentos Maria I e Mossâmedes) está na relação histórica entre esse aldeamento e o chamado “território incaracterístico”, denominado por Nascentes ([1922] 1953), pois o que especifica esse território, tornando-o incaracterístico, ao olhar do dialetólogo, nublando sua compreensão, é a predominância dos povos de línguas e de culturas Macro-Jê. Nesse cenário, o Carretão constitui um mosaico, uma vez que além dos povos A’uwe (Xavante), Iny (Karajá)/ ItyaMahãdu (Javaé), Mebêngôkre (Kayapó), Akwe (Xerente), é composto também por negros e brancos.

2.2.1.2.1 Aldeamento Carretão: os remanescentes Xavante, Xerente, Kayapó e Karajá

Moura (2000) registra que Aldeamento Carretão é uma área indígena. Esse aldeamento foi construído pela coroa portuguesa na então capitania de Goiás, em 1788, e desativado no final do século XIX. De acordo com a autora, o Carretão foi construído para os Akuên-Xavante, mas depois foram levados para lá os Karajá, Javaé, Kayapó e Xerente. Todos Tapuios. São, conforme a autora, o resultado concreto de um processo de “individuação” étnica. A autora observa que, além dos Tapuios, o aldeamento também passou a ser habitado por pessoas negras que fugiram das fazendas nas quais eram escravizadas. Uma conclusão preliminar é, pois, que esse aldeamento constitui um mosaico étnico.

Sobre o processo de criação dos aldeamentos, e tratando especificamente do Aldeamento Carretão, é preciso registrar que esse aldeamento figura entre aqueles construídos na fase de transição entre os aldeamentos “modelo” (Mossâmedes e Maria I), dos outros aldeamentos construídos no período em que a economia voltava-se para a agropecuária e o comércio fluvial, quando se visava efetivamente à transformação dos aldeamentos em povoados (cf. MOURA, 2006).

A política de aldeamento teve como consequência tornar invisíveis os chamados Tapuios no cenário colonial, em consequência de uma estratégia histórica e política imposta por um processo de dominação e expropriação. Moura (2000) observa que essa invisibilidade faz parte de um processo nacional de negação de identidades indígenas específicas, que teve lugar, de forma contundente, na segunda metade do século XIX. Para a autora, essa invisibilidade encontra origem na própria política indigenista colonial de “civilização” dos povos indígenas, que vizava descaracterizar ou homogeneizar tais povos, por meio da evangelização, da integração e da assimilação.

Moura (2000) pontua que após dois séculos de miscigenação que resultaram na dispersão do grupo entre a população regional, a situação dos Tapuios parece ter mudado, uma vez que eles adquiriram visibilidade pelo que a autora afirma ser “o nascimento um novo grupo orgânico de indivíduos”. É interessante observar, como ressalta a autora, que o ressurgimento da comunidade, no cenário brasileiro na década de 1980, ocorreu por meio de um processo de emergência étnica que, segundo afirma, no Brasil, vem acontecendo desde 1940. A autora reforça que, nessa nova fase, os Tapuios reinterpretaram o aldeamento Carretão como a origem mitológica da comunidade, resgatando laços de ancestralidade com seus primeiros habitantes e redefinindo seu espaço territorial.

Informações complementares sobre o Carretão podem ser obtidas a partir também da leitura de Almeida (2003). De acordo com a antropóloga, esse aldeamento foi construído à margem esquerda do rio São Patrício ou Carretão Grande, a uma distância aproximada de 21 léguas ao norte da cidade de Goiás Velho, antiga capital do estado de Goiás.

Almeida (2003) afirma que esse aldeamento foi criado para “receber” índios em guerra contra a colonização. Para a autora, esses povos foram “convencidos” a estabelecerem relações de paz, chegando a conviver com brancos e negros, falar a língua portuguesa e cristianizar-se. Assim como Moura (2000), Almeida (2003) observa que esses novos hábitos fizeram com que os indígenas se distanciassem gradualmente de suas origens étnico-culturais.

Tratando sobre a população do Carretão, observo que vários autores registram que ela sofreu sérios reveses, como fome, doença, tratamento ofensivo, e até perseguição por parte dos empregados do aldeamento. Darcy Ribeiro (1977) comenta que a população do Carretão teve que conviver intimamente com guarnições militares e experimentar a vida “civilizada”. De acordo com o autor, a população não deve ter

apreciado a experiência, porque, logo depois, começou a escapar rumo ao norte, para o antigo território tribal. Anos depois, o aldeamento estava praticamente deserto e os Akuên (Xavante) reiniciaram suas hostilidades. Chaim (1974) sustenta que os Xavante ficaram no Carretão até o século XIX, quando retornaram aos matos e à vida nômade.

De acordo com Moura (2006), até as duas primeiras décadas do século XX, viviam no local do antigo aldeamento Carretão alguns remanescentes indígenas, conhecidos pela população regional, como “tapuios”. Em 1936, a área onde estava instalada o aldeamento Carretão foi ocupada por um fazendeiro da região de Goiás. E, em 1944, a área foi requerida ao estado de Goiás, como terra devoluta, pelo mesmo fazendeiro. O aldeamento foi transformado em uma fazenda, hoje propriedade do filho do citado fazendeiro. Atualmente os Tapuios moram no perímetro do antigo território Carretão, mas fora da localização original das construções.

Almeida (2003) observa que, no início do século XX, os índios e o aldeamento do Carretão foram pouco noticiados pelo Serviço de Proteção aos Índios e totalmente esquecidos nas primeiras décadas de criação da FUNAI. Foram, pois, invisibilizados. O esquecimento se deu de tal maneira que, de acordo com a pesquisadora, em 1979, “(...) quando dois representantes da comunidade contemporânea se dirigiram à FUNAI em Brasília relatando um quadro de invasão de suas terras, discriminações e perseguições físicas, foram acolhidos com surpresa, desde que não se esperava haver mais índios na mais antiga área de colonização de Goiás, a pouco mais de 370 km de Brasília.” (ALMEIDA, 2003, p. 12).

Para corroborar suas afirmações, a antropóloga cita um trecho de um memorando de nº 505/1979/DGPC, datado de 14 de novembro de 1979, no qual o também antropólogo Rafael José de Menezes Bastos trazia as primeiras informações a partir da conversa que teve com os indígenas do Carretão.

“Declarando-se índia Javaé, membro de comunidade, com cerca de 75 pessoas, que vive no município de Rubiataba-GO, na localidade conhecida como Terra dos Tapuios (ou dos índios), perto de Embiara e da Fazenda Carretão, Dona Olímpia veio reclamar assistência e proteção da FUNAI, até agora inexistentes. (...) Referidas originais terras, doadas à comunidade, segundo Dona Olímpia, pela Princesa Isabel e D. Pedro I, somavam cerca de 4 léguas quadradas, hoje se reduzindo enormemente, isto através de processo ao qual não têm faltado violência e atrocidade”. (p. 12)

Segundo Almeida (2003), a aldeia estava situada entre os arraiais de Tesouras, Crixás Pilar, Santa Rita e Antas, Gourinos e Amaro Leite, que surgiram no século XVIII, a partir da descoberta e intensa exploração de minas de ouro. A antropóloga observa que, desde a sua criação, o aldeamento Carretão funcionou como uma unidade de produção de alimentos em uma capitania que se dedicava quase que exclusivamente à exploração de minérios. Mas, à medida que a invasão do Goiás avançava, e estando a meio caminho do rio Araguaia, a aldeia também passou a ser um entreposto para que os invasores abastecessem e contratassem serviços de remeiros, carregadores e guias índios. Por conta disso é que, segundo a pesquisadora, a aldeia e sua população indígena mantiveram-se na região, mesmo quando não havia mais uma política estimulando a sua continuidade com verbas que garantissem a presença de diretores e missionários. A autora observa que, ainda na década de 80 do séc. XIX, o lugar “(...) latejava algo antigo assim fragilmente mantido pelo relativo isolamento que causa a falta de estradas e comunicação com o mundo exterior”. (ALMEIDA, 2003, p. 14).

Almeida (2003) observa que os registros sobre o contingente populacional presente no aldeamento Carretão no século XIX são imprecisos. De acordo com a pesquisadora, o último relatório provincial de Goiás, datado de 23 de novembro de 1879, “(...) informa a presença de apenas duas mulheres da etnia Xavante na aldeia do Carretão”. A pesquisadora pontua ainda que um padre, o Vilanova, em narrativas que registra suas viagens pelo interior de Goiás, datadas do ano de 1888, observa que, em Carretão, havia uma comunidade na qual viviam pessoas ligadas entre si pela origem comum associada às terras da aldeia.

Moura (2006) assevera que, no ano de 2006, os moradores do Carretão são estimados em torno de 180 pessoas que habitam uma única reserva chamada Área Indígena Carretão, também conhecida regionalmente como “Fazenda dos Tapuios”, situada entre a Serra Dourada (ou do Tombador) e o rio São Patrício (ou Carretão), nos municípios de Rubiataba e Nova América. A autora observa ainda que, fora da Área Indígena, há notícias de aproximadamente duzentos Tapuios morando em cidades e em fazendas. Atualmente, de acordo com dados do censo 2010, o Carretão conta 171 habitantes.

A próxima seção trata da discussão sobre as línguas africanas trazidas pelos seus falantes escravizados, para as capitanias de Goiás e Minas Gerais.

2.2.1.3 O contato com povos africanos

Freire (2003 [1933], p. 65) afirma que se formou “na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição”. Nesta seção, interessa-me discutir acerca deste hibridismo, em particular, a participação do negro e as línguas africanas que aportaram consigo no Brasil.

Schleumer (2011) argumenta que, desde os primeiros tempos da colonização, o escravo negro foi introduzido em São Paulo. No entanto, sua presença passou a ser significativa a partir do século XIX. Baseando-se em Queirós (1977), a autora afirma que nos séculos XVI, XVII e na maior parte do século XVIII, a presença negra era inexpressiva devido à prática da policultura voltada para a subsistência, base da mão de obra indígena. A partir do século XIX, São Paulo integrou-se à economia de exportação, com o desenvolvimento da lavoura açucareira, passando, portanto, a se encaixar no trinômio tradicional que estabelecia a monocultura, o latifúndio e a escravidão negra.

É lamentável não ser possível saber com exatidão quantas línguas africanas aportaram no Brasil, com seus falantes escravizados. Resta, assim, apenas estimativas. Petter (2006), por exemplo, estima que aportaram aqui entre 200 e 300 línguas africanas. Mas, embora não tenhamos como saber o total das línguas, é possível sabermos quais foram algumas delas, mesmo em número reduzido.

Um documento do século XVIII, intitulado de *Obra Nova da Língua Geral de Mina*²⁹, escrito em 1741, por Antônio da Costa Peixoto, apresenta uma amostra dessas línguas trazidas para o Brasil e faladas na província de Minas Gerais (cf. RODRIGUES, 2003). Como se trata de uma discussão ligada diretamente à capitania de Minas Gerais, retomarei esse assunto na seção 3.2.1.3.2.

Naro; Scherre (2007) pontuam que é escassa qualquer evidência documental específica quanto ao português ou outras línguas faladas pelos africanos no Brasil. Segundo os autores, o que se tem são algumas menções breves de africanos que não dominavam o português, mas apenas a língua geral tupi ou as línguas africanas. Observam que a documentação disponível não transmite nenhuma suspeita de que a língua portuguesa falada pelos brasileiros descendentes dos primeiros cativos africanos fosse diferente da fala de brasileiros de outras origens étnicas. De acordo com os linguistas, se no Brasil existiu um “português negro”, assim como existiu o ‘*Black*

²⁹ Rodrigues (2003) pontua que uma cópia dessa obra, que conta com 42 páginas numeradas, encontra-se na Biblioteca Pública de Évora, Portugal.

English’ nos EUA, suas diferenças em relação ao português geral eram tão sutis que fugiam aos ouvidos dos observadores (cf. p.28-29)

Os autores advertem que, com essa afirmação, não querem, entretanto, asseverar que os falantes nativos de línguas africanas ou indígenas do Brasil tenham adquirido a língua portuguesa com fluência nativa, tampouco os falantes nativos de português não tenham introduzido em sua fala traços africanos, indígenas, pidginizantes ou não, das línguas gerais e até mesmo da chamada “língua de preto”. Naro; Scherre (2007) ressaltam que a única informação segura que se tem a respeito da situação linguística dos primeiros africanos chegados ao Brasil é a de que falavam línguas africanas e, em alguns casos e em diversos graus, adquiriram conhecimentos da língua geral ou do português.

Na próxima seção, tentarei compreender como se deu a inserção da mão-de-obra negra escravizada e das línguas africanas na capitania de Goiás.

2.2.1.3.1 A inserção da mão-de-obra negra escrava na capitania de Goiás

Gilca Salles (1992) afirma que a afluência do negro a Goiás foi regular e constante, desde os primeiros anos da “ocupação” dessa região. Segundo a autora, oficialmente, sabe-se que o primeiro comboio de pessoas negras escravizadas chegou a Goiás em setembro de 1752. Contudo, o montante de escravos não é conhecido porque havia razões ponderáveis para ocultá-lo, já que o imposto de capitação e as dízimas levaram os colonos ao hábito da sonegação. Observa que, por estas razões, sempre foi difícil saber o número exato de escravos negros.

A autora (1992) afirma ainda que os africanos sudaneses, com as denominações de *yorubas*, *gêges*, *haussás* e *minas*, segundo as regiões de que provinham, aportavam preferencialmente na Bahia. Dessa forma, de acordo com a historiadora, é provável que, em Goiás, os sudaneses predominassem, pois eram mais frequentes na bibliografia consultada.

Nesse sentido, Fonseca (1961, p.37-38), em *História de Oliveira*, afirma que

“Goiás era uma Canaã. Voltavam ricos os que tinham ido pobres. Iam e viam mares de aventureiros. Passavam boiadas e tropas. Seguiam comboios de escravos. Cargueiros intérminos, carregados de mercadorias, bugigangas, miçangas, tapeçarias e sal. Diante disso, negros foragidos de senzalas e de comboios em marcha, unidos a prófugos da justiça e mesmo a remanescentes dos extintos cataguás, foram se homiziando em certos pontos da estrada ("Caminho de Goiás" ou "Picada de Goiás"). Essas quadrilhas perigosas,

sucursais dos quilombolas do rio das mortes, assaltavam transeuntes e os deixavam mortos no fundo dos boqueirões e perambeiras, depois de pilhar o que conduziam. Roubavam tudo. Boiadas. Tropas. Dinheiro. Cargueiros de mercadorias vindos da Corte (Rio de Janeiro). E até os próprios comboios de escravos, mantando os comboeiros e libertando os negros trelados. E com isto, era mais uma súcia de bandidos a engrossar a quadrilha. Em terras oliveirenses açoitava-se grande parte dessa nação de “caiambolas organizados” nas matas do Rio Grande e Rio das Mortes, de que já falamos. E do combate a essa praga é que vai surgir a colonização do território (de Oliveira (Minas Gerais) e região). Entre os mais perigosos bandos do Campo Grande, figuravam o quilombo do negro Ambrósio e o negro Canalho.”

Mattos e Silva (2004) argumenta que, contrariamente ao que ocorreu com os indígenas, os africanos e afro-descendentes estão no patamar de 60% da população do Brasil entre os séculos XVII e XIX. Seguindo Mattosso (1990 [1979] *apud* MATTOS e SILVA 2004), a autora esboça o seguinte percurso geográfico dos escravos, seus senhores e familiares: nos séculos XVI e XVII, concentravam-se nas lavouras da cana-de-açúcar nas capitâneas litorâneas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Nos séculos XVII e XVIII, transitaram para as áreas de mineração de ouro e diamantes, nos interiores paulistas, no centro e centro-oeste do Brasil. Do século XVIII ao século XIX, com a diminuição da mineração, boa parte volta para o litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde ocorre novo impulso açucareiro. A autora observa que, sendo os africanos e afrodescendentes a maioria da população nesse período, certamente esse segmento “sem voz” da população brasileira teria sido o principal difusor do português geral brasileiro.

Diante de todas essas informações, uma questão natural é: a qual família linguística pertenciam as línguas faladas pelos povos trazidos da África para a região do Brasil Central? Uma resposta possível pode ser rascunhada com base em Pessoa de Castro (2001). Conforme a autora, destacam-se, pela superioridade numérica em relação aos demais, os povos da família linguística *banto* e *kwa*, ambos de grupos linguísticos sub-saarianos. Entre os bantos, três povos tiveram destaque, pela duração e continuidade no tempo de contato direto com o colonizador português, são eles: (i) o bacongo, falantes da língua quicongo, provenientes dos atuais Congo, Gabão, Zaire e Angola; (ii) o ambundo, falantes de quimbundo, concentrados principalmente em Angola; (iii) o ovimbundo, falantes de umbundo, localizados numa vasta região da costa oeste africana – todas essas línguas vinculadas à família banto.

2.2.1.3.2 A inserção da mão-de-obra negra escrava na capitania de Minas Gerais

A principal motivação para a ocupação do território da Capitania de Minas Gerais foram os metais preciosos encontrados na região. Como mostrei na seção 2.2.1.1.2, essa descoberta atrai toda a sorte de pessoas, tanto de outras partes da colônia, quanto de Portugal. Os aventureiros traziam consigo muitos sonhos e, para tentar realizá-los, contavam com a mão-de-obra escrava de negros oriundos de diferentes regiões da África, o que explica a presença de diversas etnias. Creio, com base em Luna (1980), que seja bem provável a existência de uma estreita correlação entre a posse de escravos com a forma como a riqueza se distribuía entre os mineradores, de modo que parecia ser comum o número de proprietários que possuíam um número de 1 a 5 escravos, que proprietários que possuíssem um número maior que 5. Isso é uma evidência de que, em Minas Gerais, as grandes lavras devem ter constituído a exceção e não a regra, no que se refere à organização da estrutura produtiva. Minha conclusão preliminar é respaldada por dados que mostram um número significativo de senhores com a posse de poucas pessoas escravizadas, conforme podemos observar na tabela 3 (extraída de LUNA, 1980, p. 60).

Tabela 3: Números de escravos vs. total de proprietários (adaptada de LUNA, 1980)

NÚMERO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DOS PROPRIETÁRIOS						
	PITANGUI		SERRO DO FRIO	CONGONHAS DO SABARÁ		SÃO CAETANO	VILA RICA
	1718	1723	1738	1771	1790	1804	1804
1	4,1	16,3	37,6	26,8	33,1	19,2	35,3
2	24,4	17,0	18,4	17,4	19,4	21,2	19,6
3	4,1	15,6	10,1	14,0	9,7	18,3	12,6
4	14,3	9,6	7,8	5,5	9,7	4,8	9,6
5	10,2	11,1	4,5	7,2	3,2	6,7	5,2
1 a 5	57,1	69,6	78,4	70,9	75,1	70,2	82,3
6 a 10	30,6	15,6	12,0	12,8	16,1	15,4	12,2
11 a 20	8,2	8,9	65,9	12,8	6,4	8,7	4,4
21 a 40	4,1	4,4	2,8	2,6	2,4	2,9	0,8
41 e mais		1,5	0,9	0,9		2,8	0,3

Os dados da tabela 3 mostram que, embora não seja possível determinar a quantidade exata de negros que foram levados para as terras mineiras durante o trabalho aurífero, podemos pensar que esse número chegava aos milhares. Alguns autores têm demonstrado que, no grupo de negros, era elevada a participação do grupo sudanês (SALZANO; FREIRE-MAIA, 1949; CARNEIRO, 1964; LUNA, 1980). Paralelamente, firma-se, entre eles, o consenso de que os sudaneses tenham sido trazidos às Minas

Gerais em razão de possuírem mais conhecimento técnico que os bantos, no que se refere ao trabalho extrativo mineral, uma vez que já pareciam praticá-lo em suas ‘nações’ de origem. A ideia de que são os sudaneses o grupo de negros predominantes nas Gerais coaduna com o que propõe Gilka Salles (1992), sobre a origem dos negros que habitavam Goiás no mesmo período.

Luna (1980) pontua, entretanto, que as qualificações, assim como a adaptabilidade dos negros bantos e dos negros sudaneses eram avaliadas de forma divergente, como se verifica quando confronto textos legais do período. Em Carta Régia de 1711, encontra-se registado que

“[me] pareceu resolver que os negros que entrarem neste Estado do (Brasil) vindos de Angola (Bantos), e forem enviados por negócio para as minas paguem de saída a seis mil réis a que chamam a peça das índias, e os lotados ao mesmo respeito, e os que forem da costa da mina (Sudaneses), e se remeterem também para as Minas, paguem três mil réis por cabeça que chamam peça, e os lotados na mesma forma, por serem inferiores, e de menos serviço que os de Angola”. (Carta Regia, 1929 [1711], *apud* LUNA, 1980, p. 85 – grifo meu)

Outro documento, datado de 28 de julho de 1714, revela opinião discrepante. Neste, diz-se que

“[pela] cópia do edital que com esta remeto será presente a Vossa Majestade ter-se dado cumprimento ao que foi servido ordenar por esta Provisão e como nela se termina que os negros viessem de Angola para esta praça e dela fossem por negócio para as minas pagassem a saída seis mil réis por cabeça, sendo peças da índia e os da Costa da Mina a três mil réis por serem inferiores e de menos serviço que os de Angola, o que é tanto pelo contrário, que os que vêm da Mina se vendem mais subido por ter mostrado a experiência dos mineiros serem estes mais forte e capazes para aturar o trabalho a que os aplicam; o que me obrigou a consultar esta matéria com os Ministros, e pessoas de mais inteligência e resolvi que vista a equivocação que houve no valor de uns e outros negros pagassem todos igualmente quatro mil e quinhentos por cabeça e nesta forma interessa à real Fazenda de Vossa Majestade, os mesmo direitos de três a seis...” (Carta do Vice-Rei do Brasil Marquês de Angeja, 1915 [1714], , *apud* LUNA, 1980, p. 85 – grifo meu)

Em 1725, onze anos após o documento citado anteriormente, o tema retorna para a discussão e reafirma-se a ‘superioridade’ do negro sudanês:

“As Minas é certo, que se não podem cultivar senão com negros (...) os negros mina são os de maior reputação para aquele trabalho, dizendo os Mineiros que são os mais fortes e vigorosos, mas eu entendo que adquiriram aquela reputação por serem tidos feiticeiros, e têm introduzido o diabo, que só eles descobrem ouro, e pela mesma causa não há Mineiro que se possa

viver sem nem uma negra mina, dizendo que só com elas tem fortuna.”
(Carta do Governador da Capitania do Rio de Janeiro ao Rei, 1929 [1726],
apud LUNA, 1980, p. 85 – grifo meu)

Luna (1980) argumenta que fica evidente, apesar da divergência inicial de avaliação por parte da Coroa, a preferência dos mineiros pelos negros sudaneses. A tabela 4, abaixo, mostra que, no período de maior consolidação e próximo do apogeu da atividade extrativa, houve o predomínio de negros sudaneses, com proporção superior a dois terços dos africanos de outras origens. Para o autor, o predomínio de um ou outro grupo deve-se, por um lado, à execução da atividade mineira e, por outro, às condições de oferta de pessoas escravizadas, sobretudo as relativas às áreas africanas fornecedoras dessa mão-de-obra.

Tabela 4: Escravos: repartição segundo a origem (adaptado de LUNA, 1980, p. 86)

LOCAL	ANO	ESCRAVOS			
		SUDANESES		BANTOS	
		NÚMERO	%	NÚMERO	%
Vila de Pitangui	1718	107	44,6	133	55,4
	1719	148	43,8	190	56,2
	1720	145	42,8	194	57,2
	1722	347	48,9	363	51,1
	1723	338	49,8	341	50,2
Serro do Frio	1738	5912	78,9	1579	21,1
Freguesia de Congonhas do Sabará	1771	398	50,8	385	49,2
Distrito de São Caetano	1804	24	9,2	238	90,8
Vila Rica	1804	175	15,2	976	84,8

Após o auge aurífero, e iniciada a decadência mineira, é natural pensarmos que provavelmente se reduziu a capacidade de “importar” pessoas escravizadas para o trabalho. Luna (1980) observa que este fato, aliado ao próprio crescimento da massa colonial, modificou gradativamente a composição do contingente de pessoas escravizadas, uma vez que se verifica o aumento proporcional dos cativos nascidos na colônia. Outra observação feita pelo autor é que é notável uma predominância masculina entre essas pessoas, provavelmente, porque são considerados mais aptos para o exaustivo trabalho na extração mineral. Contudo, segundo o historiador, a quantidade de homens torna-se menor com a própria decadência da atividade mineira, quando reduziu a importação de novos escravos.

Outra variável social analisada por Luna (1980) é o que chama de estrutura etária. Comparando, por exemplo, a população escrava localizada em Serro do Frio

(1738) com a que vivia em São Caetano (1804), o autor observa um perfil reativamente desequilibrado, no que se refere à faixa etária. Em Serro do Frio, a população escrava anotada apresentava, no referido ano, uma elevada concentração de escravos em idade produtiva, ou seja, o segmento etário compreendido entre 15 e 39 anos equivaliam a 82,81% (contra 56,09% para São Caetano), conforme podemos observar na tabela 5. A análise dessas variáveis é muito importante porque nos permite delinear a composição demográfica e a estrutura da sociedade na qual os aloglotos residiam.

Tabela 5: Escravos: estrutura etária (adaptado de LUNA, 1980, p. 90)

FAIXAS ETÁRIAS	PORCENTAGEM NA FAIXA ETÁRIAS	
	SERRO DO FRIO (1738)	SÃO CAETANO (1804)
0-9	0,04	3,96
10-14	3,24	4,99
[15-19]	[10,38]	[8,08]
[20-24]	[24,31]	[11,16]
[25-29]	[21,90]	[12,78]
[30-34]	[18,06]	[14,38]
[35-39]	[7,62]	[9,69]
40-44	7,80	9,84
45-49	2,17	5,58
50-54	2,14	5,14
55-59	0,44	2,94
60-64	0,76	6,46
65-69	0,05	2,06
70-74	0,29	1,91
75-79	0,01	0,73
80 e mais	0,18	0,30
Não consta	0,16	

De modo geral, no que se referem às mudanças sofridas e geradas pelas línguas africanas, Bonvini (2008) observa que essas línguas faladas no Brasil sofreram alterações marcantes tanto com a aprendizagem do português por parte das pessoas escravizadas, como pela língua africana que adotam como língua geral. Observa também que o negro novo chegado ao Brasil era obrigado a aprender o português. Ele tinha que se comunicar com os seus senhores brancos, os mestiços e os negros crioulos. Igualmente, adotava uma língua geral (africana) para se entender com seus parceiros de escravidão.

Como foi mencionado na seção 2.2.1.3, uma importante informação sobre as línguas africanas faladas na capitania de Minas Gerais é dada por Rodrigues (2003), em seu artigo *Obra nova da língua geral de Mina: a língua Ewe nas minas Gerais*. Segundo o autor, Antônio da Costa Peixoto, um português natural de Entre-Douro-e-Minho – Portugal, deixou dois manuscritos, datados de 1731 e 1741, os quais são

manuais de conversação na língua falada pelos africanos escravizados que trabalhavam nas minas de ouro dessa capitania. O linguista relata que foi presenteado, em 1957, com uma cópia do segundo manuscrito, que contava com o texto completo do primeiro. Ainda segundo ele, a *Obra Nova* consiste de 899 itens na língua africana com a respectiva tradução em português: 426 itens são palavras avulsas associadas semanticamente; 473 são frases avulsas ou frases integradas em pequenos diálogos típicos de algumas relações entre brancos e africanos. Esses itens estão exemplificados, a seguir, no quadro X.

Quadro 1: Dados da Língua Geral de Mina, extraídos de Rodrigues (2003, p. 94-95)³⁰

LINGUA GERAL DE MINA					
PALAVRAS			FRASES		
LINGUA GERAL DE MINA	FON	PORTUGUÊS	LINGUA GERAL DE MINA	FON	PORTUGUÊS
168 - k̄po	k̄p	‘pedaço de pau’	293 - ndzɛde	-----	‘estou suado’
62 - afok̄pa	k̄p	‘sapato’	295 – nkudiho	nkudzɪ	‘estou sujo’
131 - gak̄po	k̄p	‘barra de ferro’	297 – Gum sɔ avɔ nâmi masũsũ	(... nu)mi...	‘dê-me a toalha para eu me limpar!’
51 - gbakũ	gb̄	‘chapéu’			

Rodrigues (2003) pontua que, na década de 1980, quando apresenta os registros para quatro estudantes da República Popular do Benin, falantes de línguas do complexo dialetal Ewe (eɛ): dois de Fon, um de Gum e outro de Mahi, e, percorrendo com um falante de Fon, Lucien Akabassi, todos os dados de Costa Peixoto, percebe que pelo menos 96% deles são correspondentes com a língua Fon, não apenas nos vocábulos soltos, mas também nas sentenças. O autor conclui, com base na análise das evidências, que a língua dos registros falada pelos africanos escravizados na capitania de Minas Gerais pertence ao complexo dialetal Ewe e coincide, sobretudo, com o Fon. (cf. p. 93).

³⁰ Baseando-nos em Rodrigues (2003, p. 94-95), na coluna das palavras, apresentamos: (i) dados da Língua Geral de Mina, numerados conforme feito pelo autor; (ii) o correspondentes das oclusivas com dupla articulação lábio-velares [k̄p/ gb̄], sendo uma surda e a outra sonora, em Fon, e (iii) a tradução em português. Na coluna das frases, apresentamos: (i) a estrutura sintática na Língua Geral de Mina; (ii) sua correspondente em Fon e (iii) a tradução em português.

O autor pondera, entretanto, que, devido à correspondência fonológica, sintática e lexical entre os dialetos Fon e Gum, “(...) não é fácil decidir a qual dos dois dialetos corresponde mais exatamente à língua Mina de Minas Gerais.” (Rodrigues, 2003, p. 93)

Rodrigues (2003) faz uma série de formulações sobre as possíveis interpretações que podemos ter a partir da leitura do título da obra de Costa Peixoto, que nos dão certa direção para compreensão dos dados analisados por ele. Nas palavras do linguista,

[se] o adjetivo *nova* no título do manuscrito de 1741 se explica pela existência da versão anterior, de 1731, menos segura é a interpretação do adjetivo *geral* qualificando *língua*. Se o conteúdo de *língua* é ampliado por ele é por outro lado restringido pela outra expressão adjetiva *de Mina*: não se trata de uma língua geral da África ou do Brasil, mas mais especificamente da *língua geral de Mina*; seja na África, seja no Brasil. Se na África, essa especificação se referiria mais provavelmente à Costa de Mina ou a uma porção dela. Se no Brasil, ela estaria sendo aplicada pelo menos à região dominada por Vila Rica a atual Ouro Preto. Se a expressão *língua geral de Mina* tiver surgido no Brasil e mais particularmente em Vila Rica, na primeira metade do século XVIII, pode ter ido inspirada, enquanto terminologia linguística; na expressão *língua geral* então em uso nas áreas de penetração bandeirante para a Língua Geral Paulista. Qualquer que tenha sido sua motivação, a expressão língua geral de Mina numa região brasileira implica a existência nessa região de uma população ampla e mais ou menos homogênea que falava essa língua. (RODRIGUES, 2003, p. 93)

Rodrigues (2003) conclui seu artigo afirmando que a Língua Geral de Mina é uma língua Ewe (ou Gbe), mas exatamente um de seus dialetos Fon ou Gum, tais como os falados no Benim. É importante notar que, de acordo com o linguista, no extenso léxico registrado não se observa empréstimo do português. O pesquisador assevera, portanto, que a morfologia e a sintaxe são legitimamente Ewe e, sendo assim, não se trata de um *pidgin* nem de crioulo. Por fim, considerando a questão demográfica, pontua que é provável o predomínio de gente Ewe na região das minas de Vila Rica/ Ouro Preto, no séc. XVIII (em contraste com pessoas de outras origens étnicas africanas), devido a sua importação substancial.

Na próxima seção, direciono a discussão para as comunidades remanescentes de quilombos – exemplos de resistência e luta existentes nos estados de Goiás e de Minas Gerais. Tratarei especificamente das comunidades quilombolas Kalunga (GO) e Carrapatos da Tabatinga (MG). A justificativa para tratar dessas comunidades e não de outras se deve ao fato de a primeira ser considerada a maior comunidade quilombola do Brasil, e de a segunda estar situada em área urbana.

2.2.1.3.2 Goiás e Minas Gerais e as populações remanescentes de quilombos

Quilombo ou remanescente de quilombos é um termo que suscita calorosas discussões, uma vez que se refere, por um lado, a um conjunto possível de indivíduos ou atores sociais organizados como grupos étnicos que existem ou persistem ao longo da história como um “tipo organizacional”, segundo processos de exclusão e inclusão que possibilitam definir os limites entre os considerados de dentro ou de fora e, por outro, às terras que esses atores ocupam, ao longo do tempo (O’DWYER, 2002).

Almeida (2002), problematizando acerca do tema quilombos e etnias, inicia a discussão a partir do conceito de quilombos dado como resposta pelo Conselho Ultramarino ao rei de Portugal, no séc. XVIII. Em tal resposta, o termo quilombo foi formalmente definido como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (p. 47).

Almeida (2002) observa que os juristas do séc. XIX, bem com os do séc. XX, parecem meio atados à própria questão doutrinária, quando vão definir quilombo. Conforme o autor, a ênfase é sempre dirigida ao quilombola considerado como escravo fugido e bem longe dos domínios das grandes propriedades. Nas palavras do pesquisador, é importante observarmos que

segundo a ruptura antes sublinhada, houve escravo que não fugiu, que permaneceu autônomo dentro da esfera da grande propriedade e com atribuições diversas; houve aquele que sonhou em fugir e não conseguiu fazê-lo; houve aquele que fugiu e foi recapturado; e houve esse que não pôde fugir porque ajudou os outros a fugirem e o seu papel era ficar. Todos eles, entretanto, se reportavam direta ou indiretamente aos quilombos. (p. 62)

Ainda de acordo com o antropólogo, a definição de quilombo acima apresentada sempre esteve relacionada a uma visão que considera, entre outras coisas, o dualismo “civilização” *versus* “barbárie”, “trabalho” *versus* “vadiagem”, casa-grande *versus* matas distantes (cf. ALMEIDA, 2002, p. 58). Dentro dessa perspectiva, os quilombos sempre estiveram, aos olhos do colonizador ou daqueles que compartilham do seu ponto de vista, vinculados à segunda parte da dualidade.

A constituição de 1980, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mais especificamente no Art. 68, prevê que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, CF, 1988, p. 208).

Almeida (2002) observa que o dispositivo da lei é limitado, na medida em que tenta reparar apenas parcial e incidentalmente uma injustiça histórica e reconhecer de maneira restrita um direito essencial. Para o antropólogo, o referido artigo restringe o conceito a uma única situação, ou seja, a dos “remanescentes” na condição de “fugitivos” e de “distantes” (ALMEIDA, 2002, p. 62)

O decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Em seu Art. 2º, prevê que devem ser consideradas remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Avançando no tempo, em (2005), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no Programa Brasil Quilombola, conceitua os remanescentes das comunidades de quilombo como

(...) indivíduos, agrupados em maior ou menor número, que pertençam ou pertenciam a comunidades, que, portanto, viveram, vivam ou pretendam ter vivido na condição de integrantes delas como repositório das suas tradições, cultura, língua e valores, historicamente relacionados ou culturalmente ligados ao fenômeno sócio-cultural quilombola (BRASIL, 2005, p. 11).

Como podemos observar, a legislação avançou no sentido de reconhecer que o conceito de quilombo ultrapassa os limites físicos da propriedade e alcança as manifestações culturais dos grupos étnicos com ancestralidade negra. Observo também que o Estado tenta, a passos lentos, consolidar políticas públicas para as comunidades quilombolas. Contudo, apesar de reconhecer esse ‘avanço’, Furtado (2013) observa que, mesmo no que se refere à posse das terras, o dispositivo legal não garante a sua real posse, uma vez que mesmo tendo documentos comprobatórios dessa posse, os grupos étnicos sofrem expropriações de seus territórios, devido a pressões de fazendeiros residentes em regiões vizinhas ou grileiros interessados no valor dessas terras. Em síntese, apesar de não visualizar um avanço real em toda essa legislação, a breve discussão que apresento traz um ponto positivo, que é pensar no termo quilombo como aquilo que abrange os conceitos de identidade étnica e territorialidade.

Baiocchi (1995) afirma que a questão quilombo transcende a questão histórica. Para a antropóloga, o movimento quilombola “(...) representa referencial para a trajetória do africano em terras brasileiras no processo escravocrata, notadamente a resistência pela liberdade, sua contribuição à formação do povo brasileiro e à necessidade de solidariedade para a sobrevivência em uma país continental.” (p. 108). A pesquisadora observa que a história brasileira registra apenas dois movimentos sociais que se ampliaram em todo território nacional e tornaram-se permanentes, e um deles é, justamente, o movimento quilombola, que se inicia no séc. XVII, com Palmares. Na avaliação da pesquisadora, os testemunhos históricos-físicos sobre esse movimento chegaram até os dias atuais, sendo encontrados, por exemplo, em comunidades como os Kalunga, no estado de Goiás.

Kalunga é um território reconhecido pela lei estadual nº 11.409, de 21 de janeiro de 1991 e regulamentado pela lei complementar nº 19 de 5 de janeiro de 1996. Ele se localiza na Serra Geral do Planalto Central do Goiás e sul do Tocantins com uma população estimada em aproximadamente 5.000 pessoas. O território é localizado entre os municípios de Cavalcante (fundado em 1740), Monte Alegre (fundado em 1769) e Teresina de Goiás. Seus principais núcleos são Ribeirão dos Bois, Contenda, Vão de Almas e Vão do Moleque (cf. CHIANCA, 2010).

Cituado em uma área de cerrado, a comunidades quilombola dos Kalunga é considerado um dos maiores territórios quilombolas do Brasil, estendido ao longo de 253.000 hectares e é constituído por 56 comunidades. Sua população é estimada em mais de 6.000 habitantes.

Baiocchi (1995) sugere que os kalungas passam a ser conhecidos pelo governo federal a partir da década de 1980, quando seu grupo de pesquisadores do Projeto Kalunga – Povo da Terra chegam à comunidade. Nessa primeira visita, de acordo com a autora, os pesquisadores são confundidos com militares disfarçados, não sendo estabelecido, no primeiro momento, um contato amigável. Em sua avaliação, esse comportamento é explicado pelo fato de que os membros da comunidade “[a]creditavam que a ‘escravidão’ havia chegado e que ‘seriam presos e levados embora dali’. A ‘escravidão é encarada como um fato que pode se repetir.” (p. 112). Para completar, a pesquisadora relata que:

[m]etodologicamente são vistos como descendentes de escravos que, à deriva da sociedade institucional constroem uma cultura própria, tendo como parâmetro sua história de grupo “isolado”, uma vez que como quilombo,

delimitam fronteiras e, coletivamente seguem uma história e uma cultura peculiares. Como especificidade, os Kalungas põe em pauta a discussão da historicidade dos quilombos enquanto luta, resistência, lugar de moradia e construção de uma vida, mas não se esgota o seu perfil de “lavrador negro” e “comunidade negra isolada no mundo rural (BAIOCCI, 1996, p. 14).

Kalunga é uma terra coletiva, reconhecida pelo estado e em processo de regularização fundiária. As terras que compõem o território quilombola foram ocupadas há centenas de anos por africanos que fugiram da escravidão e acabaram se misturando à população indígena que já habitava o local. Dessa forma nasceu uma comunidade fortemente marcada por estas duas culturas e que conseguiu manter-se isolada até por volta de 1970.

Outro caso de comunidade quilombola que apresento para ilustrar a discussão que faço nessa seção é a comunidade de remanescentes de quilombo Carrapatos da Tabatinga. Esta comunidade fica na cidade de Bom Despacho, localizada na região centro-oeste do estado de Minas Gerais.

A cidade mineira de Bom Despacho fica a 147 km de Belo Horizonte, capital do estado. Diferentemente dos Kalungas, a comunidade quilombola Carrapatos da Tabatinga localiza-se em área urbana. Na cidade, seu endereço é o bairro Ana Rosa (antiga Tabatinga) e é formada por aproximadamente 500 pessoas. (cf. SGOTI, 2016). Sonia Queiroz (1998) explica que o nome Tabatinga é uma referência ao barro branco que existe na principal rua do bairro. De acordo com a autora, esse era amassado com os pés e utilizado na construção de moradias.

Sgoti (2016) explica, com base em transcrição de relatos de uma residente da comunidade, Dona Tiana, registrados por pesquisadores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), que o termo “carrapatos”, assim como Tabatinga, é outro símbolo de resistência. De acordo com a autora, Dona Tiana faz o seguinte relato:

“É. eh eh... Meu neto fez essa pergunta pra mim... eh...por que Carrapato? Os policiais ia lá matava todo mundo.... matava... e meus... meus antepassado [furaram buraco] deles no chão... fizeram o subterrâneo e entrou pra lá. E [plantou] até em cima, né... então tinha um tampo que era só mato mas era tampo eles ficou ali até passar a época da... judiação, da matação, né... de medo... entendeu? Aí quando passou a época eles colocou pra fora aí... pois é... o apelido de quilombo dos Carrapatos é porque matou matou, mas ainda ficou um carrapatinho ainda agarrado...que foi a minha família da minha vó” (IPHAN-USP, 2002, *apud* SGOTI, 2016, p. 59, grifo meu)

A comunidade de remanescentes de quilombo Carrapatos da Tabatinga, é formada por membros com ancestralidade negra, escravizados durante o Brasil colônia em Pitangui, uma das primeiras vilas do ouro, no período de 1718 a 1723 (LAÉRCIO RODRIGUES, 1968). E, assim como a comunidade dos Kalungas, resiste, até hoje, a opressão histórica sofrida, e se mantém viva diante dos muitos preconceitos sofridos por, por exemplo, defender seus costumes religiosos.

Considerando aspectos demográficos, Luna; Costa (1980) observam que se verificava na região de Pitangui a presença de bantos e sudaneses. Segundo os autores, embora a sua população tenha aumentado no período da mineração, os sudaneses não chegaram a ser a maioria.

Não é um objetivo esgotar a discussão sobre as comunidades quilombolas nessa seção nem nessa tese. Contudo, é legítimo concluir, mesmo com base nessa breve explanação, que é no cenário de luta e resistência que permanece viva a história dos Kalungas e Carrapatos da Tabatinga, a história do Brasil, a história do povo negro, a história do PB, enfim, a nossa história.

Na próxima seção, discuto sobre a tese do isolamento geográfico e linguístico pelo qual passou a capitania do Goiás.

2.3 Isolamento geográfico na capitania do Goiás

Descrevi nas seções anteriores, de forma sintética, a descoberta das lavras de ouro nas Capitanias de Goiás e, em decorrência desse fato, registrei o afluxo populacional de outras capitanias para a região central do Brasil. A exploração do ouro consistia, assim, na única indústria exercida com proveito na capitania.

Palacin *et al.* (1995) pontuam que “a concentração e a preponderância da atividade mineradora, aliada às grandes distâncias dos outros centros, propiciaram, pela primeira vez em Goiás, a formação de um mercado interno, que comprava e vendia cavalos, bestas e gado (...) além de comerciar outros produtos, como alimentos e manufaturas.” (p. 37).

Funes (1986) vê o período pós-mineratório como uma fase de reajustamento da ordem econômica e social, com transformações na estrutura fundiária, nas relações de produção e, principalmente, a mudança do eixo produtivo dos metais preciosos para a atividade agropecuária, agora predominante. O autor entende que não houve de

imediate uma atividade que substituísse a mineração como geratriz econômica e que correspondesse ao sucesso desta, permitindo a continuidade do progresso da província. Porém, vê a agropecuária como a possibilidade de superação da crise, entretanto baseada na produção de subsistência, entendida pelo autor como uma economia que mal consegue suprir as necessidades básicas da população, havendo um mínimo excedente para comercialização.

Nas seções precedentes, vimos, a partir dos relatos de vários historiadores, que, à proporção que novas caravanas e expedições se alongavam pelo interior, os índios fugiam de Goiás, sob a mira violenta dos colonizadores, e foram rareando até, praticamente, desaparecerem. A política dos aldeamentos contribuiu fortemente para esse esvaziamento de índios da região central do Brasil. O extermínio dos índios, aliado às intempéries, causam movimento migratório reverso na Capitania de Goiás.

Data de 1776, durante a administração de José de Vasconcelos, uma terrível seca que durou quase 3 anos, deixando a mais triste memória e as piores consequências. Esse fenômeno natural paralisou as fábricas de mineração, provocou grande mortandade no gado, extinguiu a lavoura e obrigou numerosa parte da população a emigrar. Após esse período, outro fenômeno, as chuvas, a princípio, a solução para os problemas gerados pela seca, permaneceram torrenciais pelo espaço de um ano, causaram inundações e muitos danos. As cheias foram maximizadas pelas condições geográficas do primeiro município da capitania, Vila do Boa – atual Cidade de Goiás. Os campos ficaram alagados, as vilas e os povoados ficaram inundados. As sementeiras morriam e a fome nascia (cf. NATAL; SILVA, [1932] 2002).

O governador que sucede a José de Vasconcelos é Luz da Cunha. As intempéries que assolavam o governo anterior continuam agindo durante esse governo, cujo chefe permaneceu no comando por um curto período de pouco mais de seis meses.

Palacín *et al.* (1995) chamam atenção para o fato de que até o início do século XIX, a maioria da população era de pessoas negras escravizadas. Observam que, a partir desse período, o peso relativo de escravos diminui, devido a derrocada econômica na região, que não possuía mais capital giro de suficiente, para a importação maciça de “peças”. Conforme os autores, em 1736, o número de pessoas nessa condição, em Goiás, representava 60% da população total; em 1750, 57%, e, em 1804, apenas 36,5% do conjunto populacional. Essa população era predominantemente masculina e solteira, característica típica das regiões mineradoras.

Na seção 3.2.1.1.1, mostrei que a sede da Capitania de Goiás localizava-se em uma região de difícil acesso a partir do litoral. Com o devassamento de boa parte dos povos indígenas e com a emigração de senhores e dos seus escravos para outras regiões em busca de ouro, a quantidade de habitantes reduz-se significativamente.

Discutindo o paradigma da decadência de Goiás, Bertran (1980) defende que o que assegurou o povoamento da capitania não foi o ouro, mas sim a agropecuária³¹. Segundo o autor,

a economia agrícola, propriamente, surge como um regime de transição entre a economia mineradora e a economia de exportação pecuária, pelo menos em Goiás. Nem tanto economia de subsistência, nem tanto comercial, a agricultura do século XIX poderia caracterizar-se como de abastância vez que seu mercado, com localizadas exceções, só raras vezes ultrapassava as barreiras extraregionais, pelo proibitivo da relação preço/custo de transporte. (BERTRAN, 1980, p. 43)

Com isso, o autor mostra que a decadência do ouro não resultou, de forma alguma, na decadência da capitania de Goiás, como sugerem muitos documentos sobre a história goiana. Ao contrário, o autor dá a entender que, após o fim da mineração, Goiás continuou a se desenvolver dentro das suas possibilidades econômicas, no caso em questão, por intermédio da agropecuária, embora sua economia tenha sido sustentada por um sistema endógeno de consumo, o que confirma a tese do isolamento.

Chaul (1997), discutindo a questão do isolamento da capitania de Goiás em relação ao restante da colônia, observa que, mesmo durante o período aurífero, a proximidade com a corte não era uma constante na sua vida administrativa, política ou social. Diante disso, para o historiador, torna-se difícil sustentar a ideia de que essa capitania era um lugar que se tornou decadente, quando, na verdade, ela nunca havia se desenvolvido. O historiador observa que a capitania continuou isolada como era antes, permanecendo “decadente” da mesma forma que havia sido, uma vez que o chamado desenvolvimento e/ou progresso “não fazia parte da realidade de Goiás, mesmo na fase do *boom*” (p. 73) do ouro. Isso se justifica, certamente, pelo fato de que as dificuldades identificadas durante o período aurífero, como, por exemplo, o difícil acesso à região por conta das péssimas condições das estradas, continuou existindo após a redução da extração do metal.

Diante desse contexto, Chaul (1997) acrescenta que duas consequências decorrentes da decadência das minas são o processo de “êxodo aurífero” – ou seja, o

³¹ Para uma análise do peso da agropecuária no povoamento de Goiás, conferir também TIBALLI, Elianda F. A. *A expansão do povoamento de Goiás: século XIX*, Goiânia, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás.

deslocamento de um forte contingente populacional da província rumo a outros lugares, com o objetivo de se dedicar à lavoura e à pecuária – e o aumento do rebanho de gado. Segundo o autor, será essa a atividade redentora da economia goiana. Observa-se que, no caminho percorrido pelo gado, encontravam-se arraiais em completo abandono e igrejas com seus aspectos desoladores.

Chaul (1997) mostra ainda que essa visão de atraso, atribuída ao Goiás, era resultado de um olhar que buscava encontrar em Goiás o “progresso”, tal como encontrado nos lugares onde predominava a urbanização. O autor defende que, para a elite,

apesar do isolamento de Goiás, a economia regional, em seu todo, buscava uma urbanização no contexto das leis de mercado, inteirando-se e fazendo parte da lógica e das necessidades da produção nacional. O gado foi, sem dúvida, a moeda goiana capaz de estimular, embora relativamente, a economia regional. (p. 90)

Com isso, o autor pretende sair das interpretações que consideram o estado decadente, defendendo a ideia de que o período posterior ao esgotamento do ciclo do ouro não pode ser visto como “decadente”, por considerar que a agropecuária, atividade econômica desenvolvida a partir de então, foi um dos fatores que levou ao povoamento de Goiás e a um maior crescimento econômico. Conforme o autor, só a partir da década de 1930, do século XX, é que, como resultado da implantação da estrada de ferro, vem à tona a ideologia do progresso como questão central, particularmente nas regiões Sul e Sudoeste do estado.

Em síntese, independentemente do tipo de atividade econômica que se tornou atividade de peso nas cotas de exportações de Goiás, a discussão empreendida por Betran (1980) e Chaul (1997) dá mais robustez à hipótese de que a região central do Brasil continua vivendo, nesse período, uma situação de relativo isolamento social, com sua população constituída por negros e seus descendentes, índios (que conseguiram sobreviver) e seus descendentes e os brancos brasileiros, conforme a classificação de Mussa (1991). Um corolário desse isolamento é o isolamento linguístico, que trará consequências importantes, como acredito, para a formação do português dialetal falado nessa região (conforme aponta SALLES, 2004).

2.4 Síntese do capítulo

Nesse capítulo, apresentei uma contextualização sócio-histórica e linguística da formação do PBC.

A pesquisa partiu de um contexto mais amplo, localizando, no tempo, o reconhecimento da terra *Brasilis*, como colônia de Portugal e ambiente, durante os primeiros anos que se seguiram ao início da colonização, para o convívio de três matrizes linguísticas, a saber, línguas indígenas, língua portuguesa e línguas africanas, nessa ordem.

Abordei a questão do contato dessas línguas e sua contribuição para a formação do português brasileiro e de seus dialetos, a exemplo o PBC, objeto de estudo desta tese. No plano geral, caracterizei o ambiente social que serviu como campo fecundo para a origem desse dialeto, considerando, em particular, as características sócio-históricas dos estados de Goiás e de Minas Gerais e daqueles que por ali passaram e/ou permaneceram entre o início do séc. XVII até o séc. XIX. Apresentei dados demográficos, mais ou menos confiáveis, que nos permitem fazer um esboço do perfil da sociedade que falava as línguas acima citadas pelo curso desses três séculos. A discussão levou à consideração o contato de línguas intenso, pela presença do indígena, habitante originário da região, do colonizador e de seus descendentes, falantes da língua europeia, que sofre transformações, e dos povos africanos, trazidos para a região como escravos, por um lado, e a tese de um relativo isolamento geográfico e linguístico pelo qual passou, especialmente, a população da região de Goiás, com o declínio da mineração no período colonial, por outro lado.

Afastando-me do passado e aproximando-me do presente, fiz algumas considerações sobre três comunidades tradicionais que, por condições sócio-históricas, mantêm sua identidade étnico-cultural e, certamente, linguística, em um cenário circundante que propicia discrepâncias e confrontos significativos, em grande parte, em desfavor desses grupos. Essas comunidades dizem respeito aos povos indígenas e aos remanescentes de quilombos. São elas o aldeamento indígena do Carretão e a comunidade quilombola rural dos Kalunga, ambas localizadas no estado de Goiás, e a comunidade quilombola Carrapatos da Tabatinga, localizada na área urbana da cidade de Bom Despacho, em Minas Gerais.

No próximo capítulo, apresento análises prévias sobre predicados bitransitivos, considerando uma perspectiva comparativa entre o PE, o PB/PBC e o inglês.

CAPÍTULO 3

PREDICADOS BITRANSITIVOS: ANÁLISES PRÉVIAS

3.1 Introdução

Nos predicados bitransitivos³², a estrutura argumental do verbo compreende, além do argumento externo (sujeito), dois argumentos internos (complementos) – o argumento tema/objeto direto (OD) e o argumento meta/ objeto indireto (OI). No latim, essas funções eram expressas por uma marcação morfológica de caso no nome e no sistema pronominal. O nome que denota a coisa transferida recebia a flexão de caso acusativo; enquanto o nome que denota o argumento meta recebe a flexão de caso dativo. No desenvolvimento do latim para as línguas românicas, a marcação morfológica de caso no nome se perdeu.

Nas línguas românicas, o caso deixa de ser marcado morfológicamente no nome e passa a ter seu equivalente em relações sintáticas, com o uso de preposições, que passam a assumir os valores das flexões de caso (como é no PB/PBC), e a ordem de palavras fixas na oração, além de ter emergido um sistema em que formas pronominais (supletivas) codificam a distinção entre o caso acusativo e dativo (na 3ª pessoa).

Na literatura, defende-se que o argumento meta pode ser realizado com preposição ou sem preposição. Quando há preposição, duas possibilidades surgem: o argumento meta é introduzido por preposição lexical ou funcional. No primeiro caso, é marcado como oblíquo, correlato a sintagmas preposicionais (PPs) locativos; no segundo caso, é marcado como dativo e a preposição *a* que o licencia é uma categoria funcional (cf. SALLES, 1997; TORRES-MORAIS, 2006, 2007, 2012; TORRES-MORAIS; BERLINCK, 2006, 2007, 2009; TORRES-MORAIS; SALLES, 2010; SALLES, 2016, entre outros).

Detalhando o segundo caso, a hipótese é que os dativos são precedidos obrigatoriamente pela preposição funcional *a*, formando a estrutura [*a*-DP], a qual, na sua expressão pronominal, é realizada pelas formas pronominais (supletivas) clíticas “*lhe/lhes*”. Considerando isso, conclui-se que a pronominalização do OI pelas formas “*lhe/ lhes*” não é uma possibilidade quando são licenciados por preposição lexical, o que resulta na ocorrência das formas “*a ele(s)/ela(s)*”/ “*para ele(s)/ela(s)*” (sendo *a*

³² Ressalto que o termo *bitransitivo* (assim como *sujeito*, *complemento*, *objeto direto* e *objeto indireto/complemento preposicionado*) é usado descritivamente, portanto, não há implicações teóricas. Quando houver, será indicado.

escolha entre *a* e *para* determinada por fatores independentes, a serem detalhados adiante).

Além das possibilidades descritas anteriormente, as línguas podem expressar o argumento meta sem preposição. Trata-se, como apresentei na introdução desta tese, da DOC (como ocorre no inglês). Nesse caso, o argumento meta é realizado como um DP e manifesta propriedades sintáticas de objeto direto, o que permite afirmar que seja marcado como acusativo.

Considerando essas possibilidades de realização do OI, o propósito deste capítulo é apresentar um panorama descritivo dessas estratégias adotadas pelas línguas para expressar sintaticamente o argumento meta de construções bitransitivas. Para tanto, tratarei primordialmente da sintaxe do argumento meta em línguas como o PB/PBC, o PE e o inglês.

O capítulo está organizado como segue: na seção 3.2, apresento discussão sobre o argumento meta licenciado por preposição. Verificarei como essa estratégia ocorre no PE, no PB/PBC e no inglês. A seção 3.3 apresenta a estratégia do argumento meta licenciado sem preposição, considerando, em particular, estudos sobre sua ocorrência no inglês, no PE e no PB. Por fim, na seção 3.4, apresento uma síntese do capítulo.

3.2 O argumento meta licenciado com preposição: análises prévias

3.2.1 O caso do PE

Torres-Morais (2006) observa que, no PE, o argumento meta pode ser licenciado pelas preposições lexicais *a*, *de* ou *para*, que contribuem com a interpretação de direção ou lugar, conforme podemos verificar em (1a - 1c). Nesses contextos, o OI é realizado como um PP e, como tal, a pronominalização recorre à estrutura em que a preposição introduz o pronome forte/ advérbio locativo, como em (1a'-1c'), não podendo, portanto, ser realizado pelo clítico dativo de 3ª pessoa, “*lhe/lhes*”, uma vez que, por hipótese, o clítico dativo é associado à estrutura na qual o argumento meta se realiza como um DP, sendo a preposição funcional “*a*”, na interface morfofonológica, gerando a estrutura [a-DP], conforme podemos verificar em (11d). Esse tema será retomado na seção (3.3.2).

(11)a. O José enviou uma carta para a Maria/ para Lisboa/ao Banco de Portugal.

a'. O José enviou uma carta para ela/ para lá.

- b. O José roubou o relógio do Pedro.
- b'. O José roubou o relógio dele.
- c. O José fez um jantar para a Maria.
- c'. O José fez um jantar para ela.
- d. O José enviou uma carta à Maria
- d'. O José enviou-lhe uma carta.

(adaptado de TORRES-MORAIS, 2006, p. 253)

Torres-Morais (2006) chama atenção para o fato de que (11a) e (11d) mostram o estatuto ambíguo da preposição 'a' entre ser preposição plena e um marcador de caso, respectivamente. De acordo com a explicação da autora, quando o argumento preposicionado é um locativo, como em (11a), "ao Banco de Portugal", não é possível a ocorrência do pronome "lhe", nesse contexto. Mas será possível com o plural "lhes" ("Estou furiosa com o Banco de Portugal/ Enviei-lhes uma carta a reclamar"). Subjaz, nesse contexto, uma interpretação metonímica do sintagma "o Banco de Portugal" onde ele é equivalente às pessoas responsáveis pelo atendimento ao público.

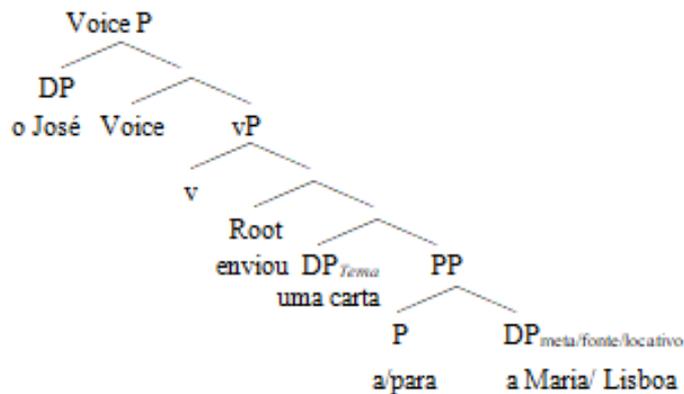
A linguista pontua ainda que a sentença em (11a), "O José enviou uma carta para a Maria", possui uma restrição semântica. Na discussão, a autora afirma que a sentença só será semanticamente aceitável, no PE, em uma situação na qual o José não entregou a carta diretamente para a Maria, mas para uma terceira pessoa. A leitura aceitável seria semelhante a "O José enviou/entregou ao João uma carta para a Maria", ou seja, enviou/entregou-lhe (ao João) uma carta para que esse a entregasse à Maria. Considerando isso, conclui que a preposição 'a' é ambígua, pois introduz o OI alvo da transferência direta e introduz o argumento locativo, sendo, neste último caso, uma verdadeira preposição, alinhando-se à preposição 'para'.

O contraste entre as duas estruturas – com preposição lexical e com a preposição funcional – analisado por Torres-Morais (2006) é, então, discutido em termos da construção de redobro. A pesquisadora observa que, no PE, a forma forte do pronome pessoal licenciado pela preposição 'a' só pode aparecer como argumento do verbo, se redobrada pelo clítico e está limitada ao dativo argumental, conforme podemos observar no contraste estabelecido entre (12a) e (12b). Ou seja, o PE não admite construções nas quais o argumento meta é realizado por um pronome forte (12b), sem redobro. Observa ainda que o fato descrito em (12a) (em contraste com (12c)) é bastante revelador, uma vez que dá suporte para a hipótese de que o argumento dativo é um a-DP e não um PP.

- (12) a. O João deu-**lhe** o doce **a ela**.
 b. *O José deu o doce a ela.
 c. *O João deu-**lhe** o doce **para ela**

Para Torres-Morais (2006), a estrutura bitransitiva com a preposição lexical, no PE, é projetada, conforme podemos observar em (13). A autora explica que esta estrutura mostra uma relação de c-comando assimétrico entre o DP tema e o DP complemento da preposição; adicionalmente, a autora que há uma relação semântica entre os dois argumentos internos, mas mediado pela preposição. Nesse tipo de sentença, a ordem não marcada é OD-OI. A conclusão da linguista é que, nesse tipo de estrutura, pode-se construir, por exemplo, uma interpretação de posse, mas ela está subordinada a uma interpretação direcional ou locativa.

(13)



(TORRES-MORAIS, 2006, p. 257)

Uma crítica à proposta de Torres-Morais (2006) é apresentada por Brito (2009). Tal crítica se refere ao posicionamento adotado pela linguista brasileira, quando equipara o estatuto dos argumentos ‘à Maria’ e ‘a Lisboa’, como ocorre em (14).

(14) O José enviou uma carta à Maria/ a Lisboa.

Para Brito (2009), na sentença (14), o argumento *à Maria* é, ao mesmo tempo, OI (complemento oblíquo) e complemento dativo. Diferentemente, para autora, a presença do constituinte “a Lisboa” geraria agramaticalidade – “*O José enviou uma carta a Lisboa” –, uma vez que, nesse contexto, “a Lisboa” seria interpretado como

beneficiário. Na avaliação da linguista portuguesa, essa agramaticalidade seria resolvida, por hipótese, se o termo ‘Lisboa’ significasse, por metonímia, o Governo ou um ministério. Considerando isso, afirma, então, que, com sentido de direção, apenas a preposição *para* seria aceitável (“O José enviou uma carta para Lisboa”).

A argumentação de Brito (2009) se baseia no fato de que, para a autora, no PE, a preposição ‘a’ exprime o sentido de meta/direção apenas com certos verbos de transferência e com nomes de lugar (próprios ou comuns), como na sentença “O José mandou a empregada a Lisboa/ ao mercado”. Ainda segundo a argumentação da autora, nesse caso, a preposição ‘a’ não licencia nem dativo, nem OI, pelo contrário, ela funciona como uma preposição locativa que atribui caso oblíquo (cf. p. 145).

Brito (2009) argumenta ainda que não há razão para se analisar de maneira distinta a ocorrência da preposição ‘a’ nas sentenças em (15). Para a autora, essas sentenças são rigorosamente sinônimas e o que se observa é apenas uma diferença de ordem. Considerando isso, afirma que a hipótese mais plausível é a de que as sentenças em (15) têm o mesmo tipo de estrutura subjacente, sendo diferenciadas por um movimento qualquer que inverte a posição dos dois constituintes (cf. p. 148). Observo, contudo, que a autora não explica o que motiva esse movimento.

- (15)a. O José enviou à Maria uma carta.
- b. O José enviou uma carta à Maria.

Brito (2015) reforça os argumentos apresentados no trabalho anterior, (Brito, 2009), e registra que o PE expressa o OI ou pela preposição seguida por um NP ou por um caso dativo realizado por um pronome clítico (“me”, “te”, “lhe/s”, “nos”, “vos”). Considerando aspectos como foco contrastivo e contexto de pergunta/resposta -Wh (conforme podemos observar em (16a-b), respectivamente), pontua que a ordem V OI OD é a ordem marcada na língua. Essa ordem é favorecida no contexto em que o OI ocorre com um foco contrastivo ou quando o OD é ‘complexo’ (cf. (16a) e (16c), respectivamente).

- (16)a. A Maria deu ao João um livro, à Maria um CD.
- b. A quem é que a Maria deu o livro?
- c. O monarca jordano insistiu para que Israel não cedesse aos palestinos o controlo da ponte Allenby sobre o rio Jordão, o que daria a Arafat a

capacidade para controlar a migração de palestinos - e de militantes islâmicos - de Jericó para a Jordânia.

(dados extraídos de BRITO, 2015, p. 340-341 - grifo meu).

A linguista reforça também a tese de que, no PE, as sentenças com o pronome “lhe” ou com NP encabeçado pela preposição ‘a’, são sinônimas e, portanto, não apresentam diferença de significado. Baseando-se em Costa (2009), afirma que critérios como fronteamto e ligação de pronomes, conforme podemos observar em (17) e (18), respectivamente, justificam a proposta de que o PE possui duas estruturas geradas na base: em uma estrutura, o OD é projetado como o complemento de V, e o OI ocupa a posição de especificador de VP; na outra, o OD ocupa a posição do especificador de VP, e o OI é o complemento de uma projeção V baixa, conforme podemos observar em (19a) e (19b), respectivamente. De acordo com a autora, não seria necessário, pois, recorrer a argumentos como dizer que há dois valores da preposição ‘a’, para justificar os dois tipos de estrutura. Não fica claro, entretanto, na argumentação de Brito (2015), porque o sistema teria a disposição duas estruturas para expressar a mesma informação.

(17) O Pedro queria dar os livros ao Rui ontem.

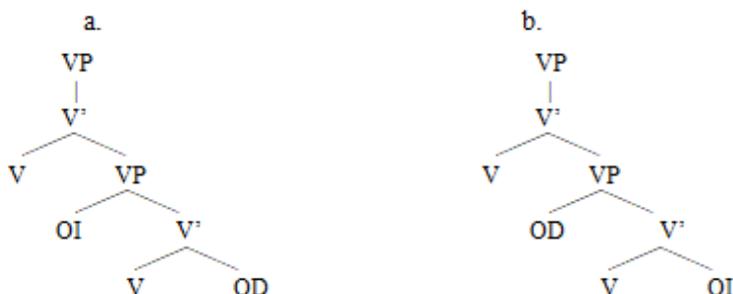
- a. e [dar os livros] ele deu ao Rui ontem.
- b. e [dar os livros ao Rui] ele deu ontem.

(18) a. A professora entregou [cada desenho_i] ao (seu)_i autor.

- b. ?? A professora entregou ao (seu)_i autor [cada desenho_i].

(dados extraídos de BRITO, 2015, p. 349-350)

(19)



Ainda conforme a argumentação de Brito (2015), a proposta de que o PE possui duas estruturas geradas na base é possível porque foi usada “uma noção dinâmica do léxico, no sentido de que mais de uma estrutura sintática, mais de uma construção que é consistente com o significado enciclopédico de verbos bitransitivos como “dar” (*to give*) e “enviar” (*to send*)”³³. A linguista afirma que, no PE, há duas formas de se construir a estrutura argumental de verbos bitransitivos na sintaxe: os verbos bitransitivos descarregam primeiramente ou o argumento tema, ou o beneficiário. A conclusão final da autora é que o PE tem uma alternância dativa, mas não no mesmo sentido do que é defendido para o inglês.

3.2.2 O caso do PB/ PBC

Nesta seção, observo como o OI preposicionado é realizado no PB/PBC, a partir da sumarização do resultado de estudos variacionistas que analisam dados do PB dialetal. Para tanto, resgato os resultados dos trabalhos de Gomes (2003), que realiza estudo sobre o PB falado no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; Dantas (2007), que investiga o PB falado em Fortaleza, Ceará; Nascimento (2007), que elabora estudo sobre o PB falado na comunidade afrodescendente dos Almeidas, Goiás, e, por fim, Campos (2010), que analisa *corpus* do PB falado em Belém, Pará. Para efeitos metodológicos, o estudo que considera o PB falado no estado de Goiás será apresentado em seção separada da seção referente aos outros dialetos do PB; assim, enquanto o estudo sobre o PBC encontra-se na seção 3.2.2.1, os demais do PB (nas diferentes regiões) ficarão na seção 3.2.2.2.

3.2.2.1 O PB dialetal: RJ, Fortaleza, Belém

Gomes (2003), ao analisar o uso variável da preposição que introduz o sintagma preposicionado de verbos bitransitivos, na comunidade da fala do Rio de Janeiro, conclui que, nesse dialeto, a alternância do uso das preposições envolve três variantes, a

³³ No original, “This is possible because we used a dynamic notion of lexicon, in the sense that there is more than one syntactic structure, more than one construction that is consistent with the encyclopedic meaning of ditransitive verbs like *dar*, to give, and *enviar*, to send, etc.” (BRITO, 2015, p. 352)

saber: uso da preposição “para”, uso da preposição *a* e ausência de preposição, conforme podemos observar, respectivamente, em (20a/b-b-c/d).

- (20) a. O garoto escreveu coisas lindas *para o pai* (Amostra 80 (C)), sempre pedia opinião *a ela* (Amostra 80 (C)).
- b. Aí Jesus Cristo deu *pra ele* uma inteligência (Amostra 80 (C)). Aí dei *a ele* o jogo (Amostra 80 (C)).
- c. Eu falaria com o João *para me* dar um emprego melhor [...] os meus filhos (Amostra 80 (C)).
- d. ... ensinar [...] *o povo* regras básicas de saneamento (Amostra 80 (C))

Os dados em (20) mostram, de acordo com Gomes (2003), que, no PB, a ordem dos complementos (OD/OI) e a variação da preposição no sintagma preposicionado parecem ser processos independentes, já que o uso variável da preposição ocorre com ambas as ordens ((20a) e (20b)), assim como a supressão da preposição ((20c) e (20d)).

A autora registra que a possibilidade de a supressão da preposição da configuração V NP PP está ligada ao fato de que o PB se caracteriza por apresentar estruturas derivadas via apagamento de constituintes *in situ*, semelhantes ao caso das estratégias das relativas, como proposto por Tarallo (1993 *apud* GOMES, 2003). Considerando isso, levanta a hipótese de que, assumindo-se o processo de substituição da preposição “a” pela preposição “para”, pode haver uma especialização no uso de *a*, que seria a preposição preferida para representar relações semânticas mais abstratas, conforme pode ser observado em (21). Dessa forma, a preposição “a” continuaria tendo um uso mais restrito para esse significado.

- (21) Eles não dão *a isso* nenhuma importância.

Gomes (2003) propõe que a variação no uso da preposição é um processo sintático e que a implementação da mudança que envolve a substituição da preposição *a* pela preposição “para” no dialeto carioca está relacionada ao fenômeno de alternância das estratégias de codificação do dativo no PB. Observo, ainda, que, de acordo com a linguista, há um aumento significativo de ocorrências da preposição “para” entre os jovens. Diferentemente da preposição “a”, cujo uso parece ser condicionado pela adjacência ao verbo, a preposição “para” parece não ser afetada por esse fator.

De acordo com Gomes (2003), a variação na codificação do dativo está relacionada aos processos que afetaram a reorganização do paradigma pronominal do PB, principalmente no que se refere à perda dos clíticos acusativos e dativos de terceira pessoa.

Outro estudo que tem por objetivo mostrar a variação na configuração do OI no PB é o realizado por Dantas (2007). A autora analisa um *corpus* composto por dados de fala de falantes naturais de Fortaleza, Ceará, com grau superior de escolaridade e por dados de fala de falantes portugueses. Nesse ponto da discussão, considero apenas os dados do PB. A análise pauta-se no estudo do uso de complementos dativos de terceira pessoa em várias formas de representação, com verbos bitransitivos de transferência material e transferência verbal, encabeçados por preposição, conforme podemos observar em (22). Nessa análise, a autora também considera construções sintáticas do PB nas quais o clítico dativo “lhe” aparece, conforme podemos observar em (23).

- (22)a. Inf. 2 – porém um grande mestre nunca ensina aos seus alunos todos os truques. (Inq, 45)
- b. Inf. 2 – é como eu dizia eu estava dizendo pra minha cunhada que é professora de Letras... que no tempo que estudei no Hilza Diogo (Inq. 48)
- c. Dê terra pro Nordeste... dê... dê condição pra ele... tire os juros bancários... ajude a economia nordestina a crescer (Inq. 17)
- d. O psiquiatra e ele já tinha algumas noções sobre a terapia ocupacional e eu pedi muito ajuda... pra ele... pra (ele) sabe (Inq. 21)
- (23)a. Inf. 1 exatamente... agora eu não sei se você já deve ter visto... um trabalho meu... aliás até um projeto de monografia sobre Renovação Carismática Católica... num sei se eu... lhe lhe emprestei (Inq 33)
- b. Inf, 2 – então mas eu aí aí é onde eu lhe pergunto a justiça... a justiça não a lei... é para ... o pobre ou para o rico? ...a lei (Inq 11).

Dantas (2007) observa, no *corpus*, que são as preposições *a* e *para* que encabeçam o PP (cf. dados em (22)), com predomínio da segunda. A ocorrência da preposição “para” em um número maior de casos que a preposição “a” sugere-nos que essa preposição amplia, em um dado momento, os contextos de uso, o que pode indicar que ela passou por um processo de mudança.

No computo geral dos dados, Dantas (2007) encontra, no *corpus* analisado, 127 ocorrências de OI preposicionados: sendo 67 casos como argumentos de verbos de transferência material e 60 como argumentos de verbos de transferência verbal (*dicendi*); 40 ocorrências do clítico “lhe” (com referência à 2ª pessoa): sendo 12 casos com verbos de transferência material e 28 com verbos de transferência verbal; 03 ocorrências do clítico “lhe” com referência à 3ª pessoa (cf. (14)). No total, são, portanto, 227 ocorrências de OI realizados como sintagma nominal e 43 ocorrências do OI realizados como clítico.

(24)³⁴ a) Inf. – por muito tempo... há quê? Uma carteira de estudante que:: lhe dá o direito ((ruído)) de pagar MEIa. (inq,7) (falando sobre estudantes).

b) refinamento era desejado... pelo próprio público... ou seja porque:: lhedaria sTAtus... uhn? ((ruído)) outra característica é:: a figuração... uhn ou seja em vez i) argentino ser Realmente hospitaleiro... (Inq. 28).

Considerando os resultados obtidos, Dantas (2007) conclui que uma das estratégias do PB para a substituição dos clíticos dativos é o uso dos pronomes tônicos anafóricos “ele/(s) ela/(s)”, em configuração preposicionada (cf. (22c-d)).

Campos (2010) também se propõe realizar um estudo sobre o OI no PB, considerando, em particular, dados do português culto falado em Belém. De acordo com o autor, o *corpus* é composto por gravações de entrevistas televisivas veiculadas pela mídia da cidade de Belém e, por conta disso, constitui, uma expressão do português culto falado na cidade.

No *corpus* analisado, Campos (2010) observa a presença significativa da preposição “a” com complementos de verbos de transferência material como ‘dar’, ‘pedir’, ‘doar’; verbos de movimento como ‘levar’; e verbos de transferência verbal como ‘fazer pergunta’/, conforme pode ser observado em (25a)-(25b), (25c) e (25d)-(25e), respectivamente.

(25) a. [entrevistado] São empresas [que dão bolsas aos seus alunos] exatamente por acreditarem na educação a distância. (p. 164)

³⁴ Os dados em (24), embora ocorram em menor número, mostram um pronome clítico de 3ª pessoa, “lhe”, com leitura genérica. A ocorrência desse tipo de pronome é uma evidência de um resíduo do uso da preposição “a”.

- b. [apresentador] E os cachorros que o senhor cria? (...) E como era ... [doavam [∅ OD] pro senhor?] (15/09/08; 38:20) 50
- c. [entrevistado]...a governadora anunciou recentemente no fórum paraense de competitividade e nós eh:... [levamos isso aos deputados]. (p. 22)
- d. [apresentadora] Participe do programa... [faça perguntas aos nossos convidados] (p. 85)
- e. [debatedor] [Eu queria fazer uma pergunta para o secretário] (p. 90)

O autor acrescenta que o clítico *lhe* ocorre tanto como dativo quanto como acusativo, conforme pode ser observado em (26) e (26b), respectivamente.

- (26)a. [entrevistado] A decisão do governo [que a Constituição Estadual lhe atribuiu]. da forma como discutir o orçamento (...) (p. 89)
- b. [apresentador] (...) agora professor... [por que que a governadora lhe substituiu antes do prazo?] (p. 139)

Campos (2010) conclui que os dados do português culto falado em Belém não corroboram integralmente a análise de que tenha ocorrido a recategorização do clítico dativo *lhe*, como pronome de 2ª pessoa, uma vez que esse clítico ainda ocorre na 3ª pessoa. Com isso, o autor se posiciona contrário à hipótese postulada por Figueiredo e Silva (2007), conforme a qual o clítico *lhe* está sendo recategorizado, especializando-se na referência à 2ª pessoa, expressando formalidade, no PB. O autor afirma que, se inseridos no conjunto da descrição do OI no PB, os dados do português culto falado em Belém não ratificam o posicionamento de linguistas que afirmam uma ausência do clítico dativo *lhe*, na 3ª pessoa, na gramática do PB. Entretanto, adverte que talvez a gramática do uso do *lhe* em Belém esteja em fase de reestruturação, pois se registra no corpus a ocorrência de construções com ‘*lhe*’ acusativo (cf. (26b)).

Na próxima subseção, apresento como ocorre o OI preposicionado no PBC, a partir da análise realizada por Nascimento (2007).

3.2.2.2 O PBC: Goiás

Nascimento (2007) analisa a variedade linguística utilizada pela comunidade dos Almeidas, uma comunidade rural afro-descendente do município de Silvânia, localizada no estado de Goiás. No estudo, o autor investiga quais fatores linguísticos e/ou extralinguísticos influenciam o uso variável de preposições introdutoras de OI de verbos bitransitivos.

Nascimento (2007) observa que, para a expressão do OI em contextos bitransitivos, os falantes da comunidade dos Almeidas contam com três possibilidades, a saber: (i) o sintagma preposicionado (PP), de núcleo nominal ou pronominal; (ii) o clítico pronominal *e*, ainda, (iii) o sintagma nominal sem qualquer marca morfológica de dativo (\emptyset), conforme pode ser observado em (27a), (27b) e (27c), respectivamente³⁵.

- (27) a. ...aí ele dava comida pa/p'os caboco......aí ele deu um café pra ele...
b. ...foi o Inácio que me deu ele...
c. ...di [dei] \emptyset ele o sabão de bola... e ele tomô o banho...

De acordo com Nascimento (2007), as formas destacadas em (27a-c) desempenham a mesma função na fala da comunidade, e podem, portanto, ser tratadas como equivalentes para a expressão do OI dativo. O interesse do autor se restringe, entretanto, a investigar a alternância entre as formas preposicionais “a/para” e “ \emptyset ”, como exemplificado em (27a) e (27c). De acordo com o autor, é interessante observar que esse fenômeno não é característico exclusivamente da comunidade dos Almeidas, uma vez que outras comunidades rurais goianas, afro-descendentes ou não, também apresentam as variantes descritas acima. Por conta dessa recorrência, analisa também os dados de mais três comunidades rurais goianas, com o objetivo de realizar um estudo comparativo. As comunidades acrescentadas no estudo são Pombal, Acaba Vida/Faz Tudo e Traíras.

Nascimento (2007) pesquisou o fenômeno nos dados de fala de 41 informantes, segundo algumas variáveis sociais, das quais citamos aquelas que são relevantes para a pesquisa que propomos, a saber: faixa etária (22-28/ 38-50/ 55-76) e escolaridade (ensino fundamental 1, ensino fundamental 2, ensino médio e analfabeto).

Na análise quantitativa da amostra de fala da comunidade dos Almeidas, Nascimento (2007) identificou 151 ocorrências da preposição “para”, 2 ocorrências da

³⁵ Nessa seção, tenho por objetivo descrever como o OI preposicionado é realizado no PBC. Assim, embora os dados em (27b-c) não reflitam esse tipo de ocorrência, decidi por mantê-los, por considerar o caráter descritivo da discussão realizada por Nascimento (2007).

preposição “a”, 15 ocorrências nas quais se verificou a ausência de preposição e 37 ocorrências de clíticos, conforme pode ser observado na tabela 6.

Tabela 6: Distribuição percentual das variantes para/a/Ø/clítico na comunidade de fala dos Almeidas, adaptado de Nascimento (2007).

VARIANTES	Nº DE OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA
PARA	151	74%
A	2	1%
Ø	15	7%
CLÍTICO	37	18%
TOTAL	205	100%

Como podemos observar na tabela 8, a distribuição percentual das variantes indica que a preposição “para” é a preferida para introduzir o argumento OI de verbos bitransitivos na comunidade de fala dos Almeidas, equivalendo a 74% no uso. A segunda forma mais usada, nesse contexto, é a dos pronomes clíticos, que equivalem a 18% das ocorrências. Nascimento (2007) constatou que apenas os pronomes clíticos de 1ª e 2ª pessoas do singular (“me/te”) ocorrem nos registros da comunidade dos Almeidas, sempre em posição proclítica.

A tabela 8 mostra também que a preposição “a” é a menos usada nessa comunidade, aparecendo em apenas duas construções, o que equivale a um percentual de 1%, conforme pode ser observado em (28a-b). Nascimento (2007) observa que, nas duas ocorrências da preposição “a”, o OI tem o traço semântico que classificado como divinizado, que ocorre em um contexto mais abstrato, cujo referente não porta o traço [+humano].

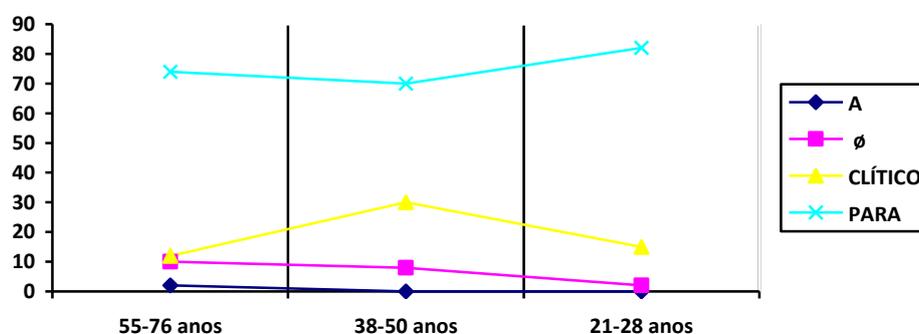
- (28)a. ... não a/aí se o caboco tive devoção a Nossa Senhora da Aparecida é/tem de/faiz o pedido... [MAB55M]³⁶
- b. ... aqui eu vô fala era um... um apuro que é pidino a Deus pa mode chuvê... [JLS61M]

³⁶ Nascimento (2007) classifica o dado em (28a) como uma ocorrência de OI, que é considerado na computação dos dados como uma das duas únicas ocorrências de OI encabeçado pela preposição “a”. Contudo, (28a) admite tanto a realização do complemento como um OI (como se confirma pela pronominalização: *tive-lhe devoção*) quanto como um complemento nominal do OD, conforme observado pelo Professor Dr. Marcus Lunguinho (em comunicação pessoal). Contudo, isso não prejudica a análise realizada pelo autor, pelo contrário, reforça ainda mais a hipótese de que, no dialeto estudado o OI, quando preposicionado, é encabeçado categoricamente pela preposição “para”, ficando o uso de “a” para contextos restritos.

Analisando a distribuição dessas variantes em função de variáveis extralinguísticas, Nascimento (2007) demonstra que o uso da preposição *para* independe do nível de escolaridade. O autor destaca, inclusive, que os três informantes com maior nível de escolaridade apresentaram uso predominante dessa preposição. Nota que a preposição “para” está presente de maneira predominante nos dados de fala de todos os informantes: de 27 ocorrências analisadas, 19 apresentam a preposição “para” e 8 apresentam um clítico dativo. Ou seja, nenhum desses informantes com maior grau de escolarização faz uso da preposição “a” ou da variante \emptyset .

Outro ponto de relevo no trabalho de Nascimento (2007) é que, apesar de a preposição “para” aparecer em todas as faixas etárias, seu uso se destaca entre os falantes mais jovens (82%), ou seja, falantes com idade entre 21 e 28 anos. Por outro lado, a realização da preposição “a”, com um percentual de (2%), fica restrita aos falantes mais velhos, com idade entre 55 e 76 anos, que compreende a faixa etária 3. As ocorrências de clítico dativo, por sua vez, embora possuam um percentual considerável tanto para a faixa etária 1 quanto para a faixa etária 3, adquire um percentual maior entre os falantes de 38 a 50 anos, que correspondem a faixa etária 2. A variante \emptyset ocorre em todas as faixas etárias: 2% entre os falantes mais jovens, (8%) na faixa etária intermediária e adquire um percentual maior com os falantes mais velhos (10%). Todos esses percentuais podem ser observados no gráfico 1.

Gráfico 1: Distribuição percentual das variantes por faixa etária, adaptado de Nascimento (2007).



Nascimento (2007) observa ainda que a adjacência ao verbo é o contexto preferencial de ocorrência geral do OI. Das 168 ocorrências de OI analisadas, em 116

delas os OIs apresentam-se adjacentes ao verbo. Segundo o autor, é esse o contexto sintático que favorece a omissão da preposição: todas as ocorrências de OI dativo sem a preposição ocorrem quando o OI está adjacente à direita do verbo. Por outro lado, em todas as 52 ocorrências de OI não adjacente ao verbo, há uma preposição introduzindo esse complemento.

Ao estabelecer uma comparação entre as amostras de fala das comunidades dos Almeidas, de Pombal, Traíras e Acaba Vida/ Faz Tudo, Nascimento (2007) destaca que, em todas elas, se verifica o mesmo padrão de uso das variantes, conforme pode ser observado na tabela 7.

Tabela 7: Distribuição percentual das variantes para/a/Ø/clítico em função da comunidade de fala, adaptado de Nascimento (2007).

COMUNIDADES	ESTRÁTEGIAS PARA REALIZAÇÃO DO OI				TOTAL
	PARA	A	Ø	CLÍTICOS	
ALMEIDAS	151/74%	2/1%	15/7%	37/18%	205/100%
POMBAL	46/75%	1/2%	5/8%	9/15%	61/100%
TRAÍRAS	34/79%	0/0%	5/11%	4/10%	43/100%
ACABA VIDA/ FAZ TUDO	6/50%	3/25%	3/25%	0/0%	12/100%
TOTAL GERAL	237/74%	6/2%	28/9%	50/15%	321/100%

A tabela 7 mostra que a preposição “para” é a mais usada na expressão do OI, seguida pelo uso de clíticos dativos de primeira e segunda pessoas, pela variante \emptyset e pela preposição “a”. De acordo com Nascimento (2007), nas comunidades do Pombal e Acaba Vida/ Faz Tudo, assim como na comunidade dos Almeidas, a preposição “a” se restringe a contextos mais abstratos, nos quais o OI representa um receptor com traço semântico [divinizado].

Nascimento (2007) conclui que, embora a preposição “para” seja usada por todas as faixas etárias, sua frequência é maior entre falantes mais jovens. Para o autor, esse fato, aliado ao baixo uso da preposição “a”, de \emptyset e de clíticos anafóricos entre os falantes mais jovens, possibilita a constatação de que a comunidade de fala dos Almeidas está passando por um processo de mudança em direção ao uso categórico de “para”, na expressão do OI. A análise da variação em amostras de outras comunidades rurais goianas, juntamente com a amostra de fala dos Almeidas, comprova que o contexto de adjacência de OI em relação ao verbo é o fator mais influente na ocorrência de \emptyset . Além disso, o autor constata que a ausência da preposição é favorecida em contextos nos quais o OI descreve um receptor com os traços semânticos [+ humano, +

animado], e o predicado denota transferência (material ou não) e seleciona OD e OI explícitos, com OD de núcleos lexicais e OI de núcleos pronominais.

3.2.2.3 Síntese sobre a realização do argumento meta introduzido por preposição no PE e no PB/PBC

Como demonstrado nos estudos realizados por Gomes (2003), Dantas (2007), Nascimento (2007) e Campos (2010), a preposição *para* é a que mais ocorre nas construções bitransitivas do PB/PBC, principalmente nos dados dos informantes mais jovens. Seu uso independe do nível de escolaridade. Contudo, devemos pontuar que, embora o uso da preposição “a” não seja produtivo (nos dados do PBC, por exemplo, já que ocorrem apenas dois casos, e ainda usados por falantes mais velhos), ainda é significativo entre falantes cultos de Belém e de Fortaleza, o que sugere um contraste dialetal a distinguir dialetos da região norte/nordeste e da região centro-sul (uma questão a ser aprofundada em estudos futuros).³⁷

O resultado dos estudos resenhados nessa seção nos permite concluir que, no PB/PBC, existe uma gramática vernacular, em período diacrônico anterior, que recorre à preposição *a*, sendo o uso da preposição “para” uma inovação recente em relação ao padrão dessa gramática, com características que permitem considerar a existência de mudança linguística. Assim, embora, na gramática inovadora, a preposição “a” passe a ocorrer em menor número, seu uso, entre falantes de faixa etária avançada, aponta para a conclusão de que a gramática desses falantes, em um momento diacrônico anterior, não recorria à preposição “para” como licenciadora de OI (apesar de essa preposição ser usada como introdutora do argumento benefactivo).

Observo, inclusive, que, embora alguns dialetos do PB registrem o uso dativo do clítico “lhe”, este clítico também aparece com função acusativa, em substituição do clítico acusativo “te”, como já demonstrado em outros estudos. Como estratégia de substituição dos clíticos dativos, aparecem os pronomes tônicos “ele(s)”, “ela(s)”, em configuração preposicionada, “para ele/(s)”, “para ela/(s)”. Dessa forma, nas análises que apresento, a preposição “para” é vista como um recurso sintático responsável por licenciar a ocorrência do sintagma nominal selecionado pelo verbo.

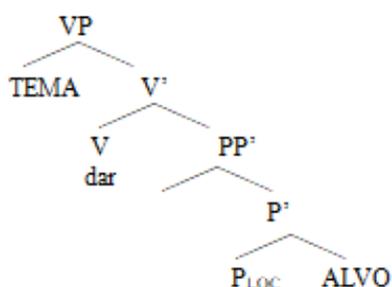
³⁷ A corroborar essa hipótese (ainda que de forma preliminar), destaco os resultados de Salles; Scherre (2003), em que se constata a presença significativa da preposição “a” em dados colhidos de falantes de Fortaleza.

Ressalto que se verifica nos dados do PB dialetal falado no Rio de Janeiro e em Goiás, o OI licenciado sem marca formal (\emptyset), adjacente (ou não) ao verbo (de transferência material/ verbal). Em minha análise, a distribuição dessa variante entre os diferentes tipos de verbo é uma evidência de sua produtividade. Essa questão será retomada adiante.

Em síntese, como é possível observarmos nos resultados dos estudos variacionistas, uma distinção dialetal é encontrada no PB, quando é considerada a escolha das preposições que introduzem o OI: enquanto a preposição *para* é encontrada em um maior número de ocorrências nas regiões Central/ Sudeste/ Sudoeste (dando origem ao chamado dialeto “para”), a preposição “a” é encontrada na região Norte (dando origem ao chamado dialeto “a”). Dessa forma, no PB, o OI preposicionado pode ser introduzido pelas preposições “a” ou “para”, sem diferença de interpretação (cf. TORRES-MORAIS; SALLES, 2010).

Considerando o tipo de preposição que introduz o OI preposicionado no PB, sigo, nesse ponto, Torres-Morais; Salles (2010), que propõem que esse argumento é nucleado por uma preposição lexical – tal como ocorre em um predicado locativo bitransitivo. A estrutura em (29) representa a proposta das autoras.

(29)



Na próxima seção, apresento, o OI preposicionado no inglês, baseando-me, particularmente, nas propostas de Kayne (1984) e de Larson (1988).

3.2.3 O caso do inglês

No inglês, o argumento meta (OI) é licenciado pela preposição *to*, conforme podemos observar em (30). Nessa configuração, o OI pode ser realizado por sintagma nominal pleno ou por um pronome.

- (30) a. John sent a letter to Mary.
b. Mary gave the book to John.

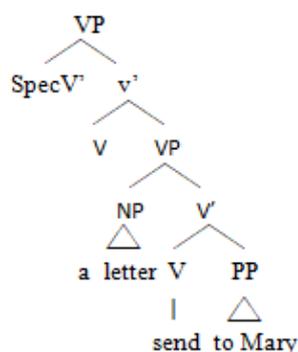
Kayne (1984) propõe que, em inglês, as preposições (P) são regentes estruturais, exatamente como V, diferentemente das línguas românicas. Essa análise vincula a regência estrutural à ausência do contraste entre o acusativo e o dativo no sistema pronominal. Isso implica que, nessa língua, P rege a posição de complemento no nível da estrutura-S. Considerando que, em inglês, V e P regem da mesma forma, o autor propõe que tais categorias são submetidas à reanálise, o que não é possível em línguas românicas (a partir da análise de dados do francês), dado que P, ao contrário de V, não é um regente (estrutural) apropriado. Contudo, o quadro teórico não explicita o que torna as preposições do inglês regentes apropriados, frente as preposições das línguas românicas.

Na proposta de Kayne (1984), construções como (30) ocorrem como (31).

- (31) [V NP] *to* Mary/ John
John sent a letter to Mary/ Mary gave the book to John.

Seguindo Chomsky (1955/1975), Larson (1988) apresenta uma proposta sobre a estrutura das construções de OI dativo, em que recorre à chamada *VP-shell*. Para o teórico, a sentença em (30a), repetida aqui em (32a), possui a estrutura em (32b).

- (32) a. John sent a letter to Mary.
b.



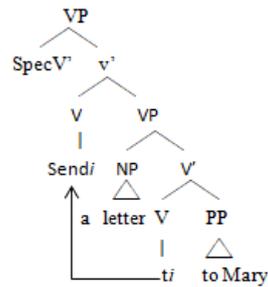
(LARSON, 1988, p. 342)

De acordo com a proposta de Larson (1988), nessa estrutura, o VP subjacente *send a letter to Mary* é uma estrutura ramificada binária. Nessa configuração, o VP consiste em uma categoria V, vazia, que toma um VP complemento, cujo especificador é o NP *a letter*, e é nucleado pelo verbo *send*, que toma como complemento o PP *to Mary*. Para o linguista, a estrutura em (32b) pode ser intuitivamente compreendida da seguinte forma: o verbo *send* toma o complemento *to Mary*, com o qual forma um predicado pequeno *send-to-Mary*. Por último, esse predicado se une ao ‘sujeito interno’³⁸ *a letter* e forma um VP: *a letter send to Mary*. Este VP se torna, então, predicado de um sujeito como *John*, para produzir a sentença em (32a).

Larson (1988) observa, contudo, que *John a letter send to Mary* não é uma sentença bem formada no inglês, uma vez que o verbo precisa aparecer a esquerda do OD *a letter*, por uma questão configuracional. Para responder a esse requerimento, o verbo *send* precisa se mover para a posição vazia V (realizando um movimento de núcleo para núcleo). Subindo para essa posição, o verbo terá acesso, via regência, aos traços de concordância de Infl. Da mesma forma, via regência, atribuirá Caso ao NP *a letter*. Para o autor, esse movimento deixa um traço no local original e cria uma sequência de posições V coindexadas, (cf. (33)).

(33) .

³⁸ Larson (1988, p 346) pontua que a ideia do OD ser classificado como ‘sujeito de VP’ pode resultar em um problema com respeito à teoria da ligação, na qual a condição A prevê que anáforas como *himself* devem ser ligadas no seu domínio mínimo, entendido com a menor projeção máxima contendo um sujeito e um regente lexical. Para resolver esse problema aparente, assume a definição alternativa de categoria regente, que envolve a noção de complexo funcional completo (CFC, do inglês, *complete functional complex*), proposto por Chomsky (1986). Dentro desta visão, uma anáfora *a* pode ser ligada no seu CFC mínimo – nesse caso, o domínio mínimo é entendido como o lugar em que ‘todas as relações gramaticais compatíveis com os núcleos são realizadas’.



(LARSON, 1988, p. 343)

De acordo com Larson (1988), uma consequência dessa análise de alçamento de V é que ela preserva um traço crucial da proposta de Chomsky (1955/1975, citado em LARSON, 1988), a saber, a ideia de que o OD c-comandarà o OI preposicionado, independentemente da estrutura introduzida pelo PP (cf. p. 344). O linguista observa que essa proposta para o OI permite uma abordagem inovadora para certos fenômenos de movimento. Para ilustrar a discussão, examina as sentenças em (34), que têm sido analisadas, na literatura, como derivadas da configuração dativa básica pela regra do ‘NP shift’, na qual o OD se move para a direita.

(34) a. I gave t to John [everything that he demanded].



b. Max sent t to me [the longest letter anyone hand ever seen].



(LARSON, 1988, p. 347)

Larson (1988) afirma que, uma vez que a análise de dativo é aceita, uma descrição muito diferente desses fenômenos torna-se possível. Para o teórico, ao contrário do *OD shift*, com movimento do OD para a direita, temos o movimento do OI para a esquerda, como podemos verificar em (25).

(35) a. I [gave to John] everything that he demanded t.



b. Max sent [to me] the longest letter anyone has ever seen t.



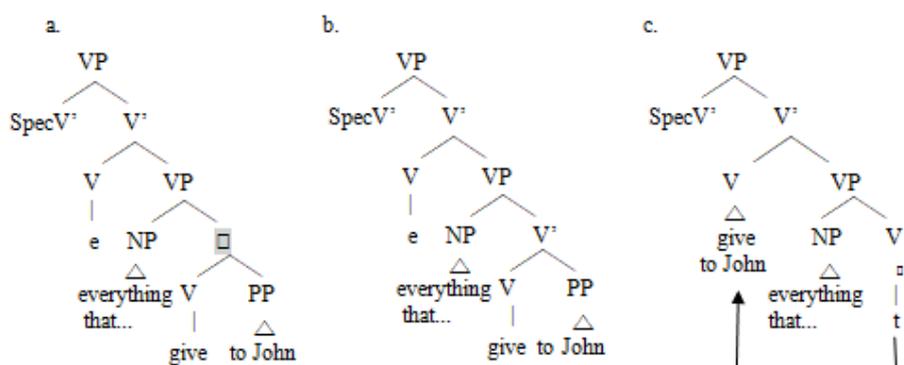
(LARSON, 1988, p. 347)

Para tornar sua ideia precisa, Larson (1988) postula uma regra opcional de reanálise de V', a saber:³⁹.

(36) Reanálise V': Seja α um sintagma [_{V'} ...] cuja grade temática contém um papel temático não saturado. Então α pode ser reanalisado como [_V ...].

Dessa forma, de acordo com Larson (1988), sua regra de reanálise permite que qualquer predicado com (exatamente) um papel interno não saturado seja reconstruído sintaticamente como uma categoria lexical complexa – sendo, de fato, um verbo transitivo complexo. Se a reanálise opera, o resultado é (37a), em oposição a (37b). O teórico observa ainda que o alçamento se aplica a todo o constituinte complexo [give to John], produzindo (35a), como mostrado em (37c). Uma consequência de sua proposta é que, quando a reanálise se aplica, as propriedades de atribuição de caso do verbo são herdadas pelo predicado complexo.

(37)



Na próxima seção, apresento análises prévias sobre o argumento meta licenciado sem preposição.

3.3 O argumento meta licenciado sem preposição: análises prévias

Conforme mencionado anteriormente, as estruturas bitransitivas podem ser realizadas em uma configuração em que o argumento meta não é introduzido por

³⁹ No original, V' reanalysis: Let α be a phrase [_{V'} ...] whose θ -grid contains one undischarged internal θ -role. Then α may be reanalyzed as [_V ...].

preposição, referida como *construção de objeto duplo*. Esse caso é amplamente referido nos estudos gerativos em relação ao inglês, conforme podemos observar em (38).

(38) John sent Mary a letter.

Na análise translinguística, é demonstrado que essa construção é encontrada em outras línguas do grupo germânico, particularmente o sueco, o dinamarquês, o holandês e o flamengo (KAYNE 1984; LIGHTFOOT 1991). Existe ainda referência desse tipo estrutura em línguas tão distantes desse grupo, como línguas do grupo banto e o tailandês (EMONDS 1993; CHENG 1997). Na próxima seção, apresento as análises de Kayne (1984) e Larson (1988) para a DOC do inglês, as quais são propostas como variantes da estrutura bitransitiva em que o argumento meta é licenciado por preposição.

3.3.1 A DOC no inglês

Kayne (1984) considera que a DOC é um tipo de construção ausente nas línguas românicas. A análise desse teórico baseia-se no argumento de que as preposições do inglês apresentam propriedades formais não encontradas nas preposições das línguas românicas, nomeadamente, em inglês, as preposições são regentes estruturais (sendo a explicação para tal propriedade, em oposição às preposições das línguas românicas, vinculada ao sistema de marcação de caso, conforme mencionado anteriormente).

Seguindo Oehrle (1976), Kayne (1984) propõe que a DOC, em inglês, não é derivada por movimento de NP. Contudo, divergindo de Oehrle (1978), defende que a DOC não envolve apagamento de preposição no estágio da derivação. De outra forma, propõe que, em todos os estágios da derivação, a DOC conta com uma preposição nula, P_e . Nessa perspectiva, a representação estrutural da DOC é $V [_{PP} P_e NP] NP$.

A proposta de Kayne (1984) enfrenta um problema, a saber, como responder ao requisito do Caso para o NP lexical se seu regente é uma categoria nula. Para resolver este problema, propõe que V atribui caso objetivo ao PP, e esse caso percola através de P_e até o NP. Essa condição se explica pela possibilidade de reanálise entre V e P. Fica, portanto, o entendimento de que, embora, em inglês, a preposição nula não possa ser a fonte de Caso (abstrato), ela pode transmitir ao seu objeto um caso objetivo (estrutural) por percolação. Com base na perspectiva de Kayne (1984), na DOC, o argumento meta recebe caso objetivo de V via P_e , e a relação temática de posse é realizada como um PP.

Ao propor que a DOC envolve uma preposição nula, Kayne (1984), então, explica as propriedades da construção pseudopassiva, que é vista como uma instância de encaixe da preposição (nula), uma vez que o sujeito da passiva é um NP não um PP, conforme podemos verificar em (39).

- (39) a. Mary was given a book
b. Mary_i ... P_e [NP_i e] a book

(KAYNE, 1984, p. 196)

Kayne (1984) finaliza sua discussão com a observação de que o papel temático do possuidor também pode ser atribuído a um NP não nulo, como em (40). De acordo com o teórico, nesse caso, a realização da preposição *with* torna P_e desnecessária.

- (40) John supplied Mary with the information

(KAYNE, 1984, p. 200)

Como ressaltai, Kayne (1984) não explica o que exatamente torna as preposições do inglês especiais em relação às preposições das línguas românicas. Por essa razão, a análise de Kayne (1984) não será considerada nessa tese. Contudo, retenho do teórico a ideia de que a DOC envolve uma preposição nula e incorpora uma configuração sentencial semelhante à interpretação de posse.

Outro estudo seminal sobre a DOC do inglês é desenvolvido por Larson (1988). De acordo com o teórico, a DOC (cf. 41b) é derivada da construção na qual a preposição é realizada abertamente⁴⁰ (cf. 41a).

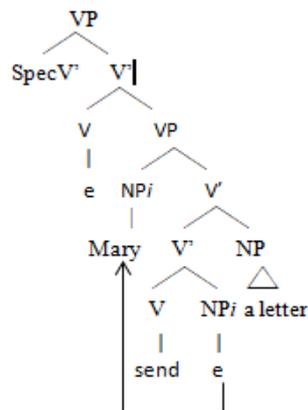
- (41) a. John send a letter to Mary
b. John send Mary a letter.

Larson (1988) propõe que um processo abstrato de passivização é responsável pela ocorrência da DOC em (41b). Em particular, o processo consiste na absorção da capacidade de atribuição de caso do verbo e a concomitante demissão do seu papel temático externo. Esse processo força o movimento do NP que realiza o argumento

⁴⁰ Para mais detalhes sobre a proposta de Larson (1988) para as construções com o argumento meta preposicionado, ver a seção (3.2.3).

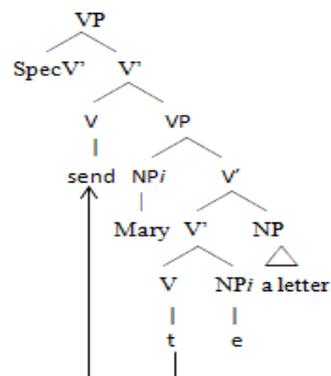
meta/ dativo para a posição de sujeito dentro da estrutura da VP, conforme podemos ver na projeção arbórea em (42). Nessa configuração, ocorre ainda o movimento de V para V (mais alto), conforme poderemos observar em (43). O objeto direto, por sua vez, recebe papel temático na posição adjunta a V' (cf. p. 351-352).

(42)



(LARSON, 1988, p. 353)

(43)



(LARSON, 1988, p. 353)

Devo notar que, na proposta de Larson (1988), o movimento do NP que realiza o argumento meta resulta de uma forma de reanálise de V' como V. Mais especificamente, quando um constituinte V' não tem um argumento interno saturado, então V' deve ser reconstruído como V, havendo alçamento de V. De acordo com o teórico, a reanálise de V' é responsável pela possibilidade de V atribuir Caso ao NP externo, *Mary*, no caso do exemplo em (43).

Nesse sentido, na DOC, o argumento meta tem a estrutura [_v t e], como é possível observar em (43). Descritivamente, *t* é o traço do V alçado, e *e* é o traço do NP

movido. O NP movido recebe o seu papel temático através de *e*; dessa forma, o papel temático é atribuído ao argumento meta em (43) por meio de *t*. Ou seja, *e* descarrega um dos dois argumentos internos do verbo bitransitivo. O resultado é que aos dois NPs complementos do verbo dativo são atribuídos Caso objetivo.

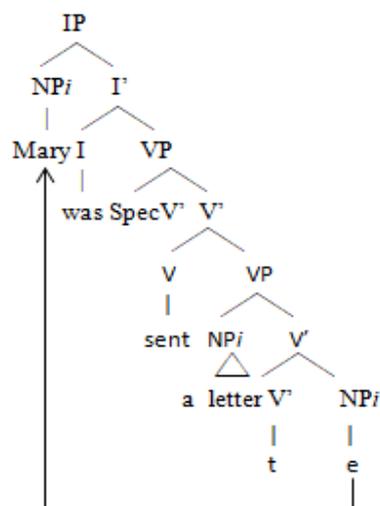
Larson (1988) explica que o caso objetivo é atribuído duas vezes na DOC porque se trata de uma situação típica para atribuição desse tipo de caso. A sugestão do teórico é que todo verbo transitivo tem dois Casos objetivos, a saber: um estrutural e outro inerente. O primeiro é atribuído por V em conexão com Infl (V é tomado como um hospedeiro) – [_{Infl} Infl [_{VP} V ...]]; o segundo é atribuído por V em conexão com as propriedades temáticas de V. Sendo uma construção bitransitiva, a DOC é, nessa perspectiva, simplesmente uma instância em que os dois Casos são ‘separados’ e atribuídos a diferentes argumentos (cf. p. 360)⁴¹.

Considerando a proposta delineada por Larson (1988), como explicar sentenças como (44a), as chamadas pseudopassivas? De acordo o teórico, nessa estrutura, enquanto o objeto indireto *Mary* é promovido diretamente para a posição de sujeito, o objeto direto permanece no mesmo lugar e tem essencialmente o mesmo Caso a que teria acesso nas estruturas ativas. Conforme sua explicação, a passivização não apenas suprime o Caso dativo do NP movido, mas também bloqueia a atribuição de Caso estrutural ao NP objeto direto. O resultado é que *a letter* recebe apenas Caso objetivo inerente atribuído pelo verbo *send*. O esquema em (44b) capta a ideia de Larson (1988), apresentada nesse parágrafo.

(44) a. *Mary was sent a letter.*

b.

⁴¹ Larson (1988) propõe que, em construções monotransitivas, ao NP é atribuído Caso estrutural e inerente, sendo ambos sobrepostos nesta posição.



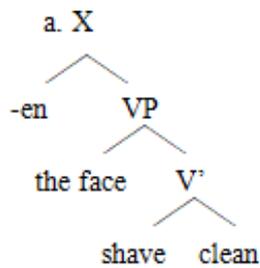
(Larson, 1988, p. 363)

Da análise proposta por Larson (1988), retenho a hipótese da *VP shell* em termos da abordagem minimalista (Chomsky 1995), bem como a ideia de que os argumentos de predicados bitransitivos são licenciados em uma configuração sentencial semelhante à interpretação de posse, proposta originalmente por Kayne (1984). Essa questão será retomada adiante.

Passo, agora, à abordagem da DOC proposta por Marantz (1993). A base da proposta do teórico é que formas derivadas de zero não permitem mais derivações.

Marantz (1993) propõe que os compostos sintéticos são sintaticamente derivados, conforme ilustrado em (45-a'), mas observa que verbos de objeto duplo não permitem este tipo formação passiva adjetival, conforme ilustrado em (45b). Em (45a), o sufixo *-en* toma como seu complemento um constituinte que inclui o verbo e o argumento incorporado, gerando (45a'). O argumento externo é o constituinte mais alto dentro da concha VP. A impossibilidade notada por Marantz (1993) diz respeito ao fato de que a incorporação do argumento meta ao verbo formar um constituinte que exclui o argumento tema.

(45)



a'. face-shaved clean

b. *children-baked cookies benefactivo

b'. *boss-given flowers meta

De acordo com o autor, também não é possível o argumento tema incorpora-se ao verbo, uma vez que ocorre o oposto do que foi descrito anteriormente, ou seja, o argumento meta é excluído:

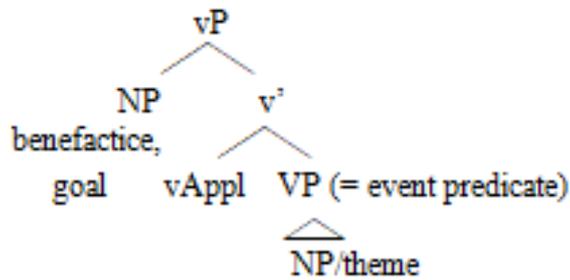
(46)a. *cookie-baked children tema

b. *flower-given boss tema

Marantz (1993) argumenta que os fatos em (45b-b') e (46) se seguem a partir de uma estrutura de DOC, em que o OI é introduzido por um núcleo aplicativo. A proposta do autor é, portanto, que um núcleo v-APPL, representado por um verbo leve, *v*, toma como complemento um evento denotado como VP e, ao mesmo tempo, introduz o objeto indireto. Compreendo, portanto, que a essência da proposta de Marantz (1993) é defender que afixos aplicativos adicionam um argumento ao verbo. Nessa perspectiva, o OI pode ser interpretado como argumento afetado pelo evento de forma composicional.

Conforme a abordagem desenvolvida por Marantz (1993), a DOC tem a estrutura semelhante a (47). Podemos, observar, portanto, que essa estrutura diverge da estrutura mostrada em (45a), a qual recorre à *VP shell*.

(47) DOC



No espírito da teoria do núcleo aplicativo, chegamos a Pylkannen (2000, 2002), que argumenta em favor da ideia de que o argumento dativo é "adicionado" pelo núcleo aplicativo (AppL), isto é, não se trata de um verdadeiro argumento do verbo. Motivada pela aparente similaridade entre as construções do tipo DOC existentes em chaga, uma língua da família Bantu, e o inglês, Pylkannen (2000, 2002) propõe uma teoria baseada em núcleos aplicativos e defende que há dois tipos desses núcleos, a saber: (i) o núcleo aplicativo alto e (ii) o núcleo aplicativo baixo. De acordo com sua proposta, a diferença entre eles é que, enquanto (i) denota uma relação entre um evento e um indivíduo; (ii) denota uma relação entre dois indivíduos. Nessa perspectiva, a língua chaga tem o núcleo aplicativo do tipo descrito em (i), e o inglês, o do tipo descrito em (ii). O exemplo em (48A) e (48B)), a seguir, ilustra o contraste estabelecido entre o inglês e a língua chaga, respectivamente.

(48)A) ENGLISH

- a. I baked a cake.
- a' "Eu fiz um bolo"
- b. I baked him a cake.
- b' "Eu fiz um bolo para ele"
- c. I run.
- c' "Eu corro"
- d. *I ran him.

posse direcional [*to-the-possession of*], em que o argumento dativo é interpretado como recipiente ou beneficiário. No caso do aplicativo alto, o argumento aplicado tem uma relação semântica com o evento descrito pelo verbo. O núcleo aplicativo é, portanto, um núcleo relacional.

Em relação à DOC do inglês, o seu núcleo aplicativo é nulo. Pylkannen (2000, 2002) pontua que, do ponto de vista semântico, a análise da DOC com o núcleo aplicativo baixo nulo difere crucialmente da análise da DOC como *small clause* (cf. GUÉRON, 1986; HOEKSTRA, 1988; HARLEY, 2000), tanto na proposta geral para este tipo de estrutura, quanto naquela que trata a DOC como um tipo de causativa onde o operador *cause*, na estrutura léxico-conceptual do predicado, toma como complemento o predicado *goal has theme* (p. 20), conforme podemos observar em (50). Na avaliação da autora, uma análise desse tipo é problemática como uma abordagem geral para a DOC, haja vista que, na maioria dos casos, este tipo de vinculação é falha, conforme podemos observar em (51)⁴². Considerando isso, conclui que as causativas são crucialmente diferentes da DOC (cf. o contraste entre (51) e (52)).

(50) Small clause/ análise da DOC como causativa

- a. I gave Mary a book.
- b. I CAUSE [Mary Have a book].

(51) DOUBLE OBJECT CONSTRUCTION

- a. I threw John the ball but he didn't catch it.
- b. I sent Bill the letter but he never got it.
- c. I wrote Sue a letter but she never got it.

(52) CAUSATIVE

- a. #I flew the kite over the field but it didn't fly.
- b. #I broke the vase but it didn't break.
- c. #I cooked the meat but it didn't cook.

Pylkannen (2000, 2002) observa que sua proposta apresenta dois tipos de restrições para a ocorrência do núcleo aplicativo baixo, a saber: (i) como o núcleo aplicativo baixo denota uma relação entre dois argumentos, ele não pode aparecer em

⁴² Os exemplos de (50) – (52) são de Pylkannen (2002, p. 20)

uma estrutura em que falta o objeto direto. Adicionalmente, (ii) como tal núcleo implica uma transferência de posse, não faz sentido ocorrer com os verbos que são completamente estáticos.

Outra importante observação feita pela linguista diz respeito à ordem em que os argumentos aparecem na configuração applicativa. Para a autora, como o núcleo aplicativo baixo introduz mais de um argumento, a ordem em que aparecem é determinada na entrada lexical. Segundo sua linha de raciocínio, uma solução não estipulativa poderia implicar, por exemplo, que, como o núcleo aplicativo baixo apresenta dois argumentos, e eles não são ordenados, qualquer um deles poderia ficar adjacente ao verbo. Dessa forma, por hipótese, seria possível DOC com o argumento aplicado após o argumento tema. E, de fato, isso não ocorre, porque, em sua avaliação, temos a estrutura com dativo preposicionado, PP, em que o escopo é livre. Para a autora, esse parece ser um forte argumento para se postular diferentes estruturas para as duas construções.

Da análise proposta por Pytkäinen (2000, 2002), retenho a ideia de que o núcleo aplicativo é um núcleo relacional, bem como a ideia de que o argumento dativo não é um verdadeiro argumento do verbo; tratando-se, pois, de um argumento ‘adicionado’.

A seguir, discutiremos acerca da DOC no PB

3.3.2 DOC no PB?

Salles (1997) desenvolve tese na qual defende que o PB dialetal falado em Minas Gerais apresenta um tipo de DOC, conforme podemos verificar em (53). Sua argumentação se baseia particularmente na observação da mudança que afeta o sistema de pronomes pessoais, com destaque para a perda de clíticos acusativos e dativos de 3ª pessoa, conforme podemos observar em (54). De acordo com a autora, uma consequência dessa mudança é que apenas construções com preposições plenas são encontradas (cf. (54a)), ao passo que o pronome nominativo de 3ª pessoa e o objeto nulo, sob condições restritivas, são atestados na posição de objeto, como substitutos para o clítico acusativo (cf. (54b)).

(53) Maria deu ele o recado

(54)a. Maria deu [*-lhe] o recado [para ele].

b. Maria viu [*-o] /[ele] ∅ no parque.

A essência da proposta de Salles (1997) é que a perda da distinção morfológica entre acusativo e dativo no sistema de pronomes objetos do PB mineiro representa condição necessária para o surgimento da DOC neste dialeto. Contudo, como pontua a pesquisadora, tal condição, embora necessária, não é suficientemente forte para determinar o surgimento desse tipo de construção, haja vista que outros dialetos do PB apresentam esta mesma perda, mas não dispõem desse tipo de estrutura.

Em busca do fator determinante para explicar a emergência da DOC no dialeto mineiro, Salles (1997) propõe que o surgimento de um P nulo dentro do sistema gramatical desse dialeto é a etapa seguinte do processo de mudança. Considerando isto, observa que, como um P nulo é incompatível com um gramática na qual a distinção morfológica entre acusativo-dativo é encontrada, sua proposta implica que o P nulo deve ser analisado como a reanálise gramatical da distinção morfológica entre acusativo e dativo, na medida em que dá origem a uma construção que substitui a dos clíticos acusativos e dativos (cf. p. 136), ou seja, a DOC. A conclusão preliminar da autora é, portanto, que línguas que têm DOC não contam com a distinção morfológica entre acusativo e dativo. Essa previsão está registrada no quadro 1, com enfoque especial para o contraste ampliado para incluir o alemão, língua que possui sistema de caso morfológico (que distingue acusativo e dativo), e o inglês, que não dispõe de tal propriedade. Considerando a proposta da linguista, o dialeto mineiro padroniza-se com o inglês, no que se refere à DOC.

Quadro 2:

	+/-DOC	+/-acu-dat
Línguas românicas	-	+
Alemão	-	+
Inglês	+	-
Dialeto mineiro	+	-

(adaptado de SALLES 1997, p. 136)

Em sua argumentação, Salles (1997) pontua ainda que diferenças entre a DOC no dialeto mineiro e no inglês se devem a fatores específicos da língua, que não afetam as condições primárias na projeção dessa construção. Uma diferença citada pela autora diz respeito ao fato de que o dialeto mineiro (mas não o inglês) apresenta tanto a ordem possuidor/ possuído quanto possuído/possuidor, conforme podemos observar em (55a-b). Seguindo a proposta de Hale and Keyser (1993), com a análise de Tenny em relação

ao papel dos argumentos no cálculo da interpretação aspectual do predicado, Salles (1997) propõe que as estruturas em (55) são possíveis devido a uma propriedade lexical de um P_{WITH} (nulo) - morfema específico no sistema gramatical da língua, cuja ausência implica a não ocorrência da DOC.⁴³

(55)a. Maria deu o João o livro

...deu_{OR} [VP o João [V_{EM} [PP P_{WITH} o livro]

b. Maria deu o livro o João

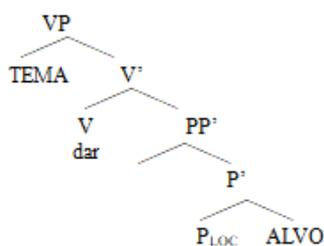
...deu_{OR} [VP o livro [V_{EM} [PP P_{WITH/DEL} o João]

Salles (1997) explica ainda que o inglês não apresenta as duas ordens [DP_{meta}-DP_{tema}]/ [DP_{tema}-DP_{meta}] para a DOC devido ao fato de a língua disponibilizar esta construção tanto para a leitura de transferência de posse quanto para a leitura benefactiva. Além disso, conta com uma preposição especializada para construir cada uma, que são, respectivamente, *to* e *for*. A consequência disso é que a língua disponibiliza apenas a ordem [DP_{meta}-DP_{tema}], uma vez que não é possível ter duas construções diferentes interpretadas sob o mesmo padrão aspectual.

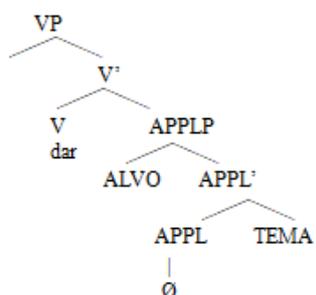
Outro estudo que defende a existência da DOC no PB dialetal é realizado Torres Morais; Salles (2010). Seguindo a análise de Pykkänen (2002) para a DOC do inglês, e a análise de Demonte (1995) para as construções de redobro de clíticos dativos em espanhol e a implementação dessa hipótese no estudo de Cuervo (2003), as autoras propõem que, além da configuração que envolve uma preposição lexical, conforme mencionado na subseção 3.3.2.2, o OI, no PBC, pode ser realizado na configuração projetada por um núcleo aplicativo funcional, que dá origem a um tipo de DOC. O contraste entre os dois tipos de configurações pode ser observado em (56) e (57), respectivamente.

(56)

⁴³ A proposta desenvolvida por Salles (1997) adota o sistema de Tenny (1994) em relação ao cálculo aspectual do predicado: OR refere-se ao papel temático originador do evento; EM refere-se ao medidor do evento (*event measurer*), PATH (*caminho*), por sua vez, é um medidor defectivo, pois descreve desenvolvimento do evento, sem, porém, delimitar o término, o que poderá ser feito por um núcleo delimitador – no caso, P_{with}.



(57)



De acordo com as autoras, uma propriedade que caracteriza o licenciamento do argumento interpretado como alvo na configuração projetada pelo núcleo aplicativo é que ele pode ser marcado como dativo (em oposição ao acusativo), um fenômeno morfofonológico, que se resolve em PF.

A proposta de Torres-Morais; Salles (2010) é desenvolvida, portanto, com base no fato de o sistema pronominal do PB deixar de ter um pronome (clítico) dativo (“the(s)”), na 3ª pessoa, exatamente como proposto em Salles (1997), e em Kayne (1984). Como um corolário, a preposição funcional *a* deixa de ser encontrada como um marcador de caso (morfológico) dativo no PB. Por outro lado, a presença do pronome dativo/ preposição funcional na projeção do núcleo (funcional) aplicativo implica um valor paramétrico oposto, que está associado a línguas como o espanhol e o PE, em que o OI é encontrado em uma configuração envolvendo redobro de clítico (dativo).⁴⁴

Uma consequência da análise proposta por Torres-Morais; Salles (2010) é que a série pronominal clítica está associada à estrutura projetada pelo núcleo aplicativo. Inversamente, o argumento alvo introduzido pela preposição lexical não é pronominalizado pelo sistema de clíticos. Assim, no PB dialetal, a projeção aplicativa hospeda os pronomes clíticos de 1ª e 2ª pessoas, como ocorre, por exemplo, em “João me/te deu um livro”, enquanto a configuração preposicionada hospeda o pronome forte

⁴⁴ Na análise do OI em espanhol, Cuervo (2003) propõe que o clítico dativo (*le*) é o expoente do núcleo aplicativo, enquanto na análise de Torres Morais (2007) e Torres Morais; Salles (2010), o núcleo aplicativo não possui matriz morfofonológica, sendo a marcação morfofonológica do caso dativo realizada no DP-OI inserido na posição de especificador de ApplP. Esse contraste se justifica pelas diferenças em relação às propriedades do redobro do clítico, obrigatório no espanhol, e informacionalmente marcado no PE (veja-se a seção 3.3.3).

de 3ª pessoa, como em “Deu o livro para eles/as” – bem como os pronomes tônicos de 1ª e 2ª pessoas, como em “Deu o livro pra mim/ti”. Nesse sentido, de acordo com as autoras, o PBC manifesta um sistema pronominal cindido, em relação aos clíticos pronominais (encontrados somente na 1ª e 2ª pessoas).

Da análise de Salles (1997), retenho a ideia de que o surgimento de um tipo de P_{with} (nulo) dentro do sistema gramatical do PB dialetal é um fator que, associado com a perda da distinção morfológica entre acusativo e dativo, deve ser levado em consideração para explicar a existência da DOC no dialeto analisado. Da abordagem desenvolvida por Torres-Morais; Salles (2010), retenho a ideia de que a preposição funcional *a* deixa de ser encontrada, no PB, como um marcador de caso (morfológico) dativo e que a ausência desse elemento funcional implica a não ocorrência do clítico dativo, por um lado, e a ideia de que OI é introduzido na estrutura pela preposição (lexical) *para*, por outro.

A seguir, discuto a hipótese da DOC aplicada ao OI no PE.

3.3.3 DOC no PE?

Torres-Morais (2006) levanta a hipótese de que o PE exhibe propriedades sintáticas e semânticas das construções do tipo DOC ou construções aplicativas, nos termos de Pylkäinen (2000, 2002), uma hipótese originalmente desenvolvida por Cuervo (2003) em relação ao espanhol, a partir da argumentação proposta por Demonte (1995) para estruturas de redobro de clíticos dativos nessa língua.

Para defender sua hipótese, Torres-Morais (2006) desenvolve três argumentos, a saber: como primeiro argumento, afirma que no PE, a preposição *a* apresenta um comportamento ambíguo, uma vez que pode ser marcador de Caso, como nas estruturas OI, sendo, portanto, uma preposição funcional, ou pode ser uma preposição lexical, como nas estruturas em que introduz um sintagma locativo (complemento ou adjunto adverbial). No segundo caso, o argumento preposicionado é selecionado por um predicado bitransitivo como um argumento locativo e alinha-se com a preposição *para*. Nesses contextos, de acordo com a autora, não pode haver a pronominalização do argumento, embora seja possível, quando o pronome clítico é pluralizado, por remeter a uma leitura metonímica, que identifica referencialmente o pronome com funcionários/membros da instituição.

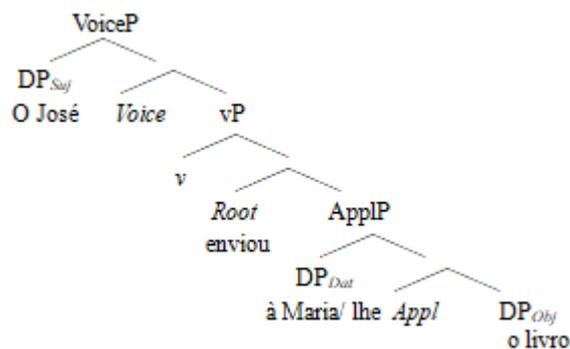
(58)a) O José enviou uma carta **ao/para Banco de Portugal**.

b) *O José enviou-**lhe** uma carta

(59) Estou furiosa com o **Banco de Portugal**. Enviei-**lhes** uma carta a reclamar.

O segundo argumento é que, no PE, as estruturas com o clítico dativo ocorrem em predicados de transferência, o que permite identificá-las com as propriedades do aplicativo baixo, postuladas por Pylkannen (2000, 2002). De acordo com Torres Morais, na DOC do PE, o argumento dativo é realizado como clítico “lhe” ou como um a-DP e é introduzido por um núcleo aplicativo. Considerando isso, a linguista propõe que a DOC, no PE, projeta a seguinte estrutura.

(60)



(TORRES-MORAIS, 2006, p. 258).

O terceiro argumento é que o PE apresenta as construções de redobro de clítico. Esta operação, segundo a autora, é possível apenas quando o DP dobrado é um pronome forte, licenciado pela preposição *a*, em um contexto informacionalmente marcado.

(61)a. Dei-**lhe** o livro, **a ela**.

b. *Dei-**lhe** o livro, **para ela**.

Torres-Morais (2006) argumenta ainda que o fato de a forma pronominal *a ele/ela* poder estabelecer uma relação anafórica com o clítico, na construção de redobro, é uma evidência de que o argumento dativo (redobrado) é um DP (exatamente como no caso do DP lexical). De outra forma, o OI preposicionado não pode ser redobrado.

A autora conclui que o pronome clítico dativo pode ter um estatuto ambíguo no PE: por um lado, ele se assemelha ao espanhol, ou seja, é expressão morfológica do núcleo aplicativo e se comporta como morfema de concordância. Por outro lado, é um

argumento DP, gerado na posição de especificador de ApplP. De acordo com a autora, esse comportamento explica a distribuição complementar entre o clítico na DOC e a forma plena a-DP do argumento dativo (“Deu-lhe o livro” / “Deu à Maria”/ “*Deu-lhe à Maria”).

Torres Morais (2012) reforça a argumentação feita em (2006), favorável à colocação do PE no grupo de línguas que apresentam a DOC/ construção applicativa. Para tanto, afirma que a preposição que introduz o argumento dativo no PE não é uma preposição lexical, e sim funcional, pois expressa a realização morfológica do caso dativo inerente abstrato, exatamente como um afixo em línguas como o latim, que manifestam o caso morfológico. Mais uma vez a construção de redobro de clítico vem à tona, uma vez que sua hipótese é baseada na evidência empírica de que o DP pronominal marcado pela preposição *a* deve ser obrigatoriamente redobrado.

Torres-Morais (2006, 2012) conclui que o núcleo aplicativo atribui Caso dativo inerente ao DP gerado na posição de especificador, o qual, morfológicamente, é expresso como “a-DP/lhe”. Para a autora, a ordem OD-OI resulta do movimento do OD para fora do núcleo aplicativo na projeção funcional da oração.

Brito (2009) opõe-se à proposta de Torres-Morais (2006) e oferece argumentos em defesa da ideia de que o PE não apresenta DOC nem construção applicativa. Em primeiro lugar, pontua que a presença da preposição “a” é obrigatória no PE, com verbos bitransitivos e com verbos monotransitivos, conforme podemos observar em (62) e (63), respectivamente. Para a autora, a presença (obrigatória) da preposição “a” em predicados monotransitivos desafiaria a hipótese de vincular a projeção applicativa a predicados de transferência.

(62) a. * A rapariga pediu um disco o tio. / A rapariga pediu um disco ao tio.

b. * A rapariga pediu o tio um disco. / A rapariga pediu ao tio um disco.

(63) *A rapariga telefonou um amigo. / A rapariga telefonou a um amigo.

(GONÇALVES, 1990, 108-111, *apud* BRITO, 2009, p. 147)

Em segundo lugar, Brito (2009) observa que o fato de a preposição “a” poder aparecer nas construções de redobro de clítico, conforme podemos observar em (55a), e o fato de que esta operação ser impossível de ocorrer com um OD com traço [-humano], conforme podemos observar em (65b), mostra que a preposição *a* não está necessariamente associada com o dativo, mas provavelmente com o DP [+ humano].

(64) a. A Dina viu-o a ele.

b. A Dina viu um disco voador / * A Dina viu-o a ele

(GONÇALVES, 1990, p. 102, *apud* BRITO, 2009, p. 148)

Em terceiro lugar, Brito (2009) refuta a hipótese de que o PE tem DOC porque não apresenta um dativo passivo, conforme podemos observar em (65), o qual é possível em línguas em que a DOC está presente, como o inglês (cf. (66)).

(65) * A Maria foi dada um livro (pelo João).

(66) Mary was given a book (by John).

(BRITO, 2009, p. 148)

Em seu último argumento, Brito (2009) assegura que o sistema de caso (morfológico) do PE não é semelhante ao das línguas que têm DOC. Para a autora, ao contrário do inglês, onde há atribuição de caso acusativos para ambos os DPs, conforme podemos observar em (67), o PE tem um caso dativo expresso pelo pronome “lhe/lhes” e pela preposição “a”, nas circunstâncias já descritas, e um caso acusativo, expresso pelo pronome “o(s)/a(s)”.

(67) John gave Mary_{Caso acusativo} a book_{Caso acusativo}.

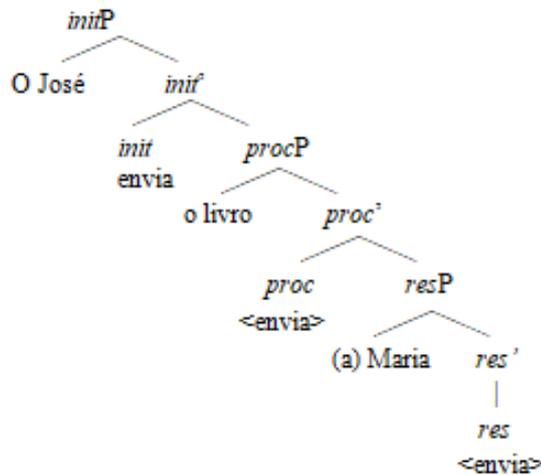
Tendo posto isso, Brito (2009), baseando-se em Ramchand (2008), propõe que o PE tem uma projeção verbal baixa, ou melhor, essa língua tem um núcleo designado como *res*(resultado) (que projeta o argumento associado ao resultado da causação) com valor possessivo. Diferentemente de Torres-Morais (2006), para quem o argumento dativo é adjacente a V e é gerado como especificador, na projeção aplicativa, Brito (2009) defende que esse argumento é projetado como um especificador da projeção verbal *res* e que o caso dativo combina as propriedades do caso inerente às propriedades de caso estrutural, uma vez que é legitimado pela relação núcleo-especificador. Para Brito, a relação entre os argumentos "uma carta" e "à Maria", nas sentenças em (68), pode ser representada pela estrutura em (69).

(68) a. O José enviou uma carta **à Maria**.

b. O José enviou **à Maria** uma carta.

c. O José enviou-**lhe** uma carta.

(69)



(BRITO, 2009, p. 154)

Brito (2009) conclui que a estrutura em (69) gera a ordem não marcada V OD OI; para explicar a ordem marcada V OI OD, a linguista afirma que um movimento de *scrambling* é realizado. Contudo, não fica claro na proposta da linguista o que ocorre com o clítico dativo “lhe”, como em (70).

(70) O José enviou-lhe uma carta.

Da proposta de Torres-Morais (2006, 2012), retenho a ideia de que o PE, diferentemente do PB/PBC, conta com a preposição funcional, “a”, marcadora de caso (morfológico) dativo, ativa no seu sistema gramatical, para uso em contextos menos restritos, ao contrário do que ocorre no PB. Da argumentação feita por Brito (2009), chamo atenção para o papel da preposição “a” na marcação do caso (dativo) em estruturas monotransitivas, o que não foi considerado pela linguista brasileira. E, portanto, essa questão será retomada.

3.4 Síntese do capítulo

Nesse capítulo, apresento um panorama descritivo das estratégias adotadas pelo PE, PB/PBC e pelo inglês, para expressar sintaticamente o argumento meta de

construções bitransitivas. Mostro também teorias desenvolvidas para explicar a ocorrência do argumento meta nas línguas analisadas.

O capítulo foi dividido em três seções: na seção 3.2, trato acerca do argumento meta licenciado com preposição. As conclusões são sintetizadas a seguir:

- a) Para introduzir o argumento meta, o PE conta as preposições “a”/ “de” / “para”, que contribuem para a interpretação de direção/ lugar. Embora possua o quadro completo de pronomes complemento, a pronominalização do OI não ocorre com o PP nucleado pela preposição “para”, com leitura benefactiva (“O João enviou uma carta para Maria/*lhe”); a pronominalização com pronome forte também é restrita (ocorre apenas quando o OI é licenciado pela preposição “a”, na transferência de posse, em contexto de redobro – “O João deu-lhe o doce a ela”).
- b) O inglês conta com a preposição *to*, equivalente de “a”, para introduzir o argumento meta. A língua não dispõe do sistema de clíticos, mas licencia a pronominalização com pronome marcado inerentemente como oblíquo, *me/her/him* ou não marcado inerentemente, *you* (também encontrado na posição de sujeito).
- c) No PB/PBC, o OI pode ser introduzido tanto pela preposição *a* quanto *para*, sem mudança de significado (o que gera uma variação dialetal, nos termos de TORRES-MORAIS; SALLES, 2010). No cenário geral, enquanto o uso da preposição “a” é mais restrito; o uso da preposição “para” é ampliado para vários contextos e independe de escolaridade, mas ocorre mais entre os falantes jovens. No vernáculo, o clítico dativo não está disponível com referência à 3ª pessoa e, em sua substituição, aparecem os pronomes tônicos “ele(s)”, “ela(s)”, em configuração preposicionada, “para ele/(s)”, “para ela/(s)”. Observamos, contudo, que, em alguns dialetos, esse clítico está disponível e adquiriu um uso especializado, referindo-se à 2ª pessoa do discurso, correlato ao acusativo “te”. A estratégia inovadora, no PB dialetal, é o OI licenciado sem preposição.

Na seção 3.3, trato sobre o argumento meta licenciado sem preposição, analisadas como DOC, proposta variante da estrutura em que o argumento meta é licenciado por preposição. As perspectivas teóricas que explicam o fenômeno nas línguas analisadas estão sumarizadas a seguir:

→Sobre o inglês.

- a) Kayne (1984), comparando o inglês com as línguas românicas, defende que apenas o inglês exibe a DOC, uma vez que esse tipo de construção está associado com propriedades das preposições na língua, tais com o fato de P ser um regente estrutural, semelhante a V. Nessa perspectiva, a DOC não envolve apagamento de preposição no estágio da derivação, mas sim um P nulo, P_e . Para o teórico, a representação estrutural da DOC é $V [pp P_e NP] NP$.
- b) Larson (1988) defende que a DOC é projetada em uma estrutura do tipo *VP-shell*, nos termos de Chomsky (1955/1975). Para o teórico, os argumentos de predicados bitransitivos são licenciados em uma configuração sentencial semelhante à interpretação de posse (proposta originalmente apresentada por Kayne, 1984).
- c) Marantz (1993) propõe que a estrutura da DOC é diferente da *VP-shell*, opondo-se, assim, a Larson (1988). Para o linguista, um núcleo aplicativo adiciona um argumento ao verbo. Nessa perspectiva, o OI pode ser interpretado como argumento afetado pelo evento de forma composicional.
- d) Pylkänen (2000, 2002) segue a linha de raciocínio de Marantz (1993) e desenvolve uma teoria do núcleo aplicativo. A autora propõe que há um aplicativo alto e outro baixo. Advoga que, na DOC, do inglês, o argumento dativo é "adicionado" pelo núcleo aplicativo baixo, que emerge abaixo ou acima do verbo. É esse núcleo que relaciona o argumento dativo ao objeto direto, o que implica nenhuma relação semântica desses argumentos com o verbo. Por essa razão, o núcleo aplicativo é um núcleo relacional. Na linha de raciocínio de Pylkänen (2000, 2002), o argumento meta não é um verdadeiro argumento do verbo. Na configuração aplicativa, o argumento meta ocorre necessariamente adjacente ao verbo.

→Sobre o PB.

- a) Salles (1997) defende que o PB dialetal falado em Minas Gerais apresenta um tipo de DOC, na 3ª pessoa, quando o pronome forte entra em substituição ao clítico dativo. Segundo a autora, o surgimento de um tipo de P_{with} (nulo) dentro do sistema gramatical do PB dialetal é um fator que, associado com a perda da distinção morfológica entre acusativo e dativo, deve ser levado em consideração para explicar a existência da DOC no dialeto analisado.

- b) Torres-Morais e Salles (2010), seguindo a análise de Pylkkänen (2002) para a DOC do inglês, e a análise de Demonte (1995) para as construções de redobro de clíticos dativos em espanhol e a implementação dessa hipótese no estudo de Cuervo (2003), defendem também que, no PB dialetal falado em Minas Gerais, a um tipo de DOC. Nessa configuração, o OI é projetado por um núcleo aplicativo funcional, semelhante ao proposto para o inglês. A proposta das autoras é desenvolvida com base no fato de que o sistema de complementação pronominal do PB deixou de ter um pronome (clítico) dativo, exatamente como proposto em Salles (1997).

→Sobre o PE.

- a) Torres-Morais (2006, 2012) argumenta que o PE exhibe propriedades sintáticas e semânticas das construções do tipo DOC ou construções aplicativos, nos termos de Pylkkänen (2002). A autora defende que, no PE, a DOC é uma construção de aplicativo baixo similar ao inglês. Conforme sua argumentação, na DOC do PE, o argumento dativo é realizado como clítico *lhe* ou como um a-DP e é introduzido por um núcleo aplicativo. A autora nota ainda que o pronome clítico dativo tem um estatuto ambíguo no PE, o que favorece a ocorrência da DOC: por um lado, ele se assemelha ao espanhol, ou seja, são expressões morfológicas do núcleo aplicativo e se comporta como morfemas de concordância. Por outro lado, eles são argumentos DPs, gerados na posição de especificador de vAppIP. De acordo com a argumentação da autora, esse comportamento explica a distribuição complementar entre o clítico na DOC e a forma plena a-DP do argumento dativo.
- b) Brito (2009, 2015) se posiciona contrária a Torres-Morais (2006) e argumenta que o PE não apresenta DOC nem construção aplicativos. Os principais argumentos apresentados pela linguista são: (i) o PE não apresenta o dativo passivo, o que é possível em línguas que têm a DOC, como o inglês e (ii) o sistema de caso do PE não é semelhante ao das línguas que têm DOC, como o inglês, uma vez que essa língua tem um caso dativo expresso pelo pronome “*lhe/lhes*” e pela preposição “*a*” e um caso acusativo, expresso pelo pronome “*o(s)/a(s)*”.

- c) Como veremos no capítulo 5, desta tese, Manzini; Franco (2016) e Manzini; Savoia; Franco (2017) propõem que as estruturas monotransitivas também são dativas, na medida em que tanto o argumento meta das bitransitivas quanto o ‘acusativo preposicionado’ das monotransitivas compartilham algumas propriedades; no caso específico, o fato de, nas línguas românicas, esses argumentos serem introduzidos por uma mesma preposição, a saber, a preposição “a”, admitindo a pronominalização pelo clítico dativo.

No próximo capítulo, apresentarei a ampliação da base de dados que serão analisados nessa tese.

CAPÍTULO 4

AMPLIANDO A BASE DE DADOS

4.1 Introdução

Neste capítulo, apresento os procedimentos adotados para a ampliação dos dados analisados nesta tese. Trata-se de um capítulo de base teórico-metodológica. Os *corpora* do PBC, analisados nesta tese, pertencem a fontes distintas, constituídos com base na metodologia da sociolinguística variacionista. São eles: um *corpus* do dialeto goiano, disponível no apêndice da tese de Rezende (2008), referente às comunidades de Pombal (PO), agrupamento de afrobrasileiros; (ii) Traíras (TR), antigo julgado formado durante o ciclo do ouro, e (iii) Acaba Vida (AV); e um *corpus* do dialeto mineiro, que são registros feitos na comunidade de Barra Longa (MG)⁴⁵, e encontram-se disponibilizados também no apêndice da tese de Rezende (2008).

Para o dialeto mineiro há ainda os registros de fala feitos na comunidade de Piranga (MG), que fazem parte do acervo do Projeto Mineirês, coordenado pela Professora da UFMG, Dra. Jânia Ramos⁴⁶, e nas comunidades de Venda Nova e de Belo Horizonte, disponíveis em Diniz (2007).

Ponto que, de acordo com Rezende (2008), as comunidades goianas, citadas anteriormente, situam-se em um território considerado de “influência histórica paulista” (cf. SOUZA, 1998; PALACÍN, 1994, 1995, citados pela autora), surgido em função da mineração, durante o ciclo das bandeiras. Por conta disso, a autora faz a pressuposição de que, do ponto de vista sócio-histórico, a fala de Goiás tenha se formado sob a influência predominante do dialeto caipira, que era, segundo Melo (1946; 1981, citado pela autora), falado pelos integrantes das bandeiras. Ainda de acordo com Rezende (2008), diferentemente dos demais integrantes das bandeiras, os bandeirantes falavam a língua geral do sul, uma variante lingüística da língua Tupinambá, do tronco Tupi-Guarani (cf. RODRIGUES, 1983, citado pela autora). Essa língua não teria sido funcionalmente relevante, em um contexto dito Tapuia (assim referido por oposição ao contexto Tupí).

⁴⁵ De acordo com Rezende (2008), o *corpus* referente à comunidade de Barra Longa (MG) foi coletado dentro do projeto “Pelas trilhas de Minas: as bandeiras e a língua nas Gerais”, financiado pela Fapemig (2002-2004), e foram-lhe cedidos pela Prof^a Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen.

⁴⁶ Agradeço à Professora Jânia Ramos por me ter cedido o *corpus* de fala da comunidade de Piranga – MG.

Como discutido no capítulo 3, os predicados bitransitivos possuem dois argumentos internos, a saber, um interpretado como tema e o outro interpretado como meta/beneficiário. Considerando que o objetivo desse trabalho é descrever e analisar as propriedades do argumento meta, verificarei, nos *corpora*, se esse argumento é licenciado por preposição ou na estrutura de objeto duplo; se é realizado como pronome clítico ou como pronome não clítico; se ocorre na estrutura com clítico ou com redobro de clítico. Observarei também a ordem em que aparecem em relação ao verbo, uma vez que esse aspecto é relevante para a análise que desenvolverei. Além disso, listarei ocorrências nas quais o argumento tema ocorre como clítico, a fim de testar a hipótese da vitalidade da gramática de clíticos.

No que se refere à estrutura, o presente capítulo está organizado da seguinte forma: a seção 4.2 trata dos critérios observados na escolha do *corpus* do PBC e está subdividida em duas partes: na seção 4.2.1, apresento o perfil sócio-cultural das comunidades de fala goiana; na seção 4.2.2, apresento o perfil sócio-cultural das comunidades de fala mineira. Em cada uma dessas seções, apresento também a descrição e a distribuição dos dados encontrados nos *corpora*. Por fim, na seção 4.3, apresento os dados de redobro de clíticos, extraídos do *corpus* de fala das comunidades mineiras.

4.2 As estruturas das amostras do PBC

4.2.1 O dialeto goiano: descrição dos informantes

Rezende (2008) selecionou três comunidades rurais situadas nas regiões centro-norte e norte do estado de Goiás (cf. mapa 1), representativas das fases de formação sócio-histórica do estado, para a análise que desenvolveu. As comunidades investigadas pela linguista foram: (i) Pombal (PO), agrupamento de afrobrasileiros; (ii) Traíras (TR), antigo julgado formado durante o ciclo do ouro, e (iii) Acaba Vida (AV), agrupamento de emigrantes de Minas Gerais, durante o ciclo da agropecuária.



(RIBEIRO, 2006, *apud* REZENDE, 2008, p. 275)

A autora pontua que, mesmo reconhecendo a importância da participação das línguas indígenas na formação do dialeto goiano, não foi possível adicionar ao *corpus* constituído para a sua análise uma amostra do português falado pelos indígenas de Goiás, devido a restrições oficiais de acesso às aldeias cujos habitantes falam português, a saber, Carretão e Aruanã.

Rezende (2008) observa que ‘a fala rural goiana’, assim como as comunidades nas quais ela é encontrada, formou-se em três contextos sócio-históricos distintos, a saber: (i) os ciclos das bandeiras; (ii) o ciclo da agropecuária e (iii) no contexto da chegada da estrada de ferro ao Estado. Baseando-se em Melo (1946); Megale (2002); Borges; Salles (2005) e Andrade (2007), a linguista observa ainda que as características sócio-históricas do estado de Goiás e seu isolamento geográfico apontam para a conservação do padrão de uso da língua portuguesa.

A linguista explica que seu estudo partiu do pressuposto de que os fatos e os fenômenos linguísticos, de qualquer natureza, por resultarem dos usos que os falantes fazem da língua, devem ser observados nas situações reais de uso linguístico – nas interações e atividades cotidianas dos falantes –, da forma como eles se apresentam, no interior de uma dada comunidade de fala. Por conta disso, na sua coleta dos dados, foram priorizadas, tanto quanto possível, as situações mais espontâneas de conversação, embora outros tipos de interação tenham sido também registrados.

Rezende (2008) assevera que os dados foram coletados nas três comunidades de fala, anteriormente identificadas, por meio de pesquisa de campo, na modalidade pesquisa participante, com a realização de entrevistas abertas, em que não há controle da temática nem do curso da conversação pelo entrevistador, semi-estruturadas, com um direcionamento parcial da conversação, e estruturadas, a partir de um roteiro temático, tomado como referência.

A pesquisadora afirma que as entrevistas foram feitas individualmente ou em pequenos grupos. De acordo com ela, na comunidade de Pombal, a maioria das entrevistas foi feita com grupos de pessoas em situações de interação, pois, essa foi a melhor maneira de se obter uma fala menos monitorada dos entrevistados. Nas demais comunidades, diferentemente, houve um maior número de entrevistas individuais.

É importante ressaltar que, de acordo Rezende (2008), entre os pombalenses, o analfabetismo predomina entre a população acima de 67 anos de idade e, nas faixas intermediárias (de 40 a 58 anos de idade), as pessoas que estudaram, frequentaram a escola por, no máximo, dois ou três anos. Entre os jovens de 25 a 35 anos de idade, a maioria possui até quatro anos de escolaridade e alguns poucos frequentaram a escola por até 12 anos, concluindo, portanto, o Ensino Médio. (cf. p. 136)

Rezende (2008) pontua que, nos dias atuais, Traíras está praticamente desabitada. As poucas famílias remanescentes são compostas por pessoas com mais de 50 anos de idade e somam não mais que 20 pessoas. Conforme a autora,

“[a] maior parte da população remanescente de Traíras, no século XX, segundo os relatos dos moradores entrevistados, era descendente de bandeirantes, filhos (mestiços) de portugueses e brasileiros, e de mineiros. A historiografia, no entanto, noticia a presença de índios e negros na região. Os índios foram dizimados ou aldeados e os negros fugiram, morreram ou simplesmente foram embora, restando apenas uma pequena porção deles, os quais foram absorvidos pelas empresas de mineração de Niquelândia e não residem mais em Traíras. A pequena população de Traíras, portanto, salvo raras exceções, é bastante clara.” (p. 140).

Ainda sobre as características socioculturais das comunidades de fala analisadas, Rezende (2008) observa que, de acordo com os relatos dos entrevistados, as famílias mineiras residentes em Acaba Vida descendem de imigrantes italianos que foram para Minas Gerais no final do século XIX e início do século XX, durante o período de imigração estrangeira para o Brasil. Segundo seu relato, nessa comunidade, não há escolas. Aqueles que desejam estudar precisam se deslocar até a comunidade Faz Tudo, em ônibus escolar. Entre os adultos de Acaba Vida e de Faz Tudo predomina o

analfabetismo e os escolarizados frequentaram escola por, no máximo, quatro anos (que correspondem à primeira etapa do ensino fundamental). A linguista pontua, contudo, que alguns indivíduos não-escolarizados apresentam alta mobilidade geográfica, interna e externa à comunidade, o que implica alto nível de letramento.

Rezende (2008) ressalta que, para manter um equilíbrio estatístico entre as amostras, decidiu entrevistar apenas 10% dos moradores de cada comunidade. Assim sendo, foram entrevistados 22 informantes de um total de 220 pessoas, em Pombal; 13 de 130 moradores de Acaba Vida e 3 das 20 pessoas residentes em Traíras.

O quadro 2, a seguir, adaptado de Rezende (2008, p. 145), resume o perfil sociocultural dos informantes selecionados pela linguista. Observo, com base no perfil dos informantes entrevistados pela pesquisadora, que as amostras de fala das comunidades rurais goianas refletem o padrão de fala “dos mais velhos” de suas respectivas comunidades. Registro que, na tabela abaixo, são considerados apenas os informantes em cujas narrativas há algum dado que ilustre o fenômeno analisado nesta tese.

Quadro 3: Perfil dos informantes selecionados por Rezende (2008). Sequência das informações: código de identificação do informante, idade, sexo, escolaridade e ocupação.

	INFORMANTE	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO
P O M B A L	1. PUAN	53	F	N. ESCOLARIZADA	DONA DE CASA
	2. CHIBE	46	M	E. FUND. I	LAVRADOR
	3. PUMAJE	32	F	ESCOLARIZADA	PROFESSORA
	4. CHSB1	70	F	N. ESCOLARIZADA	DONA DE CASA
	5. PUOL2	59	M	N. ESCOLARIZADA	LABRADOR
	6. SOGOF1	75	F	N. ESCOLARIZADA	DONA DE CASA
	7. PUAG2	90	M	N. ESCOLARIZADA	LAVRADOR
	8. PUSH	67	M	N. ESCOLARIZADA	LAVRADOR
	9. BAGE	58	M	N. ESCOLARIZADA	LAVRADOR
	10. CHIBE	46	M	N. ESCOLARIZADA	DONA DE CASA
	11. POJOB	30	M	E. FUND. I	LAVRADOR
A C A B A	12. FATUA	74	M	E. FUND. I.	LAVRADOR
	13. FATUB	57	M	E. FUND. I.	LAVRADOR
	14. AVIC	62	M	N. ESCOLARIZADA	LAVRADOR
	15. FATUC	53	F	N. ESCOLARIZADA	DONA DE CASA
	16. FATUD	63	M	N. ESCOLARIZADA	LAVRADOR
	17. AVICA	47	M	E. FUND. I	LAVRADOR
	18. AVID	56	M	E. FUND. I.	LAVRADOR
V I D A	19. FATUF	46	F	N. ESCOLARIZADA	DONA DE CASA
	20. AVIG	60	F	N. ESCOLARIZADA	DONA DE CASA
T R A Í R A S	21. FOJOPE	70	M	N. ESCOLARIZADA	DONA DE CASA
	22. VIROVI	77	M	N. ESCOLRIZADA	DONA DE CASA

Rezende (2008) registra que as narrativas foram gravadas em fita k-7, com os recursos dos programas computacionais *audiograbber* e *cool edition*. O material gravado foi transferido para o computador e arquivado com as extensões .mp3 e .wma. Organizados os arquivos de áudio, os dados foram transcritos fonograficamente. Segundo a linguista, a vantagem desse tipo de transcrição, em relação à ortográfica, é que os sons da fala são graficamente representados, considerando-se e tentando-se manter algumas das particularidades da oralidade. Por fim, depois de transcritos, a linguista afirma que os dados foram tratados no Word, de acordo com as normas de transcrição de dados de fala do Núcleo de Estudos da História Linguística de Goiás (NEHLGO).

4.2.1.1 O *corpus* do dialeto goiano: descrição e distribuição dos dados

4.2.1.1.1 A realização do argumento *meta*

Após a recolha, a codificação dos dados das construções bitransitivas do *corpus* do dialeto goiano foi realizada de acordo com os grupos de fatores controlados. Vejamos os contextos sintáticos controlados e as estratégias adotadas pelos falantes do dialeto para a realização do argumento meta/OI:

1. Objeto indireto introduzido com preposição (“para” ou “a”), sem preposição ou nulo⁴⁷.

a) objeto indireto introduzido pela preposição “para”:

(71) V DP PP

55. P1: É cachaç' e rapadura ... Os índio ía lá ... eles dava cachaça ... dava rapadura p^{ra} 56. eles ... E aí ... um dia mudô de/de impregado ... e foi viajá ... e num ispricô ese que 57. num podia judiá dos índio ... os índio che^{gô} () ... jogaro melado quente nos índio

(AV, FATUA, 74 anos, semi-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 295)

⁴⁷ A Prof^a Maria Aparecida Torres-Morais (em comunicação pessoal) observou que o objeto indireto (OI) nulo não deve ser considerado uma estratégia de realização pronominal do argumento meta, uma vez que esse apagamento ocorre nas línguas em geral. Mesmo assim, optamos por apresentar, nesta tese, os casos com OI nulo comparativamente às estratégias pronominais, por entendermos que o OI nulo é uma possibilidade de realização da estrutura argumental do predicado. Agradecemos à Prof^a Maria Aparecida Torres-Morais pela pertinente observação.

- (72) V DPPP
 Deus abençô 6. que um vizinh“ aí deu um cumprido p“ra mim ... eu tomei ... miorei um tiquim e 17. guentei vazá lá ()
 (AV, FATUC, 53 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 326)
- (73) V DPPP
 “Quem o senhor ouviu falá essa história desse (A)caba Vida ... que lá 49. marra um cedo e mata um ... e marra um pa matá de tarde?” ... “Um cara lá im 50. Niquelândia ... nem cunheço ... falô isso p“ra mim” ... “O (senhor) nunca ... esse cara
 (AV, AVICA, 47 anos, semi-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 331)
- (74) V (DP) PP
 Mostei um retato qu“eu „tava cum ele 66. den“ da cartera ... d“um montão de café () ... Ele falô: “É ... é cunverso que 67. s“intende” ... Fal(ei) (): “Pois eu „tô falano p“ra o sinhore ... sinhô pode passiá lá”
 (AV, AVICA, 47 anos, semi-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 332)
- (75) V DPPP
 Vamo pra lá eu vô fazê aimoço pr“ocê lá ... vô dá um cardim 34. pr“ocê lá” ... “Não eu vô imhora” ... Aí o minimo muntô na garupa dele
 (PO, CHSB 1, +/- 70 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 383)
- (76) V DPPP
 E – ... mais parece que ele quiria pegá a viola ... 158. P1: () eu dei a viola p“ra ele ... ele quiria que eu tocasse p“ra insiná ele má eu 159. „tava sem tempo
 (PO, PUOL 2, 59 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 392)
- (77) V DPPP
 E – Deve tê dad“ um coágulo né? 470. P2: É ... aí operô ele Deus ajudô que/ pegô cum Deus ... Deus ajudô que deu 471. vida p'ra ele ... aí ele tem esse voto p'a cumpri
 (PO, PUAG2, 51 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 425)

- (78) V DP PP
E – Que significa essa expressão?
19. P1: Uai ... ali ... é im lovor de ele sê um capitão que pegô a bandera da N. Sra. que deu a 20. oportunidade p'ra ele p'ra levantá o mastro no dia de hoje
(PO, CHIBE, 46 anos, semi-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 473)
- (79) V DP PP
E – Mais o sr. mudô mesm“ quand“ a casa quemô? 72. P2: Foi ... (eu cacei paia) e êis num quis dá paia p“a () a casa ... (vei aqui)
(PO, BAGE, 58 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 458)
- (80) V DP PP
P1: ... () um adevogado im (Goiânia que era o () do governo) ... protejeu 118. nói num dexô ês tirá nói ... e dero otra ária p“ra/prá Niqui e e ficô nóis queto 119. lá nesse lugá
(AV, FATUA, 74 anos, semi-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 298)
- (81) V DP_{tema} PP
216. mais' a muié que (a muié „tava duente) ... Aí eu fui lá falá p“ra ele me arrumá a 217. bandera ele (disse) "não eu dô ela pr'ocê ... Aí vei a bandera e tudo ... Aí
(PO, PUSB, 67 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 449)

b) objeto indireto introduzido pela preposição “a”:

- (82) V (DP) PP
113... foi duas 114. hora da madrugada ela discansô ... intão a gente passa por esses intreval ... a 115. gente pede muito a Deus ... Nossa Mãe do céu que ... a gente dê ãa boa 116. direção né pu“que todas mulhé ... geralmente o mundo de hoje „tá um pô“co
(AV, AVIC, 62 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 322)
- (83) V (DP) PP
E – É que o senhor passou por uma 125. situação difícil, néh P1: Duas veiz ... né ... tem medo ... einh gente tem medo 126. de casá ... no séro

mes" ... eu tem medo de casá ... peço a Deus todo dia ... fô 127. da vontade de Deus ... a vez um dia eu caso ... mais se num fô

(AV, AVIC, 62 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 322)

(84) V DP PP

127. eu tenho 128. medo até de casá ... no séro mesm"... peço perdon a Deus por essa palavr" ...

(AV, AVIC, 62 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 322)

(85) V (DP) PP

28. P1: É ... o primero marido né ... Aí ele dueceu ... foi pa Goiana ... Aí lá ele morreu ... Eu 29. nem vi ... A minha vid" era chorá tamém no mato ... Pidi a Deus pa podê/diz que quiria 30. morrê tamém pa podê i" p"ra lá ... pa ficá junto cum ele no lugá qu"ele „tava ...

(AV, FATUF, 46 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 338)

(86) V DP PP

E – Ah é? 26. P1: Foi ... ele naceu ... „tava cum ... um ano de idade minha mãe morreu ... Aí ... quando 27. ela „tava duente p"a morrê ... (ela cismô de dá ele a pai véi) ela falô assim "ó ... se eu

(PO, PUSB, 67 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 440)

c) objeto indireto realizado sem preposição:

(87) V (DP_{tema}) DP_{meta}

106. Aí ela foi lá na cozinha ... feiz um chá de aipo ... foia de/de horta ... sabe ... e 107. deu ela ... ela bebeu ... aí ela isforçano p"ra ela ganhá o nenê ...

(AV, AVIC, 62 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 322)

(88) V DP_{meta} DP_{tema}

7. P1: A minha sogra morreu ofindida de bicho ruim ... ela tinha ãa horta aí ãa muié 38. mandô pidi el"um remédio ... ela foi buscá o remédio ... aí a cobra pegô ela de 39. tardizinha ... aí isgot"ava sangue dimais foi no dia dessa festa que ela morreu p"a 40. manhecê hoje ela morreu já de madrugada

(PO, SOGOF 1, 75 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 396)

- (89) V (DP_{tema}) DP_{meta}
 114. P1: Agor' aí qu'eu vô falá p'a sinhora ... aí qu'eu num dô a sinhora
 bem 115. indagação pu'que naque'a ep'ca/ é pu'que era festa memo viu
 mña sinhora
 (PO, PUAG2, 90 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 405)
- (90) V DP_{meta} DP_{tema}
 E – É fica lá no fuundo ... na hora agá ((risos)) () é crente é crente mais ()
 597. P2: É el' é muito (dozenta) né el' é muito boa pessoa ... el' é crente
 mais () 598. pidi ela p'a rezá p'a/ p'a fazê binziment' e'a {()
 (PO, PUAG2, 51 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 432)

d) objeto indireto nulo:

- (91) V (DP_{tema})
 ” aí ela cumeçô 25. rezá im setembro e ela feiz o vot' assim de se os fii
 dela num tivesse nada ela pidi um 26. ortivo p'ra ajuda fazê a/o terço ...
 aí ela pidiu e rezô do dia 19 p'o dia 20 ... ficô rezan' 27. toda vida ...
 (PO, SOGOF 2, 75 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 396)
- (92) V DP_{tema}
 80. velho já: “Vamo dar o nome de Ganha Vida”(imitando)) Eu falei
 (Padre) () num 81. tem jeito não ... () tá no mapa todo mundo cunhece
 () é 'Caba Vida memo ... e o 82. 'Caba Vidão ... e tem o 'Caba Vidinh'
 aqui também
 (AV, FATUA, 74 anos, semi-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 296)
- (93) V DP_{tema}
 E – Que remédio? A senhora lembra? 79. P1: Eu num lembo o remédio
 que foi não ... () Aí quand' chegô lá ... que deu o 80. remédio ... o
 minino piorô ... Aí piorô ... nós saiu cum minino pa i' pa Niquelând' pa
 81. podê tratá ..
 (AV, FATUF, 46 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 342)
- (94) V DP_{tema}
 E – E lá ês der'ot'o nome p'ra ele?

109. P1: Deu ot'ô nome

(PO, CHBE 1, 46 anos, semi-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 369)

(95) V DP_{tema}

370 vai mioRÁ:::” eu tô cá naquê disispêro aí depois chegõ com ele é tava assim deitado no braço Vicen Sogusto assim ó aí ê falô sim “ah boba é tá/ê tá quintim boba é tá é dlismaiado ê vai vortá nói deu carbonato é vai vortá ê tá dismaiado” dismaiado nada mia fia ê

(PI, CLA, 45 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 19)

2. Objeto indireto realizado por pronome clítico

A. Pronome clítico de primeira pessoa: “me”

(96) CL V DP_{tema}

E – Quando vai sê? 92. P1: Meis de junh' aí cêis me dão o telefone eu ligo lá cêis vêm na festa ... tem festa dia e 93. noite ... cumeça tem de cinco dia tem de três dia tem de quato dia esse cinco dia direto 94. cantano faiz chegada faiz saída canta dent'o de casa canta do lado de fora canta na saída ()

(PO, PUOL 2, 59 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 390)

(97) CL V DP_{tema}

58. aqui ... Aí ele me vendeu o violão (eu fui p'ra lá) ... Aí toquei violão atééé () até el

(PO, PUSB, 67 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 441)

B. Uso do pronome oblíquo de 1ª pessoa no lugar do pronome clítico de primeira pessoa: “mim” → “me”:

(98) CL V

Aí ele foi trox'eu 11. p'ra „qui ... e comprô essa casa e mim deu ... „gora ... dia dizoito agora fazê seis“ mêis 12. qu'ele mor' / qu'ele faleceu aqui ...

(AV, AVIG, 60 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 343)

(99) CL V DP_{tema}

31. “faiz assim não ... Cê num tá cunhecen“ eu não?” ... “Tô sra. é minha tia” ... Falei “Puisé 32. ... mimm dá o pau” ... Ele tava cum pedacim de pau na mão ... Aí ele mim deu ... eu 33. falei “Cê qué í lá pra casa? (PO, CHSB 1, +/- 70 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 383)

(100) CL V DP_{tema}

161. P1: É diss“ que tem que fazê operação né ieu/eu fui no dotô e ele mim ãxpricô (PO, PUAG2, 90 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 405)

(101) CL V DP_{tema}

Aí eu falei “Não ... () ,,tô lá doidio de tocá fogo na 75. casa cum tanto () lá dent“ da casa ... aí depois ele mim deu a teia ... () num 76. dav“ ar paia ... (PO, BAGE, 58 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 458)

4.2.1.1.2 Considerações parciais sobre os dados do *corpus* do dialeto goiano

Sobre as estratégias adotadas pelos falantes do dialeto goiano para a realização do argumento meta, constatamos no *corpus* o predomínio da ocorrência desse argumento introduzido pela preposição “para” (cf. (71) a (81)). Nesses casos, esse argumento foi realizado por pronome não clítico.

Constatamos também a realização do argumento meta com a preposição *a*, mesmo que em um menor número de ocorrências ((cf. (82) a (86)). Quase todas as ocorrências do argumento meta inseridos pela preposição *a* diz respeito a expressões formulaicas, como ‘dar graças a Deus’; a exceção é um caso no qual o argumento é realizado pelo sintagma nominal “pai véi” (cf. (86)). Neste dialeto, como parece ocorrer no português rural do nordeste do Brasil, esta expressão é utilizada quando o interlocutor se refere ao “pai mais velho”, sendo equivalente ao “avô”.

Outra estratégia adotada pelos informantes é a não realização fonológica do argumento meta, ou seja, o OI nulo (cf. (91) a (95)). Com exceção do dado em (92), cujo referente do OI nulo porta o traço [- animado], nos outros casos, o referente tem o traço [+ animado]. Ressalta-se, ainda, que em todos os casos, os OI nulos estão relacionados ao verbo “dar”, com interpretação de verbo leve, o qual forma uma unidade lexical composta com o seu OD.

Além das possibilidades descritas anteriormente, os informantes contam também com o pronome clítico “me”, como candidato a realizar o argumento meta (cf. (96) e (97)). Observo, inclusive, que, no *corpus*, esse foi o único tipo de clítico que aparece com essa função.

A estratégia inovadora, em relação a outros dialetos do PB, é, como parece, a ocorrência do argumento meta sem preposição, dando origem à estrutura [V DP DP], (cf. (87) a (90)).

Considerando o tipo de verbo, observamos que ocorre no *corpus* um uso recorrente de predicados bitransitivos com verbos com interpretação semântica de transferência material (dar, vender, pedir etc), de transferência verbal (falar, explicar, perguntar etc) e com interpretação de verbo leve (dar). Não foram encontradas construções com verbos bitransitivos que indiquem outro tipo de interpretação semântica.

No que diz respeito à ordem na qual os argumentos internos podem aparecer em relação ao verbo, verificamos, no *corpus*, que, quando o argumento meta é licenciado por preposição e o argumento tema está expresso, ele sempre ocorre na ordem [V DP_{tema} DP_{meta}]; de outra forma, quando não é introduzido por preposição, o argumento meta aparece adjacente ao verbo, [V DP_{meta} DP_{tema}].

Verificamos também que o argumento tema das construções bitransitivas no *corpus* quase sempre porta o traço semântico [- animado], podendo ser [+/- específico]. A exceção é um caso no qual este argumento é realizado pelo pronome “ele”, cujo referente é uma criança que foi doada ao “pai véi” (cf. (86)). Quando expresso, o argumento meta quase sempre apresenta o traço semântico [+ animado], com exceção de um caso, no qual é realizado pelo sintagma preposicional “para casa”. Verificamos ainda a ocorrência de um caso de OI nulo com traço semântico [- animado], com referência ao sintagma nominal “a comunidade”.

4.2.2 O dialeto mineiro: descrição dos informantes

O *corpus* do dialeto mineiro, cujos dados foram selecionados para análise nesta tese, pertence a fontes distintas. Os registros feitos na comunidade de Barra Longa (BL), MG, encontram-se disponibilizados no apêndice da tese de Rezende (2008). Já os registros de fala feitos na comunidade de Piranga (PI) – MG fazem parte do acervo do Projeto Mineirês, coordenado pela Professora Jânia Ramos.

Rezende (2008) pontua que os dados de fala da área rural de Barra Longa, em Minas Gerais, foram obtidos a partir de três entrevistas com pessoas acima de 80 anos de idade e baixo grau de escolaridade.

Barra Longa, originada do Arraial Barra de Matias Barbosa, fundado em 1736, está situada na região do Carmo, Mesorregião da Zona da Mata e Microrregião de Ponte Nova, a 172 km de Belo Horizonte e 82 km de Ouro Preto, a antiga Vila Rica. A região do Carmo, penetrada e ocupada desde o final do século XVII, teve seus primeiros arraiais e vilas fundados pelos bandeirantes, no século XVIII, com a exploração do ouro, na Capitania de Minas Gerais.

É interessante observarmos que Rezende (2008) compara os dados de fala de comunidades goianas com os da comunidade de Barra Longa – MG motivada pela semelhança das características sócio-históricas da região do Carmo com o estado de Goiás e pelo pressuposto de que a fala goiana sofre influência da fala mineira, tendo por base a intensa migração de mineiros para Goiás, desde o final do século XIX.

A linguista observa que, na seleção dos informantes, foram priorizadas pessoas nascidas nas comunidades de fala, do sexo masculino e do sexo feminino, situadas nas faixas etárias mais altas e sem escolaridade. O quadro 4, a seguir, resume o perfil sociocultural dos informantes da comunidade de Barra Longa, selecionados pela linguista.

Quadro 4: Perfil dos informantes selecionados por Rezende (2008). Sequência das informações: código de identificação do informante, idade, sexo, escolaridade, ocupação.

	INFORMANTE	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO
B A R R A L O N G A	1. MFC	85	M	NÃO ESCOLARIZADO	LAVRADOR/ APOSENTADO
	2. MVT	101	M	NÃO ESCOLARIZADO	LAVRADOR/ APOSENTADO
	3. MFR	84	F	NÃO ESCOLARIZADA	DONA DE CASA

Sobre a comunidade de Piranga, cujos registros fazem parte do acervo do Projeto Mineirês, não dispomos de muitas informações acerca da seleção dos informantes. O arquivo em formato *word*, que contém as transcrições das entrevistas às quais tivemos acesso, traz apenas as informações que organizamos no quadro 5.

Quadro 5: Perfil dos informantes que constam no *corpus* de Piranga - MG. Sequência das informações: código de identificação do informante, idade, sexo, escolaridade, ocupação e número da fita de gravação.

	INFORMANTE	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	FITA
P I R A N G A	1. CLA	45	F	E. FUND. I	DONA DE CASA	19
	2. MLB	43	F	E.FUND.I.	DONA DE CASA	21
	3. TSM	35	M	E. FUND.I.	LAVRADOR	25
	4. EFSM	48	M	NÃO ESCOLARIZADO	LAVRADOR	28
	5. JMR	49	M	NÃO ESCOLARIZADO	LAVRADOR	29

4.2.2.1 O *corpus* do dialeto mineiro: descrição e distribuição dos dados

4.2.2.1.1 A realização do argumento *meta*

Para a descrição e distribuição dos dados no *corpus* do dialeto mineiro, adotamos a mesma metodologia utilizada para os dados do dialeto goiano. Vejamos, portanto, os dados encontrados conforme os contextos sintáticos controlados e as estratégias adotadas pelos falantes do dialeto para a realização do argumento *meta* das construções bitransitivas:

1. Objeto indireto introduzido com preposição, sem preposição ou nulo⁴⁸.

a) objeto indireto introduzido pela preposição “para”:

(102) V DP PP

intão ea foi... iscreveu ã’a carta pra mim... mai[s] CINco folha... (pro) cê lê minha filha... e ele cramano que ea votô naquele depu/naquele home e ele perdeu

⁴⁸ Ver nota 47.

(BL, MFC, 85 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 532)

(103) V DP PP

Inf.: o oto foi... ah Zezé deve sabê o nome dele... eu tô mui[to] isquicida isqueço... intão ea cramano comigo infilzmente perdeu... perdeu a... eu fui rispundi pra ela () falô pra mim se eu gosta[va] de iscutá televisão... () fui rispundi a carta pra ela que... vez em quando eu dava um cuchilo

(BL, MFC, 85 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 532)

(104) V (DP) PP

Inf.: a mias irmã né ... {ah ... cê tem muitas irmãs? Tinha mias duas irmã que morava co meu pai aí eas ficô zelano de nós ((tosse)) nós era cinco irmão aí meu pai tinha dois menino pequeno novim né tav com dois mêis aí deu pos zôto

(PI, CLA, 45 anos, E. FUND. I, Projeto Minas, Fita 19)

(105) V DP PP

Pesq.: aí seu pai deu ele pra quem?

Inf.: deu um po Terezinha do Sapé morô aqui per do Zé Alice e o ôto deu po Terezinha Sodé

(PI, CLA, 45 anos, E. FUND. I, Projeto Minas, Fita 19)

(106) V DP PP

purque qui AQUEle tempo as pessoa tabaiava de menor aí ele arrumô prá mim trabalhá comecei a tabalhá aí começô eu Maria Damião aí dei aula pu meus irmão todo

(PI, MLB, 43 anos, E. FUND. I, Projeto Minas, Fita 21)

(107) V DP PP

aí quando D. soube que ... que eu num ia sê que ele ia ... Doraci falô assim “eu dô a vaga pro cê ... agora prá ele eu sô candidato ... sô candidato PA PERDÊ ... mais eu vô cê candidato ... ês era inimigo”

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Minas, Fita 25)

(108) V DP PP

e num tinha prestíjo de pedi voto ... tenho certeza disso todo mundo que eu tinha conhecimento eu dei voto prá ele só num valia

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Minas, Fita 25)

b) objeto indireto introduzido pela preposição “a”:

(109) V DP PP

agora eu falo eu cá nunca dei prejuízo a ninguém ...eu nunca cumi suô de ninguém

(BL, MVT, 101 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 571)

(110) V DP PP

“(uai) dotô mas ela num escapa não?”... ele disse “não... só Deus”...
quan[do] foi... seis/seis e meia ela deu alma a Deus

(BL, MFR, 84 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 537)

c) objeto indireto realizado sem preposição:

(111) V DP_{meta} DP_{tema}

58. hoje num tá boa não...” foi/quan[do] foi de noite ea falô “ô Sinhá tô cu'a dor aqui...” 59. ((tosse)) eu fui e falei assim com ela... “te dá Novagina...” dei ea Novagina (ea) 60. “miorô: Zina?”... “miorei...” (falei [a]ssim) “cê qué doce?”... () pur conta de doce...

(BL, MFC, 85 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 517)

(112) V DP_{meta} DP_{tema}⁴⁹

593. Pesq.: istranho né? 594. Inf.: e ele vei[o] pra cá vinha pra cá eu té... dava ele café com pão(e)-de-ló ê falô sim comi[go]... “ô Sinhá pão(e)-de-ló é... fortificante”... ele é...cumé que é gente

(BL, MFC, 85 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 535)

(113) V DP_{meta} DP_{tema}

Inf.: pade Ide era... istudante... mininim... um dia nós ta[va] na igreja Santíssimo e eu falei sim... ah... () ele e Ze/ZeZim irmão dele né? ZeZim casa[do] com () Selma... () é té ZeZim meu cumpade sô madrinha de Kátia... intão virei e falei sim pra ele... “cê num vai sê padre nada”... ê falô “vô sê sim” “se ocê fô sê padre eu te dô a batina”... (foi) ordenô padre e vei cá buscá a batina... eu dei ele... a batina

⁴⁹ A Profª Tânia Rezende (em comunicação pessoal) observou que, no exemplo (112), parece ocorrer crase entre a vogal final do verbo e a preposição “a”. Analisando todos os casos, verifiquei que o exemplo (122) se enquadra também nessa situação. Mesmo assim, optei por manter esses casos como objeto indireto realizado sem preposição, pelo alinhamento com os demais casos, devido à baixa evidência da preposição “a” no *corpus*. Agradeço à Profª Tânia Rezende pela pertinente observação.

(BL, MFC, 85 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 535)

(114) V DP_{meta} DP_{tema}

Pesq.: o:lha

604. Inf.: eu que dei ele a batina...ele celebrô a primera missa na Barra a sigunda aí... { na Cuvanca

(BL, MFC, 85 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 535)

(115) V DP_{meta} DP_{tema}

Inf.: é::... minha filha e foi até/foi até eu casá... o primero casaMENTo... eu num gostava de carne de boi e até hoje num como... carne de boi... aí...ês mataro... o meu... o meu... namorado tinha ã'a capada... um/deu ês ã'a ca/ua leitoa pra engordá a meia... matô... ele ficô com um pedaço... de ã'a banda... e a/o otro pedaço ficô com eles e a otra banda ês vendero...

(BL, MFR, 84 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 542)

(116) V DP_{meta} DP_{tema}

... eu sê candidato prá perdê eu num ia eu podia até perdê mai entrá com chance de ganhá ... entendeu? aí eu sô canditado e eu num tinha mai nada pa poiá ... aí ... falei “fiedazunha” só pensei ... pediu eu voto falei ah::: vô vê cumé que eu faço ... quano ele pediu voto eu desgostei de política falei ieu num voto nem VOTÁ eu vô ... se os zôto pedi eu voto

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

(117) V DP_{tema} DP_{meta}

os zôto pôis na cabeça do muié queu dei pejuizo ela

(PI, EFSM, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 28)

(118) V DP_{tema} DP_{meta}

E foi e me respondeu queu num divia ela nada

(PI, EFSM, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 28)

(119) V DP_{tema} DP_{meta}

isturdia falô só sim “cê vendeu galo po rapaiz?” falei num vmdi não dei ele í~a franga (por 190 quê?) “MAI Ê NUM COMPRÔ UM GALO NA SUA MÃO?” falei se ê falô num tem nada

(PI, EFSM, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 28)

(120) V DP_{tema} DP_{meta}

durmiu no:: na fazenda mai no/na casa do impregado lá nfia casinha ruim

... deus ajudô quele deu nós um feijão cum:: fias oito hora da nôte lá::

(PI, EFSM, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 28)

(121) V DP_{tema} DP_{meta}

... truxe a/as coisa pra cá num num cabia tudo pa pô lá ... a sua mãe deu nós 30 lugá de guardá as coisa qui

(PI, JMR, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 29)

(122) V DP_{tema} DP_{meta}⁵⁰

aí vortei pa lá tô lá um pôco aí mais tarde é faiz assim é pa tirá ixperiêça
pa dá gen sirviço mai ruim pa gente pa vê que o cara é bão de serviço né
... {ham? aí mais tarde ê me chaihô pra cá já me liberô

(PI, JMR, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 29)

(123) V DP_{meta} DP_{tema}

Maria ieu caí aqui me dá a mão” aí tia pelejano Maria Lixande vai dá mão ela Maria Lixande já põe a mão na cabeça ... gritano e chorano {ôh meus Deus a menina já tá

(PI, CLA, 45 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 19)

d) objeto indireto nulo

(124) V DP_{meta}

20 Pesq deu pos zôto?

Inf deu/deu Adão e a Eva né aí ficô nós três foi eu o Arlmdo eo Damel
im casa cas menina aí eu saí de lá condo eu fiquei assim mai de maió eu
saí fui morá co aminha irmã e flicô/Arhn tamém foi tabaiá fora por lá
morreu coitado hain é

(PI, CLA, 45 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 19)

(125) V DP_{tema}

Pesq.: e antes cê dava aula onde?

Inf.: dava aula lá naquela casinha naquela primêra casa que grupo véio na
berada da estrada

(PI, MLB, 43 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 21)

(126) V DP_{tema}

tabaiei doidado ... aí foi quano ê descobriu queu ... queu/queu era
candidato ... logo quele descobriu ê pediu apoi de novo ...

⁵⁰ Ver nota 49.

2. Objeto indireto realizado por pronome clítico

A. Pronome clítico de primeira pessoa: “me”:

(127) CL V DP_{tema}

284. Inf.: eu um dia fui na Ponte Nova... dotô Vadalá cê cunhece né?... ê tá é diabético né?... ê me pediu um doce de goiaba... goiabada eu levei pra ele ma[s] ê num era diabético inda não... (eu falei com ele que eu xingo muito)... se eu machuco () “é bom xingá... xingá é bom bob[a]... po[de] xingá mesmo” (BL, MFC, 85 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 525)

(128) CL V DP_{tema}

“ô mãe vão em São Paulo”... eu/a... tinha um cunhado dela ele me dava a passagem pra i[r] e ela me dava pa voltá... num quero i[r] a São Paulo.. (BL, MFR, 84 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 553)

(129) CL V DP_{tema}

626. Inf.: uai minha filha a gente... tem que sê alegre né?... tudo que Deus fala (a gente) é bom... eu antão por conta de eu perdê meus filho e eu... fiquei/fiquei tris:te... chorei naquês dia mas eu num fico com aquea tristeza toda a vida... eu não uai... Deus me:/achô eu... soficiente pa me dá aquele trabaio é ieu mesmo né?... tem que se conformá né? (BL, MFR, 84 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 558)

(130) CL V (DP_{tema})

agora eu num sei diz que é no seio ... num sei ... ela me pediu ... agora ... esses cinco golo d'água eu tem minhas palavra que eu falo nué mesmo? e lá em/em Barra Longa já deu resultado pra duas ... bom eu cumecei de novo nué? (BL, MVT/, 101 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 561)

(131) CL V DP_{tema}

Maria ieu caí aqui me dá a mão” aí tia pelejano Maria Lixande vai dá mão ela Maria Lixande já põe a mão na cabeça ... gritano e chorano {ôh meus Deus a menina já tá

(PI, CLA, 45 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 19)

- (132) CL V DP_{tema}
 ... aí eu vô no Carioca ele me pedi bola ... eu vô no Taquaraçu me pedi gol
 ... vô no Corgo do Pêxe me pedi bola
 (PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)
- (133) CL V DP_{tema}
 11Pesq.: uai cê trabaia DADO?
 95 Inf.: trabaio essa semana memo eu trabaiei puxei uns deiz carro de lenha pum rapaiz lá e pó piguntá ele lenha seca que tav lá no mato parguntô quanto que era eu falei cuele “cê me fl dáumdiadesirviçosótábão”...caçanmajnadanão
 (PI, EFSM, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 28)
- (134) CL V DP_{tema}
 (ele fala assim) “O TIO EU VO DA OCE PA PADRINHO só ~o CÊ ME DÁ AQUEA BIZIRRINHA ALI ((nsos))
 (PI, EFSM, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 28)
- (135) CL V (DP_{tema})
 InL: aí eu vim pra cá nói vortemo pra cá pra cas do meu sogro ... fiquei mai uns tempo depois 20 eu falei co ele queu quina ... fazê ùa casim pa mim sêle mim dava o lugá pa fazê ~ía casim:: e tale ... ele ... me deu::... quê dizê que no cumeço fiz um ranchim pa nós ali de dois como
 (PI, JMR, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 29)
- (136) CL V DP_{tema}
 fiquei quinz dia parado lá aí èu fiquei morano com meu irmão né {ham? aí quano eu miorei eu cabei ficano queto cá com ele memo o patrão dele me deu serviço fiquei queto com ele cá Pesq.: o patrão do seu irmão?
 (PI, JMR, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 29)

B. Pronome clítico de segunda pessoa: “te”

- (137) CL V DP_{tema}
 58. hoje num tá boa não...” foi/quan[do] foi de noite ea falô “ô Sinhá tô cu'a dor aqui...” 59. ((tosse)) eu fui e falei assim com ela... “te dá Novagina...” dei ea Novagina (ea) 60. “miorô: Zina?”... “miorei...” (falei [a]ssim) “cê qué doce?”... () pur conta de doce...

(BL, MFC, 85 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 517)

(138) CL V DP_{tema}

Inf.: pade Ide era... istudante... mininim... um dia nós ta[va] na igreja Santíssimo e eu falei sim... ah... () ele e Ze/Zezim irmão dele né? Zezim casa[do] com () Selma... () é té Zezim meu cumpade sô madrinha de Kátia... intão virei e falei sim pra ele... “cê num vai sê padre nada”... ê falô “vô sê sim” “se ocê fô sê padre eu te dô a batina”... (foi) ordenô padre e vei cá buscá a batina... eu dei ele... a batina

(BL, MFC, 85 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 535)

(139) CL V DP_{tema}

isso tava eu e a Maria lá na cozinha bateu na porta e a Maria foi quando chegô vei[o]... eu falei “ô minha fi[lh]a QUEM É que te deu isso?” “é Roberto de João G(u)a[l]berto”

(BL, MVT, 101 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 565)

(140) CL V DP_{tema}

chegô na janela um menino me deu eu oi[lh]ei o mini/"o minino quem te deu isso pá me dá?" "é o Geraldo aí"

(BL, MVT, 101 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 565)

(141) CL V DP_{tema}

cê chegô lem casa eu te dô uns treis

(PI, EFSM, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 28)

C. Uso do pronome oblíquo de 1ª pessoa no lugar do pronome clítico de primeira pessoa: “mim” → “me”:

(142) CL V DP_{tema}

InL: aí eu vim pra cá nói vortemo pra cá pra cas do meu sogro ... fiquei mai uns tempo depois 20 eu falei co ele queu quina ... fazê ùa casim pa mim sêle mim dava o lugá pa fazê ~ía casim:: e tale ... ele ... me deu:... quê dizê que no cumeço fiz um ranchim pa nós ali de dois como
(PI, JMR, 48 anos, não escolarizado, Projeto Mineres, Fita 29)

(143) CL V DP_{tema}

... êsi qué isprentá a gente ... és mim deu i~a:: i~ía picareta um

tremassimetriapá--cêcunhece?-

(PI, JMR, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Minas, Fita 29)

4.2.2.1.2 Considerações parciais sobre os dados do *corpus* do dialeto mineiro

As estratégias adotadas pelos falantes do dialeto mineiro são semelhantes às utilizadas pelos falantes goianos, no que se refere à realização do argumento meta. No *corpus* do dialeto mineiro, há o predomínio da ocorrência do argumento meta introduzido pela preposição “para” (cf. (102) – (108)). No *corpus*, além de selecionar o sintagma nominal, esta preposição seleciona também os pronomes “ele” e “você” e o pronome oblíquo “mim”.

Verificamos também a realização desse argumento pela preposição “a”, conforme podemos observar em (109) e (110), mesmo que em número menor de ocorrências, assim como ocorre no *corpus* do dialeto goiano.

Os dados nos mostram que os informantes adotam também a estratégia de não realizar fonologicamente o argumento meta, (cf. (124) - (126)). O referente do OI nulo porta o traço semântico [+ animado]. Esse tipo de argumento ocorreu com os verbos dar e pedir, com interpretação semântica de transferência material e verbal.

Diferentemente do *corpus* do dialeto goiano, cujos dados mostram que os informantes contam apenas com o pronome clítico “me”, como candidato a realizar o argumento meta, os dados do *corpus* do dialeto mineiro mostram que o uso desse pronome assim como do pronome clítico “te” como argumento meta é também muito produtivo (cf. (137) – (141)). Observamos, inclusive, que, no *corpus*, esses dois foram os únicos tipos de clíticos que apareceram com essa função.

A estratégia inovadora, observada em conjunto com o dialeto goiano, é a ocorrência do argumento meta sem preposição, dando origem à estrutura [V DP DP], (cf. (111) – (123)). Em todas as ocorrências, o argumento possui o traço semântico [+ animado].

Sobre o tipo de verbo que estrutura as construções bitransitivas no *corpus* do dialeto mineiro, observamos uso consistente de verbos com interpretação semântica de transferência material (dar, vender, pedir etc) e de transferência verbal (“falar”, “explicar”, “perguntar” etc). Não foram encontradas construções com verbos bitransitivos que indiquem outro tipo de interpretação semântica.

No que diz respeito à ordem na qual os argumentos internos podem aparecer em relação ao verbo, verificamos, no *corpus* desse dialeto, que, quando o argumento meta é licenciado por preposição e o argumento tema está expresso, ele sempre ocorre na ordem [V DP_{tema} DP_{tema}]. Quando não é encabeçado por preposição, há duas possibilidades para a ordem na qual este argumento pode aparecer, a saber: [V DP_{tema} [DP_{meta}] ou [V D_{meta} DP_{tema}], (cf. o contraste estabelecido entre (117) e (118)).

Ainda sobre a ordem, outra possibilidade é o argumento tema aparecer em uma posição acima do verbo, quando realizado como clítico “me/te” [CL V DP] ou pronome oblíquo “mim”, sem preposição, como ocorre no dialeto goiano. Assim como procedemos para os dados do dialeto goiano, acreditamos que as ocorrências, nas quais o pronome oblíquo é distribuído da mesma forma que os pronomes clíticos “me/te”, representam casos de interferências de natureza fonológica.

Quanto às características semânticas do argumento tema das construções bitransitivas no *corpus* do dialeto mineiro, observamos que o argumento meta sempre apresenta o traço semântico [+ animado].

4.3 A ocorrência dos pronomes clíticos “me” / “te” no PBC: casos a serem considerados

Nesta seção, apresento casos em que os clíticos “me” / “te” são realizados como argumento tema/OD, no PBC.

4.3.1 As estruturas das amostras do PBC

Nesta seção, enumero os dados que ilustram a ocorrência dos pronomes clíticos “me” / “te”, com vistas a testar a hipótese da vitalidade desses clíticos no dialeto analisado, conforme sinalizado na introdução desse capítulo.

4.3.1.1 A realização do argumento tema

4.3.1.1.1 Os dados do *corpus* do dialeto goiano

1. Objeto direto realizado por pronome.

a) Pronome clítico de 1ª pessoa: “me”

(144) CL_(OD) V

passan' o Vand' ó ... chama ele ... chamô ... ele vei ... me pegô ... pois im cima do 10. animal me levô até lá im casa ... Aí ... desse dia p^{ra} cá ... até fim de maio ... num 11. tem/num tem recordação de nada que passô cumigo
(AV, FATUA, 74 anos, semi-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 293)

(145) CL_(OD) V

15. ele/ele ... passei lá p^o Hospital de Base ... fiquei lá mais uns dias ... aí um dia falei 16. p^{ra} minha filha: “Ó ... ,cê arranja um carro e vem me tirá daqui que eu vô morrê lá
(AV, FATUA, 74 anos, semi-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 294)

(146) CL_(OD) V

20. P1: ... a gente podia cumê argüa coisa mais ... () aí eu fu/fui lá num/num post^o de 21. saúde ... cunversei lá cum médico ... me levarô den^o do carro poi^o na cadera de roda
(AV, FATUA, 74 anos, semi-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 294)

(147) CL_(OD) V

4. P1: Certo ... O pessual me cunhece po A. S. que meu ... por causa do nome
5. do meu pai né ... Meu pai chamava S.
(AV, FATUB, 57 anos, semi-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 307)

(148) CL_(OD) V

5. ... aí eu vô/aí eu vô tocá quem quisé me ajudá cantá canta quem num me ajudá me 6. iscuta né () É essa?
(AV, PUOL 2, 59 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 385)

(149) CL_(OD) V

quem me ajuda cantá ... () nós é criado tudo nós é criado junto nós cantava
(AV, PUOL 2, 59 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 385)

(150) CL_(OD) V

105. P1: Aí eu duici fiquei munto ruim fiquei dois ano ruim ... () sem tocá ... Aí (o 106. médico me dexô internado) me levou p^a Goiânia ... lá () fiquei internado lá.

(PO, PUSB, 67 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 444)

(151) CL_(OD) V

136. P1: É ... Cunhigid' eu tem lá muito ... Ah entrô lá no hospitali ... tem muito já 137. tem muita gente lá que me cunheci ... Aí o/a/a/a secretária do dr. falô "não 'gora

(PO, PUSB, 67 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 445)

(152) CL_(OD) V

35. P2: Eu num quiria vendê ... Eu vindi agora pu^uque ... êis mandar^u um poico 36. me pegá ... quaise ... () mim matava ... () Agora tem ãa coisa ... () aquele 37. poico in/ingordan^u aquele poico ... já „tav^u um poicão ãssim óh ((mostrando 38. com as mãos o tamanho do porco)) ... deu duas lata de banha mais () na 39. istrada p^ua me dirrubá ... Veiz im quand^u () me cortá

(PO, BAGE, 58 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 457)

(153) CL_(OD) V

43. P2: Me pegô ... () ãas três veiz ãssim óh ... e eu fiquei mei ... parece que 44. fiquei mei discuidado () e muntô bem na/na veia ()

(PO, BAGE, 58 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 457)

(154) CL_(OD) V

45. P2: () fiquei lá ... má ... eu num „tava ... aí ... foi na base de oito ano (povo 46. quiria me trazê „qui) () ... aquel^ulabuta de gado na roça () tem que compra 47. ãa casa p^ura mim lá na rua ()

(PO, BAGE, 58 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 457)

(155) CL_(OD) V

56. P2: Aí () im casa noit^u intera ... isperan^u () Deus me abençuô que eu 57. „guntei (í p^ura vê) () (eu cansei de lá) pu^u causa diss^u aí que é () ...

(PO, BAGE, 58 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 458)

(156) CL_(OD) V

12. nada ... né ... é tanto que hora que eu „tava num lugá ... ãa comparação ... a turma 13. rudiava ... im roda de mim ... “Ó ... me pinicô” ... curria p^ura junto de mim „cabô né ...

(PO, POVB, 74 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 469)

b) Pronome clítico de 2ª pessoa: “te”

(157) CL_(OD) + V

26. A cumade Caim“ajud“ocê que é da iscola do Machadinh“ ela te cunhece ocê óia a 27. Diná que é a no ... é ... é ... é nora do véi Dirs“ ali né ela te ajuda a professora de lá..

(PO, PUAN, 50 anos, não-escolarizada, Rezende, 2008, p. 356)

(158) CL_(OD) + V

49. Eu 'tava te procurano () Eu tava te procurano () 50. Eu 'tava beben“ũa cachaç“ali () Disgrama cadê o Ro o Josmair? 51. 'Tava te caçano

(PO, CHJV1, PUMAJE, 32 anos, escolarizada, Rezende, 2008, p. 381)

4.3.1.1.2 Os dados do *corpus* do dialeto mineiro

1. Objeto direto realizado por pronome.

a) Pronome clítico de primeira pessoa: “me”

(159) CL_(OD) V

81. *Inf.*: (dis)agradei não né...mas/quem me operô foi o dotô Zé Anselmo

82. *Pesq.*: hum

(BL, MFR, 84 anos, semi-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 540)

(160) CL_(OD) V

9. *Inf.*: A: tem bastante ano qu'eu tinha ... uns retrato lá/tem um retrato lá na parede ... tá lá ainda/e[le]s me botaro PREto (já vi) e tá lá aque[l]a ba:rba ...a:

(BL, MVT, 101 anos, sem informação sobre a escolaridade, REZENDE, 2008, p. 560)

(161) CL_(OD) V

quando ela me viu ela disse “VÔ DEXÁ de fumá ...” eu falei “ ÓI[lh]a (aí)” ... Chichico sentado no paradoro lá ... eu falei “ÓI[lh]a se ocê num deixá de fumá

(BL, MVT, 101 anos, sem informação sobre a escolaridade, REZENDE, 2008, p. 560)

(162) CL_(OD) V

quando nós chegamo lá o pastô ... tava lá no palanque dele aí ... e eu sentado (...) com po[u]co ele desceu e me chamô "oi sô Manel" eu disse "oi" "eu já vi a reportagem do sinhô" eu falei "graças a Deus "e aí e[le] (BL, MVT, 101 anos, sem informação sobre a escolaridade, REZENDE, 2008, p. 562)

(163) CL_(OD) V

quando entrei lá num páti(c)o lá mas nunca vi tanta gente uma cumiri:a toda mui:ta gente uma bebedera danada ...fomo passan[d]o e me levô ... lá pra cima ... e nós fomo pra lá e e lá nós ficô e aí com po[u]co (BL, MVT, 101 anos, sem informação sobre a escolaridade, REZENDE, 2008, p. 564)

(164) CL_(OD) V

"NÃO do modo que ocê tá falan[d]o ...uai cê tá me apertan[d]o ... uai QUE ISSO? eu vô pisá no meu trato? " (BL, MVT, 101 anos, sem informação sobre a escolaridade, REZENDE, 2008, p. 564)

(165) CL_(OD) V

Inf.: ela judô me criá quano eu saí pa casá eu morava na casa dela ea ficava/tomava - conta de mim né eu judava ela ela me ajudava Pesq.: e era lá em cima? (PI, CLA, 45 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 19)

(166) CL_(OD) V

a gen num podia inchê a casa de fli iguar nôi feiz mês não quano eu tive Lei eu quina ligá só quê num dexô né ê num gosta nem de me vê fala em/muié ligá pra ê (PI, CLA, 45 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 19)

(167) CL_(OD) V

aí ea tava lá mia fia aí sigurô na mia mão tá me consolano lá tá me consolano "cê num pó í lá não" eu falei "eu vô lá no mato ... a veiz ama tá vivo ainda" a muié tá me (PI, CLA, 45 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 19)

(168) CL_(OD) V

fez dez ano eu fetivei aí já aumentô mais número~ de aluno e não tinha como í prá Pinhêro istudá aí me puseram professora

(PI, MLB, 43 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 21)

(169) CL_(OD) V

Inf.: vô ... de vez em quando eu vô elas me chama e eu vô lá trabalhá ... eh ... mais a gente desacostuma né ... puquê num tá ali todo dia A gente fica meio perdida ((risos)) aí vô te que

(PI, MLB, 43 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 21)

(170) CL_(OD) V

sabe ... era ... ((risos)) ... aí:: ah:::... não e só pião ... ah:: não agora eu tenho que puxa 310 cana né ... aí eu tive que í ... e tinha que dexá mesmo ... aí ... de noite cê me ensina ... aí de

(PI, MLB, 43 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 21)

(171) CL_(OD) V

... e tá assim:: eh:::... puquê cê tá me bateno ... eu falei assim ... uai tô ué ... cê tá eu tô ué puquê eu tô ensinano lá e eu tô chaman a atenção sua e cê tá:: tá:::... só conversano ocê

(PI, MLB, 43 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 21)

(172) CL_(OD) V

não ... pois é ... eu queria/num é que eu candidatei ... eu ia sê candidato porque ele queria me colocá no lugar dele ...

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(173) CL_(OD) V

O. eu num tô quereno sê ês que tão quereno me colocá ... “não mais cê concorda ... cê::: nós uni na famia tudo ...

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(174) CL_(OD) V

não ... eu eu podia pensá se ele vortasse a conversa que ele tinha proposto lá tráis na primêra veiz aí eu podia pensá puquê já tava a segunda vez eleito com ele me ajudano já com os prestígio dele era mais fáci prá mim ... mais como ele já num tomô pinião mais “eu sô candida de novo” que dizê é ia apoiá ago num ia

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(175) CL_(OD) V

“se dependê de mim ... quem me ôvi ... argum fii que ... que atendê meu pedido ... que é pôco se vai aprendeno ... mais o que me ouvi vai te ajudá”
... aí

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(176) CL_(OD) V

... agora eu nunca fui não que quele pode falá que eu num vô fazê ... é o futuro contra o presente e o passado ... num pode me julgá ... só que conversa cê sabe né ... falei ... num comodava dê sabê tamém não ..

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(177) CL_(OD) V

o único jeito que cê tem de me derrubá é comprano ...

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(178) CL_(OD) V

... tem que tê munto dinhêro que pôco num vai me derrubá não

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(179) CL_(OD) V

NUM SEI eu nunca ... nunca me contaram os menino dele ... eu gos demais dês ... V. aturdia cê viu ali? ... aonde queu tô ... me chega me toma bença me abraça nunca tivê nada contra ês a vida intêrá ...

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(180) CL_(OD) V

... o ôtro comprô e pagô e conflô no cê deu a procuração cê fez isso ... aí começô a me xingá eu {lá dentro? ...

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(181) CL_(OD) V

fazeno ... aí ele me cumeçô me xingá eu de Maria vai com as zôta ... que eu tavo fazeno aquilo tudo puquê os zôto tava mandano ...

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(182) CL_(OD) V

na venda me xingá de novo lembrá o caso que eu tinha discutido cuele lá em Piranga ...

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(183) CL_(OD) V

vontade de me pegá ele que me pega uai ... eu fiço só pa me pegá memo ué ... eu num fiz aquilo pa pa achá que ele num ia tê medo de mim eu fiz pá ê voá ne mim me pegá ué ... o meno caba cuisso ué ((risos)) ficá requentano caso toda vida ... aí calô a boca ... foi embora pra lá ...

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(184) CL_(OD) V

... começô a me xingá a falá de mim com todo mundo ... AÍ eu tamém AH::: que cê meu amigo seja num qué ... agora brigá com cê po con de C.

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(185) CL_(OD) V

Inf.: ah:: isso eu já tabaiei pos meu tu dado memo cê pó piguntá ôs tudo {éh:: só que teve uns que num mereceu não quês num me tata bem hoje

(PI, EFSM, 48 anos, não-escolarizado, Projeto Mineres, Fita 28)

(186) CL_(OD) V

Inf.: não ... eu já matei mai de mil cascavel mai nunca me atacô eu vi és assim e até correu de és tava ... cê sabe disso?

(PI, EFSM, 48 anos, não-escolarizado, Projeto Mineres, Fita 28)

(187) CL_(OD) V

eu ... eu tem meu cantirim de roça queu queu pranto meu pai me insinô trabaiaá

(PI, JMR, 49 anos, não-escolarizado, Projeto Mineres, Fita 29)

(188) CL_(OD) V

... o meu irmão me levõ né ... primêra vez ... arrumei mia mannitinha de manhã aí fui pra lá cumecei o sirviço ... cheguei lá minina ... primêra veiz san novo né {bobo né?

(PI, JMR, 49 anos, não-escolarizado, Projeto Mineres, Fita 29)

(189) CL_(OD) V

80 Inf.: éh:: aí cumecei lá no:: berada do muro ... tô lá mexeno ... veiz im quano os zôto tá arreparano ieu ... quano o zôto me oiava eu MITIA A PICARETA NO CHÃO que AVUAVA

(PI, JMR, 49 anos, não-escolarizado, Projeto Mineres, Fita 29)

(190) CL_(OD) V

... {ham? aí mais tarde ê me chaihô pra cá já me liberô

(PI, JMR, 49 anos, não-escolarizado, Projeto Mineres, Fita 29)

(191) CL_(OD) V

Inf.: era bege? Ah intão me inganei desculpa viu ((risos)) hum rum as veiz a gente ingana a 325 gente é mei mei bob né ... ah num repara direito

(PI, JMR, 49 anos, não-escolarizado, Projeto Mineres, Fita 29)

(192) CL_(OD) V

tinha dia quêle ia lá imcasa rnei dispistado né mai graças a deus toda vida nós é muito amigo é me respeita rnunto e eu respeito é tamém mais é sim

(PI, JMR, 49 anos, não-escolarizado, Projeto Mineres, Fita 29)

b) Pronome clítico de 2ª pessoa: “te”

(193) CL_(OD) V

aí ele falô assim “não dexa eu sê dessa agora que na próxima eu te apóio ..

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(194) CL_(OD) V

“não mai cê tem sim cê pode intrá queu te ajudo ocê no queu pudé ...

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(195) CL_(OD) V

... mais o que me ouvi vai te ajudá” ...

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(196) CL_(OD) V

“NÃO EU VÔ FAZÊ O QUE EU PUDÊ PRÁ TE DIRRIJBÁ EU VÔ TE “METÊ O FERRO”((risos)) queu pudé fazê prá te dirrubá eu vô fazê” ... aí continuei ...

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Mineres, Fita 25)

(197) CL_(OD) V

cê pode intrá qu’eu te ajudo ocê no qu’eu pudé

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

(198) CL_(OD) V

... aí Z. do O. falô que aquilo num podia sê de jeito nenhum ... aí advogado falô cuele “ó Z. isso num tem nada a vê com cê isso num te prejudica em nada ...

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Minaeres, Fita 25)

(199) CL_(OD) V

falô assim “cê:: cê tá por fora rapaz falô um trem desse com cara e ainda ri da cara dele ... se ua hora acha um que te acerta ocê”

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND; I, Projeto Minaeres, Fita 25)

(200) CL_(OD) V

éh aí compôco ... “não pó dexá depois eu te eu te recompenso” aí fiquei num falei mai nada e tale aí né tudo bem falei pra ele né e na ôta

(PI, JMR, 49 anos, não-escolarizado, Projeto Minaeres, Fita 29)

4.3.1.1.3 Considerações parciais sobre a realização do argumento tema nos dialetos goiano e mineiro

As estratégias adotadas pelos falantes do dialeto mineiro são semelhantes às utilizadas pelos falantes goianos, no que se refere à realização do argumento tema das construções monotransitivas. Considerando apenas o uso de pronomes clíticos, nos *corpora*, observamos que aparecem exclusivamente os clíticos “me” / “te”.

No que diz respeito à ordem na qual podem aparecer em relação ao verbo, verificamos, nos *corpora*, que os clíticos sempre ocorrem proclíticos ao verbo principal, [CL V].

4.4 Construções de redobro de clíticos no do dialeto mineiro.

Como sinalizei na introdução desse capítulo, também observamos, nos *corpora*, ocorrências das chamadas construções de redobro de clíticos. Ao verificar todos os arquivos, percebemos que apenas o dialeto mineiro apresenta as referidas construções. Contudo, devido a serem poucas as ocorrências na comunidade de fala de Piranga – MG, decidimos ampliar o *corpus*, agregando dados disponibilizados em trabalhos como o de Diniz (2007), que analisa registro de fala das comunidades de Venda Nova e Belo Horizonte, ambas no estado de Minas Gerais.

Os dados foram organizados da seguinte forma:

1. Comunidade de Piranga (PI):

a) Construções de redobro de clítico com pronome clítico de 1ª pessoa:

(201) CL V DP_{tema}

tinha cinco médico lá me oinano eu assim

(PI, EFSM, 48 anos, não-escolarizado, Projeto Mineres, Fita 28)

b) Construções de redobro de clítico com pronome clítico de 2ª pessoa:

(202) CL V DP_{tema}

se cê uma hora acha um que te acerta ocê

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

(203) CL V OD_{tema}

cê pode intrá qu'eu te ajudo ocê no qu'eu pudé

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

(204) CL V OD_{tema}

aí começô a me xingá eu

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

(205) CL V DP_{meta}

deixa eu te perguntar ocê um negócio

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

(206) CL V PP

eu tô te falando pra você

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

(207) CL V DP_{tema}

aí ele cumeçô me xingá eu de maria-vai-com-as-zôta

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

B. Outras comunidades mineiras

a) Construções de redobro de clítico com pronome clítico de 1ª pessoa:

(208) CL V DP_{tema}

Teve aquela vez que o cara queria me roubar eu.

(Corpus de Venda Nova, DINIZ, 2007, p. 49)

(209) CL V DP_{tema}

Tenho uma cliente de sábado que num me larga eu de jeito nenhum.

(Corpus de Venda Nova, DINIZ, 2007, p. 49)

b) Construções de redobro de clítico com pronome clítico de 2ª pessoa:

(210) CL V DP_{tema}

Cê ia ajudar um camarada desse e se os camarada voltar e te matar você também?

(Corpus de fala belo-horizontina, DINIZ, 2007, p. 71)

(211) CL V DP_{tema}

Toma conta desse carro direito senão eu vô te prendê ocê.

(Corpus de Venda Nova, DINIZ, 2007, p. 49)

(212) CL V DP_{meta}

Eles te irrita ocê.

(Corpus de Venda Nova, DINIZ, 2007, p. 49)

4.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, apresentei os dados do PBC que estão sendo colocados sob investigação nesta tese, tendo como foco os predicados bitransitivos.

No que se refere à complementação pronominal, observei nos *corpora* do PBC a ocorrência dos pronomes clíticos e não clíticos, conforme apresento no quadro 6. Nos *corpora*, não encontrei ocorrências do clítico “lhe”. Podemos verificar ainda a ocorrência de pronomes não clíticos em suas formas plenas e reduzidas.

Quadro 6: Sistema de complementação pronominal no PBC.

PESSOA/ ^{NUMERO}	Clíticos		Não-clíticos	
	S	P	S	P
1p/2p	me; te	nos;--	eu; você/ocê/cê	nós/a gente; vocês/cês
3p	--		ele(a); ê; ea	eles(as); ês/eas

Para melhor visualização das estratégias de realização do argumento meta nos *corpora* do PBC, foi elaborada as tabelas 8 e 9⁵¹.

Tabela 8: Realização do argumento meta, em função da preposição, nos *corpora* do PBC

ESTRATÉGIAS	OI	OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA
1 – OI com prep.	a. com <i>a</i>	7	16,66%
	b. com <i>para</i>	18	42,85%
2 – OI sem prep.	sem <i>P</i>	17	40,47%
TOTAL		42	100%

Tabela 9: Realização do argumento meta, em função do tipo de pronome, nos *corpora* do PBC

ESTRATÉGIA	OI	OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA
1 – OI pronom.	a. Cl – me	18	60,00%
	b. Cl – te	5	16,66%
	c. Pron. tôn. prep.	7	23,33%
Total		30	100%

Ao analisar as tabelas em 8 e 9, observamos que o PBC conta com 3 estratégias de realização do argumento meta pronominal, a saber: (1) OI introduzido por preposição (“a” e “para”), (2) OI realizado sem preposição e (3) OI realizado por pronome (clítico ou tônico – preposicionado).

De modo geral, podemos verificar um número considerável de pronomes clíticos aparecendo como OI (23 casos, sendo 18 de Cl – me; 5 de Cl - te). Considerando o tipo de preposição que introduz o OI, notamos que “para” tem um número maior de ocorrências que a preposição “a”, sendo 18 casos para a primeira e 7 casos para segunda. Observamos, inclusive, que o número de ocorrências de OI realizado sem preposição é próximo ao número de ocorrências da preposição “para”, (sendo 17 casos para um e 18 casos para o outro, respectivamente). Considerando os casos do OI sem preposição, observo que o OI tem núcleo nominal ou pronominal, nas três pessoas do discurso. Ressalto que esse tipo de OI pode aparecer adjacente ao verbo ou após o OD, [V OI OD] ou [V OD OI], respectivamente.

Com o objetivo de testar a hipótese de que os clíticos estão disponíveis na gramática nuclear do falante do PBC, elaboramos a tabela 14, na qual consta as ocorrências desses pronomes como acusativo e dativo, de sentenças monotransitivas e bitransitivas. O número de ocorrências de clíticos combinado com a baixa (ou nenhuma)

⁵¹ As tabelas 8 e 9 não consideram a ocorrência de pronomes (clíticos ou plenos) das estruturas de redobro de clítico.

escolaridade dos falantes do dialeto constituem uma forte evidência favorável à hipótese de que os falantes contam com clíticos em sua gramática nuclear.

Tabela 12: Ocorrência de clíticos nos *corpora* do PBC

	OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA
CL- dat	23	29,87%
Cl- acu	54	70,12%
Total	77	100%

Outra evidência favorável à hipótese mencionada anteriormente é a ocorrência, no dialeto mineiro, das construções de redobro de clítico (cf. seção 4.4). No *corpus*, encontramos clíticos redobrando apenas OD e OI pronominal de 1ª e 2ª pessoas: [CL V OD], [CL V OI OD] ou [CL V OI OD_(NULO)]. Ressaltamos que o número de ocorrências não foi robusto, mas o fato de encontrá-las tem um peso analítico muito importante, particularmente como evidência para a vitalidade da gramática de pronomes clíticos.

Tendo cumprido com o objetivo deste capítulo, que é apresentar os dados do PBC que serão submetidos à análise, no próximo capítulo, apresento a minha proposta para os predicados bitransitivos do PBC, considerando, em particular, a ocorrência pronominal do argumento meta, seja na estrutura preposicionada, seja na chamada construção de objeto duplo, além das estruturas com o pronome clítico e com redobro do clítico.

CAPÍTULO 5

CONSTRUÇÕES DE OBJETO DUPLO E DE REDOBRO DE CLÍTICO NO PBC: PROPOSTA DE ANÁLISE

5.1 Introdução

Neste capítulo, apresento a proposta desta tese para os predicados bitransitivos do PBC, considerando, principalmente, a ocorrência do argumento meta, realizado com e sem preposição, quer na estrutura simples, quer na estrutura de redobro. Mostrarei que o PBC disponibiliza construções de objeto duplo (DOC) e de redobro de clítico, considerando as propriedades formais de cada estrutura.

Tratando sobre a formação do PBC, destaco, aqui, que a proposta apresentada nesse capítulo considera a hipótese de que o contato linguístico estabelecido (por, pelo menos, duzentos anos) entre falantes aloglotas de três matrizes linguísticas (línguas indígenas, línguas africanas e língua portuguesa), conforme discutido no capítulo 1 e detalhado na contextualização sócio-histórica e linguística, apresentada no capítulo 2, é um fator determinante na origem do PB, e teve um papel central na formação do PBC. Assim, concluo, preliminarmente, que o ambiente social que se constituiu durante a colonização do Brasil (particularmente nos séculos XVI-XVIII) serviu de campo fecundo para a convergência dessas matrizes linguísticas na formação do PBC, objeto de estudo desta tese.

Considerando o cenário de contato linguístico, conforme detalhado no capítulo 2, no qual se desenvolveu o PBC, esta tese adotará também a hipótese do papel do *input* e da transmissão linguística irregular, consoante à discussão desenvolvida na segunda parte do capítulo 1, no contexto do contato de línguas, em que se configura a interferência da L1. Mais especificamente, adoto a hipótese de que, nesse contexto, foi implementada uma mudança linguística que pode ser compreendida dentro da abordagem da mudança linguística entendida como efeito de um processo de abdução, nos termos de Roberts (2007), discutido no capítulo 1, desta tese. Essa abordagem pode ser sintetizada do seguinte modo: “uma criança da Geração 2, que tem G(ramática) 2, derivada de um *corpus* 1, observou algo nesse *corpus* que não fora observado pela Geração 1. Por hipótese, algum fenômeno linguístico, opaco para a Geração 1, tornou-se transparente para a Geração 2. Assim, a criança da Geração 2 abduz G2, quando deveria abduzir G1”. Vemos, portanto, que a hipótese da mudança por reanálise abdutiva é uma

forma de entender as inovações e as características da difusão da mudança, que, por hipótese, estão na origem do PBC.

Tratando especificamente da proposta delineada neste capítulo, pontuo que, diferentemente das análises prévias apresentadas no capítulo 3, essa proposta defende que o argumento meta é introduzido na estrutura bitransitiva pelas propriedades do verbo, que consistem em selecionar uma relação de predicação (estabelecida entre um possuído e um possuidor) – uma idéia presente nos estudos prévios, a ser especificada pela caracterização formal desse predicado. Na presente análise, a noção de posse é marcada pelo núcleo de inclusividade, notado formalmente como (\subseteq). O quadro teórico adotado, no presente estudo, é o proposto em Manzini (2014), Manzini; Savoia (2014), Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017), o qual unifica morfologia e sintaxe em um único componente da gramática.

Para chegar à solução formal para o problema de pesquisa, sigo a linha de raciocínio apresentada na ordem das seções a seguir: na seção 5.2, apresento, descritivamente, o sistema de complementação pronominal do PBC, resgatando os resultados apresentados no capítulo 4 e discutindo, em particular, o fenômeno da cisão pronominal que, por hipótese, afeta o PB/PBC, e suas implicações. Na seção 5.3, introduzo o referencial teórico adotado para a análise. Mais especificamente, apresento a hipótese desenvolvida por Manzini (2014), Manzini; Savoia (2014), Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017), segundo a qual o caso oblíquo denota uma relação de posse, que é codificada por um núcleo referido como núcleo de inclusividade, (\subseteq). Como exploro a hipótese de que caso oblíquo e traços referenciais contribuem fortemente para a ocorrência de construções de redobro e DOC no PBC, na seção 5.4, apresento uma discussão de como a subespecificação de traços referenciais atua na caracterização do sistema pronominal do PB, para diferenciar 1^a, 2^a e 3^a pessoas na língua. Na seção 5.5, retomo a análise sobre DOC no PBC, apresentada no Capítulo 3, e acrescento as análises prévias sobre o redobro de clíticos no PB dialetal, desenvolvidas por Diniz (2007) e Machado-Rocha (2016), para, em seguida, propor uma análise alternativa que inclui DOC e as construções de redobro de clíticos em PBC.

5.2 O sistema de complementação pronominal do PBC

No capítulo 4 desta tese, que objetivou fazer a ampliação da base de dados, mostrei que, do ponto de vista sintático, tanto o PB quanto o PBC apresentam dois tipos de pronomes complementos: clíticos e não clíticos. Os pronomes clíticos são analisados como categorias que, por hipótese, podem assumir o estatuto de núcleo ou de sintagma (projeção máxima), ocorrendo em posições estruturais acima de VP (conforme KAYNE, 1975; ROBERTS, 2010, e estudos subsequentes); já os pronomes não-clíticos, diferentemente desses, sempre ocorrem como projeções máximas e realizam-se na posição de sintagmas plenos na estrutura do VP.⁵² Essa distinção é proposta por Raposo (1998) e parte da correlação entre as propriedades formais do artigo definido, na estrutura do sintagma nominal, e do clítico acusativo de 3ª pessoa no português (e em outras línguas românicas).⁵³ A ausência dos clíticos acusativos no PB/PBC aponta para a perda dessa correlação, com implicações para a codificação do contraste entre pronomes clíticos e não clíticos. Consideramos, em particular, o PBC, em que essa distinção pode ser observada, conforme ilustrado no quadro 6, repetido aqui no quadro 7.

Quadro 7: Sistema de complementação pronominal no PBC.

PESSOA/NUMERO	Clíticos		Não-clíticos	
	S	P	S	P
1p/2p	me; te	nos;--	eu; você/ocê/cê ⁵⁴	nós/a gente; vocês/cês
3p	--		ele(a); ê; ea	eles(as); ês/eas

⁵² Neste ponto, não é relevante considerar a existência da chamada *VP shell*. No entanto, assumimos uma abordagem baseada no predicado para a realização da estrutura argumental, nos termos de Hale; Keyser (1993) e Chomsky (1995).

⁵³ A hipótese de que os clíticos podem ser categorias do tipo núcleo (X) ou máxima (XP) é explorada em Raposo (1998), em função do estudo de Uriagereka (1995, citado por Raposo) para clíticos do espanhol, considerando a relação entre o clítico e o artigo como lexicalização de D.

⁵⁴ Vitral e Ramos (2006) têm uma compreensão diferente acerca das formas reduzidas *cê* e *ês*. Analisando a distribuição dos pronomes “você” e “eles”, no dialeto mineiro, os autores observam que tais formas passam por uma perda de substância fônica e esvaziamento de conteúdo, o que gera o seguinte resultado: “você” → “ocê”, “cê”; “eles” → “es”, “eis”. Baseando-se, nessa constatação, defendem a existência de um processo de gramaticalização em curso. Ainda segundo os autores, a forma *cê* constitui uma etapa do processo de gramaticalização da forma “Vossa Mercê” (item com significado lexical: “Vossa Mercê” > item gramatical: “você” > “clítico”: “cê” > afixo flexional, cf. p. 33). Nessa perspectiva, “cê” é analisado como um clítico. Contudo, para os autores, *cê* não é um clítico como os pronomes pessoais átonos das línguas românicas; nessa abordagem, “cê” ocupa uma posição de especificador da categoria funcional FLEX, o que, conforme a hipótese que defendem, licencia sua ocorrência acima de elementos de negação (como em “Cê não paga nada”). Nessa análise, a forma “cê”, na posição de complemento, tem propriedades de clítico fonológico, mas distingue-se dos clíticos de 1ª e 2ª pessoas, por não ocorrer acima de VP. Na presente análise, conforme mostrarei na seção 5.5.2, consideramos que as formas “você/ ocê/ cê”, bem como “ele(s)/e(i)(s); ela(s)/ea(s)”, alinham-se sintaticamente, conforme propõe Salles (2016).

O quadro 3 mostra que, no PBC, assim como apontado para o PB, os pronomes não clíticos, doravante referidos como pronomes plenos (*full pronouns*), ocorrem na posição de complemento (isto é, no domínio do VP) em todas as pessoas gramaticais. Paralelamente a isso, observo a redução no uso dos clíticos, representados apenas pelos pronomes de 1ª e 2ª pessoas, no singular. Para explicar esse uso generalizado de pronomes plenos na posição de complemento, principalmente na 1ª pessoa, retomo a hipótese formulada em Raposo (1998). Fazendo observações sobre o sistema pronominal do Português e adotando uma perspectiva translinguística, a qual compara o PB com o PE, o autor pontua que certos pronomes são lexicalmente marcados para Caso, isto é, esses pronomes já vêm do léxico com um determinado traço de Caso, o que equivale dizer que são inerentemente marcados para tal Caso. Considerando o comportamento do pronome 'ele', que, no PB, pode ocorrer em várias posições casuais, propõe que esse pronome perdeu, na língua, o traço [+inerente] de caso nominativo. Essa condição permite que o pronome apareça em várias posições casuais, porque o traço de Caso é, agora provido pela operação ADD. Conforme o autor, essa operação faz com que esse traço seja adicionado ao conjunto de traços formais do pronome, quando ele é levado do léxico para a numeração.

Carvalho (2008, 2010, 2017) apresenta outra hipótese bastante interessante e que também consegue explicar o comportamento dos pronomes no PB. Baseando-se em MacFadden (2007), o autor explica que quanto menos especificado para caso for o pronome, mais abrangente será sua distribuição. Considerando isso, propõe que a forma nominativa do pronome é a que representa uma distribuição quase irrestrita, porque é a que representa uma configuração de traços maximamente subespecificada. Ainda conforme o autor, quando maximamente subespecificado, o pronome apresenta apenas o traço de Caso, [C]. Desconsiderando os detalhes da implementação da hipótese, a valoração do traço formal de Caso ocorrerá, de acordo com o autor, quando o item entrar na derivação. Assim, embora tenham bases distintas, as duas propostas convergem no sentido de mostrar que os pronomes do PB não são marcados inerentemente para Caso – essa questão será retomada.

O quadro 3 mostra ainda um paradigma de complementação pronominal mais simples, baseado somente na presença de traços- ϕ (pessoa, número e gênero) já que não existe marcação de caso (morfológico). Quanto ao estatuto argumental e à distribuição sintática dos pronomes complementos, os pronomes não clíticos têm uma distribuição mais restrita, uma vez que, sempre que aparecem em posição pós-verbal, estão na

posição de complemento (assumindo-se o caráter restrito da ordem VS no PBC). Quanto aos clíticos, nota-se que estão em posição sintática acima de VP, o que, pelo movimento do verbo (V), gera a estrutura com o requisito de adjacência ao verbo. Quanto aos não clíticos, a não adjacência não é exigida (cf. o contraste estabelecido entre (213) e (214)).

(213) CL_(OI) V DP

58. aqui ... Aí ele me vendeu o violão (eu fui p^ra lá) ... Aí toquei violão atéé
() até el

(PO, PUSB, 67 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 441)

(214) V DP_{meta} DP_{tema}

os zôto pôis na cabeça do muié queu dei pejuizo ela

(PI, EFSM, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 28)

Sobre a ocorrência de pronomes clíticos, o uso restrito de 1^a e à 2^a pessoa explica o baixo índice de uso desses pronomes no sistema de complementação pronominal do PBC, observação já apontada em vários outros estudos para o PB. Os resultados do Quadro 6 corroboram, ainda, os resultados divulgados em Cyrino (1995), para o quadro geral do PB. Conforme a autora, embora não se observe, no PB, a ocorrência de clíticos de 3^a pessoa, os clíticos de 1^a e 2^a pessoas ainda estão disponíveis no sistema pronominal da língua. No entanto, não é dado um tratamento teórico a esse fato em termo de cisão pronominal, conforme proponho nesta tese.

Nesse sentido, confirma-se, também para o PBC, que o clítico dativo de 3^a pessoa, “lhe/s”, não aparece nas amostras analisadas, mesmo nos dados de falantes com (muitos anos de) escolaridade. Esses resultados se alinham, por exemplo, à discussão desenvolvida em Galves (2000, 2001) e em Torres-Morais e Berlinck (2007).

De acordo com Galves (2001), é o enfraquecimento da morfologia verbal que determina as características peculiares da sintaxe dos clíticos do PB (o que, por hipótese, se estenderia ao PBC), em oposição ao PE e às demais línguas românicas. Em particular, a autora propõe que “os clíticos pronominais sintáticos, ou seja, os clíticos nucleares, são incompatíveis com um sistema de concordância fraca” (p. 144). Nessa análise, a autora propõe que, pelo fato de ser portador de traço morfossintático de Caso, o clítico deve ocorrer na mesma posição de seu atribuidor de Caso, a saber, o verbo. Conforme a autora, como o nó funcional responsável pela concordância, AGR, é fraco

no PB, o movimento do verbo para essa posição não ocorre e “nessas condições, os pronomes clíticos não podem mais ser legitimados como núcleos e são reanalisados como sintagmas, assim como os pronomes tônicos, com a diferença de que eles possuem uma marca morfológica de caso, que permite, e provavelmente obriga que eles se movimentem” (p. 146).

Ainda que a proposta de Galves (2001) seja consistente com os fatos descritos, cabe questionar a relação formal entre a perda do estatuto de núcleo desses elementos e a riqueza flexional do verbo, e, inversamente, a relação entre a riqueza flexional do verbo e a realização do clítico como sintagma pleno (projeção máxima), que deveria afetar sistematicamente todas as pessoas do sistema flexional e pronominal. Nesse sentido, a análise não explica por que o clítico de 1ª e da 2ª pessoa permanecem no sistema pronominal. Sabendo-se que a riqueza flexional está associada ao licenciamento do sujeito, não é clara a implicação. Análises alternativas estão disponíveis e invocam a mudança na orientação de cliticização, como propõe Nunes (1996). Além disso, a gramaticalização do pronome de tratamento ‘você’, parece relevante, pelo fato de ser encontrado tanto na posição de sujeito quanto na posição de complemento (do verbo e da preposição). Na posição de complemento, o pronome ‘você’ é uma forma forte/ plena e passa a ocorrer em variação com o clítico de 2ª pessoa, o que vem ao encontro de nossa hipótese, que investiga o papel do sistema pronominal na manifestação das estruturas – além de estar em consonância com as teses minimalistas que situam a mudança nas estruturas do léxico (funcional). Retomarei essa questão.

Considerando ainda o clítico dativo “lhe”, tem sido apontado, na literatura (cf. GALVES, 2001; TORRES MORAIS; BERLINCK, 2006, 2007, entre outros autores), uma relação entre a perda desse clítico e o surgimento da sintaxe inovadora do OI na língua. Em particular, a inovação consiste no uso da estrutura preposicionada com a preposição lexical “para/a”, que se distingue da preposição funcional “a”, analisada como um correlato desse clítico (cf. RAMOS, 1992; BERLINCK, 1999; SALLES, 1997; TORRES-MORAIS, 2006, entre outros). Essa mudança provoca um rearranjo no mapeamento do argumento meta das construções bitransitivas. Uma consequência desse rearranjo, por exemplo, é o aparecimento de outras estratégias em substituição ao clítico na realização do argumento meta (anafórico), conforme podemos observar nas tabelas 8 e 9, repetidas aqui como tabelas 10 e 11. Em particular, cabe destacar a estratégia com o OI realizado como pronome pleno.

Tabela 10: Realização do argumento meta, em função da preposição, nos *corpora* do PBC

ESTRATÉGIAS	OI	OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA
1 – OI com prep.	a. com <i>a</i>	7	16,66%
	b. com <i>para</i>	18	42,85%
2 – OI sem prep.	sem <i>P</i>	17	40,47%
TOTAL		42	100%

Tabela 11: Realização do argumento meta, em função do tipo de pronome, nos *corpora* do PBC

ESTRATÉGIA	OI	OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA
1 – OI pronom.	a. Cl – me	18	60,00%
	b. Cl – te	5	16,66%
	c. Pron. tôn. prep.	7	23,33%
Total		30	100%

As tabelas 13 e 14 mostram um recorte muito interessante nas estratégias de realização do argumento meta e, como sinalizado no capítulo 4, os tipos de estratégias contemplam propriedades de naturezas diferentes. Há, por exemplo, um número alto tanto de ocorrências de OI com preposição “para”, quanto sem preposição. É considerável também o número de OI realizado como clítico, com significativa ocorrência do clítico “me”. É significativa também a ausência do clítico de 3ª pessoa, “lhe”. Sobre a ocorrência do argumento meta como categoria pronominal, destaco o fato de que a tabela 15 mostra, por um lado, a ocorrência dos clíticos “me” / “te”, e, por outro, a ocorrência de não clíticos – pronomes plenos. Esse cenário evidencia a referida cisão de pessoa no sistema pronominal, um fenômeno que se define em termos formais, em relação ao processo de mudança linguística.

A seguir, discuto a hipótese de que o fenômeno de cisão afeta o sistema de complementação pronominal do PB/PBC e traz implicações para a ocorrência do argumento meta.

5.2.1 Cisão no sistema pronominal do PB/PBC

Benveniste (1966, 1995) defende a ideia de que a noção de pessoa só faz sentido quando aplicada à 1ª e 2ª pessoas. Nessa perspectiva, *pessoa* é um tipo de marca dêitica, e pode ser definida como a categoria gramatical que indica os papéis do discurso, ou seja, o falante (1ª pessoa) e o ouvinte/destinatário (2ª pessoa). De forma diferente, a 3ª

pessoa não contém uma especificação no discurso, o que exige, portanto, uma identificação. Benveniste (1966, 1995) afirma que a 3ª pessoa é um conceito negativo: tal consideração pauta-se na observação de que a 3ª pessoa é usada para indicar a "não-pessoa"⁵⁵, ou seja, qualquer referente diferente do falante e do ouvinte/destinatário.

Baseando-se em Benveniste (1995), Rabelo (2010) argumenta que o sistema pronominal do PB apresenta uma espécie de cisão na posição sintática de sujeito. Na análise da autora, dois grupos surgem: um formado pelas 1ª e 2ª pessoas; outro pela 3ª pessoa. A hipótese é que as especificações categoriais realizadas pela 3ª pessoa são diferentes das especificações categoriais de outras pessoas gramaticais. Além disso, do ponto de vista translinguístico, a expressão sintática dessas propriedades pode estar sob variação. Seguindo Manzini; Savoia (2007, 2008), que vinculam o traço EPP à presença de um traço de Definitude (D) em T (nos termos de Chomsky 2001), Rabelo (2010) propõe que, no PB, na 3ª pessoa, a morfologia flexional não possui o traço D, o qual, por sua vez, é necessário para satisfazer EPP e checar a referencialidade do argumento na posição do sujeito da sentença.

Assim, traços referenciais determinam uma cisão no sistema pronominal no PB. Conforme essa hipótese, enquanto os sufixos flexionais de 1ª e 2ª pessoas ocorrem como categorias pronominais (sendo listados individualmente no léxico), e têm um traço D inerente, os de 3ª pessoa podem ou não manifestar esse traço. Olhando para a sintaxe do sujeito no PB, Rabelo (2010) aponta que, entre as línguas românicas, essa língua apresenta uma cisão de pessoa que separa as 1ª/ 2ª pessoas da 3ª pessoa, já que os sufixos flexionais na 3ª pessoa não apresentam o traço D. Na análise da autora, essa cisão não é apenas responsável pelas especificidades do PB, em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo, mas é difundida no sistema pronominal e parece desempenhar um papel mais relevante nessa língua, alcançando o sistema de pronomes complementos.

Outro estudo sobre esse tema é realizado por Naves; Pilati (2013). As autoras analisam construções com ordem verbo-sujeito (ou inversão locativa), construções

⁵⁵ Galves (2001) afirma que, diferentemente do PE, em que a 3ª pessoa do singular corresponde à não-pessoa do discurso, nos termos de Benveniste (1966), em PB, ela corresponde também à não-pessoa em relação à própria especificação de pessoa. Para a autora, a 3ª pessoa, trata-se de uma ausência total da especificação de pessoa. Em nota, observa que essa característica explica "(...) o fato de essa forma poder ser usada pelo falante para falar de uma ação que ele mesmo realizou ou vai realizar, mas à qual ele não acha pertinente se referir utilizando a primeira pessoa." (GALVES, 2001, p. 151). Essa análise, embora, do ponto de vista descritivo, coincida com a proposta de Rabelo (2010), não é compatível em termos da implementação teórica, uma vez que no modelo de Galves (2001) a variação translinguística está na expressão do núcleo de pessoa, ausente na 3ª pessoa, responsável pelo licenciamento do EPP mediante a flexão do verbo em T, enquanto em Rabelo (2010), a distinção entre o PB e as demais línguas românicas de sujeito nulo reside na manifestação do traço D em T, ausente na 3ª pessoa.

tópico-sujeito, construções indefinidas de sujeito nulo e construções com sujeitos não-argumentais em PB, argumentando que essas construções podem ser tratadas como estando relacionadas a mudanças no sistema pronominal de 3ª pessoa, nessa língua. Argumentam que, embora a especificação formal da 3ª pessoa do PB possa checar os traços *phi* de T, ela não contém o traço nominal D, que é capaz de verificar o traço D em T, responsável pela referencialidade da sentença. Segundo as autoras, isso explica (i) a necessidade de preencher a posição do sujeito no PB e (ii) o aumento das propriedades dêiticas da morfologia de 3ª pessoa. A linha de raciocínio das autoras é, portanto, que a morfologia verbal de 3ª pessoa no PB não denota referência especificamente relacionada à 3ª pessoa como participante do discurso, e a 3ª pessoa se comporta, desse modo, como uma proforma (não como pronome próprio).

Em Salles; Pereira (2018), o tema da cisão pronominal é também considerado. Ao investigarem a relação entre as propriedades formais dos pronomes complemento e sua distribuição na estrutura oracional nos dados do PBC, os autores, baseando-se em Rabelo (2010), Naves e Pilati (2013), exploraram a hipótese da cisão pronominal nesse dialeto, considerando que, na 3ª pessoa, os clíticos são produtivamente substituídos por pronomes plenos ou nulos. Considerando as implicações da cisão pronominal e baseando-se em Torres-Morais; Salles (2010), que adotam uma teoria de núcleos aplicativos, propõem que o PBC disponibiliza um tipo de DOC, com uma forma pronominal não clítica - crucialmente encontrada na 3ª pessoa, à semelhança do que ocorre no inglês. Um requisito para a manifestação da DOC é uma mudança na especificação formal dos pronomes complementos. Essa questão será retomada na análise a ser desenvolvida na seção 5.5.2, dentro do quadro teórico apresentado na seção 5.3.

Nesta tese, assumo, portanto, a cisão no sistema de complementação pronominal do PB, em conformidade com os resultados dos estudos desenvolvidos em Rabelo (2010), Naves; Pilati (2013) e Salles; Pereira (2018). Proponho que a cisão pronominal proposta para a posição de sujeito tem uma contraparte na posição de complemento, conforme ilustrado anteriormente no quadro 6, repetido, propositalmente, aqui no quadro 8.

Quadro 8: sistema de complementação pronominal do PBC

PESSOA/NUMERO	Clíticos		Não clíticos	
	S	P	S	P
1p/2p	me; te	nos;--	eu; você/ocê/cê	nós/a gente; vocês/cês
3p	--		ele(a); ê; ea	eles(as); ês/eas

No quadro 4, podemos observar que o sistema de complementação pronominal do PBC não conta com os clíticos de 3ª pessoa, “o(s)/a(s)/lhe (s)”, em seu inventário. Em vez disso, são encontrados, em substituição a esses clíticos, pronomes plenos ou nulos, o que está de acordo com o que é revelado na literatura sobre a sintaxe de complementação pronominal no PB (cf. CYRINO, 1993; GALVES, 2001; TORRES-MORAIS; BERLINCK, 2006, 2007, entre muitos outros estudos). Destaco que o clítico dativo de 3ª pessoa, “lhe”, é substituído pelo pronome forte “ele(s)/a(s)”, introduzido por uma preposição lexical (preferencialmente “para”), como observado por Torres-Morais (2006). Nessa estratégia, o PB se distingue crucialmente do PE (e de outras línguas românicas), em que a presença do pronome pleno pressupõe uma interpretação marcada, exigindo, no caso do PE, o redobro do clítico.⁵⁶ A relação entre a perda do clítico de 3ª pessoa e a emergência das estruturas preposicionadas é também observada em vários estudos, recebendo diferentes análises, que não podemos tratar em detalhes (cf. SALLES, 1997; SALLES; SCHERRE, 2002; GOMES, 2003; TORRES-MORAIS; BERLINCK, 2006, 2007; DANTAS, 2007; NASCIMENTO, 2007).

Argumento, neste trabalho, que a cisão pronominal afeta, portanto, o sistema de complementação do PBC e contribui para o surgimento de duas estruturas inovadoras: a DOC e a construção de redobro de clítico.⁵⁷ Tendo em vista as características do sistema pronominal, conforme indicadas anteriormente, as construções de redobro ocorrem apenas com pronomes clíticos “me/te”, conforme podemos observar em (215), com leitura não marcada do argumento meta. Por sua vez, o argumento alvo na DOC ocorre com formas pronominais não clíticas/ plenas, conforme podemos observar em (216) e

⁵⁶ É interessante notar que esse fenômeno manifesta um correlato em relação à posição de sujeito, uma vez que no PB, o uso do pronome (resumptivo) pleno na posição de sujeito não implica interpretação marcada, diferentemente do PE e das demais línguas românicas de sujeito do nulo, em que o pronome (resumptivo) pleno nessa posição tem leitura marcada.

⁵⁷ Outro contexto em que se verificam efeitos da cisão pronominal no PB é o da estrutura causativa, com verbos como ‘mandar’/‘fazer’, conforme propõe Pereira (2013).

(217).⁵⁸ No entanto, enquanto em inglês, a DOC é encontrada na 1ª, 2ª e 3ª pessoa; no PBC, essa construção parece ser preferencialmente encontrada com 3ª pessoa, como podemos observar em (215), mas existem registros de DOC com 1ª pessoa (cf. (216)).

(215) a. CL V DO

tinha cinco médico lá me oinano eu assim

(PI, EFSM, 48 anos, não-escolarizado, Projeto Mineres, Fita 28)

b. CL V DO

cê pode intrá qu'eu te ajudo ocê no qu'eu pudé

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

c. CL V DP_{meta}

deixa eu te perguntar ocê um negócio

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

(216) a. V + NP_{IO} + NP_{DO}

7. P1: A minha sogra morreu ofindida de bicho ruim ... ela tinha ãa horta aí ãa muié 38. mandô pidi el"um remédio ... ela foi buscá o remédio ... aí a cobra pegô ela de 39. tardizinha ... aí isgot"ava sangue dimais foi no dia dessa festa que ela morreu p"a 40. manhecê hoje ela morreu já de madrugada

(PO, SOGOF 1, 75 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 396)

b. V DP_{meta} DP_{tema}

58. hoje num tá boa não..." foi/quant[do] foi de noite ea falô "ô Sinhá tô cu'a dor aqui..." 59. ((tosse)) eu fui e falei assim com ela... "te dá Novagina..." dei ea Novagina (ea) 60. "miorô: Zina?"... "miorei..." (falei [a]ssim) "cê qué doce?".. () pur conta de doce...

(BL, MFC, 85 anos, não-escolarizada, REZENDE, 2008, p. 517)

(217) V DP_{meta} DP_{tema}

... eu sê candidato prá perdê eu num ia eu podia até perdê mai entrá com chance de ganhá ... entendeu? aí eu sô candidato e eu num tinha mai nada pa poiá ... aí ... falei "fiedazunha" só pensei ... **pediu eu voto** falei ah::: vô vê cumé que eu faço ... quano ele pediu voto eu desgostei de política falei ieu

⁵⁸Como será discutido adiante, a DOC é analisada em uma configuração projetada por um núcleo preposicional/relacional (nulo) (cf. KAYNE, 1984; PESETSKY, 2005; SALLES, 1997),

num voto nem VOTÁ eu vô ... se os zôto pedi eu voto
(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

Tendo apresentado o modo como o sistema de complementação pronominal se organiza no PBC, considerando sua ocorrência na estrutura bitransitiva, e os dois tipos de estruturas que emergem, nesse dialeto, como dar conta desse fenômeno em termos teóricos? Com o objetivo de responder esse questionamento, passo, agora, a tratar do referencial teórico adotado na análise. Dessa forma, introduzo a hipótese desenvolvida por Manzini (2014), Manzini; Savoia (2014), Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017).

5.3 Caso oblíquo e a noção de posse codificada como um núcleo de inclusividade \subseteq

5.3.1 O pronome italiano *loro* oposto ao oblíquo *a loro* e a propriedade de inclusividade \subseteq

Manzini (2014) e Manzini; Savoia (2014) (doravante M/M&S) analisam a distribuição do pronome italiano *loro/eles* (3.P.Suj. Obj.) e defendem que há dois pronomes *loro*, que estão em distribuição complementar: uma forma oblíqua e outra forma não-oblíqua. Para os autores, a forma *loro* não-oblíqua alinha-se com as formas *lui* (ele/3.S.Suj.Obj.), e *lei* (ela/ 3.S.Suj. Obj.), conforme podemos observar em (218b-c); esse pronome também tem a mesma distribuição que os pronomes *lui*, *lei*, quando ocorrem como genitivo (licenciado por preposição), conforme podemos observar em (219b). Por outro lado, a forma *loro* oblíqua está em distribuição complementar com os pronomes *lui* e *lei* (cf. (218a) e (219a)).⁵⁹ A distribuição do pronome *loro* nos exemplos (218a-b) é relevante para a análise dos dados do PBC, por se tratar de construções bitransitivas, em que, quando adjacente ao verbo, o pronome *loro* ocorre sem preposição (exatamente como nas construções do tipo DOC); por outro lado, *loro* ocorre com preposição, se aparecer após o OD.

(218) a. Ho offerto loro/*lui/*lei il mio aiuto

⁵⁹ Nesta seção, traduzo os dados do italiano para o português somente em relação aos trechos extraídos de dados reais, que requerem maior contextualização. Os dados que ilustram usos de pronomes não são traduzidos pela possibilidade de inferir seu significado dos contrastes propostos e da discussão. Destaco o fato de que *loro* é um pronome de 3ª pessoa, plural, mas não há correspondente em português.

- b. Ho offerto il mio aiuto a lui/a lei/ a loro
 - c. Ho visto lui/lei/loro
- (219) a. La loro/*lui/*lei casa
- b. La casa di lui/di lei/di loro

(MANZINI, 2014, p. 174)

Adotando a visão projecionista da interface léxico/sintaxe e opondo-se à abordagem feita por Cardinaletti e Starke (1994, 1999), que se apoia na distinção entre pronomes fortes, fracos e clíticos, atribuindo a *loro* o estatuto de pronome fraco para explicar sua distribuição na estrutura não preposicionada, M/M&S propõem que, ao invés de se categorizar o pronome *loro* em formas fraca e forte, deve-se considerar a hipótese de que o pronome manifesta opcionalmente o traço oblíquo, conforme podemos observar em (220). Nessa abordagem, o pronome *loro* que alterna com *lui/lei* é apenas plural (cf. (218b-c) e (219b)); enquanto o pronome *loro* que não alterna é plural e oblíquo (cf. (218a) e (219a))

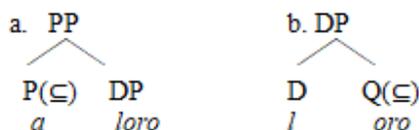
(220) *loro*: D, plural, (oblíquo)

No aparato teórico desenvolvido por M/M&S, o caso oblíquo denota uma relação oblíqua, cujo conteúdo é a posse (tradicionalmente associada ao genitivo). Seguindo Fillmore (1968), os autores propõem que caso oblíquo e preposições como *a* e *di* têm o mesmo conteúdo, o que implica que a diferença entre *loro* e *a loro*, conforme mostrado em (218) e (219), não está na presença ou ausência do caso oblíquo na estrutura formal do pronome, mas no modo como esta relação oblíqua é lexicalizada (se pela desinência de caso *-oro* ou pela preposição *a*).

Seguindo Manzini; Savoia (2001; 2011), M/M&S usam a notação \sqsubseteq , denominada núcleo de inclusão zonal, para se referir ao conteúdo da posse, lexicalizado pela desinência de caso ou pela preposição. A visão projecionista adotada pelos autores prevê que o pronome *loro* é composto por uma base *-l* que se anexa ao afixo *-oro*, analisada como desinência de caso, gerando, então, a forma *loro*. Decorre disso que as preposições *a* e *di* são analisadas como itens do tipo P(\sqsubseteq) e a desinência de caso *-oro* é associada ao núcleo funcional Q(quantifier), rotulada pelos autores como um núcleo do

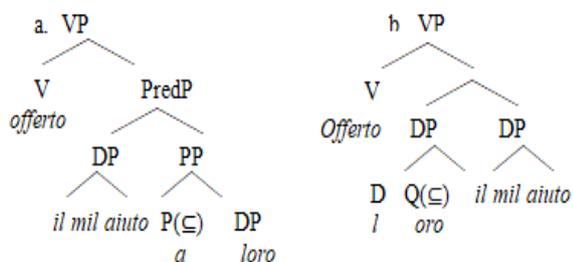
tipo Q(\subseteq).⁶⁰ Como resultado dessa notação, a estrutura do PP *a loro* é como (221a); o oblíquo *loro*, por sua vez, tem a estrutura de (221b). Essa proposta implica que os verbos não selecionam nem D nem P para dativo, mas a propriedade (\subseteq).⁶¹

(221)



M/M&S analisam, então, a distribuição do pronome *loro* na estrutura bitransitiva em termos dessa proposta. Considerando que o complemento de um verbo bitransitivo é um predicado que denota uma relação de posse (nos termos de KAYNE, 1984, citado pelos autores), mostram que há duas formas de derivar essa relação, conforme podemos observar em (222a) e (222b). A ordem meta/tema em (222b) pressupõe movimento (cf. (223)), ao passo que a ordem tema/meta, (cf. (222a)), é gerada na base (cf. MANZINI, 2014, p. 181).

(222)



(223) ... offerto [_{Q(\subseteq)P} loro [_{VP} ~~offerto~~ [il mio aiuto loro]]]

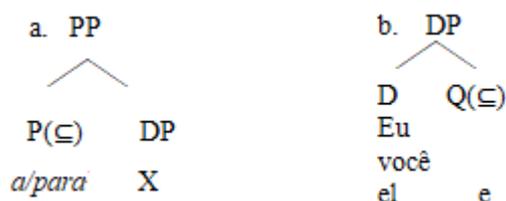
⁶⁰ Conforme Manzini (2014), a categorização de *loro* como um núcleo funcional do tipo Q(uantificador) é justificada, em Manzini; Savoia (2011), por suas propriedades denotacionais, particularmente pela interpretação distributiva que assume em predicado bitransitivo, em relação ao argumento tema (objeto direto), conforme ilustrado a seguir:

- (i) Assegnai loro un compito ciascuno.
I gave them an assignment each
- (ii) *Li assegnai a uno student ciascuno.
Them I assigned to a student each

⁶¹ Conforme salientam os autores, a hipótese do núcleo relacional (de inclusividade) pode ser comparada à do núcleo aplicativo, em termos descritivos. No entanto, este último, formulado no âmbito da Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993), tem estatuto funcional, e é definido como um introdutor de argumentos na estrutura do predicado, estando sua manifestação/ distribuição sob variação entre as línguas. Diferentemente, o núcleo relacional é um predicado, que descreve a relação de posse entre dois argumentos, estando sua lexicalização sob variação entre as línguas – ocorrendo ora como um núcleo preposicional, ora como uma categoria pronominal, com as devidas especificações.

Das propostas de M/M&S, assumo a ideia de que os verbos bitransitivos não selecionam D ou P para realizar o argumento dativo, mas a propriedade $[\subseteq]$.⁶² Embora o PB/PBC não disponham de um pronome do tipo *loro*, vou reter o contraste estabelecido pelas estruturas em (221) e (222). Neste trabalho, proporei, considerando as devidas implicações, que, no PB/PBC, o núcleo $[\subseteq]$ é projetado mediante uma categoria do tipo P ou Q, conforme podemos observar em (224). Quando o argumento meta é realizado por preposição, será projetado como (224a) – X representa os pronomes não-clíticos de 1^a, 2^a e 3^a pessoas – ‘eu’ (nós, a gente); ‘você(s)/ocê/cê(s)’; ‘ele(a)(s)/ê(s)/ea(s)’; quando realizado por pronome não-clítico, será projetado como (224b)⁶³.

(224)



Na próxima seção, desenvolvo uma discussão sobre a relação entre posse e traços referenciais, baseada em Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017). A idéia é a de que a posse e traços como [animacidade] e [definitude] atuam para determinar a escolha dos argumentos meta e da estruturas referidas como DOM (do inglês, *Diferencial Object Marking*).

5.3.2 A unificação dos argumentos dativo e DOM no italiano: a relação entre posse e os traços de animacidade e definitude

Manzini e Franco (2016) analisam o argumento interno em estruturas monotransitivas referidas como DOM, conforme ilustrado em (225a-b), com dados do

⁶² Como observado por M/M&S, essa idéia foi implementada em diferentes formas teóricas, como, por exemplo, a teoria dos aplicativos de Pylkannen (2002), que é formulada dentro da estrutura da Morfologia Distribuída (MD), sendo muito influente (cf. seção 3.3.1, no capítulo 3). As diferenças teóricas entre essas abordagens são significativas: enquanto M/M&S propõem a unificação entre morfologia e sintaxe, assumindo que os itens morfológicos projetam diretamente a sintaxe; na MD, a inserção dos itens da morfologia é pós-sintática. Não vou me deter na avaliação de cada modelo.

⁶³ Por hipótese, nos casos do argumento meta ser realizado por pronome, introduzido por preposição, como em [para você] ou [para mim], a estrutura seria a combinação de (233a) com (233b).

dialeto italiano *Sasso di Castalda (Italo-Romance)*, em oposição a (225c), propondo um modelo de sintaxe que unifica esse tipo de construção com o argumento meta em estruturas bitransitivas, conforme ilustrado em (225d), considerado o dativo canônico.

- (225) a. *camene a mmi/tti/jidde*
eles.call to me/you/him
'They call me/you/him'
- b. *camene a kwedda femmena*
they.call to that woman
'They call that woman'
- c. *anne piλλate nu libbre*
they.have taken a book
'They took a/ that book'
- d. *u raine a mmi/tti/ jidde*
it they.give to me/you/him
'They give it to me/you/him'.

(MANZINI; FRANCO, 2016, p. 1)

Na análise dos autores, os argumentos meta e DOM compartilham propriedades como animacidade e definitude, o que consiste em uma forte motivação semântica para desenvolverem a proposta unificada. Para o desenvolvimento dessa proposta, adotam tanto o modelo minimalista da gramática gerativa, mais especificamente, aquele desenvolvido em Chomsky (1995, 2001, 2008), quanto a teoria do Caso, compreendendo esse processo, inicialmente, como uma relação de concordância que envolve traços *phi*, tal como aparece nos constituintes nominais.

Nesse aspecto, ao considerarem a literatura sobre o núcleo Appl (PYLKKÄNEN, 2008; CUERVO, 2003, citados pelos autores), os autores refletem sobre as implicações dessa análise, em que Appl licencia o dativo (por meio da verificação de traços *phi*), mas, considerando a possibilidade de o dativo ser apenas reflexo de traços *phi*, questionam o fato de que a teoria do Appl (baixo, conforme a literatura) verifica o argumento meta, mas não dá conta do requisito de esses argumentos serem animados/ definidos. Essa compreensão da Teoria do Caso será revista, posteriormente, pelos autores.

Manzini; Franco (2016) argumentam que os dados em (225a-b) e (225d) são evidência para a hipótese de que tanto o dativo meta quanto o DOM têm, em comum, um caso oblíquo. Trata-se, portanto, de considerar que a marcação unificada do argumento pela preposição, em ambos os casos, é uma motivação sintática para a proposta dos autores. Essa hipótese lança um novo olhar para explicar a ocorrência do DOM, uma vez que os estudos prévios enfatizam o alinhamento sintático com o objeto direto, tendo em vista a pronominalização com pronomes acusativos e a possibilidade de apassivação (ver LOPORCARO, 1988; PINEDA, 2014, citadas pelos autores). Ressaltando que tais propriedades não são definidoras do estatuto sintático desse argumento (como será detalhado adiante), Manzini; Franco (2016) postulam que a relação oblíqua é codificada pelo núcleo de inclusão notado como \sqsubseteq , que denota um conteúdo relacional e implica uma relação de posse/inclusão.

Em relação aos argumentos meta e DOM, Manzini; Franco (2016) abandonam o modelo minimalista de Caso em termos de *Agree*/concordância e defendem que, diferentemente dos casos nominativo e acusativo, que são reflexos da verificação de traços *phi* em T e em *v*, respectivamente, o caso oblíquo é um equivalente funcional de preposições (inglês *to* = dativo latino; inglês *of* = genitivo latino), como originalmente formalizado por Fillmore (1968, citado pelos autores). Esse posicionamento é baseado na proposta de Baker; Vinokurova (2010, citados pelos autores), os quais advogam que caso não pode ser reduzido a traços *phi* de concordância. Sobre isso, Manzini; Franco (2016) observam que “se uma preposição é um predicado que introduz uma relação entre o argumento que ela seleciona e outro argumento, então é o próprio caso oblíquo”⁶⁴ (p. 7).

Tendo, pois, abandonado a ideia de caso como *Agree*/concordância, e sendo necessário especificar uma categoria para Caso, Manzini; Franco (2016) assumem, seguindo Bittner; Hale (1996) e Travis (2005), que Caso é uma categoria primitiva da gramática (e não, como prevê a teoria da checagem, um efeito desse processo). Considerando isso, sugerem que Q⁶⁵, entre as categorias internas de DP, é o núcleo mais

⁶⁴ No original: “If a preposition is a predicate introducing a relation between the argument it selects and another argument, so is oblique case”. (MANZINI; FRANCO, 2016, p. 7).

⁶⁵ Nesse ponto, penso ser relevante especificar porque os autores adotam Q em sua notação. Oportunamente, explico o modelo de distribuição de clíticos na estrutura oracional. Toda a explicação é baseada na proposta de Manzini; Savoia (2002, 2004), a qual, por sua vez, baseia-se na hipótese da hierarquia de posições funcionais proposta por Cinque (1999). No trabalho de (2002), os autores assumem que os clíticos são gerados diretamente na posição onde surgem, o que implica dizer que existe uma posição para o clítico, entre as projeções I e C. Postulando que os clíticos sujeito têm propriedades denotacionais, postulam que a categoria P(essoa) se aplica aos clíticos de 1^a/2^a pessoas, no singular ou no

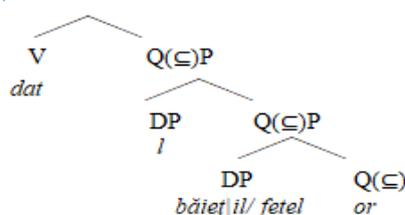
próximo da morfologia do caso. Conforme essa perspectiva, no plano geral, o caso oblíquo é lexicalizado em Q ou em P. Sendo os argumentos meta e DOM inseridos por uma preposição, eles serão, por hipóteses, itens do tipo P(\subseteq).

Manzini; Franco (2016) afirmam que a proposta do Q(\subseteq) se assemelha à abordagem que defende a existência de uma preposição abstrata, P_{HAVE}, ou de um verbo HAVE abstrato, defendida primeiramente por Kayne (1984) e retomada por Harley (2002) e Beck; Johnson (2004), conforme podemos observar em (226). A estrutura em (226) é semelhante à (227), no sentido de captarem a relação de predicação.

(226) a. ...CAUSE [PP Mary [HAVE' P_{HAVE} a letter]] (Harley 2002)

b. ...send [HAVEP Satoshi [HAVE HAVE the guide]](BECK; JOHNSON; 2004)

(227)



(MANZINI; FRANCO, 2016, p. 20-21)

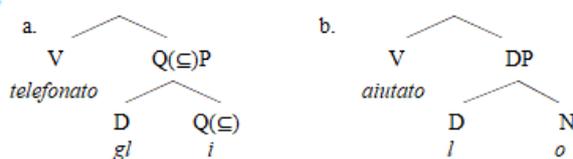
Manzini; Franco (2016) justificam que a escolha do núcleo (\subseteq) ao invés de HAVE, como conteúdo da relação dativa, é motivada pela ideia de que estruturas como (235) parecem implicar uma adesão a alguma forma de semântica gerativa, onde todas as relações são verbos (ou VERBOS). Diferentemente, na proposta que desenvolvem, o núcleo relacional (\subseteq) pode se associar a diferentes categorias, entre as quais optaram por notar P(\subseteq), para uma preposição como *to* ou Q(\subseteq), para a categoria pronominal.

De acordo com Manzini; Franco (2016), quando o argumento DOM é um clítico, realiza-se como um item do tipo Q(\subseteq). Para ilustrar essa argumentação, vamos observar

plural, a categoria N(ome), ao clítico de 3ª pessoa, por ter propriedade predicativa, a categoria Q(uantificador), aos clíticos plurais e a categoria D(efinitude) a outros tipos de clíticos. A essas categorias, Manzini e Savoia (2004) adicionam mais três, categorizadas em termos denotacionais e ligadas especificamente aos clíticos objetos. São elas, Loc(ativo), que lexicaliza referência para as coordenadas espaciais do discurso, R(eferencial), que corresponde a propriedades quantificacionais fortes ou de especificidade e DO_p, que é associada a propriedades modais/intencionais para servir como uma contraparte, no nível nominal, para as categorias modal/intencional do verbo, hospedando elementos preposicionais que podem introduzir um sintagma nominal ou servir como complementizador da sentença. Diante dessas considerações, Manzini; Savoia (2002, 2004) postulam que a hierarquia dessas categorias assume a seguinte forma no nível nominal: (i) [DO_p [D [R [Q [P [Loc [N. A cadeia em (i) também define a ordem básica das categorias clíticas dentro da cadeia sentencial. Essa estrutura será relevante para a análise das construções redobro do clítico a ser apresentada adiante.

as estruturas em (228a-b), com os verbos transitivos *telefonato*/'telefonar' e *aiutato*/'ajudar', do italiano. Essas estruturas exemplificam duas situações com duas estruturas de caso diferentes, a saber, dativo e acusativo, respectivamente.

(228)



Conforme os autores, embora os verbos *telefonato* e *aiutato* tenham a mesma transitividade, o exemplo em (228a) contrasta com (228b). Na 3ª pessoa, o verbo *telefonato*, diferentemente de *aiutato*, seleciona apenas clítico dativo, que, por hipótese, está associado a Q(⊆), enquanto o verbo *aiutato* seleciona o clítico acusativo, por hipótese, associado à categoria N. Conforme essa abordagem, Q(⊆) introduz uma relação de inclusão entre dois argumentos: no caso específico, o clítico dativo, *gli*, e um constituinte eventivo (do tipo, “Ele me fez ter um telefonema”/ “Ele me fez um telefonema”). Considerando isso, propõem que (228a) é esquematizado como (229a) e (228b), como (229b).

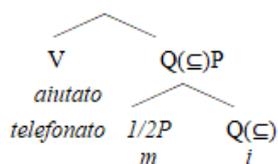
(229) a. EA [CAUSE/v [phone call [Q(⊆) him]]]

b. EA [CAUSE/v [help him]]

(MANZINI; FRANCO, 2016, p. 23)

Ainda de acordo com Manzini; Franco (2016), um padrão semelhante a (229a) se observa, quando considerados os clíticos de 1ª/2ª pessoas, *mi/ti*, analisados morfologicamente como dativos, conforme podemos observar em (230) e (231).

(230)



(231) a. EA [CAUSE/v [phone call [Q(⊆) me]]]

b. EA [CAUSE/v [help [Q(⊆) me]]]

Conforme a explicação dos autores, a estrutura em (230) exemplifica uma situação em que os dois verbos *aiutato/ telefonato* selecionam o mesmo tipo de argumento, a saber, o clítico dativo de 1ª pessoa, *mi* (ou o clítico dativo de 2ª pessoa, *ti*). Notam que, com ambos os verbos, o argumento interno com traço [Participante] (referindo-se ao falante ou ouvinte) é interpretado como um possuidor do subevento incorporado, conforme é possível observar em (231).

Discutindo sobre verbos bitransitivos, Manzini; Franco (2016) argumentam que esses verbos têm um comportamento diferente do que se verifica com verbos monotransitivos, no que se refere ao núcleo de inclusividade. Com bitransitivos, $Q(\subseteq)$ estabelece uma relação entre o argumento ao qual se liga e outro argumento dentro do predicado (o VP) (não a um subevento). Como já foi dito anteriormente, sendo o argumenta meta inserido por uma preposição, será a preposição que portará as propriedades relacionadas à posse. Os autores advogam que os verbos bitransitivos requerem uma predicação como complemento, cujo conteúdo é uma relação de posse entre um possuído e um possuidor. Essa predicação é, formalmente, realizada como um PredP, nos termos de Kayne (1984, 1994, citado pelos autores).

Manzini; Franco (2016) correlacionam as propriedades dos dativos DOM e meta e observam que, enquanto o primeiro surge na sintaxe e reflete uma estruturação ligeiramente diferente da estrutura do evento com argumentos internos participantes; o segundo é introduzido pelas propriedades do verbo, quais sejam, as propriedades de selecionar um PredP. Diante dessas considerações, a conclusão preliminar é que o dativo meta é um constituinte requerido pelo evento (o predicado), ao passo que o dativo DOM é um constituinte requerido pelas propriedades referenciais do argumento interno.

Outro tipo de construção considerado na análise pelos autores é o redobro de clítico. Analisando dados do espanhol padrão, em (232), e da variedade *leista*, em (233), Manzini; Franco (2016) associam a escolha do clítico (dativo) ao traço de animacidade do referente. Com isso, concluem, preliminarmente, que, enquanto o clítico acusativo seleciona um referente animado/inanimado, o clítico dativo, inequivocamente, seleciona referentes apenas animados. Trata-se de um aspecto consistente com a análise que desenvolverei para o redobro do clítico no PBC. Os autores observam ainda que, no espanhol padrão, DOM é dobrado por um clítico acusativo (cf. 232a), enquanto o argumento meta é dobrado pelo clítico dativo (cf. (232b)). No entanto, o contexto do

redobro de clítico provoca diferentes padrões de concordância com o DOM (cf. (233a), em oposição a (233b)).

- (232) a. Lo vio a Juan
 CL.ac. ele.viu a Juan
 b. Le dio el libro a Juan
 CL.dat deu o livro a Juan

- (233) a. La vi.
 CL.ac Eu vi.
 b. (A la madre) le vimos llorando
 (À mãe) CL.dat vimos chorando

(MANZINI; FRANCO, 2016, p. 33-34)

Manzini; Franco (2016) pontuam que o redobro de clítico envolve compatibilidade obrigatória de traços *phi* mas, ao que parece, não do item que carrega o Caso. Essa correspondência de traços pode ser implementada através da postulação de um "grande DP" do qual o clítico, Cl, é o núcleo e o DP duplicado é o Spec. Conforme essa linha de raciocínio, traços *phi* são, então, um subproduto da configuração *Spec-head* local, da qual a ordem resultante é derivada via movimento de clítico, como esquematizado em (234) (cf. MANZINI; FRANCO, 2016, p. 35).⁶⁶

(234) Cl ... [DP [~~Cl~~]]

Em outro estudo (MANZINI, SAVOIA; FRANCO, 2017), os autores argumentam que uma evidência morfológica que corrobora a análise proposta apresentada em Manzini; Franco (2016) é o fato de que a mesma preposição que introduz o argumento meta também introduz o DOM, em línguas românicas. Essa evidência reforça a tese de que o DOM se alinha morfossintaticamente ao argumento meta e que, em ambos, o argumento interno manifesta o caso oblíquo.

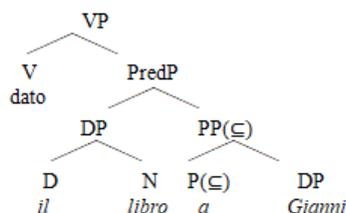
Em relação às construções bitransitivas, e retomando estudos prévios (cf. MANZINI, 2014; MANZINI; SAVOIA, 2014; MANZINI; FRANCO, 2016), Manzini, Savoia; Franco (2017) propõem que o núcleo da relação de posse é projetado pelo

⁶⁶ A ideia do DP complexo para hospedar o clítico e do DP redobrado está formulada originalmente em Raposo (1998), sendo adotada em Torres - Morais; Salles (2010).

núcleo P(\subseteq), o qual, nas línguas românicas, é lexicalizada pela preposição, conforme ilustrado a seguir.

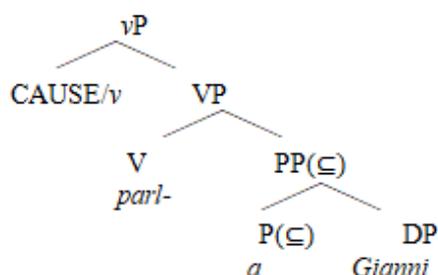
(235) a. Ho dato il libro a Gianni
 “Eu dei o livro a Gianni”

b.



De acordo com os autores, o argumento meta participa na fixação da referência do argumento tema, pela denotação de uma zona de inclusão. A estrutura em (235) mostra que, nas construções bitransitivas, o verbo seleciona um PredP, que tem o PP(\subseteq) como um de seus argumentos. Ainda conforme os autores, o tratamento dado a (235b) deve ser estendido aos contextos não bitransitivos, onde ocorre o DOM, conforme pode ser observado em (236). Os autores esclarecem ainda que DOM ocorre quando a gramática requer que o argumento não seja incorporado em VP como um tema, por possuir um traço [Participante], propriedade referencial requerida para o argumento interno – uma propriedade sob variação nas línguas. A fórmula em (237) explicita o contexto de restrição para ocorrência de DOM. Nesse sentido, afirmam que “línguas com dativos DOM são aquelas em que um argumento com determinadas propriedades referenciais nunca pode ser inserido internamente em VP, exceto em P(\subseteq)” (MANZINI, FRANCO; SAVOIA, 2017, p. 13).

(236)



(237) DOM

[_{VP}V [* (P_⊆) DP], onde DP = 1/2P etc,

(MANZINI, FRANCO; SAVOIA, 2017, p. 13)

Manzini, Savoia; Franco (2017) observam que, embora compartilhem propriedades, os argumentos meta e DOM diferem em dois aspectos: Primeiro, DOM é requerido pelas propriedades do argumento interno, enquanto o argumento meta é requerido pelo predicado; segundo, DOM pode ser passivizado, possibilidade que não ocorre com argumento meta, nas línguas românicas. A explicação para esta diferença é que a combinação de características do argumento meta, a saber, (i) ter Caso inerente e (ii) ser incorporado em PP, impedem-no de ser alçado para Spec de IP.

Manzini, Savoia; Franco (2017) defendem que DOM consiste na realização oblíqua de um objeto direto, o que significa dizer que, em algumas línguas, apenas um referente classificado adequadamente baixo pode ser um objeto direto nu, enquanto um referente classificado como alto é interpretado como possuidor/ *locus* do evento. Essa diferença é captada em termos da animacidade e definitude do argumento DOM, o que é relevante para a análise que encaminharei na seção 5.5.2. Os autores pontuam que a distribuição do DOM pode ser determinada por uma restrição do tipo que proíbe a ocorrência desse argumento dentro de VP se realizado como tema. Isso implica que DOM é potencialmente incorporado quando interpretado como um possuidor/meta (cf. fórmula de restrição para ocorrência do DOM, em (237)).

Manzini, Savoia; Franco (2017) também consideram as construções de redobro de clítico e reforçam o argumento de que esse tipo de construção envolve compatibilidade de traços-*phi*. Os autores adotam a visão de que clíticos e DPs estão em domínios diferentes (SPORTICHE, 1996) e são conectados por Agree. Nessa perspectiva, o clítico, no domínio flexional, serve como um *probe* para o DP, *in situ*. Retomando Manzini; Franco (2016), os autores explicam que, em algum momento, o clítico e o DP dobrado não concordarão, necessariamente, no que se refere ao Caso. O dado em (238) ilustra a derivação do redobro de clítico, no espanhol dialetal, e mostra que o clítico e o DP duplicado concordam com respeito ao caso, nomeadamente, o caso dativo.

(238) [_{IP} [_{D(⊆)} le] [_I vi] [_{VP} ~~v̄~~ [_{PP(⊆)} a la niña]]

Espanhol/dialeta leista

(MANZINI, SAVOIA; FRANCO, 2017, p. 26)

Em (238), clítico e DP compartilham a propriedade (\subseteq) – lexicalizada em P, que introduz o DP –, e o caso dativo, realizado no clítico. Ainda conforme os autores, nas variedades relevantes, as condições que se aplicam à incorporação interna de DPs em VPs também são válidas para a inserção de núcleos D no domínio do clítico, ou seja, as mesmas condições de lexicalização prevalecem no domínio predicativo (DP argumentos) e no domínio flexional (clítico argumentos)⁶⁷.

Tratando ainda sobre o redobro de clítico, mais exatamente do fato de que há diferentes padrões de concordância (de caso) com o DOM, no espanhol, Manzini, Savoia; Franco (2017) explicam que o contraste estabelecido em (239) mostra outra consequência da suposição feita previamente, a de que o conjunto de casos de clíticos no domínio flexional não corresponde necessariamente à matriz de casos de DPs lexicais no domínio predicativo.

- (239) a. [IP [D lo] [I vio [VP ~~vio~~ [PP(\subseteq) a Juan]]]
 b. [IP [D(\subseteq) le] [I dio [VP ~~dió~~ el libro [PP(\subseteq) a Juan]]]

Espanhol padrão/rioplatense

(MANZINI, SAVOIA e FRANCO, 2017, p. 27)

Sumarizando esta seção: do quadro teórico desenvolvido nos estudos de Manzini (2014), Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017), retenho o seguinte: o argumento meta/dativo das construções bitransitivas é um constituinte requerido pelo predicado, PredP, que seleciona uma relação de posse/inclusão entre um possuído e um possuidor, marcado como oblíquo. Em particular, como mostrado na seção 5.2.1, o núcleo que introduz a relação oblíqua é formalmente marcado pelo núcleo de inclusividade, (\subseteq), o qual pode ser lexicalizado por uma preposição ou por um núcleo funcional, respectivamente, P(\subseteq) ou Q(\subseteq). Isso implica, por exemplo, que os verbos não selecionam nem D, nem P em relação à ocorrência do caso dativo, mas a propriedade (\subseteq), de inclusividade. Adicionalmente, compreendo que, enquanto o clítico acusativo pode selecionar um referente animado/ inanimado, o clítico dativo seleciona inequivocamente referentes animados. Isso corrobora a tese de que a posse, associada com o traço de animacidade do argumento da meta, é específica para o dativo.

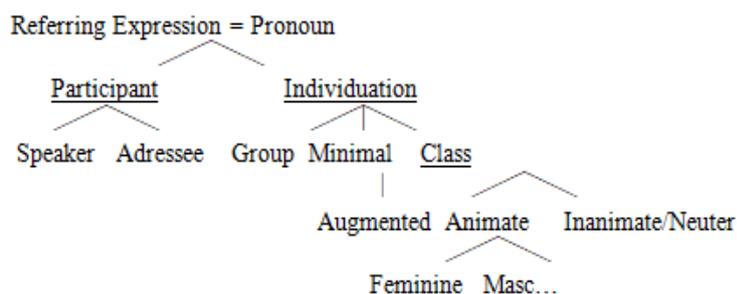
⁶⁷ Ver nota 65, para compreender a distribuição de clíticos na estrutura oracional.

Na análise a ser proposta para os dados do PBC, a proposta de Manzini; Savoia (2014), Manzini (2014), Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017) será adaptada, na medida em que proporei que o núcleo de inclusividade, em PBC, será lexicalizado por uma preposição ou por um núcleo funcional, respectivamente, $P(\subseteq)$ ou $Q(\subseteq)$. Considerarei ainda que caso oblíquo e traços referenciais contribuem fortemente para a ocorrência de construções de redobro e DOC. Por conta disso, na próxima seção, apresento uma discussão de como a (sub)especificação de traços referenciais atua na caracterização do sistema pronominal da PB, para diferenciar 1^a, 2^a e 3^a pessoas na língua.

5.4 A composicionalidade do traço de pessoa e a diferença entre a 1^a/2^a versus 3^a pessoa no PB/ PBC

Harley; Ritter (2002) tomam emprestado o modelo fonológico (mais especificamente, aquele proposto originalmente em Clements (1985) e Sagey (1986)), para propor uma geometria caracteristicamente morfológica, com o objetivo de restringir os sistemas de pronomes e concordância. Seguindo Ritter (1997), chamam atenção para o fato de que os fatores externos, que desempenham um papel na morfologia, tais como noções como dêixis, quantificação e taxonomia, restringem e motivam as relações que são aparentes entre traços morfológicos e são representadas na geometria formal.

Tratando das propriedades da geometria de traços, e seguindo Harley (1994), assumem que esses traços são monovalentes e aparecem apenas se tiverem um valor positivo. Isso significa dizer, por exemplo, que o traço [A] aparecerá na estrutura apenas se [A] estiver ativo; conforme essa ideia, o traço [-A] não ocorrerá (porque não existe). Na abordagem que propõem, se um traço é logicamente acarretado por outro, essa relação é capturada através da dependência/acarretamento. Nessa proposta, os traços representam a gramaticalização de categorias cognitivas, tais como referência, pluralidade e classe. Com base nessas considerações, apresento a geometria de traços morfossintáticos proposta pelas autoras.



(HARLEY; RITTER, 2002, p. 486)

Harley; Ritter (2002) explicam que, nessa geometria, todos os traços nominais dependem de um nó raiz chamado *Referring Expression* (a partir daqui, R). Os traços são divididos em três grupos, identificados pelos nós em pequenas cápsulas na geometria, são eles: Participante/*Participant* (que inclui os traços Falante/*Speaker* e Receptor/*Addressee*, os quais são usados para representar as 1ª e 2ª pessoas, uma vez que a 3ª pessoa é não marcada); Individuação/*Individuation* (que representa a categoria número) e, finalmente, Classe/*Class* (que codifica gênero e outras informações de classe). A geometria em (240) mostra, portanto, que os traços dos pronomes têm uma hierarquia interna.

As autoras pontuam que há muito tempo se reconhece que existe uma diferença fundamental entre as 1ª e 2ª pessoas, por um lado, e 3ª pessoa, por outro. Baseando-se em Forchheimer (1953) e Benveniste (1971), atribuem essa distinção ao fato de que a referência das 1ª e 2ª pessoas é determinada pela mudança de papéis do discurso, ao passo que a referência da 3ª pessoa é fixa. Ainda conforme as autoras, a diferença conceitual entre dependência e independência do discurso é o fator externo que determina a forma da geometria em (240). Nesse contexto, o nó *Individuation* representa aqueles traços do DP que são independentes do discurso: isto é, número e gênero; ao passo que o nó *Participant* e seus dependentes representam aqueles traços que dependem do papel do DP, no discurso.

Considerando, particularmente, o pronome de 3ª pessoa, que interessa à presente análise, Harley; Ritter (2002) afirmam que a geometria em (240) captura a intuição de que a 3ª pessoa não é, de fato, um verdadeiro pronome pessoal. De acordo com os autores, essa intuição é capturada na geometria porque o nó *Participant* representa apenas as 1ª e 2ª pessoas. Ainda conforme os autores, a interpretação da chamada 3ª pessoa ocorre quando o nó *Participant* está ausente – nesse sentido, estão em distribuição complementar.

Outro estudo que considera relevante a proposta da geometria de traços é desenvolvida por Béjar (2003). A autora explora um mecanismo formal pelo qual as relações de concordância são derivadas na sintaxe. Mais especificamente, a análise baseia-se crucialmente em uma abordagem refinada para uma forma *phi* (π), em que π codifica as propriedades gramaticais dos nominais que tipicamente entram em concordância, a saber: pessoa, número, gênero. Avaliando a abordagem da geometria de traços proposta por Harley; Ritter (2002), ressalta a possibilidade de subespecificação de traços. Para a autora, a subespecificação é sistematicamente empregada para codificar o contraste entre as 1ª, 2ª e 3ª pessoas, da seguinte forma: na 3ª pessoa, há total subespecificação; ao passo que, na distinção entre 1ª e 2ª pessoas, ocorre subespecificação relativa, e a 2ª pessoa é simplesmente a interpretação *default* do traço [PARTICIPANT].

Tratando sobre qual pessoa será adotada para a interpretação *default* nas línguas, Béjar (2003) diverge de Harley; Ritter (2002). Diferentemente dessas autoras - para quem o traço [Speaker], que denota a 1ª pessoa, é dependente do nó [Participant], e faz com que a 2ª pessoa tenha a interpretação *default* desse nó nu, gerando a implicação de que a 2ª pessoa seja universalmente mais especificada que a 1ª, Béjar (2003) argumenta que as línguas podem variar quanto a se a 1ª pessoa ou a 2ª é a interpretação *default* de [Participant]. Adicionalmente, pontua que, em línguas onde a 1ª pessoa é o *default*, a 2ª pessoa será representada por [PARTICIPANT [ADDRESSEE]].

Béjar (2003) observa que a proposta de Harley; Ritter (2002) difere das suposições padrão sobre traços formais. Mais especificamente, pontua que essa diferença diz respeito aos seguintes pontos: (i) valores estruturados *vs.* valores planos, (ii) subespecificação *vs.* especificação completa e (iii) traços privativos *vs.* valores de traços n-ários. Para a autora, embora nem todas essas características sejam necessárias para codificar o acarretamento e a subespecificação, elas são suficientes. Por conta disso, adota, em sua proposta, a abordagem geral, com adaptações. A mais importante delas é, conforme a autora, a inserção de um novo traço: [π] dominando (vinculado por) o nó [PARTICIPANT].

(241) R
 |
 π
 |
 PART

Béjar (2003) explica que $[\pi]$ é necessário por motivos empíricos. Como podemos observar, esse traço é intermediário entre R e o nó [PARTICIPANT]; trata-se também de outro rótulo para a categoria *pessoa*. Segundo a autora, sem esse traço, “não-participantes são obrigatoriamente subespecificados, exceto pelo traço [INDIVIDUATION] e, talvez, pelo traço raiz R”⁶⁸. Citando Harley; Ritter (2002), a autora observa que um claro contraste entre participantes e não-participantes é que a referência do primeiro é inerentemente dependente da mudança dos papéis do discurso, ao passo que a referência do último pode ser fixa. Para a autora, a introdução de uma categoria dotada de traço na posição de $[\pi]$ está, assim, justificada, pois deve haver algum meio de codificar o fato de que os pronomes não-participantes podem também ser dêiticos.

No espírito de Harley; Ritter (2002), e adotando também a proposta de Béjar (2003), Carvalho (2008, 2010) defende a ideia de que traços *phi* devem ser considerados os componentes atômicos de um pronome. Conforme o autor, isso implica dizer que o pronome resulta de uma geometria que permite gerar todos os tipos de formas pronominais em qualquer língua natural através de sua função gramatical. Seguindo D'Alessandro (2004), argumenta que cada traço pode ser disjuntivo de tal forma que possa originalmente carregar todos os valores possíveis, mas, dependendo das restrições durante a derivação, somente os relevantes serão ativados.

Carvalho (2008, 2010) observa que a teoria proposta por Harley; Ritter (2002) sugere subespecificação de traços, uma vez que um dado elemento R pode não apresentar todos os traços apesar de tê-los disponíveis em seu inventário. Baseando-se na premissa de que a forma de um dado pronome e suas características são capturadas como o resultado da composicionalidade de traços e de suas relações sintáticas, assume que a composicionalidade interna dos pronomes é suficiente para codificar características ‘externas’ como referencialidade.

Carvalho (2008, 2010) assume e modifica a geometria em (249), incluindo o traço [D], proposto por Cowper; Hall (2002), uma vez que esse traço é responsável pelo

⁶⁸ No original, “without it, non-participants are obligatorily underspecified aside from features of INDIVIDATION, and perhaps the root feature R”. (BÉJAR, 2003, p. 48)

acarretamento dos traços [Definido/*Definite*] e [Específico/*Specific*]. [D] é um dos traços raiz ao qual a arbitrariedade está relacionada. A ausência dele e, conseqüentemente, dos traços [*Definite*] e [*Specific*], implica a presença de pronomes com leitura genérica. Para o autor, esses traços se gramaticalizaram e são parte integrante do conjunto de traços formais dos elementos pronominais. O autor inclui também o traço [π]. A inclusão desse traço segue a proposta de Béjar (2003), sendo sua presença necessária para evitar a subespecificação total de 3ª pessoa, que não possui o traço [*Speaker*] ou [*Addressee*], exigido por [*Participant*]. Nessa perspectiva, [π] é uma variável que codifica outros elementos que podem ser necessários para contraste de pessoa.

Segundo Carvalho (2008, 2010), além dos traços de número, gênero e pessoa, outros traços podem estar associados. Olhando, por exemplo, para o pronome *você*, que é interpretado como uma referência à 2ª pessoa ou como uma referência arbitrária, propõe que esses outros traços (entre os quais estão [definitude] e [especificidade]) devem estar envolvidos na derivação. No entanto, enfatiza que “considerar que mais traços fazem parte de um pronome não significa que todos esses traços devam necessariamente ser legíveis ou mesmo presentes no decorrer da derivação” (CARVALHO, 2008, p.57).

Em suma, de acordo com a proposta de Carvalho (2008, 2010), a composicionalidade de traços de pessoa e número gera o seguinte resultado, em PB:

(242) A) Composicionalidade de traço: pessoa

1ª pessoa:

a. Definido: [R [π [participant [speaker]][D[specific] [definite]]]]

b. Arbitrário: [R [π [participant [speaker]][D]]]

2ª pessoa:

a. Definido: [R [π [participant [addressee]][D[specific][definite]]]]

b. Arbitrário: [R [π [participant [addressee]][D]]]

3ª pessoa:

[R [π [D [...]]]]

B) Composicionalidade de traço: número

1ª pessoa:

NÓS - def.≡[R[π [part[speaker]][D[specific][definite]][indv[#group]]]]

NÓS - arb.≡[R[π [part[speaker]][D]][indv[#group]]]]

A gente - def.≡[R[π [part[speaker]][D[specific]][indv[#group]]]]

A gente - arb.≡[R[π [part[speaker]][D]][indv[#]]]]

2ª pessoa:

Vocês≡[R[π[part[addr]][D[specific][definite]]][indv[#group]]]

3ª pessoa:

[R[π[D...]][indv[#group]]]

Carvalho (2008, 2010) explica que os nós [π] e [individuation] podem ser responsáveis pela interpretação arbitrária em PB. Segundo o autor, uma vez combinados, o par de traços prediz inclusividade complementar. Ainda conforme o autor, o traço [D] domina os traços [Definite] e [Specific]. O primeiro traço corresponde à presença das informações referenciadas pelo DP no universo do discurso, ou seja, o referente, é conhecido tanto pelo falante quanto pelo ouvinte. O segundo traço representa a particularidade do indivíduo/ elemento expresso pelo DP, ou seja, é um elemento que se distingue dos demais por alguma propriedade. Como vemos em (242), o pronome de 3ª pessoa não é especificado para os traços [Definite]/ [Specific], o que significa, de acordo com o autor, que o traço dominado por [D] pode ou não estar presente em sua composição, dependendo da interpretação.

Carvalho (2018) explica que, em PB, a 3ª pessoa é maximamente subespecificada para a categoria de pessoa, se comparado às 1ª/2ª pessoas, ou seja, o pronome “ele” poderia, por hipótese, assumir uma leitura arbitrária. Pensando no pronome de 3ª pessoa, na posição acusativa no PB, Cerqueira (2018), baseando-se em Cerqueira (2005) e Carvalho (2008), propõe que esse pronome deva ter os traços [Definite] e [Specific] em sua notação para que possa ser licenciado nessa posição (cf. (243)). Na verdade, para a autora, esses traços acarretados por [D] são o fator determinante para o licenciamento do pronome *ele* na posição acusativa. Ainda conforme a autora, há também uma distinção entre singular e plural, pela inserção e especificação do traço [Individuation].

(243) [R[π[[D [definite][specific]]]]]

No modelo de Carvalho (2008, 2010), não ter os traços [Definite] e [Specific] implica, portanto, que o pronome é capaz de assumir uma leitura genérica, em outras palavras, seria um pronome arbitrário. Com o objetivo de ampliar a discussão a respeito da arbitrariedade no nível pronominal, Cerqueira (2015, 2017) argumenta, porém, que a manifestação dessa propriedade tem outras implicações no pronome de 3ª pessoa.

Segundo a autora, “quando um pronome de terceira pessoa referencia um sintagma nominal indefinido, não há preservação dessa informação semântica, uma vez que o elemento pronominal assume leitura definida e específica.” (p. 182). Os exemplos em (244) ilustram a afirmação da autora.

- (244) a. Quem não conseguir pegar [alguma matéria]_i porque ela_i não foi oferecida pode tentar ir no colegiado.
b. Tava conversando com [uma amiga]_i sobre o projeto e ela_i achou muito interessante.
c. Leio [a mensagem]_i, respondo ela_i mentalmente, mas esqueço de responder ela de verdade.

(CERQUEIRA, 2017, p. 182-183)

Cerqueira (2017) explica que, em (253a), o pronome indefinido ‘alguma’, na estrutura do DP em que está o referente nominal, amplia a possibilidade de que a ‘matéria’ em questão, no primeiro momento, possa ser qualquer uma. Contudo, a sentença seguinte condiciona o pronome de 3ª pessoa a uma leitura definida e específica uma vez que o pronome *ela* refere-se ‘a matéria que não foi pega’ e não a ‘qualquer matéria’. Em (253b), temos, conforme a autora, uma situação na qual a presença do artigo indefinido *uma* no DP com o referente nominal ‘amiga’, permite uma leitura indefinida na sentença matriz, porém, a retomada com o pronome de 3ª pessoa restringe as condições interpretativas a ‘uma amiga com quem conversei sobre o projeto’ e não ‘qualquer amiga’.

Diferentemente de (244a-b), onde o pronome *ela* é nominativo, em (244c), esse pronome é acusativo. Cerqueira (2015, 2017) explica que a referenciação com o pronome de 3ª pessoa, em (244c), evidencia que as mensagens em questão não são apenas as recebidas, mas as recebidas e lidas; desse modo, há também leitura definida e específica. Em linhas gerais, os fatos em (244) reforçam a hipótese de que o pronome de 3ª pessoa tem especificados em sua geometria os traços [*Definite*] e [*Specific*], independentemente de ocorrer como nominativo/acusativo. É interessante, entretanto, a observação da autora, quando afirma que tais traços são realizados obrigatoriamente quando esse pronome ocorre como acusativo, mas são opcionais quando ocorre como nominativo. Posto isso, e considerando a generalização de Béjar (2003), para *value* (compreendido não como o compartilhamento de traços idênticos, mas como o

compartilhamento do traço raiz), a geometria Casual de Carvalho (2008) – [C [Oblíquo [Genitivo]]], e a concepção de nominativo, como o caso *default*, a partir de McFadden (2004, 2007), Cerqueira (2018) conclui que são os traços acarretados em [D] que determinam o licenciamento da forma nominativa *ele*, em posição acusativa. A autora observa ainda que a leitura arbitrária parece estar condicionada também ao nó [participante], e não apenas a [D], como pressupunha. Assim, “[p]ara um pronome pessoal ser arbitrário, ele precisa ter a presença dos traços [falante] ou [ouvinte], além de não selecionar [definido], nem [específico] em [D]” (CERQUEIRA, 2018, p. 186). A conclusão da autora é, portanto, que, se é assumido que o pronome ‘ele’ é uma não – pessoa do discurso, já que não é nem falante, nem ouvinte, esse pronome não poderia ter uma leitura arbitrária.

Resumindo essa seção: a proposta de Carvalho (2008, 2010) retoma os resultados dos estudos de Harley; Ritter (2002), e Bejar (2003), adapta-os e propõe um modo formal de descrever os traços morfossintáticos dos pronomes de 1^a/ 2^a pessoas, por um lado, e o pronome de 3^a pessoa, por outro lado, no PB. De certa forma, essa proposta reforça a hipótese da cisão no sistema de complementação pronominal.⁶⁹ Ainda com respeito ao pronome de 3^a pessoa, “ele”, gostaria de considerar que [π] é um tipo de traço que deve compartilhar alguma propriedade com o nó [*Participant*], nos termos de Béjar (2003) e Carvalho (2008, 2010), pois confere a esse pronome uma leitura dêitica, que na 1^a e na 2^a pessoas é gerada pelo nó [*Participant*].

A proposta de Cerqueira (2015, 2017, 2018), por sua vez, adiciona os traços [*Definite*] e [*Specific*] aos pronomes de 3^a pessoa. Considerando que a leitura arbitrária é restrita à posição de sujeito, defende que existe uma assimetria na composição dos traços pronominais de 3^a pessoa: quando ocorrem como pronome nominativo, os traços [*Definite*] e [*Specific*] são opcionais, quando ocorrem como pronome acusativo, [*Definite*] e [*Specific*] são obrigatórios. Essa assimetria pode ser captada em (245).

(245) Assimetria na composição dos traços pronominais de 3^a pessoa

nominativo: a. definido: [R [π [[D [definite]][specific]]]]

b. arbitrário: [R [π [D]]]

⁶⁹ Cabe notar que a proposta de cisão tal como formulada nos trabalhos citados distingue-se do que propõem Rabelo (2010), e Pilati; Naves (2013), em que a manifestação desse contraste está sob variação. Assumindo-se que o modelo da geometria é universal, pode-se supor que a subespecificação de traços observada na 3^a pessoa é uma pré-condição para que ocorra o fenômeno postulado para o PB, conforme apresentado na seção 2.

acusativo: definido: [R [π [[D [definite][specific]]]]]

Em relação a essa proposta, consideramos ser necessário aprofundar a discussão sobre as condições que determinam a leitura genérica do pronome nominativo de 3ª pessoa. A autora não se detém nessa discussão, propondo que a opcionalidade do traço D se sustenta no caráter *default* do caso nominativo. Além disso, retoma o estatuto de não pessoa associado à 3ª pessoa para sustentar a hipótese de que essa categoria manifesta o traço D, vinculando a leitura arbitrária ao traço [participante]. Embora essa observação seja construída a partir de uma argumentação lógica, considero que é relevante para a análise a ser proposta a seguir. Em particular, adotarei a hipótese de que existe assimetria na composição de traços do pronome de 3ª pessoa, a depender da posição sintática em que ocorre. Vou assumir tentativamente a hipótese de que a presença obrigatória dos traços [*Definite*] e [*Specific*] na composição da 3ª pessoa é um fator determinante para a distinção entre o pronome nominativo e oblíquo, no PBC.

5.5 Construções DOC e de redobro no PBC

5.5.1 Análises prévias para as construções de redobro de clíticos no PB dialetal

Antes de submeter minha proposta de análise para as estruturas com complemento oblíquo (pronominal) do PB/PBC, apresento as análises de Diniz (2007) e Machado-Rocha (2016), que tratam das construções de redobro de clíticos no PB dialetal falado em Minas Gerais.

Diniz (2007) sugere que clíticos em construções de redobro de clítico podem ser tratados como resultado de uma operação morfofonológica que copia traços formais do DP em V. A autora observa que o pronome duplicado por um clítico é preferencialmente um pronome forte não oblíquo, embora DPs plenos também ocorram – cabe notar que a ocorrência do DP pleno na estrutura do redobro é uma evidência do caráter não marcado da interpretação, exatamente como no espanhol (essa questão será retomada). Propõe então que o DP duplicado pelo clítico ocupa uma posição de argumento (posição A) e tem seu traço de Caso estrutural valorado pelo núcleo *v*° da concha VP. Ainda para a autora, parece haver uma simetria entre o português dialetal e o espanhol, conforme indicado nos exemplos (246) e (247). Argumenta que, assim

como um verbo apresenta traços *phi* como um reflexo da concordância sujeito-verbo e da atribuição de caso nominativo, a ocorrência de clíticos pronominais em estruturas de redobro de clítico também pode ser entendida como reflexo da relação *Agree* entre o verbo e seus objetos. No entanto, Diniz (2007) defende que esse *agreement* difere da operação *Agree* de Chomsky (1995), uma vez que não há valoração do traço de Caso.

(246) Eu te amo você.

| |
(2.S.) (2. S.)

(247) Lo vi a Juan.

| |
(3. S. M.) (3. S. M.)

Segundo Galves (2001), Diniz (2007) observa que a ocorrência de redobro de clítico no PB está possivelmente relacionada a uma série de mudanças gramaticais. Essas mudanças afetaram o paradigma pronominal. Em particular, nota-se (i) o predomínio do pronome ‘a gente’ em lugar de ‘nós’, entre adultos e crianças, tanto em função de sujeito como de complemento e (ii) a “cliticização” de pronomes fortes como formas reduzidas como “eu>ô, você(s)>ocê(s)>cê(s); ele>el, ei; eles> es, eis”.⁷⁰

Diniz (2007) observa ainda que considerar que clíticos nas construções de redobro de clítico são apenas um feixe de traços *phi* implica que sua presença não altera o significado da sentença. Segundo a autora, o significado das sentenças em (248) não muda.

(248) a) Eu amo você.

 b) Eu te amo.

 c) Eu te amo você.

(DINIZ, 2007, p.104)

⁷⁰ Conforme Salles (2016), as formas pronominais reduzidas alinham-se com as plenas em relação a testes de isolamento sintático e ocorrência como deslocados. Nesse sentido, devem ser considerados clíticos fonológicos (mas não sintáticos), o que se confirma pela não ocorrência na posição canônica dos clíticos pronominais. Conclui-se que a relação entre o redobro do clítico e a ocorrências das formas pronominais reduzidas no português dialetal de Minas Gerais está no nível da adequação descritiva.

Outro estudo dedicado ao redobro de clíticos é realizado por Machado-Rocha (2016). O autor investiga o redobro de clíticos em dados de língua oral e escrita do PB dialetal de Minas Gerais, como ilustrado em (249) e (250).

(249) a. Ele **me** ajuda **eu**.

b. tinha cinco médico lá **me** oiano **eu** assim

(250) a. Eu **te** ajudo **você**

b. deixa eu **te** perguntar **ocê** um negócio

(MACHADO-ROCHA, 2016, p. 2)

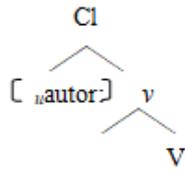
Machado-Rocha (2016) considera que a estrutura básica da construção de redobro de clítico no PB dialetal é cl-V-DP. Posto isso, assume que, mesmo no caso dos redobros com DPs dativos, o que se observa é um DP de fato, uma vez que analisa os elementos “pra” (e “com”) como marcas de caso. Tal posicionamento baseia-se no argumento de que PPs, no PB, não aceitam cliticização em hipótese alguma (como em “gosto dele”/ “*gosto lhe”), o que faz dessa operação um diagnóstico para se diferenciarem preposições de marcas de caso.

O autor argumenta que os dados em (249) e (250) sugerem que o redobro de clítico no PB é um caso de opcionalidade sintática, visto não haver contextos obrigatórios para os redobros.⁷¹ Refuta as análises que relacionam esses clíticos a determinantes, porque as considera inviáveis em relação aos dados do PB, com base na observação de que esse fenômeno é restrito aos pares pronominais “me/eu”, “te”/ “(v)ocê”.

Baseando-se em Bleam (1999) e Ormazabal; Romero (2010), Machado-Rocha (2016) explora a hipótese de que as construções de redobro do PB são apenas instâncias de concordância, condicionada por um único traço formal específico, que precisa ser valorado, chamado de traço de [_uautor:+/-]/ [_uparticipante]. Seguindo Sportiche (1996), considera que os clíticos possuem sua própria projeção funcional, conforme podemos observar em (251), gerada logo acima de vP, que denomina CIP.

⁷¹ Nesse ponto, observo que, no sentido laboviano, falar em “opcionalidade sintática” é sempre um problema. Ou as estruturas são distintas, ou não existe opcionalidade. Na análise que Cuervo (2003) propõe para o espanhol, por exemplo, ela argumenta que, quando a estrutura não tem o clítico, a preposição é lexical, então seria: V DP PP. Mas, conforme a autora, na presença do pronome (clítico), a estrutura com o pronome pleno seria sempre redobrada. Considerando isso, uma outra forma de ver a questão é supor que a estrutura de redobro é obrigatória, mas pode ter um de seus membros nulo: Cl V DP.

(251)

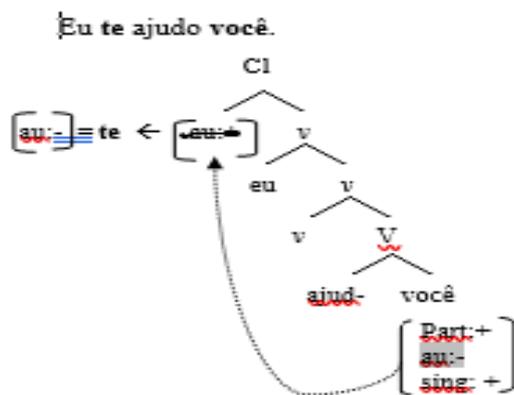


(MACHADO-ROCHA, 2016, p. 102)

Uma evidência que Machado-Rocha (2016) apresenta para defender sua hipótese é que os clíticos, em PB, não podem ocorrer com nenhum outro núcleo a não ser os núcleos verbais. Essa ordem fixa dos pronomes em relação a V (pré-verbal) é, conforme o autor, um comportamento mais próprio de marcas de concordância do que de clíticos propriamente. Para o autor, como as construções de redobro não estão associadas a efeitos interpretativos, é possível, então, acreditar que refletem apenas instâncias de concordância.

Com base em sua análise, Machado-Rocha (2016) deriva o redobro de acusativos, conforme podemos verificar em (252). O autor observa que, embora a estrutura a seguir illustre um argumento de 2.^a pessoa, a mesma análise se aplica à 1.^a pessoa, mediante a verificação do traço não interpretável [+autor]/[+participante].

(252)



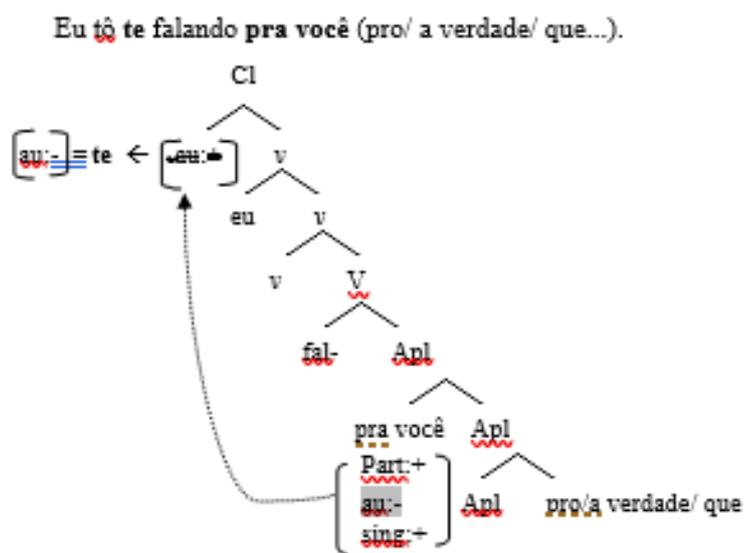
(MACHADO-ROCHA, 2016, p. 106)

De acordo com Machado-Rocha (2016), a presença do traço [au:±] justifica a ocorrência das construções de redobro com os pronomes de 1.^a e 2.^a pessoa apenas, ou

seja, “eu” e “tu”/ “você”. Quanto ao pronome de 3ª pessoa, “ele/ela(s)”, o autor propõe que o traço relevante da projeção clítica é [uautor:±], o que exclui a 3ª pessoa, em que a especificação para o traço [participante:±] é negativa: [participante:-].

Machado-Rocha (2016) propõe que duas condições são necessárias para a ocorrência da construção de redobro no dialeto mineiro, a saber: (a) o DP precisa conter uma contraparte valorada do traço [autor] e (b) o argumento dobrado precisa ter um traço de Caso válido. Considerando o redobro de dativos, propõe que ele pode ser analisado da mesma forma que a estrutura proposta em (253), para o redobro de acusativos. Seguindo Torres-Morais; Salles (2010), assume que, no caso dos dativos, um núcleo aplicativo baixo vai valorar o caso do pronome/ DP que realiza o argumento meta, manifestando-se o caso dativo inerentemente, na posição em que é gerado. Sua conclusão é que essa configuração permite que o clítico sonde esse elemento em busca de um valor para seu traço não interpretável [+/-autor] não valorado.

(253)



(MACHADO-ROCHA, 2016, p. 113)

Machado-Rocha (2011, 2016) defende ainda que a GU provê duas gramáticas: uma de clítico e outra de redobros. De acordo com sua proposta, na gramática de redobros, os pronomes “me” e “te” são sempre categorias dobradas, concordando com o pronome lexical ou com o nulo *pro*, conforme podemos observar em (254). Na perspectiva do autor, o dialeto mineiro possui uma gramática de redobro.

(254) a. **Me** ajuda **eu**.

b. **Me** ajuda *pro*.

De acordo com a proposta de Machado-Rocha (2016), se os pronomes fortes de 1ª pessoa (“eu”) e de 2ª pessoa (“você”) são licenciados através de *Agree*, cabe indagar como ocorre o licenciamento dos pronomes redobrados. Para resolver esse problema, Machado-Rocha (2016) propõe que as formas “me” e “te” são prefixos do verbo, não clíticos (dispensando, dessa forma, o licenciamento de Caso). Como vimos, a principal evidência que o autor apresenta para fundamentar sua argumentação é a ordem fixa dos pronomes em relação a V (pré-verbal).

Observo, contudo, que, no PB, ocorre o mesmo cenário descrito por Machado-Rocha (2016), para o dialeto mineiro. Ou seja, nos outros dialetos do PB, os pronomes clíticos/ objetos de primeira e segunda pessoa, “me”/ “te”, também são encontrados em uma posição fixa. E, mesmo apresentando condições ‘propícias’ não se observa, entretanto, a ocorrência de redobros nesses outros dialetos. Considerando isso, uma pergunta legítima que encaminho é: por que esse fenômeno é restrito ao dialeto mineiro? A questão permanece em aberto.

Não adotarei a proposta de Machado-Rocha (2016) nem as considerações de Diniz (2007) para a análise das estruturas de redobro. Mas reterei a ideia de que os pronomes plenos de 1ª e 2ª pessoas ou são licenciados através de *Agree* (acusativos), ou são realizados como oblíquos, enquanto os pronomes clíticos “me” e “te” são as respectivas formas de redobro. Entretanto, diferentemente do linguista, avançaremos a hipótese de que esses pronomes não são prefixos, mas clíticos, exatamente como ocorre no PE e em outros dialetos do PB, sendo (inerentemente) marcados para caso oblíquo no léxico (MANZINI, 2014).

Em relação à hipótese da opcionalidade sintática, sob o argumento de que o fenômeno tem ocorrência restrita à 1ª e à 2ª pessoa, argumento em direção oposta. Baseando-me na hipótese da cisão no sistema de complementação pronominal, compreendo que a ocorrência restrita do fenômeno, deve-se a efeitos de rearranjo do sistema provocado pela própria cisão. Ainda em relação à ocorrência ser restrita a pronomes de 1ª e 2ª pessoas, considero não ser um argumento para refutar o estatuto do DP dessas categorias, e uma justificativa para postular o estatuto flexional. Nesse aspecto, caberia elaborar em torno da manifestação da categoria clítica, e sua relação

com a opcionalidade, o que não é objeto de consideração pelo autor. Do ponto de vista da análise que irei propor, nos termos de Manzini (2014), a ocorrência pré-verbal, acima de ‘vP’, é uma evidência para uma distribuição ‘clítica’.

Diferentemente do autor, considerarei que a operação que envolve os traços propostos não é valoração, no sentido da operação *Agree* de Chomsky, mas sim uma situação de *concord* (que é o que ocorre dentro do DP, quando o adjetivo concorda com o substantivo).

5.5.2 DOC e estruturas de redobro de clítico no PBC: proposta alternativa

Conforme se verifica pela revisão da literatura, no capítulo 3 desta tese, o argumento alvo/meta das construções bitransitivas no PBC pode ser realizado (i) com ou sem preposição ou (ii) por pronome clítico, exceto na 3ª pessoa, porque, conforme atestam os dados de língua oral que constituem o *corpus* desta pesquisa e também os resultados de inúmeros estudos, o sistema de complementação pronominal não conta com o clítico “lhe” em seu inventário (cf. seção 3.2.2). No primeiro caso, ficou demonstrado que a ausência da preposição dá origem a um tipo de DOC, como ocorre em inglês, construção na qual os dois complementos do verbo bitransitivo são realizados como OD.

Tratando ainda sobre a DOC, resgato aqui as ideias que retive no capítulo 3: a proposta de Kayne (1984), que, ao comparar o inglês com as línguas românicas, defende que apenas o inglês exibe a DOC e que esse tipo de construção não envolve apagamento de preposição no estágio da derivação, mas sim um P nulo, P_e . Nesse sentido, a presença de P nulo é uma propriedade paramétrica a distinguir as línguas. Da análise desenvolvida pelo autor, retive a ideia de que a DOC envolve uma configuração predicativa que denota uma relação de posse. Vou assumir a proposta do autor, com ressalvas. Mais especificamente, proporei que o PBC, sendo um dialeto do PB e, como tal, tratando-se de uma língua românica, apresenta um tipo de DOC, o que vai de encontro à proposta original de Kayne (1984).⁷² Assim, concordo apenas com a ideia de que a DOC envolve um P_e , mas ressalto que essa propriedade, não exclui o alinhamento

⁷² De acordo com Kayne (1984), o inglês e as línguas românicas se distinguem do ponto de vista paramétrico em relação às propriedades formais (de regência) da preposição, o que explica a ocorrência da categoria preposicional nula no inglês, mas não nas línguas românicas. Para uma síntese da proposta com implicações para o português brasileiro dialetal, ver Salles (1997).

do PB/ PBC com o grupo românico, particularmente em relação à presença de clíticos e de fenômenos correlatos, como o redobro de clíticos.

Outros estudos sobre a hipótese de haver DOC no PB dialetal são os desenvolvidos em Salles (1997) e Torres-Morais e Salles (2010), também discutidos no Capítulo 3. Com base no primeiro estudo, mostrei que a autora defende que o PB dialetal falado em Minas Gerais apresenta um tipo de DOC, na 3ª pessoa, quando o pronome forte/ pleno entra em substituição ao clítico dativo. Desse estudo, retive a ideia de que o surgimento de um tipo de P_{with} (nulo) dentro do sistema gramatical do PB dialetal é um fator que, associado com a perda da distinção morfológica entre acusativo e dativo, deve ser levado em consideração para explicar a existência da DOC no dialeto analisado. Vou assumir parcialmente a hipótese formulada pela autora, a medida que considero apenas a perda da distinção morfológica entre acusativo e dativo e a avançarei no sentido de propor que o PBC apresenta um tipo de DOC, não apenas na 3ª pessoa, mas também com a 1ª pessoa (e com a 2ª pessoa, “você”), além de considerar que o traço de caso oblíquo é uma propriedade do sistema pronominal.

Analisando o segundo estudo, mostrei que Torres-Morais; Salles (2010) também defendem a existência da DOC no PB dialetal. Para as autoras, esse tipo de estrutura é associado a uma configuração projetada por um núcleo aplicativo, $Appl^o$, nos termos da análise de Pylkkanen (2002) para a DOC do inglês. Desse estudo, retive a ideia de que a preposição “a” deixa de ser encontrada, no PB e no PBC (a não ser em expressões formulaicas, como ‘dar graças a Deus’), na estrutura do dativo e que a ausência desse elemento implica a não ocorrência do clítico dativo, por um lado, com consequências para a ocorrência da preposição “para” como introdutora do OI, por outro. Considerarei ainda o fato de que o PBC manifesta a estrutura DOC tanto na ordem ALVO-TEMA quanto TEMA-ALVO, um aspecto discutido em Ramos; Salles (2018), também em termos do núcleo aplicativo.

Assumirei parcialmente a proposta de Torres-Morais; Salles (2010), na medida em que não adotarei a hipótese do núcleo funcional aplicativo ($Appl^o$) na análise da DOC. Ao assumir uma análise alternativa, vinculo a manifestação dos clíticos pronominais ao caso oblíquo, com implicações para o fenômeno da cisão pronominal amplamente observada no PB/ PBC. Tendo em vista o objetivo dessa seção, apresento, agora, um recorte de amostras das estruturas que analiso nesta tese.

5.5.2.1 Os dados do PBC e a análise das estruturas relevantes

Para o PBC, ficou demonstrado que a preposição “para” é a preferida para licenciar o OI, (255) e (256). Contudo, embora em menor número, foram encontradas estruturas como (257), nas quais esse argumento é licenciado pela preposição *a*. Considerando a hipótese de que a ocorrência da preposição “a” implicaria a pronominalização com o clítico dativo de 3ª pessoa, “lhe”, merece destaque o fato de que não encontrei dados com o clítico dativo de 3ª pessoa, o que sugere que essa correlação não se sustenta nos dados do PBC. Outro tipo de fenômeno presente na amostra são os casos de DOC, quando o argumento meta aparece sem preposição, conforme podemos observar de (258) a (260). Além desses casos, o argumento meta pode vir formalmente expresso pelos pronomes clíticos de 1ª e 2ª pessoas, quer na estrutura simples, conforme ilustrado em (261) e (262), quer na estrutura de redobro, com ou sem preposição, conforme ilustrado em (263) e (264), respectivamente.

(255) V DP PP

ái quando D. soube que ... que eu num ia sê que ele ia ... Doraci falô assim
 “eu dô a vaga pro cê ... agora prá ele eu sô candidato ... sô candidato PA
 PERDÊ ... mais eu vô cê candidato ... ês era inimigo”
 (PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

(256) V DP PP

intão ea foi... iscreveu ã’a carta pra mim... mai[s] CINco folha... (pro) cê
 lê minha filha... e ele cramano que ea votô naquele depu/naquele home e
 ele perdeu
 (BL, MFC, 85 anos, não-escolarizado, Rezende 2008, p. 532)

(257) V DP PP

E – Ah é? 26. P1: Foi ... ele naceu ... „tava cum ... um ano de idade minha
 mãe morreu ... Aí ... quando 27. ela „tava duente p“a morrê ... (ela cismô
 de dá ele a pai véi) ela falô assim "ó ... se eu
 (PO, PUSB, 67 anos, não-escolarizado, Rezende 2008, p. 440)

(258) V DP_{meta} DP_{tema}

Pesq.: o:lha
 604. Inf.: eu que dei ele a batina...ele celebrô a primera missa na Barra a
 sigunda aí... {na Cuvanca
 (BL, MFC, 85 anos, não-escolarizado, Rezende 2008, p. 535)

- (259) V DP_{meta} DP_{tema}
 durmiu no:: na fazenda mai no/na casa do impregado lá nfia casinha ruim
 ... deus ajudô quele deu nós um feijão cum:: fias oito hora da nôte lá::
 (PI, EFSM, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 28)
- (260) V V DP_{tema} DP_{meta}
 os zôto pôis na cabeça do muié queu dei pejuizo ela
 (PI, EFSM, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 28)
- (261) CL V DP
 E – Quando vai sê? 92. P1: Meis de junh' aí cêis me dão o telefone eu ligo
 lá cêis vêm na festa ... tem festa dia e 93. noite ... cumeça tem de cinco
 dia tem de três dia tem de quato dia esse cinco dia direto 94. cantano faiz
 chegada faiz saída canta dent'o de casa canta do lado de fora canta na
 saída ()
 (PO, PUOL 2, 59 anos, não-escolarizado, Rezende 2008, p. 390)
- (262) CL V DP
 58. hoje num tá boa não...” foi/quan[do] foi de noite ea falô “ô Sinhá tô
 cu'a dor aqui...” 59. ((tosse)) eu fui e falei assim com ela... “te dá
Novagina...” dei ea Novagina (ea) 60. “miorô: Zina?”... “miorei...” (falei
 [a]ssim) “cê qué doce?”... () pur conta de doce...
 (BL, MFC, 85 anos, não-escolarizada, Rezende 2008, p. 517)
- (263) CL V OD_{meta} OD_{tema}
 deixa eu te perguntar ocê um negócio
 (PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)
- (264) CL V PP.
 eu tô te falando pra você
 (PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

Com base em Manzini; Savoia (2014), Manzini (2014), Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017), proponho que, em todas as ocorrências de transferência de posse ((255)-(262)), ou nas ocorrências em que o predicado é “de dizer” (declarativo) (263) e (264), o argumento dativo/meta é um constituinte requerido pelo predicado, que, por sua vez, seleciona uma relação de posse/ inclusão entre um

possuído e um possuidor marcado como traço oblíquo de inclusividade (\subseteq)⁷³. Em particular, como mostrado na seção 5.3, o argumento oblíquo é introduzido pelo núcleo de inclusividade ou manifesta essa propriedade inerentemente. Para a análise que desenvolvo, gostaria de propor que o núcleo de inclusividade no PBC é realizado como $P(\subseteq)$, na presença da preposição, ou por uma categoria $Q(\subseteq)$, associada aos pronomes plenos de 1^a, 2^a, 3^a pessoas. Nos contextos nos quais o argumento meta é realizado pelos clíticos de 1^a e 2^a pessoas, “me” / “te”, o núcleo (\subseteq) é lexicalizado por $D(\subseteq)$. Ainda considerando os clíticos, observo que, enquanto o clítico acusativo seleciona um referente animado/ inanimado, os clíticos dativos selecionam inequivocamente referentes animados, uma vez que têm, em sua composição, o traço [+participante]. Isso corrobora a tese de que a posse, associada com o traço de animacidade do argumento meta, é específica para dativo. Passo, agora, a considerar as ocorrências de DOC e de estruturas de redobro de clítico, separadamente, por razões metodológicas.

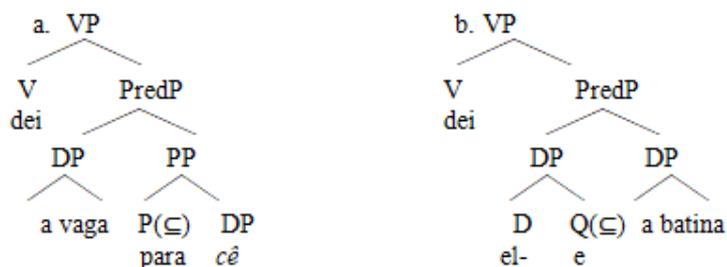
5.5.2.1.1 Proposta para a DOC

Como mostrado na literatura, o PB/ PBC (assim como outras línguas românicas) não possui um sistema de casos morfológicamente visível, já que caso não é marcado morfológicamente nas categorias nominais (substantivo/pronomes). Uma alternativa para isso é o uso de preposições, que podem ser analisadas como uma contraparte das flexões de caso nos nomes. Considerando isso, e com base nas análises de Kayne (1984) para a DOC em inglês, e Salles (1997) para a DOC no PB (dialetal), e adotando ainda as propostas de Manzini; Franco (2016) e Franco, Manzini; Savoia (2017) de unificar os argumentos meta e DOM como oblíquos, proponho que a DOC, em PBC, envolve uma mudança gramatical nos traços que compõem os pronomes, os quais os licenciam como categorias que podem ocorrer dentro da projeção do predicado encabeçado por um núcleo de inclusão (\subseteq). Isso implica que, na estrutura em que o argumento meta é introduzido pela preposição lexical “para”, o núcleo de inclusão (\subseteq) é realizado por

⁷³ A adoção do modelo proposto por Manzini; Savoia (2014), Manzini (2014), Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017) é justificado pelo fato de a proposta dos autores ser mais generalizadora, comparado com aquelas apresentadas no capítulo 3, dessa tese. Ou seja, o núcleo relacional (\subseteq), na proposta dos autores, pode se associar a diferentes categorias, entre as quais optaram por notar $P(\subseteq)$, para uma preposição como *to* ou $Q(\subseteq)$, para a categoria pronominal.

“para”; enquanto na DOC, em PBC, o núcleo de inclusão é realizado no pronome Q(\subseteq). Chamo atenção para o fato de que (265a) representa as construções (255)-(256), ao passo que (265b) representa os dados listados de (258) a (260), sendo analisados, portanto, como ocorrências de DOC. Em (265), apresento a ocorrência da ordem TEMA-META.

(265)



As estruturas em (273a-b) mostram que o complemento do verbo bitransitivo ‘dar’ é uma predicção, PredP (nos termos de KAYNE, 1984, citado em MANZINI; SAVOIA, 2014), que denota posse/inclusão (ver seção 5.2). Em (265a), a preposição “para” é o núcleo do predicado que denota posse, P(\subseteq), tomando o pronome “cê” como seu argumento interno (o possuídor) e o tema do verbo, o DP ‘a vaga’ como seu argumento externo (o possuído). Nesse ponto, proponho que, como a relação é introduzida por P(reposição), nenhuma propriedade oblíqua é requerida em ‘cê’. Diferentemente disso, em (265b), embora o verbo “dar” tenha como complemento um PredP, o núcleo do predicado que denota posse é, por hipótese, associado a um traço oblíquo, disponível e ativo no pronome “ele” (a hipótese geral é que o mesmo traço está disponível para o pronome “cê”, mas não é ativado quando o argumento é introduzido por P(\subseteq)). Ou seja, o pronome “ele” possui o traço oblíquo (adotando a análise de MANZINI, 2016, do pronome *loro* em italiano (cf. seção 5.3.1) e é realizado no núcleo funcional Q(\subseteq)). A relação de posse é construída do seguinte modo pelo PredP que seleciona dois DPs como argumentos: o DP que possui o traço oblíquo é marcado como possuidor no predicado bitransitivo, ao passo, que o argumento tema realiza o possuído.

A hipótese de que o pronome “ele” possui um traço de inclusividade faz um convite à discussão sobre o sincretismo de formas pronominais no PB/PBC. Considerando que o sincretismo é um fenômeno aparentemente estabilizado em PB/PBC, principalmente no que se refere à 3ª pessoa, proponho que, quando ocorre

como argumento meta, o pronome “ele” é marcado com o traço de inclusividade (\subseteq), em oposição à sua ocorrência como sujeito (e também como OD). Diferentemente do que se observa nas sentenças (i) “Ele corre rápido” e (ii) “O carro, comprei ele de segunda mão”, em (iii) “Dei ele/João o bolo”, o pronome “ele”, por hipótese, é marcado como possuídor na relação de posse estabelecida entre os argumentos tema e meta – uma inovação do PBC, em relação aos demais dialetos. Dentro dessa relação de predicação, ao argumento meta é atribuído o traço oblíquo (de inclusividade) (\subseteq), o que permite seu licenciamento – seja como DP pleno, seja como DP pronominal. No contexto exemplificado em (iii), o argumento meta alterna com (iv) “Deu o bolo para ele/mim”. A presença do pronome “mim”, marcado morfológicamente como oblíquo, é uma evidência morfológica favorável à hipótese de que tanto o PP “para ele”, quanto o DP “ele”, em (iii), são marcados pelo traço (\subseteq), uma vez que manifestam a mesma interpretação e distribuição sintática. O traço de inclusividade é, assim, realizado ou na preposição, P(\subseteq), ou no pronome Q(\subseteq), conforme (264a) e (265b).

Assim, mesmo apresentando a mesma forma para sujeito e para complemento, considero que há três entradas no léxico para o pronome “ele”, a saber: a) “ele” – sujeito; b) “ele” – acusativo; c) “ele” – oblíquo. Avançando a hipótese e adotando uma perspectiva comparativa, proponho que PE, PB e PBC disponibilizam o pronome “ele” dos tipos exemplificados em (a) e (b), mas apenas o PBC conta com o tipo (c) – todas essas línguas disponibilizam o argumento meta preposicionado, o que implica a realização do núcleo de inclusividade em P. Proponho ainda que o PBC estendeu o uso do traço (\subseteq) para todo o sistema de complementação pronominal, o que torna construções como (v) “Pedi eu voto”; “Deu ele a batina”; “Dei pejuízo ela”, também possíveis no dialeto.

Anteriormente, afirmei que a estrutura arbórea em (265b) representa os dados listados de (258) a (260). Como é possível observarmos, (258) e (259) diferem-se de (260), no que se refere à ordem em que o argumento meta aparece em relação ao tema. Sobre esse tópico, Manzini; Savoia (2014) e Manzini, Franco; Savoia (2017) afirmam que, em geral, quando o possuídor aparece à direita (TEMA-META), implica a ocorrência de uma preposição; ao passo que, quando o possuídor ocorre à esquerda (META-TEMA), implica alguma propriedade de caso oblíquo (realizada por outro tipo de categoria, diferente da preposição). O dado em (260) representa um caso no qual, mesmo não sendo realizado por preposição, o argumento meta ocorre à direita. Essa reordenação dos argumentos faz necessário um tratamento desse assunto ou em termos

de movimento, ou em termos de uma variação na ordem dos sintagmas. Posto isso, a questão, a saber, é se o movimento está realmente envolvido ou o que é observado é simplesmente duas ordens diferentes para a mesma fusão básica em PredP.⁷⁴

Em resumo, na DOC do PBC, o argumento meta (anafórico) é expresso principalmente por um pronome não clítico de 3ª pessoa (pleno/ reduzido)⁷⁵, e também pode ocorrer com um pronome não clítico de 1ª pessoa (cf. (258)) (e com o pronome de 2ª pessoa). Observo, também, que as gramáticas do PB e do PBC se assemelham no sentido de compartilhar a presença de clíticos de 1ª e 2ª pessoas, “me” / “te”, implicando a ocorrência de pronomes de caso dativo/ oblíquo associados ao núcleo Pessoa, definido como [Speaker; Addressee] no domínio sentencial (ver MANZINI; SAVOIA, 2014; MANZINI; FRANCO, 2016; MANZINI; SAVOIA; FRANCO, 2017). No entanto, elas diferem quanto à forma como o argumento dativo/ meta de 3ª pessoa é expresso. Seguindo a análise de Manzini (2016) do pronome *loro* em italiano (cf. 5.3.1), e considerando a proposta para a composicionalidade de traços dos pronomes em PB, desenvolvida por Carvalho (2008, 2010) e em Cerqueira (2017, 2018), proponho que, em PBC, o pronome complemento de 3ª pessoa, assim como os pronomes de 1ª e 2ª, bem como os clíticos “me” / “te”, têm a seguinte composicionalidade de traços – além dos traços [R [π [participante... (este último ausente na 3ª pessoa):

(266) Traços pronominais do PBC

⁷⁴ Remetemos ao estudo de Ramos; Salles (2018), em que é examinada a ocorrência das ordens META-TEMA e TEMA-META no PB dialetal, em construções de objeto duplo. Adotando a hipótese do núcleo aplicativo, o estudo demonstra que existe efeito de c-comando associado a cada ordem: enquanto META-TEMA autoriza a ligação do anafórico ao sintagma quantificado, TEMA-META não autoriza, conforme ilustrado em (i-ii), respectivamente: (i) “eu vou negar cada um seu copo de café”; (ii) “*eu vou negar cada copo de café seu dono”. Conforme Barrs; Lasnik (1986), para que o pronome seja ligado ao quantificador como uma variável, é necessário que esteja no domínio estrutural do sintagma quantificador (QNP), sob c-comando. A agramaticalidade de (ii) é, portanto, evidência para a impossibilidade dessa ligação, supostamente pelo fato de o pronome estar sintaticamente encaixado em uma projeção máxima. O alinhamento de (ii) com (iii) “*eu vou negar seu copo de café cada um”, permite supor que a estrutura é idêntica. Ramos; Salles (2018) citam os dados (i) e (ii). O dado em (iii) é contribuição do presente estudo, ilustrando a restrição, como um tipo de *crossover*, na hipótese do alçamento do quantificador.

⁷⁵ Considero importante recuperar, neste ponto, os resultados de testes sintáticos realizados por Salles (2016), para estabelecer o estatuto das formas reduzidas dos pronomes plenos no PB dialetal como análogo ao das formas fortes (posicionando-me contrário à hipótese formulada em Cardinalletti; Starke, 1999, conforme a qual formas reduzidas devem ser classificadas como formas fracas, em oposição às formas fortes). De acordo com a Salles (2016), embora não possam aparecer em contexto de foco (cf. (iii)), as formas reduzidas podem ser coordenadas e modificadas, conforme podemos observar em (i) e (ii), respectivamente. A conclusão de Salles (2016) é, então, que os pronomes reduzidos “ês” / “el”, embora fonologicamente reduzidos, sintaticamente se assemelham aos pronomes plenos.

- (i) Pedi ês e meu filho para me levar.
- (ii) El sozinho é capaz disso.
- (iii) (Quem chegou?) *Ê/*Éa/Éas/Eis

- a. não clítico
- eu/nós: [D, -P, ([oblíquo])] ⁷⁶
- você (s): [D, -P, ([oblíquo])]
- ele (s)/ ela (s): [D, -P, ([oblíquo])]
- b. clítico ⁷⁷
- me: [D, +P, ([oblíquo])]
- te: [D, +P, ([oblíquo])]

Considerando a ocorrência de pronomes plenos tanto na posição de objeto (direto) quanto na posição do sujeito, a conclusão natural é que a distribuição do traço oblíquo é determinada pelo núcleo de inclusão \subseteq .

5.5.2.1.2 Proposta para as construções de redobro de clítico.

Tratando especificamente das construções de redobro no PBC (cf. (263)-(264)), proponho que essas construções envolvem o compartilhamento de traços *phi* (um tipo de concordância), já que tanto o argumento interno do DP quanto os clíticos “me/te” são marcados com o nó [Participante], o qual inclui os traços [Speaker; Addressee] e [specificity; definiteness] (como proposto em HARLEY; RITTER, 2002; CARVALHO, 2008, 2010; ver também MACHADO-ROCHA, 2016). A ausência do redobro de clíticos com clíticos de 3ª pessoa é explicada em termos da reanálise do sistema pronominal do PBC, que não tem esse clítico em seu inventário. Nesse sentido, confirma-se o fenômeno da cisão pronominal, e sua relação com a geometria de traços proposta para a 1ª e 2ª pessoas, conforme postulado nos estudos citados no decorrer desse capítulo.

⁷⁶ Nesse ponto da tese, assumo a proposta de Raposo (1998) (baseada em STOWELL 1989, LONGOBARDI, 1994), conforme a qual “todos os argumentos são DPs” (cf. p. 61), o que implica, por exemplo, que todos os argumentos são nucleados por D. Na perspectiva do autor, pronomes são, portanto, Ds ou parte de um D complexo. Na especificação de traços que apresento em (53), D faz referência essa ideia. P, por sua vez, diz respeito à propriedade [P] que Raposo (1998) define ao considerar o clítico ‘o’:

- (i) Propriedade [P]
 - a. A forma ‘o’ é fonologicamente dependente (ele é um clítico).
 - b. Sua direção de ligação é da esquerda para a direita (é um proclítico).

O traço [P] diferencia, assim, pronomes clíticos de não clíticos. Embora no modelo de Manzini (2014) as categorias clíticas sejam definidas por sua distribuição sintática (cf. nota 56), consideramos necessário incluir P em virtude da especificação negativa, que contempla o estatuto do pronome pleno em oposição ao pronome clítico.

⁷⁷ Na proposta apresentada em (274b), os clíticos “me” / “te” são analisados apenas os dativos, porque, por hipótese, o traço oblíquo está associado apenas à projeção do argumento meta.

Com base na presente discussão e considerando a composicionalidade de traços para os pronomes do PBC, apresentada em (266), proponho que as construções de redobro de clíticos no PBC são do tipo apresentado em (267). A estrutura em (267) representa as ocorrências de redobro listadas em (263) e (264), respectivamente.

(267)

- a. [IP [D(\subseteq) te] [I perguntar [v [VP ~~perguntar~~ [PredP [DP(\subseteq) ocê] [DP uma coisa...]]]]]]]]
- b. [IP [D(\subseteq) te] [I falar [v [VP ~~falar~~ [PP [P(\subseteq) pra você] [...]]]]]]]]

Seguindo Manzini; Savoia; Franco (2016) assumo que o clítico e o DP dobrado compartilham a propriedade (\subseteq), configurando-se a concordância de Caso (e dos traços composicionais dos pronomes). Nesse sentido, torna-se pertinente a observação de que há um alinhamento nos padrões de concordância entre o clítico e o pronome redobrado. Considerando as estruturas em (267), argumento que são diferentes no que se refere ao licenciamento do DP dobrado. A estrutura em (267a), diferentemente de (267b), representa um caso de redobro no qual o DP redobrado não é inserido por preposição. Trata-se de um caso de DOC (perguntar ocê ‘uma coisa’) que tem o argumento meta redobrado. Considerando isso, proponho que o argumento meta da estrutura em (267a) lexicaliza a propriedade (\subseteq) do mesmo modo que o argumento meta da estrutura (267b). No caso do clítico, a propriedade de inclusividade é lexicalizada pelo caso (dativo). Na estrutura (267b), por outro lado, a propriedade (\subseteq) é lexicalizada no DP dobrado pela preposição.

Em resumo, as estruturas em (267) diferem no modo como o traço de inclusividade é lexicalizado, se no PP nucleado pela preposição ‘para’, ou no pronome (Q(\subseteq)/ D(\subseteq)). Embora ocorram em configurações diferentes, nos dois casos, o pronome ‘você’ é marcado como oblíquo pela propriedade \subseteq , realizada respectivamente em P e em Q/D. Dessa forma, mostro que o mecanismo de licenciamento do argumento meta no PBC tem caráter inovador em relação ao PB (e ao PE), pela possibilidade de licenciamento na configuração independente do PP. Assumindo-se a hipótese da unificação da morfologia e da sintaxe, conforme Manzini; Savoia (2014), a presença do traço oblíquo (\subseteq) no sistema pronominal, conforme (266), pressupõe uma estrutura sintática na configuração morfológica dos pronomes, conforme (224b) e (266b), com as consequências esperadas em relação aos testes estruturais que afetam os sintagmas

oblíquos – como a restrição à apassivação e à externalização do argumento meta em passivas adjetivais, entre outros.

5.6 Síntese do capítulo

Neste capítulo, analisei a ocorrência de dois tipos de estruturas sintáticas inovadoras no PBC e as classifiquei como DOC e construções de redobro de clítico. Para essa classificação, considerei a distinção entre clíticos e pronomes plenos – não clíticos, na codificação do argumento meta de construções bitransitivas.

Na seção 5.2, apresentei e discuti o sistema de complementação pronominal do PBC. Mostrei que o PBC conta com pronomes clíticos e não clíticos e que seu paradigma de complementação pronominal clítica é, relativamente, reduzido, pois conta apenas com os clíticos de 1ª e 2ª pessoas “me/te” e *nos*, em seu inventário. Argumentei que a perda dos clíticos de 3ª pessoa, em especial, do clítico dativo “lhe(s)”, trouxe uma série de mudanças para o mapeamento do argumento meta das construções bitransitivas, em especial, a ocorrência de pronomes não clíticos, “ele(s)/ela(s)”, na posição de OI, inserido com (ou sem) preposição. Vinculei essas mudanças ao fenômeno da cisão no sistema pronominal, responsável por gerar o seguinte efeito: 1ª/2ª pessoas – clítico ou não clítico; 3ª pessoa – não clítico, com ou sem preposição.

Na seção 5.3, introduzi o referencial teórico que adotei na análise. Para explicar a distribuição dos pronomes clíticos e não clíticos na estrutura bitransitiva, em PBC, basei-me, fortemente, no quadro teórico desenvolvido em Manzini; Savoia (2014), Manzini (2014), Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017). Conforme a hipótese desenvolvida pelos autores, e que assumi com modificações, o caso oblíquo denota uma relação oblíqua relacionada à posse que é codificada por um núcleo referido como núcleo de inclusividade, (\subseteq). Desse aparato teórico, considerei a ideia de que, no caso do argumento meta, o núcleo de inclusividade é do tipo $P(\subseteq)$, quando inserido por preposição, e do tipo $Q(\subseteq)/D(\subseteq)$, quando realizado por pronome sem preposição ou por pronome clítico, respectivamente. É importante ressaltar que, desse quadro teórico, retive também a ideia de que o referente do clítico dativo é diretamente vinculado ao traço de [animacidade], o que, por hipótese, corrobora a tese de que a posse, associada a esse traço, é específica do dativo.

Na seção 5.4, apresentei uma discussão sobre como a composição de traços atua na caracterização do sistema pronominal do PB, de modo a diferenciar os pronomes de 1ª, 2ª e 3ª pessoas na língua. Recorri à proposta da hierarquia de traços desenvolvida por Harley; Ritter (2002) e Béjar (2003), bem como a implementação dessa proposta por Carvalho (2008, 2010). Caracterizei a cisão pronominal em termos da manifestação dos clíticos, restrita às categorias marcadas pelo traço [+participante]. No que se refere ao pronome de 3ª pessoa, Carvalho (2008, 2010) mostra que, diferente do que ocorre com as 1ª e 2ª pessoas, ela é subespecificada para a categoria pessoa, o que corrobora a ideia de que a 3ª pessoa não se comporta como um pronome próprio, mas como uma proforma. Baseando-me em Cerqueira (2017), que argumenta a favor da hipótese de que o pronome *ele* acusativo precisa portar o traço D, acarretados pelos traços [*Definite*] e [*Specific*] em sua geometria, para exercer essa função, mostrei que, diferentemente de Carvalho (2008, 2010), o pronome de 3ª pessoa não é totalmente subespecificado, já que, nessa posição, ocorre sempre como um elemento anafórico.

Na seção 5.5, recupero duas análises desenvolvidas sobre as construções de redobro no PB dialetal falado em Minas Gerais, desenvolvidas por Diniz (2007) e Machado-Rocha (2016). Enquanto Diniz (2007) analisa o redobro de clítico como resultado de uma operação morfofonológica que copia traços formais do DP em V, Machado-Rocha (2011, 2016) defende que há duas gramáticas: (i) uma de clítico e (ii) outra de redobros e que o PB dialetal falado em Minas Gerais possui a do tipo (ii), sendo que os pronomes “me” e “te”, na gramática (ii), ocorrem como prefixos flexionais, concordando com o pronome lexical ou com o nulo *pro* na estrutura de redobro (cf. (262)). Embora não tenha adotado a proposta do autor para a análise dessas estruturas, retive a ideia de que os pronomes clíticos “me” e “te” entram em um tipo de relação de “concordância” com o argumento que redobram. Contudo, propus, diferentemente do linguista, que esses pronomes não são prefixos, mas clíticos, exatamente como ocorre no PE e em outros dialetos do PB, sendo (inerentemente) marcados para caso oblíquo no léxico (MANZINI, 2014), o que permite postular a relação de concordância de Caso (e de traços *phi*) com o argumento redobrado.

Na análise, propus que o PBC, sendo um dialeto do PB que é uma língua românica, e mesmo como tal, apresenta um tipo de DOC (opondo-me à proposta original de KAYNE, 1984, que exclui a possibilidade de línguas românicas apresentarem esse tipo de construção). De fato, essa hipótese não excluiu o alinhamento

do PB/ PBC com o grupo românico, particularmente pela presença de clíticos e de fenômenos correlatos, como o redobro de clíticos.

Seguindo Salles (1997) propus (i) que o PBC apresenta um tipo de DOC, e avancei a hipótese, no sentido, de mostrar que essa estrutura não ocorre apenas na 3ª pessoa, mas também com a 1ª pessoa (e com a 2ª pessoa, “você”). Baseando-me em Torres-Morais; Salles (2010), retive a ideia de que o PB apresenta uma gramática inovadora para OI, destacando-se o fato de que a preposição “a” deixa de ser encontrada (a não ser em expressões formulaicas, como ‘dar graças a Deus’), assim como os clíticos dativos de 3ª pessoa, sendo a pronominalização realizada pela série pronominal plena na estrutura do sintagma preposicional – “para mim/você(s)/ele(a)(s)”. No entanto, não assumo a hipótese das autoras de que a preposição “a” é um marcador de caso (morfofonológico) dativo e de que a ausência desse elemento funcional implica a não ocorrência do clítico dativo, por um lado, e a ideia de que OI é introduzido na estrutura pela preposição (lexical) “para”, por outro. Considerando a hipótese da unificação entre morfologia e sintaxe, tal como proposta em Manzini; Savoia (2014), assumimos que os itens lexicais são inseridos diretamente na sintaxe, sendo as projeções nucleadas pelas preposições e demais categorias da gramática, mediante seus traços morfossintáticos.

A análise que propus avança em relação ao papel da cisão pronominal e da geometria de traços, bem como dos traços postulados por Manzini; Savoia (2014), Manzini (2014), Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017), particularmente na caracterização do caso oblíquo em termos do núcleo de inclusividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese, desenvolvida dentro do quadro teórico da gramática gerativa – com base nos desenvolvimentos do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995, 1999, 2000, 2001), buscou investigar as propriedades dos predicados bitransitivos do PBC, observando, em particular, a ocorrência do argumento meta, considerando as condições que determinam a ocorrência de (i) DOC e de (ii) construções de redobro.

Para alcançar esse objetivo, busquei reunir dados reais de fala, a fim de obter o perfil vernacular das estruturas em análise. Para tanto, recorri a *corpora* distintos constituídos com base na metodologia da sociolinguística variacionista – embora a abordagem adotada no presente estudo estivesse orientada para o quadro teórico da gramática gerativa. São eles: um *corpus* do dialeto goiano, disponível no apêndice da tese de Rezende (2008), referentes às comunidades de Pombal (PO), agrupamento de afrobrasileiros; Traíras (TR), antigo julgado formado durante o ciclo do ouro, e Acaba Vida (AV), agrupamento de emigrantes de Minas Gerais, durante o ciclo da agropecuária, e um *corpus* do dialeto mineiro, que são registros feitos na comunidade de Barra Longa - MG, e encontram-se disponibilizados também no apêndice da tese de Rezende (2008). Para o dialeto mineiro, observei ainda os registros de fala feitos na comunidade de Piranga – MG, que fazem parte do acervo do Projeto Mineirês, coordenado pela Professora da UFMG, Dra. Jânia Ramos, e nas comunidades de Venda Nova e de Belo Horizonte, disponíveis em Diniz (2007).

Esta tese foi dividida em cinco capítulos, introduzidos pela apresentação do problema de pesquisa. A seguir, resgato aspectos centrais de cada capítulo, concedendo maior espaço à discussão e à análise final desenvolvida sobre as propriedades dos predicados bitransitivos do PBC.

No primeiro capítulo, dividido em duas partes, discuti, em primeiro lugar, a hipótese acerca do contato de línguas para abordar a origem do PB, posicionando-me favoravelmente à tese de que o contato linguístico teve um papel central na formação dessa língua, embora no contexto da hipótese da competição de gramáticas. Em segundo lugar, abordei a questão da mudança linguística, direcionando o olhar para a mudança sintática, a partir de estudos baseados nos fundamentos da teoria gerativa, adotando a hipótese do papel do *input* e da transmissão linguística irregular no contexto do contato de línguas, em que se configura a competição gramáticas (LIGHTFOOT, 1999, 2010; KROCH, 2001; ROBERTS; ROUSSOU, 2003; ROBERTS, 2007).

Em relação à mudança linguística, tendo em vista a situação de contato linguístico descrita, considero que a hipótese da competição de gramáticas e da transmissão linguística irregular, em que se configura a interferência da L1, é uma forma de entender as inovações e as características da difusão da mudança. Para aprofundar essa questão, caberia considerar as características do sistema pronominal na língua dos adultos aprendizes, sejam indígenas, sejam africanos. Essa tarefa é tema para pesquisas futuras.

No segundo capítulo, apresentei uma contextualização sócio-histórica e linguística da formação do PBC. Na discussão, que parte de um contexto mais amplo, situei o Brasil colônia como o espaço que, durante os duzentos anos que se seguiram ao início da colonização, sediou o encontro de três matrizes linguísticas, a saber, línguas indígenas, língua portuguesa e línguas africanas, nessa ordem. Considerei a questão do contato estabelecido entre os falantes dessas línguas e sua contribuição para a formação do português brasileiro e de seus dialetos, a exemplo o PBC, dialeto em estudo nessa tese.

Considerando que as sociedades e seus povos são passíveis de sofrer mudanças sociais e políticas, com o passar do tempo, apresentei algumas considerações sobre três comunidades tradicionais que, por condições sócio-históricas, mantêm sua identidade étnico-cultural e, certamente, linguística, em um cenário circundante que propicia discrepâncias e confrontos significativos, em grande parte, em desfavor desses grupos. Essas comunidades dizem respeito aos povos indígenas e aos remanescentes de quilombos. São elas o aldeamento indígena do Carretão e a comunidade rural de remanescente de quilombo, Kalunga, ambas localizadas no estado de Goiás, e a comunidade de remanescentes de quilombo, Carrapatos da Tabatinga, localizada na área urbana da cidade de Bom Despacho, em Minas Gerais.

No terceiro capítulo, apresentei análises prévias das estratégias adotadas pelo PE, PB/PBC e pelo inglês, para expressar sintaticamente o argumento meta de predicados bitransitivos. Mostrei também teorias desenvolvidas para explicar a ocorrência do argumento meta nas línguas analisadas. Na discussão desenvolvida no capítulo, em particular, a que foi tratada nas seções 3.3.1 e 3.3.2 (a ocorrência da DOC no inglês em confronto com o português dialetal), demonstrei a evolução do pensamento científico, na análise dessa construção. Em particular, apresentei a hipótese do núcleo preposicional nulo associado à DOC, definido como uma opção paramétrica; posteriormente, expus a hipótese do núcleo funcional aplicativo, destacando que sua

lexicalização estaria sob variação nas línguas, admitindo uma realização morfofonológica pelo caso inerente (dativo), por um lado, ou pelo caso estrutural (mediante *Agree*/ caso acusativo); finalmente, apresentei a análise baseada na hipótese da unificação da morfologia e da sintaxe, em que as construções bitransitivas (DOC e preposicionada) são analisadas como a projeção de um núcleo relacional, que pode ser lexicalizado por uma preposição (dativa), por um pronome marcado como oblíquo. Tal discussão foi de suma importância para estabelecer um contraste com a proposta que desenvolvi na seção 5.5.2, do capítulo 5, de modo a evidenciar o seu aspecto inovador. No quarto capítulo, amplio os *corpora* do PBC, cujos dados foram colocados sob investigação nesta tese, tendo como foco os predicados bitransitivos. Tratou-se de um capítulo de base teórico-metodológica. No que se refere à complementação pronominal, mostrei, com base nos dados desses *corpora*, que o PBC apresenta pronomes clíticos e não clíticos - na codificação do argumento meta de predicados bitransitivos.

Na comparação com o PE, verifiquei que o clítico dativo ‘lhe’ está ausente. Mostrei também que entre as estratégias de realização do argumento meta, o PBC conta com o OI realizado sem preposição, com núcleo nominal ou pronominal e que pode aparecer adjacente ao verbo ou após o OD, [V OI OD] ou [V OD OI], respectivamente. Outro tipo de construção encontrada nos *corpora* foi a ocorrência, no dialeto mineiro, de construções de redobro de clíticos do tipo [CL V OD], [CL V PP OD], [CL V OD OD] ou [CL V OD OD_(NULO)].

No quinto capítulo, apresento a proposta da tese para os predicados bitransitivos do PBC. Nesse capítulo, considerei a ocorrência de dois tipos de estruturas sintáticas inovadoras no PBC, conforme ilustrado em (268) e (269), e as analisei como DOC e construções de redobro de clítico, respectivamente. Para a análise, considerei a distinção entre clíticos e pronomes plenos – não clíticos.

(268) a. V DP_{meta} DP_{tema}

Pesq.: o:lha

604. Inf.: eu que dei ele a batina...ele celebrô a primera missa na Barra a sigunda aí... {na Cuvanca

(BL, MFC, 85 anos, não-escolarizado, REZENDE, 2008, p. 535)

b. V DP_{meta} DP_{tema}

durmiu no:: na fazenda mai no/na casa do impregado lá nfia casinha ruim ... deus ajudô quele deu nós um feião cum:: fias oito hora da nôte lá::

(PI, EFSM, 48 anos, N. ESCOL., Projeto Mineres, Fita 28)

(269) a. CL V DP_{meta} DP_{tema}

deixa eu te perguntar ocê um negócio

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

d. CL V PP

eu tô te falando pra você

(PI, TSM, 35 anos, E. FUND. I, Projeto Mineres, Fita 25)

Diferentemente das análises prévias resenhadas no capítulo 3, a proposta apresentada no capítulo 5 defende que o argumento meta é introduzido na estrutura bitransitiva pelas propriedades denotacionais/ argumentais do verbo, que consistem em selecionar uma relação de predicação – uma ideia presente nos estudos prévios, a ser especificada pela caracterização formal desse predicado. Baseando-me em Kayne (1984), rotulei essa relação de PredP.

A linha de raciocínio traçada para se chegar à solução formal do problema apresentado na introdução desta tese contou com os seguintes passos: primeiro, apresentei, descritivamente, o sistema de complementação pronominal do PBC, resgatando os resultados apresentados no capítulo 4 e discutindo, em particular, o fenômeno da cisão pronominal que, por hipótese, afeta o PB/PBC, e suas implicações; em seguida, introduzi o referencial teórico adotado para a análise. Apresentei e assumi, com modificação, a hipótese desenvolvida por Manzini; Savoia (2014), Manzini (2014), Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017), segundo a qual o caso oblíquo denota uma relação de posse, que é codificada por um núcleo referido como núcleo de inclusividade, (\subseteq).

Como explorei a hipótese de que o caso oblíquo é determinado pelo traço de animacidade, considerei também que traços referenciais contribuiriam fortemente para a ocorrência de construções DOC e de redobro no PBC. O passo seguinte foi verificar a manifestação dos traços referenciais na geometria dos traços pronominais na caracterização do sistema pronominal do PB, para diferenciar 1^a, 2^a e 3^a pessoas. Para tanto, considerei a análise de Carvalho (2008, 2010), que retoma os modelos geométricos de Halle; Ritter (2002), e Béjar (2003), adapta-os e propõe uma geometria de traços morfossintáticos para os pronomes de 1^a/ 2^a pessoas, por um lado, e para o pronome de 3^a pessoa, por outro lado, no PB, mediante o contraste na distribuição dos traços [*Participant*], presente na 1^a e 2^a pessoa, mas não na 3^a, [*Reference*] e [*Definite*],

estes últimos ausentes nos pronomes com interpretação arbitrária. Um ponto a ser destacado da análise é que essa geometria reforça a hipótese da cisão no sistema de complementação pronominal proposta nesta tese. Além dessa análise, considerei aquela desenvolvida por Cerqueira (2017, 2018), que adiciona os traços [*Definite*] e [*Specific*] aos pronomes de 3ª pessoa, que, conforme sua análise, podem ser nominativo – quando a presença desses traços é opcional – ou acusativo – quando a presença desses traços é fundamental para seu licenciamento, o que implica dizer que esse pronome não é capaz de assumir a leitura arbitrária na posição sintática associada ao caso acusativo. Considerando as implicações da proposta de Cerqueira (2017, 2018), assumi tentativamente a hipótese de que a composição de traços dos pronomes de 3ª pessoa afeta a sua ocorrência como acusativo/dativo, em oposição à sua ocorrência como sujeito. O último passo foi retomar a análise sobre DOC no PBC, apresentada no Capítulo 3, e acrescentar as análises prévias sobre o redobro de clíticos no PB dialetal, desenvolvidas por Diniz (2007) e Machado-Rocha (2016), para, em seguida, propor uma análise alternativa que inclui DOC e as construções de redobro de clíticos no PBC.

A hipótese de trabalho era de que um fenômeno de cisão afeta o sistema de complementação pronominal do PB/PBC e traz implicações para a ocorrência do argumento meta. Defendi que a perda do pronome clítico dativo de 3ª pessoa, “*he*”, afetou esse sistema de tal forma que várias estratégias foram acionadas em sua substituição, para dar conta da realização do argumento meta (cf. tabelas 8 e 9, repetidas aqui como 12 e 13). No PBC, a ocorrência da DOC é um desses tipos de estratégia.

Tabela 10: Realização do argumento meta, em função da preposição, nos *corpora* do PBC

ESTRATÉGIAS	OI	OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA
1 – OI com prep.	a. com <i>a</i>	7	16,66%
	b. com <i>para</i>	18	42,85%
2 – OI sem prep.	sem <i>P</i>	17	40,47%
TOTAL		42	100%

Tabela 11: Realização do argumento meta, em função do tipo de pronome, nos *corpora* do PBC

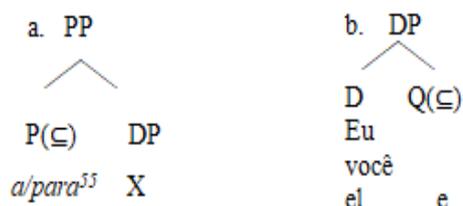
ESTRATÉGIA	OI	OCORRÊNCIAS	FREQUÊNCIA
1 – OI pronom.	a. Cl – <i>me</i>	18	60,00%
	b. Cl – <i>te</i>	5	16,66%
	c. Pron. tôn. prep.	7	23,33%
Total		30	100%

Após observar como o argumento meta se realiza no PBC e, considerando a ocorrência, na estrutura bitransitiva, das duas estruturas inovadoras, referidas

anteriormente, levantei o seguinte questionamento: como dar conta desses fenômenos em termos dos traços formais postulados no âmbito do formalismo teórico adotado?

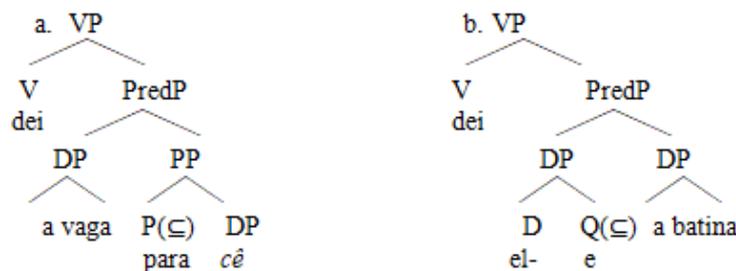
Com o objetivo de responder esse questionamento, retive, das propostas desenvolvida por Manzini; Savoia (2014), Manzini (2014), Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017), a ideia de que os verbos bitransitivos não selecionam D ou P para realizar o argumento dativo, mas a propriedade [\subseteq]. Nesse ponto da discussão, propus, considerando as devidas implicações e adaptando a proposta dos autores, que, no PB/PBC, o núcleo [\subseteq] é projetado mediante uma categoria do tipo P ou Q, conforme podemos observar na estrutura em (224), repetida aqui em (270), sendo que, quando o argumento meta é realizado por preposição, será projetado como (270a); quando realizado por pronome não clítico, será projetado como (270b).

(270)



Com base nas análises de Kayne (1984) para a DOC em inglês, e Salles (1997) para a DOC no PB (dialetal), e adotando ainda as propostas de Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia e Franco (2017) de unificar os argumentos meta e DOM como oblíquos, propus que a DOC, em PBC, envolve uma mudança gramatical nos traços que compõem os pronomes, os quais os licenciam como categorias que podem ocorrer dentro da projeção do predicado encabeçado por um núcleo de inclusão (\subseteq). Isso implica que, na estrutura em que o argumento meta é introduzido pela preposição “para”, o núcleo de inclusão (\subseteq) é realizado por “para”; enquanto na DOC, em PBC, o núcleo de inclusão é realizado no pronome Q(\subseteq), conforme podemos observar na estrutura em (265), repetida aqui em (271), respectivamente.

(271)



Tratando especificamente das construções de redobro no PBC, propus que essas construções envolvem o compartilhamento de traços *phi* (um tipo de concordância), já que tanto o argumento interno do DP quanto os clíticos “me”/ “te” são marcados com o nó [Participante], o qual inclui os traços [*Speaker; Addressee*] e [*specificity; definiteness*] (como proposto em HALLEY; RITTER, 2002; CARVALHO, 2008, 2010; ver também MACHADO-ROCHA, 2016). Seguindo Manzini; Savoia; Franco (2016), assumo que, nas construções (DOM ou dativas) de redobro, o clítico e o DP dobrado compartilham a propriedade (Ξ), configurando-se a concordância de Caso (e dos traços composicionais dos pronomes), conforme podemos observar na estrutura em (267), repetida aqui em (272). A ausência do redobro de clíticos com clíticos de 3ª pessoa é explicada em termos da reanálise do sistema pronominal do PBC, que não tem esse clítico em seu inventário. Nesse sentido, confirma-se o fenômeno da cisão pronominal, e sua relação com a geometria de traços proposta para a 1ª e 2ª pessoas, conforme postulado nos estudos citados no decorrer do capítulo 5.

(272)

- a. [IP [D(Ξ) te] [I perguntar [_v[VP ~~perguntar~~ [_{PredP} [DP(Ξ) ocê] [DP uma coisa...]]]]]]]]
- b. [IP [D(Ξ) te] [I falar [_v [VP ~~falar~~ [_{PP} [P(Ξ) pra VOCÊ] [...]]]]]]]]

Por fim, assumindo-se a hipótese da unificação da morfologia e da sintaxe, conforme Manzini; Savoia (2014), a presença do traço oblíquo (Ξ) no sistema de complementação pronominal: [D, -P, ([oblíquo])], para os pronomes não clíticos; e [D, +P, [oblíquo]], para os clíticos, pressupõe uma estrutura sintática na configuração morfológica dos pronomes, (cf. a estrutura em (270b)), com as consequências esperadas em relação aos testes estruturais que afetam os sintagmas oblíquos – como a restrição à apassivação e à externalização do argumento meta em passivas adjetivais. Nossa contribuição consiste, portanto, em mostrar que o sistema pronominal se manifesta de

um modo peculiar nos dados do PBC, ao contrário de outros dialetos do PB, disponibilizando construções de redobro e DOC. A análise que propus avança em relação ao papel da cisão pronominal e da geometria de traços, bem como dos traços postulados por Manzini; Savoia (2014), Manzini (2014), Manzini; Franco (2016) e Manzini, Savoia; Franco (2017), particularmente na caracterização do caso oblíquo em termos do núcleo de inclusividade, com implicações para o entendimento das propriedades da GU.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B (2002). Os quilombos e as novas etnias *in* ____Quilombos: identidade étnica e territorialidade/ Eliane Cantarino O’Dwyer, organizadora. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002. 296p.
- ALMEIDA, R. H. (2003). Aldeamento do Carretão segundo os seus herdeiros tapuios: conversas gravadas em 1980 e 1983. Brasília: FUNAI?CGDOC, 2003. 422p. ilustr.
- ALMEIDA, R. Heloísa de. (2003). *Aldeamento do Carretão: segundo os seus herdeiros tapuios : conversas gravadas em 1980 e 1983*. Brasília: Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio.
- AMARAL, A. O dialeto caipira . São Paulo: HUCITEC/Brasília: INL, 1982.
- ANTONIL, André João (Pseud. De João Antônio Andreoni) – Cultura e Opulência do Brasil, introdução e vocabulário por Alice P. Canabrava, 2ª.edição, Editora Nacional, São Paulo, s/d., (Roteiro do Brasil, vol. 2) p.264.
- AZEVEDO, Fernando de. 1976. A cultura brasileira. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos/INL, parte 3: A transmissão da cultura.
- BAIOCCI, M. N. (1996). Kalunga: A sagrada terra. Rev. Fac. Dir. UFG, v. 1.19/20, n.1, p.107-120, jan/dez
- BARBOSA, L. M.. A Língua Geral do Sul e o Tupi Austral de Martius: continuidades e descontinuidades. 2010. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- BARSS, A.; H. LASNIK (1986) A note on anaphora and double objects. *Linguistic Inquiry* 17; 347-54.
- BÉJAR, S. Phi-Syntax: a theory of agreement. PhD Thesis. University of Toronto, Canada, 2003.
- BENVENISTE, E. Problemas de Linguística Geral. São Paulo: Nacional, 1966. p. 277-283.
- BERLINCK, R. A. O Objeto Indireto no Português Brasileiro do Século XIX. Comunicação apresentada no II Congresso Nacional da Abralín. Florianópolis, 1999.
- BERTRAN, P. *Uma introdução à História Econômica do Centro Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN, Goiânia: UCG, 1988.
- _____. História da e do homem no planalto central: eco-história do distrito federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000 [1994].
- BONVINI, E. Línguas africanas e o português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. África no Brasil, São Paulo: Contexto, p. 15-62, 2008.

- BORGES, D. C.; SALLES, H. M. M. L. A.; PILATI, E. S. O projeto 'O Centro Oeste na História do Português Brasileiro': subsídios da sócio-história ao estudo da mudança linguística e hipóteses de trabalho. In: Caroline Rodrigues Cardoso; Maria Marta Pereira Scherre; Cíntia Pacheco. (Org.). *Variação Linguística. Contato de Línguas e Educação*. 1a.ed.São Paulo: Pontes, 2013, v. 1, p. 219-237.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.
- BRASIL, A. (1961). *Súmulas de história de Goiás*. 2. Ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRITO, Ana Maria. 2009. Construções de objecto indirecto preposicionais e não preposicionais: uma abordagem generativo-constructivista. In A. Fiéis & A. Coutinho (eds.), *Textos Seleccionados do XXIV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 141–159. Colibri.
- _____. 2014. As construções ditransitivas revisitadas. alternância dativa em Português Europeu? In António Moreno, Fátima Silva, Isabel Falé, Isabel Pereira & João Veloso (eds.), *Textos seleccionados: Xxix encontro nacional da associação portuguesa de linguística*, 103–119.
- CAETANO, Marcelo. *O Conselho Ultramarino: esboço da sua história*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1968.
- CAMPOS, E. A. (2010) O dativo de terceira pessoa no português culto falado em Belém. 2010. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: . Acesso em: 2013- 06-23.
- CARDIM, Fernão. Principio e origem dos indios do Brazil e de seos costumes, adoração e ceremonias. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. LVII, parte I, pp. 185-212. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1894.
- CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The typology of structural deficiency: a case of the three classes of pronouns. In: VAN RIEMSDIJK, H. (Ed.) *Clitics in the language of Europe*. Berlin: Mouton et Gruyter, 1999, p. 41-109.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. (1986) *Tinha Nascentes razão? (Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil)*. *Estudos: Lingüísticos e Literários*, 5: 47-59.
- CARNEIRO, Edison – *Ladinos e Crioulos (Estudos sobre o negro no Brasil)*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964, (Retratos do Brasil, vol. 28), pp. 17-18 e RUSSEL-WOOD, A.J.R. – “Technology and Society: The Impact of Gold Mining on the Institution of Slavery in Portuguese America”, in *The Journal of*

Economic History, vol. 37, nº. 1, março de 1977, Johns Hopkins University, pp. 59-83.

CARVALHO, D. S. A Estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro, 2008. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, UFAL, Alagoas.

_____. Geometria de traços e a sintaxe de pronomes no português brasileiro. In: BRITO, A.M. et al.. (Org.). XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística - Textos Seleccionados. 1ed.Porto: Tip. Nunes Lda. - Maia, 2010, v. 1, p. 243-258

CASTRO, Eugênio de. *A Expedição de Martm Affonso de Sousa: 4º Centenário da Fundação de São Vicente*. F. Briguiet & Cia: Rio De Janeiro, 1932.

CERQUEIRA, F. 2015. A sintaxe do pronome acusativo de terceira pessoa no português brasileiro. 81 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. 2017. Arbitrariedade em terceira pessoa. In: CARVALHO, D. S., Organizador. *Traços-phi: contribuições para a compreensão da gramática do português*. Salvador: EDUFBA, p. 169-189

_____. A sintaxe do ‘ele’ acusativo. In: CARVALHO, D. S.; BRITO, D. (Org.) *Pronomes: morfossintaxe e semântica*. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 215-234.

CHAIM, M. Aldeamentos indígenas na capitania de Goiás: sua importância na política do povoamento (1749-1811). Goiânia: Oriente, 1974.

CHAL, N. F. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 1997.

CHAUL, Nassr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

CHENG L.L. (1997), *On the Typology of Wh-questions*. New York/Londen: Garland Publishing.

CHOMSKY, N. (1995) *Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

_____. (1999) *O Programa Minimalista*. Trad. Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho.

_____. *Minimalist inquiries: The framework*. In MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. *Step by Step: Minimalist Essays in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge, Ma.: MIT Press, 2000, p. 89-155.

_____. 2001. *Derivation by phase*. In Ken Hale: *A life in language*, ed. Michael Kenstowicz, 1-52. Cambridge, MA: MIT Press.

- CORDEIRO, J. P. Leite. 1951. *Braz Cubas e a Capitania de São Vicente*. São Paulo.
- COSTA, Iraci del Nero da Vila Rica: População (1719-1826), IPE-USP, São Paulo, 1979, (Ensaio Econômico, nº . 1), LUNA, F.V. e COSTA, I.N. da “Algumas Características do Contingente de Cativos em Minas Gerais”, in Anais do Museu Paulista, tomo XXIX, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979, p.79-97. Sobre o fluxo de escravos africanos para o Brasil, veja-se GOULART, Maurício – *Escravidão Africana no Brasil (Das Origens à Extinção do Tráfico)*, Livraria Martins Editora S.A., São Paulo, 1949, 300 pp.
- COSTA, João. 2009. A focus-binding conspiracy. Left-to-right merge, scrambling and binary structure in European Portuguese. In Jeroen van Craenenbroeck (ed.), *Alternatives to cartography*, 87–108. De Gruyter Mouton.
- CUERVO, M. C. 2003. *Datives at Large*. PhD thesis. MIT.
- CYRINO, S M L. Observações sobre a mudança diacrônica no português brasileiro. In: IAN ROBERTS; MARY A. KATO. (Org.). *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, v. , p. 163-184.
- _____. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: KATO, M A. and ROBERTS, I (rg.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2 ed. Campinas: Ed. a UNICAMP
- _____. A natureza da mudança diacrônica: o objeto nulo do PB. *ABRALIN* (Curitiba), Recife, v. 17, p. 41-48, 1995.
- _____. O objeto nulo no português do Brasil - um estudo sintático-diacrônico. Londrina: Editora UEL, 1997. v. 1. 307p .
- DANTAS, M. A. M. (2007) A configuração do dativo de terceira pessoa no português do Brasil e no português europeu com enfoque na fala do fortalezense culto. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: Acesso em: 2013- 06-23.
- DE SOUZA, Pero Lopes; VARNHAGEN, Francisco Adolpho. 1839. *Diário de navegação da armada que foi á Terra do Brasil em 1530, sob a capitania-mor de Martim Affonso de Souza*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Uteis.
- DINIZ, C. *Eu te amo você – O redobro de pronomes clíticos sob um abordagem minimalista*. Dissertação de mestrado. UFMG: Belo Horizonte, 2007.
- ELIA, Sílvio. *A unidade lingüística do Brasil: condicionamentos geoeconômicos*. Rio de Janeiro: PadrãoLivraria e Editora, 1979.
- EMONDS, J. (1978). Projecting indirect objects. *The Linguistic Review*. 10: 211-263
- FONSECA. L. G. *História de Oliveira*. 1961. 507. P.

- FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (Orgs.). Os povos do Alto Xingu: história e cultura. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 49 ed. São Paulo: Global, 2003. [Apresentação de Fernando Henrique Cardoso].
- FUNES, E. A. Goiás 1800-1850: Um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Editora da UFG, 1986.
- FURTADO, M. (2013) *Cultura, identidade e subjetividade em uma comunidade quilombola: uma etnografia na comunidade Kalunga*. Dissertação de Mestrado
- GALVES, Charlotte. 2000. "Agreement, predication and pronouns in the history of Portuguese". In João Costa (ed.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford University Press.
- _____. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: UNICAMP, 2001, cap. 8.
- GOMES, C. A. (2003). Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: Maria da Conceição de Paiva; Maria Eugênia Lamoglia Duarte. (Org.). *Mudança Lingüística em Tempo Real*. 1ed. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2003, v. 1, p. 81-96.
- GOMES, F. S.: "Quilombos do Rio de Janeiro do SÉculo XIX", In: REIS, J. J. & GOMES, F. S. (orgs.): *Liberdade Por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996a.
- GOMES, Modesto (1971). Expedições e Bandeiras que devassaram Goiás. In: *Aspectos da Cultura Goiana*, vol. II, Goiânia, 1971;
- HALE, K; KEYSER, S. J. (1993) *On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relation* In: KEYSER, S. J. (eds). *The view from building 20 – essays in linguistics in honour of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. *Distributed Morphology and the pieces of inflection*. In: *The view from building 20*. HALE, K.; KEYSER, S.J. (org). Cambridge, Mass.: MIT Press, 1993, p. 111-176.
- HARLEY, H.; RITTER, E. *Person and number in pronouns: a feature-geometric analysis*. *Language*, 2002, v. 78, p. 482-526.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 1º Volume. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1960.
- _____. 1959. *Visão do Paraíso*, Livraria José Olympio Editora, 1ª. edição, Rio de Janeiro, pp. 54/55.

- KAYNE, R. 1975. *French syntax: the transformational cycle*. Cambridge, Mass.: MIT Press, p. 473.
- _____. 1984. *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris.
- KROCH, Anthony. 2001. Syntactic Change. In: Baltin & Collins (eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts. USA: BlackWell, pp. 699-729.
- LARSON, R. K. (1988) ON the Double Object Construction. *Linguistic Inquiry*.
- LEITE, Fabiana Raquel. 2013. *A Língua Geral Paulista e o “Vocabulário elementar da Língua Geral Brasileira”*. Campinas. UNICAMP. Dissertação. de mestrado.
- LEITE, Serafim. 1938. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. (1714-1777) *História da Capitania de São Vicente*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000043.pdf>, acessado em 17 de dezembro de 2015.
- LIGHTFOOT, D. 1991. *How to Set Parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge, Mass.:MIT Press.
- _____. 1999. *The development of language: Acquisition, change and evolution*. Oxford: Blackwell.
- _____. (2010). Language acquisition and language change. *WIREs Cogni Sci*, 1: 677–684. doi:10.1002/wcs.39
- LOPORCARO, Michele. 1988. *Grammatica storica del dialetto di Altamura*. Pisa: Giardini
- LUCCHESI, D. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 249-274.
- LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil *In* Lucchesi, Dante; Baxter, Alan & Ribeiro, Ilza (organizadores). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. 576 p
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular *In* Lucchesi, Dante; Baxter, Alan & Ribeiro, Ilza (organizadores). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. 576 p
- LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Núcleos Mineratórios (1718-1804)*. São Paulo, FEA-USP, 1980, 224 p. Tese não publicada, mimeo.

- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. A presença do elemento sudanês nas Minas Gerais. O Estado de S. Paulo, 2 mar. 1980, Suplemento cultural, v. 4, n. 174, p.6-7.
- MACHADO-ROCHA, R. 2016. O redobro de clítico no português brasileiro dialetal. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- MANZINI, M. R. (2014). Grammatical categories: Strong and weak pronouns in Romance. LINGUA, vol. 150, pp. 171-201.
- MANZINI, M. Rita; FRANCO, Ludovico. 2016. Goal and DOM datives. Natural Language and Linguistic Theory 34(1). 197-240.
- MANZINI, M. Rita; SAVOIA, Leonardo M. 2014. From latin to Romance: Case loss and preservation in pronominal systems. Probus 26. 217–248.
- MANZINI, Rita & M. SAVOIA, Leonardo; FRANCO, Ludovico. (2017). DOM and dative in Italo-Romance. 10.13140/RG.2.2.17903.94887.
- MARANTZ, Alex. 1993. Implications of Asymmetries in Double Object Constructions. In Sam A. Mchombo (ed.), Theoretical aspects of Bantu Grammar, vol. 1, 113–150. CSLI Publications.
- MARTIUS, Carl Friedrich von. Glossaria Linguarum Brasiliensium. Glossarios de diversas lingoas e dialectos, que fallao os indios no imperio do Brazil. Erlangen-Alemanha: Druck Von Junge & Sohn, 1969[1863].
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia A sócio-história do Brasil e a heterogeneidade do português brasileiro. ABRALIN (Curitiba), São Paulo, n.17, p. 73-85, 1995.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MELO, G. C. de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.
- MONTEIRO, J. M. Negros da terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MOURA, Marlene Castro Ossami. Les Tapuios du Carretão: Ethnogenése d’un groupe amérindien de l’état de Goiás (Brésil). Tese de Doutorado em Antropologia – Strasbourg, 2000
- _____, Os Tapuios do Carretão In: MOURA, Marlene Castro Ossami de. (coord). Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural.: Ed. da UCG/Ed. Vieira/Ed. Kelps, 2006. pp 153- 220.
- MUSSA, A. (1991). *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ (dissertação de mestrado), mimeo.

- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira [organização] (2007). Garimpo das origens do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial.
- NARO, Anthony; SCHERRE, Marta (2007). Origens do português brasileiro. São Paulo: Parábola. POPPER, Karl (1975). A lógica da investigação científica. São Paulo: Abril.
- NASCENTES, Antenor. O linguajar carioca. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1922].
- NASCIMENTO, A. M. do. A variação na expressão do dativo em variedades lingüísticas rurais goianas. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- _____. Variação e mudança na expressão do dativo em comunidades rurais goianas e suas relações com as origens do português brasileiro. Domínios de Lingu@Gem, Uberlândia, v. 2, p. 36-74, 2009.
- NATAL, Colemar. História de Goiás (1932). Goiânia, AGEPEL, IGL, 2002.
- NAVES, R. R. & PILATI, E. (2013) Cisão da categoria pronominal, transferência de traços de C para T e a expressão do sujeito no português brasileiro. Moura, D. Estudos de gramática gerativa. EdUFAL.
- NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (Orgs.). O português e o tupi no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010.
- NUNES, J. Direção de Cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto direto em português brasileiro. In: KATO, M.; ROBERTS, I (Org.). Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas, SP: UNICAMP, 1996, p. 207 - 222.
- O'DWYER, E. C. (2002). Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos *in* _____ Quilombos: identidade étnica e territorialidade/ Eliane Cantarino O'Dwyer, organizadora. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002. 296p.
- PALACÍN, L; GARCIA, L. F; AMADO, J. (1995). História de Goiás em Documentos: I Colônia. Goiânia: Editora da UFG, 222 p.
- PEREIRA, M. B. A sintaxe do dativo em estruturas com verbos causativos no português brasileiro. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- PESSOA DE CASTRO, Yeda. Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks Editora. 2001.

- PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). Quinhentos anos de história lingüística do Brasil. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 117-142
- PINEDA, Anna. 2014. What lies behind dative/accusative alternations in Romance. In Stefania Marzo and Karen Lahousse (eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory 2012*, 123-139. Amsterdam: John Benjamins.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- PYLKKÄNEN, L. 2002. *Introducing arguments*. PH.D thesis. MIT.
- QUEIRÓS, S. R. R. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977. p. 200.
- RABELO, P. (2010) *Argumentos EPP Nulos no português do Brasil em contextos oracionais finitos e infinitivos*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília.
- RAMOS, J. ; **SALLES, H. M. M. L. A.** . Sintagmas acusativos em configurações bitransitivas no português brasileiro dialetal. In: Eloisa Pilati; Heloisa Lima Salles; Rozana Naves. (Org.). *Novos Olhares para a Gramática do Português Brasileiro*. 1aed.Campinas: Pontes, 2017, v. , p. 131-150.
- RAMOS, J. 1992. *Marcação sintática e mudança sintática no português*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado.
- RAPOSO, E. Some observation on the pronominal system of Portuguese. *CatWPL* 6, p. 59- 93, 1998.
- RAVAGNANI, Oswaldo Martins. *A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos*. Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação – UNESP Araraquara. São Paulo: Perspectiva 1/10; 1986-1987.
- _____. *Aldeamentos goianos em 1750 – os jesuítas e a mineração*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 30/31/32, p. 111-132, 1989.
- RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. 1998. *Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas*. 143 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.
- REZENDE, Tânia. 2008. *A mudança adjetivo/nome > nome/adjetivo e o conservadorismo da fala rural goiana* . Tese De Doutorado ,UFMG.: Belo Horizonte.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. 1998. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 15. ed. Campinas: Autores Associados.

- RIBEIRO, D. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis, Vozes, 1977.
- ROBERTS, I. 2007. Diachronic syntax. Oxford: Oxford University Press.
- _____. 2010. Agreement and Head Movement: Clitics, Incorporation, and Ddefective Goals. Cambridge: MIT Press. KATO, M. A. (eds.), Português Brasileiro – uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Universidade de Campinas.
- ROBERTS, I; Roussou, A. 2003. Syntactic Change. A Minimalist Approach to grammaticalization. Cambridge: Cambridge University Press.
- RODRIGUES, Aryon. Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo, Loyola, 1986.
- _____. Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- _____. 1993. Línguas indígenas. 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.*, 9(1): 82-104
- _____. 1996. As línguas gerais sul-americanas. *Papia* 4,2: 6-18.
- _____. 2005. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 57, n. 2, pp. 35-38.
- _____. As Línguas indígenas no Brasil. In: Ricardo, Beto & Ricardo, Fany (edts.). Povos indígenas no Brasil: 2001/2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 59-63.
- RODRIGUES, Laércio. História de Bom Despacho origens e formação. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.
- SALLES, Gilka V. Ferreira. Economia e escravidão na Capitania de Goiás. Goiânia. CEGRAF/UFG, 1992.
- SALLES, H. M. M. L. 1997. Prepositions and the syntax of complementation. PhD Dissertation. University of Wales.
- _____. H. M. M. L. A. O Centro-Oeste na história do português brasileiro. Projeto de Pesquisa. PIBIC/CNPq-UnB, 2004
- _____. H. M. M. L. A. 2016. The Syntax of Ditransitive Predicates of Transference in Brazilian Portuguese. *Quaderni di Linguistica e Studi Orientali/ Working Papers in Linguistics and Oriental Studies*, n. 2, p. 70-96. DOI: <http://dx.doi.org/10.13128. QULSO-2421-7220-18749>.
- SALLES, H. M. M. L.; PEREIRA, M. B. Cisão no sistema pronominal do português brasileiro dialectal da região central do Brasil. In: CARVALHO, D. S.; BRITO,

- D. (Org.) *Pronomes: morfossintaxe e semântica*. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 159-178.
- SALLES, Heloisa Maria M Lima; SCHERRE, Maria Marta Pereira . Indirect objects in ditransitive constructions in Brazilian Portuguese. In: Rafael Núñez-Cedeño Luis López; Richard Cameron. (Org.). *A Romance Perspective on Language Knowledge and Use - Current Issues in Linguistic Theory*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003, v. , p. 151-165
- SALZANO, F.M. e FREIRE-MAIA, M. – *Populações Brasileiras – Aspectos Demográficos, Genéticos e Antropológicos*, Editora Nacional e Editora da USP, São Paulo, 1967; COELHO, Lucinda Coutinho de Mello – “Mão-de-Obra Escrava na Mineração e Tráfico Negro no Rio de Janeiro”, in *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (Trabalho Livre e Trabalho Escravo)*, vol. I, FFLCH-USP, São Paulo, 1973;
- SCHER, A. P. *As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo*. 1996. 128 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- SCHLEUMER, F. *Recriando Áfricas: presença negra na São Paulo colonial*. *Histórica* (São Paulo. Online), v. 46, p. 1-10, 2011.
- SGOTI, S. M. (2016). *A comunicação Comunitária dos Quilombolas Carrapatos da Tabatinga: o diálogo como práxis da comunicação interpessoal e grupal*. São Bernardo do Campo. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP. 121 p.
- SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. 2008. *O ensino jesuítico no período colonial*. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 169-189. Editora UFPR.
- SILVA E SOUZA, Pe. Luiz Antônio da (1812-1967). *O descobrimento da capitania de Goyaz (governo, população e coisas mais notáveis – 30 de setembro de 1812)*. Goiânia: Ed. Da UFG, 1978.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: INL, 1963 [1951].
- SOUZA, A. C. de M. e. *Os parceiros do Rio Bonito: um estudo de caso sobre a região de Bofete*. São Paulo: Duas Cidades, 1998.
- TAUNAY, Affonso de E. – *História Geral das Bandeiras Paulistas*, Edição do Museu Paulista, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, tomo 9, São Paulo, 1948, p.19.
- TELES, Gilberto de Mendonça. *Vida e obra de Silva e Souza*. Goiânia: Oriente, 1978.

- TEYSSIER, Paul. História da língua portuguesa. 2. ed. Tradução de Celso Cunha. Sa o Paulo: Martins Fontes, 2007.
- TORRES MORAIS, M. A. & SALLES, H. M. L. (2010) Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*. n. 22. P. 181–209. Universidade Estadual de Feira de Santana, 1999. p. 73-100.
- TORRES-MORAIS, Maria Aparecida. 2006. Um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. *ABRALIN* 5. 239–266.
- _____. O dativo de posse no português. In: Gladis Massini-Cagliari; Rosane de A. Berlinck; Marymarcia Guedes; Taísa P. de Oliveira. (Org.). *Trilhas de Mattoso Câmara Câmara e outra trilhas: Fonologia, Morfologia, Sintaxe*. 1aed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007, v. 12, p. 211-235.
- TORRES MORAIS; BERLINCK, Rosane de Andrade . "Eu disse pra ele" ou "disse-lhe a ele: a expressão do dativo nas variedades brasileira e européia do português. In: Ataliba Teixeira de Castilho; Maria Aparecida T. Moraes; Ruth E. V. Lopes; Sonia M.L. Cyrino. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. 1ed. Campinas/São Paulo: Pontes/FAPESP, 2007, v. 1, p. 61-74.
- TÔRRES, João Camilo de Oliveira, 1915-1972. História de Minas Gerais / João Camilo de Oliveira Tôrres. - 3.ed. - Belo Horizonte : Lemi ; Brasília : INL, 1980.
- TORRES-MORAIS, M.A. ; BERLINCK, R. A. . Em busca do português paulista. In: MARIA APARECIDA CORRÊA RIBEIRO TORRES MORAIS; MARIA LÚCIA DA CUNHA VICTORIO DE OLIVEIRA ANDRADE. (Org.). *História do Português Paulista*. 1ed. Campinas: IEL/UNICAMP / FAPESP, 2009, v. 2, p. 217-248.
- VASCONCELLOS, D. História Antiga das Minas Gerais. Vols. 1 e 2. 4ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia. 1974.
- VIEIRA, Antônio. Obras Várias. In: NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Método Moderno de Tupi Antigo*. Petrópolis. Editora Vozes, 1998, p. 174
- VITRAL, Lorenzo; RAMOS, Jânia. 2006. Gramaticalização: uma abordagem formal. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Belo Horizonte, MG: Faculdade de Letras FALE/UFMG. 191 p.